1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	12
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	16
1.5 Principais clientes	22
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	23
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	28
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	29
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	30
1.10 Informações de sociedade de economia mista	33
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	34
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	35
1.13 Acordos de acionistas	37
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	38
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	39
1.16 Outras informações relevantes	40
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	41
2.2 Resultados operacional e financeiro	53
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	57
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	58
2.5 Medições não contábeis	60
2.6 Eventos subsequentes as DFs	67
2.7 Destinação de resultados	68
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	70
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	71
2.10 Planos de negócios	72
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	74
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	75
3.2 Acompanhamento das projeções	78

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	81
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	82
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	83
4.4 Processos não sigilosos relevantes	84
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	106
4.6 Processos sigilosos relevantes	107
4.7 Outras contingências relevantes	108
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	115
5.2 Descrição dos controles internos	123
5.3 Programa de integridade	126
5.4 Alterações significativas	130
5.5 Outras informações relevantes	131
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	132
6.3 Distribuição de capital	139
6.4 Participação em sociedades	140
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	141
6.6 Outras informações relevantes	142
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	143
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	146
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	147
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	148
7.4 Composição dos comitês	155
7.5 Relações familiares	156
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	157
7.7 Acordos/seguros de administradores	167
7.8 Outras informações relevantes	168
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	169

8.2 Remuneração total por órgão	176
8.3 Remuneração variável	180
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	182
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	188
8.6 Outorga de opções de compra de ações	189
8.7 Opções em aberto	190
8.8 Opções exercidas e ações entregues	191
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	192
8.10 Outorga de ações	193
8.11 Ações entregues	195
8.12 Precificação das ações/opções	196
8.13 Participações detidas por órgão	197
8.14 Planos de previdência	198
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	199
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	201
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	202
8.18 Remuneração - Outras funções	203
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	204
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	205
8.20 Outras informações relevantes	207
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	208
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	209
9.4 Outras informações relevantes	210
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	211
10.1 Descrição dos recursos humanos	213
10.2 Alterações relevantes	216
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	217
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	218
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	219
10.5 Outras informações relevantes	220

11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	221
11.2 Transações com partes relacionadas	222
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	245
11.3 Outras informações relevantes	268
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	269
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	270
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	271
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	284
12.5 Mercados de negociação no Brasil	285
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	286
12.7 Títulos emitidos no exterior	287
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	288
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	289
13.1 Declaração do diretor presidente	290
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	291
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega	292

1.1 Histórico do emissor

Somos uma sociedade anônima, de razão social "Atacadão S.A." que, hoje, atua com o nome fantasia "Grupo Carrefour Brasil", constituída em 13 de agosto de 1980, por prazo indeterminado.

Somos controlados indiretamente pelo Carrefour S.A., sociedade controladora do Grupo Carrefour, com sede na França e um dos principais varejistas de alimentos do mundo, presente em mais de 40 países. Representamos hoje a maior marca do varejo alimentar em faturamento no Brasil¹.

Apresentamos abaixo a evolução do histórico do Grupo Carrefour Brasil, destacando os principais eventos das histórias das marcas Atacadão e Carrefour:

- Em 1959, o Grupo Carrefour iniciou suas atividades na França, na cidade de Annecy.
- Em 1975, o Carrefour S.A., depois de 16 anos de atividade na França, abriu sua primeira loja brasileira na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, por meio de uma subsidiária, a Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("CCI").
- Em 1976, três meses após sua chegada ao Brasil, as atividades foram ampliadas e foi aberta a primeira loja de hipermercado no estado do Rio de Janeiro.
- Em 1980, foi registrado em cartório o "Compromisso Público Carrefour", que garantia o menor preço ou a devolução da diferença em dinheiro ao cliente, caso outra loja oferecesse o mesmo produto por um preço menor.
- Em 1992 foi iniciado um processo de expansão que permitiu que, até 1999, triplicássemos o número de lojas com a bandeira Carrefour em todo Brasil, com uma média de 6 novas lojas por ano.
- Em 1994, houve uma expansão dos negócios e foi aberto, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, o primeiro posto de combustíveis com a bandeira Carrefour.
- Em 1999, foi criado o certificado de "Garantia de Origem do Carrefour".
- Em 2005, a centésima loja com a bandeira Carrefour foi inaugurada. Neste mesmo ano, a primeira drogaria Carrefour foi aberta na cidade de São Paulo.
- Em 2006, foi lançada a linha de produtos "Linha Viver", composta por produtos orgânicos, diet e light com a bandeira Carrefour. Neste mesmo ano, iniciaram-se as operações do Banco Carrefour.
- Em 2007, o Carrefour S.A. adquiriu a rede Atacadão, tornando-se um varejista com dois modelos de negócios: varejo e atacarejo.
- Até 2010, o número de lojas de atacado e de autosserviço com a bandeira Atacadão passaria de 34 para 70 e o número de funcionários, de 10.246 para 19.932, quase o dobro.
- Em abril de 2014, foi aberta a centésima loja Atacadão na cidade de Camaragibe, estado de Pernambuco. Seguindo o conceito de proximidade, foi aberta a primeira unidade do Carrefour Express, no bairro do Tatuapé, na cidade de São Paulo.
- Em outubro de 2014, a Brepa Comércio e Participação Ltda., holding que até então controlava o Atacadão e o Carrefour, foi incorporada pelo Atacadão, que passou assim a ser uma holding mista e a ter, como nome fantasia, Grupo Carrefour Brasil. Como resultado, nossas atividades operacionais foram reorganizadas e passaram a ser desenvolvidas por duas divisões: (i) a Divisão Atacadão, responsável pelas atividades do Atacadão; e (ii) a Divisão Holding, responsável pelo Carrefour, Banco Carrefour e demais sociedades do Grupo Carrefour Brasil.²
- Em dezembro de 2014, a Península II Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento brasileiro com forte histórico e amplo conhecimento do mercado de varejo brasileiro, adquiriu uma participação minoritária em nosso capital.
- Em 2014 foi criado o Instituto Carrefour Brasil, com três linhas de ação principais: inserção no mercado de trabalho, educação para inclusão e geração de renda. Ainda em 2014, foi lançado o Relatório de Sustentabilidade, detalhando as ações do Grupo Carrefour Brasil com relação a ações de responsabilidade social e ambiental, bem como ações com relação a cadeia produtiva.
- Em 2015, depois da abertura da loja número 121 do Atacadão na cidade de Boa Vista, em Roraima, o Grupo Carrefour Brasil conquistou o feito de se tornar o primeiro varejista presente em todos os 26 estados e no Distrito Federal do Brasil, confirmando sua liderança.
- Em 2016, celebramos com Itaú Unibanco S.A., contratos que resultaram na expansão das soluções financeiras fornecidas pelo Banco Carrefour aos nossos clientes. Assim, o Banco Carrefour começou o desenvolvimento de novas soluções financeiras voltadas aos clientes do Atacadão.
- Além disso, no mesmo ano de 2016, o Grupo Carrefour Brasil lançou site de e-commerce para produtos não-alimentares.

¹ De acordo com a pesquisa da SBVC, em agosto de 2023.

 $^{^{2}\,}$ De acordo com a pesquisa da SBVC, em agosto de 2023.

1.1 Histórico do emissor

- Em 2017, lançamos o e-commerce de alimentos, serviço disponível inicialmente apenas na cidade de São Paulo. Nossa plataforma online é única e fica sob a marca pela qual somos mais conhecidos: Carrefour.com.
- Em 2017, o controlador do Grupo Carrefour decidiu realizar a abertura de capital de uma subsidiária integral (o Atacadão S.A.) em bolsa fora do seu país de origem. O IPO na bolsa brasileira (B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão) ocorreu em julho 2017, sob o ticker CFRB3 a um preço inicial de R\$15,00, atingindo um volume total R\$ 5 bilhões.
- Em outubro de 2017 foi implementado o programa Meu Carrefour. No mesmo ano foi desenvolvida uma ampla gama de soluções digitais pelo Grupo Carrefour Brasil para sua atividade no varejo, formando a espinha dorsal do nosso programa de relacionamento com clientes (CRM Carrefour).
- Outro destaque do ano 2017 foi o lançamento do Cartão Atacadão pelo Grupo Carrefour Brasil, cartão de crédito "co-branded" com benefícios exclusivos para os clientes do Atacadão.
- Em 2018, o Grupo Carrefour Brasil adquiriu o controle da E-Mídia, empresa de Foodtech, focada em conteúdo digital que controla os sites Cyber Cook, Vila Mulher e Mais Equilíbrio. A operação visou a integração do conteúdo do Cyber Cook com o nosso e-commerce alimentar através do qual será possível comprar produtos citados nas receitas, assim como acessar receitas do portal ao adquirir alimentos no e-commerce, ampliando o tráfego e a experiência de compra dos nossos clientes.
- Outro destaque do ano de 2018 foi a abertura de 20 novas lojas do formato Atacadão, confirmado o novo ritmo de expansão anunciado no início do ano. As aberturas foram bem distribuídas ao longo do ano e gerou 5.000 novos empregos diretos e 5.000 indiretos e contribuiu com o aumento de 13% em nossa área de vendas no segmento de atacado.
- Em 2019, o Banco Carrefour lançou, no mês de agosto, seu Marketplace de Seguros e Serviços. A plataforma, que possui um processo de contratação do serviço 100% digital, prioriza o empoderamento do cliente ao permitir que ele selecione o produto desejado, a seguradora que melhor atende sua necessidade e a customização das coberturas, com a comparação entre propostas de diferentes seguradoras. Essa foi a primeira iniciativa do Banco Carrefour em mercado.
- Em 2020, o Grupo adquiriu 29 lojas (sendo 22 lojas próprias e 7 lojas alugadas) e 13 postos de combustíveis operados pelo Makro Atacadista S.A., com localizações excelentes e complementares às já existentes lojas do Atacadão, essa transação acelerou ainda mais o nosso ritmo de expansão. Ainda no ano de 2020, o Grupo também adquiriu 51% de participação no capital social da Cotabest Informação e Tecnologia S.A., plataforma de e-commerce que possibilitou acelerar o ingresso do Atacadão no canal digital, por meio do lançamento de seu Marketplace.
- Conforme o fato relevante divulgado em 24 de março de 2021, a Companhia celebrou contrato para aquisição da totalidade das ações de emissão do Grupo BIG Brasil S.A. ("Grupo BIG"). A aquisição expande a presença do Carrefour Brasil em seus formatos tradicionais (principalmente Atacado e Hipermercados) em regiões onde tem penetração limitada, como o Nordeste e Sul do país, e que oferecem forte potencial de crescimento e complementaridade geográfica. Além disso, o Grupo Carrefour Brasil passou a atuar em um novo segmento de mercado, o Clube de Compras, com o formato Sam's Club, através de um contrato de licenciamento com o Walmart Inc. Este modelo de negócios único, premium e voltado para o segmento B2C, é baseado em um sistema de associados e tem um forte foco em produtos de marca própria.
- Em 06 de junho de 2022, ocorreu o fechamento da operação de compra do Grupo BIG. Com a aquisição, o Grupo Carrefour Brasil se consolidou como líder indiscutível do setor, com market share mais do que o dobro do segundo player e com uma cobertura abrangente em todas as regiões brasileiras, fazendo parte do grupo das 10 maiores empresas do Brasil. Ainda no final de 2022 lançamos no mercado o cartão Sam's Club que busca oferecer melhores opções de crédito para nosso cliente.
- Em 2023, o Grupo finalizou a conversão de 129 lojas do antigo Grupo BIG, seis meses antes do inicialmente previsto. Além disso, em novembro de 2023 anunciou o plano de revisão de seu portfólio de lojas.
- Em 2024, a Companhia realizou a incorporação do Grupo BIG Brasil S.A. (conforme <u>Fato Relevante</u> de 4 de junho de 2024), com o objetivo de simplificar a estrutura societária e consolidar a gestão das atividades em uma única holding, resultando na redução de custos e despesas operacionais, bem como maior eficiência administrativa e financeira.
- Também em 2024, com foco na melhoria da eficiência operacional, o Grupo passou por uma revisão no portfólio de lojas do segmento de Varejo, resultando no fechamento ou conversão de 136 lojas (17 hipermercados e 119 supermercados) e no encerramento das lojas da bandeira TodoDia.
- Em 25 de abril de 2025, os acionistas da Companhia deliberaram pela reorganização societária para unificar as bases acionárias do Carrefour S.A. ("<u>CSA</u>") e da Companhia ("<u>Transação</u>"), conforme os termos estabelecidos no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações do Atacadão S.A. pela Brachiosaurus 422 Participações S.A ("MergerSub"), celebrado entre os administradores da Companhia e da MergerSub em

1.1 Histórico do emissor

6 de março de 2025, e aditado em 3 de abril de 2025 ("Protocolo e Justificação").

- Em 30 de maio de 2025, conforme Fato Relevante divulgado, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Protocolo e Justificação, ocorreu o fechamento da Transação. Como resultado, as ações de emissão da Companhia passam a ser integralmente detidas pela MergerSub, e os BDRs passam a ser admitidos à negociação na B3 sob código "CAFR31". Com a conclusão da Transação, a Companhia continua a desenvolver suas atividades como uma subsidiária integral da MergerSub, preservando sua personalidade jurídica e ativos, sendo que as ações deixaram de estar listadas no segmento do Novo Mercado da B3. Para mais informações sobre a Transação, vide item 1.12 deste Formulário de Referência.
- Também em 2025, a Companhia realizou a incorporação da Cotabest Informação e Tecnologia S.A., com o objetivo de simplificar e otimizar a estrutura da Companhia, bem como estabelecer uma maior eficiência operacional, com redução de despesas e uma simplificação e racionalização da estrutura societária da Companhia, sem qualquer efeito econômico.

O Grupo Carrefour Brasil é líder de vendas no varejo alimentar brasileiro considerando todos os segmentos, com presença em todos os estados brasileiros, é líder absoluto no segmento de atacado de autosserviço (ou "cash and carry"). Nossa história de quase 50 anos no mercado brasileiro fez com que nossas marcas Atacadão, Carrefour e Sam's Club se tornassem reconhecidas nos formatos de atacado de autosserviço, hipermercado e de clube de compras, principalmente pelos nossos investimentos em aberturas de lojas físicas, renovação de galerias, operações de e-commerce, transformação digital e novas parcerias.

Comercializamos tanto produtos alimentares quanto não-alimentares por meio de um modelo de negócios multiformato e omnicanal o qual nos gera valor e, por consequência, uma maior base de clientes com a possibilidade de ter diferentes pontos de contato com eles. Tal modelo é formado por uma rede de lojas físicas composta, em 31 de dezembro de 2024, por 1.007 pontos de venda, além de uma plataforma de ecommerce própria (1P) e marketplace (3P) com cerca mais de 5.000 parceiros cadastrados e mais de 30 milhões de SKUs (Stock Keeping Unit) cadastrados em nosso site. Com foco no delivery de produtos alimentares, em 2019, assinamos uma primeira parceria com a plataforma de last-mile delivery Rappi e, em 2020, expandimos para outros aplicativos de entrega rápida, como Cornershop, iFood e outros.

Operamos com diferentes formatos de lojas físicas: atacados de autosserviço e atacados de entrega (Atacadão); hipermercados (Carrefour), supermercados (Carrefour Bairro), lojas de conveniência (Carrefour Express) e Sam's Club. Como formatos complementares temos: drogarias e postos de combustíveis, os quais se encontram em áreas adjacentes ou dentro dos nossos hipermercados Carrefour como também nos formatos de Atacado (Atacadão). Temos ainda uma robusta gestão de ativos imobiliários próprios podendo alugar áreas comerciais em shoppings e galerias que são administradas pelo Carrefour Property Division, área que auxilia o nosso Grupo a aumentar a conexão de clientes com novas lojas, soluções e serviços aprimorados. Por meio do nosso braço financeiro, o Banco Carrefour, também ofertamos diversos serviços financeiros aos nossos clientes dentre os quais destaca-se o crédito ao consumidor.

Temos uma equipe de gestão altamente qualificada, composta por profissionais experientes e com um sólido histórico de resultados e crescimentos, que está preparada para trazer novas soluções para os desafios do mercado. De 2022 a 2024, apesar das desafiadoras condições macroeconômicas no Brasil, adicionamos ao nosso portfólio um total de 196 novos pontos de venda, e nossa receita operacional líquida cresceu 12,4% durante este período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, registramos receita operacional líquida consolidada no valor de R\$ 115.636 milhões; um EBITDA Ajustado consolidado de R\$ 6.482 milhões em 31 de dezembro de 2024; e lucro líquido consolidado de R\$ 1.940 milhões. De nossas vendas brutas consolidadas, a venda de produtos alimentares representou, 91% do total.

Nossos segmentos

Estamos presentes em 4 grandes segmentos de negócios: Atacado, Varejo, Clube de Compras e Serviços Financeiros.

Atacado:

Sob a bandeira Atacadão, seja em lojas ou por meio do nosso site de e-commerce (atacadao.com.br), vendemos principalmente produtos alimentares para consumidores finais, revendedores e transformadores do setor de alimentação que buscam menores preços e grande volume de compras. A bandeira Atacadão está entre as maiores e melhores empresas do seu segmento no país, somando temos 379 lojas de Atacado de autosserviço além de 33 atacados de entrega (focados em atender o cliente B2B) que apresentaram um faturamento bruto de R\$86,0 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Nossas lojas estão localizadas em grandes e médios centros urbanos e possuem uma área média de vendas de aproximadamente 5.000 metros quadrados e com elas nosso Grupo apresenta acelerado ritmo de aberturas, com 19 lojas abertas (18 conversões e 1 orgânica) no exercício social com término em 31 de dezembro de 2024.

Varejo:

Os números operacionais abaixo são relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, consideram as lojas de bandeira Nacional e Super Bompreço que estavam ativas no respectivo período e que foram objeto de acordos de alienação, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 03 de dezembro de 2024

Através dos (1) hipermercados, sob a bandeira Carrefour; (2) supermercados, sob a bandeira Carrefour Bairro; (3) lojas de conveniência, sob a bandeira Carrefour Express; (4) drogarias e postos de combustíveis, sob as bandeiras Carrefour e Atacadão; e (5) loja online por meio do nosso site de e-commerce (carrefour.com.br) e do nosso aplicativo Meu Carrefour, vendemos produtos alimentares e não-alimentares aos consumidores finais.

Somos pioneiros no formato de hipermercado no Brasil, com um parque de 112 lojas em 31 de dezembro de 2024, localizadas nas principais regiões econômicas do Brasil, com uma área média de vendas de

aproximadamente

6.700 metros quadrados. Os nossos hipermercados oferecem uma ampla variedade de produtos alimentares e produtos não-alimentares (aproximadamente 34.700 SKUs), sendo que dentre de produtos alimentares estamos crescendo ano a ano a nossa oferta de produtos marca própria e produtos orgânicos. Os produtos alimentares e não alimentares representaram, respectivamente, 67% e 33% de nossas vendas líquidas em hipermercados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

- 1) Iniciamos nossas operações de supermercado em 2005 com a bandeira Carrefour Bairro, em 2017 criamos formato Carrefour Market (descontinuada em 2024), e em 2022 com a aquisição do BIG incorporamos as bandeiras Nacional e Super Bompreço. Encerramos o exercício social de 31/12/2024 com 80 supermercados localizados nas regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste. As lojas de supermercado possuem área média de vendas entre 400m² e 3.000m² e sortimento de médio de produtos de até 14.000 SKUs. Todos os formatos dispõem de uma ampla variedade de produtos alimentares, tendo como foco alimentos perecíveis e serviços de transformação (como açougue, padaria, entre outros), assim como produtos voltados para as necessidades básicas do lar.
- 2) Em 2014, implementamos a nossa primeira loja de conveniência sob a bandeira Carrefour Express e, em 31 de dezembro de 2024, já contávamos com 143 lojas, instaladas essencialmente em áreas comerciais de grande fluxo de pedestres e em algumas áreas residenciais densamente povoadas na região da grande São Paulo, focando em clientes que necessitam realizar uma compra de emergência ou conveniência. Nossas lojas Carrefour Express possuem uma área de vendas entre 100m² a 200m² e oferecem uma variedade de produtos essenciais de alta qualidade (aproximadamente 4.000 SKUs). Em 2021 desenvolvemos nosso próprio modelo de lojas autônomas, que está sendo expandido para dentro de condomínios residenciais. Em 2023 o Grupo lançou os testes para as franquias Carrefour Express.
- 3) Como serviços complementares aos nossos consumidores, em 31 de dezembro de 2024, operávamos 103 postos de combustíveis e 99 drogarias (também presentes em aplicativos de last mile delivery). Em geral, nossas drogarias estão localizadas nas galerias dos nossos hipermercados e supermercados e em nossas lojas de atacados de autosserviço. Com nossos postos de combustíveis estamos majoritariamente presentes dentro da área de nossos hipermercados Carrefour e das nossas lojas de atacado de autosserviço Atacadão. Tanto nossas drogarias quanto nossos postos de combustíveis reforçam a atratividade de nossas lojas, principalmente imagem e preço competitivo, aumentando o fluxo das lojas e contribuindo para a fidelização de nossos clientes.
- Nossa plataforma de e-commerce, carrefour.com.br foi lançada em 2016 e, em outubro de 2017, lançamos o programa "Meu Carrefour". O carrefour.com.br oferece a nossos clientes uma grande variedade de produtos através de uma interface moderna de compras on-line, e de atendimento pós compra pela internet e por telefone. Nossa plataforma continua a receber avaliações muito positivas das principais entidades brasileiras de pesquisa de satisfação do cliente, como exemplo avaliações da E-bit. A força do nosso e- commerce é intensificada principalmente pela renomada marca Carrefour, pela sinergia entre nossas lojas físicas e pelas soluções de crédito que oferecemos ao consumidor por meio do segmento Banco Carrefour. A confiabilidade de nossas operações de e-commerce e a nossa marca atraíram mais de 5.000 parceiros ativos para o nosso marketplace, até 31 de dezembro de 2024. Através da nossa própria variedade de produtos e da variedade de produtos dos nossos parceiros de marketplace, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, alcançamos um sortimento cadastrado de aproximadamente mais de 30 milhões itens no site carrefour.com.br. O marketplace representou uma média de 11% do nosso GMV em 2024.

A tabela a seguir apresenta o número de pontos de venda para cada um dos diferentes formatos dos segmentos de Atacado, Sam's Club e de Varejo, em 31 de dezembro de 2024:

Região	Atacadão¹	Sam's Club	Hiper	Super	Conveniência	Drogarias	Postos de combustíveis	Total
Norte	34	-	4	-	-	3	2	43
Nordeste	110	14	14	12	-	4	8	162
Sudeste	157	30	68	15	143	82	66	561
Sul	68	9	19	47	-	5	16	164
Centro- Oeste	43	5	7	6	-	5	11	77
Total	412	58	112	80	143	99	103	1.007

(1) inclui atacado de autosserviço, atacado de entrega.

Temos também a nossa área de Property Division que administra uma área bruta locável, ou ABL, de aproximadamente 377 mil metros quadrados do nosso portfólio de imóveis e que é responsável pela gestão de aproximadamente 3.200 locatários dentro das nossas 250 galerias e 3 shoppings. Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nossa Property Division contava com uma receita operacional líquida de R\$ 450 milhões, derivada da locação dos nossos imóveis.

Sam's Club:

Com a aquisição do Grupo BIG (a posterior incorporação pela Companhia em 2024), o Grupo Carrefour Brasil assumiu a operação da bandeira Sam's Club no Brasil a partir de 7 de Junho de 2022. A bandeira veio para completar ainda mais o portfólio multiformato do Grupo. Neste novo segmento vendemos produtos alimentares e não-alimentares aos consumidores finais através de um clube de compras, onde é preciso se afiliar para poder realizar a compra. Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de2024 o Grupo operava 58 unidades deste formato nas principais regiões econômicas do Brasil, com uma área média de vendas de aproximadamente 5.500 metros quadrados. O formato do Sam's oferece uma ampla variedade de produtos alimentares e produtos não-alimentares aproximadamente 6.000 SKUs, sendo que dentre de produtos alimentares os produtos de marca própria representam 21% das vendas. Os produtos alimentares e não alimentares representaram, respectivamente, 83% e 17% de nossas vendas líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Serviços financeiros:

O Banco Carrefour começou a operar oficialmente em 2005, quando a administradora de Cartões de Crédito do Carrefour foi autorizada pelo Banco Central a operar como uma instituição financeira. Em 2007 foi lançada a marca Carrefour Soluções Financeiras. Somos o único varejista com um banco próprio no Brasil, com 51% do capital social da instituição financeira criada, sendo o Itaú Unibanco nosso acionista estratégico. Oferecemos aos nossos consumidores soluções de crédito por meio de cartões de crédito co-bandeirados Carrefour (desde 1989), Atacadão (desde 2017) e Sam's Club (recém lançado em 2022), além da oferta de seguros, crédito pessoal, entre outros. Este segmento nos auxilia nas operações de varejo com soluções de pagamento, ofertas diferenciadas de crédito e descontos em produtos de forma a alavancar as nossas vendas, tráfego e fidelização de clientes. De acordo com a Card Monitor, em 2024, o Banco Carrefour era o sexto maior banco em saldo de carteira, sendo este um mercado controlado pelos principais bancos privados e públicos em atividade no Brasil. Em conjunto com o Banco Carrefour nos tornamos o único grande varejista com operação própria de cartão de crédito no setor de varejo alimentar brasileiro.

Nossos pontos fortes

Acreditamos que as conexões do ecossistema Carrefour Brasil nos levam a ter vantagens competitivas que nos diferenciam dos nossos concorrentes e que contribuem para o nosso sucesso, são elas:

Liderança em termos de vendas no varejo alimentar brasileiro

Com bandeiras reconhecidas pelos consumidores e lojas por todo o território nacional, o Grupo Carrefour Brasil apresenta muitas oportunidades regionais com melhores condições de compras e sinergias do que outros players. A sólida presença nacional e a acelerada expansão do Grupo nos trazem um consistente crescimento de market share em determinados estados, principalmente pelo nosso histórico operacional e financeiro acima dos nossos concorrentes durante os últimos anos. O Grupo Carrefour Brasil tem relações robustas e estratégicas com fornecedores que, por sua vez, nos permitem entregar aos nossos consumidores uma oferta diferenciada de produtos junto com preços altamente competitivos.

A aquisição do Grupo BIG em 2022 reforçou ainda mais a presença do Grupo Carrefour Brasil em outros formatos e regiões nos quais tinha presença mais limitada. Além disso, o Grupo Carrefour Brasil passou a atuar em um novo segmento de mercado com o formato Sam's Club, através de um contrato de licenciamento com o Walmart Inc. Este modelo de negócios único, premium e voltado para o segmento B2C, é baseado em um sistema de associados e tem um forte foco em produtos de marca própria e importados.

A complementaridade dos dois grupos enriqueceu o ecossistema de produtos e serviços do Grupo Carrefour Brasil, e ampliou a sua base de clientes. O Grupo Carrefour Brasil identificou ainda potenciais de sinergia significativos após a operação, tais como: (i) ganhos relacionados à maior densidade de vendas e alinhamento de margens para aumentar a rentabilidade das lojas; (ii) receita relacionada à oferta de serviços financeiros do Banco Carrefour no escopo das novas lojas, alavancando a proposta de valor única do Grupo Carrefour Brasil (cartões de crédito, carteira digital, terminais de pagamento B2B e crédito); (iii) aceleração do crescimento das ofertas digitais do Grupo Carrefour Brasil (e-commerce alimentar e não alimentar, marketplace B2C e B2B, parcerias para serviço de entrega rápida, etc.) por meio da base de clientes do Grupo BIG e sua rede; e (iv) otimização de custos e despesas indiretas, além de maior eficiência na cadeia de suprimentos.

Nossa posição de liderança, escala, rotatividade de produtos e estreita relação com fornecedores no Brasil contribuem positivamente para o crescimento constante das vendas e da rentabilidade dos negócios do Grupo.

Forte sinergia entre serviços financeiros e operação das lojas do Grupo

O Grupo Carrefour Brasil tem um maior valor agregado ao consumidor por ser o único grande varejista com equipe própria para controle do seu segmento de serviços financeiros, apresentando alinhamento preciso entre a política comercial das nossas lojas e do nosso banco. Controlamos uma operação de crédito ao consumidor atuando de forma integrada com os nossos segmentos de Varejo e Atacado, oferecendo cartões de crédito Atacadão (2017), Carrefour (1989) e Sam's Club (2022). Com nossa natureza simbiótica, entregamos uma proposta de valor mais completa ao consumidor, desenvolvendo e implementando promoções de venda com forte foco em suas necessidades reais, acompanhadas por soluções de pagamento e crédito, cujo objetivo é aumentar a fidelização com uma maior satisfação do cliente. Nossa atividade de crédito ao consumidor possui uma equipe de gestão qualificada e totalmente dedicada, com comprovada experiência neste ramo de atividade. Adotamos o que acreditamos ser as melhores práticas de gestão de riscos e análise de crédito, que foram reforçadas ainda mais pelo investimento do Itaú Unibanco no Banco Carrefour em 2012. Ter uma parceria com um dos maiores bancos do Brasil, e o principal operador de cartão de crédito ao consumidor no país, permite-nos ter acesso a seu know-how de análise de crédito e conhecimento do setor brasileiro de cartões de crédito.

Com o Banco Carrefour, propomos: (a) diferentes formas de financiamento (planos de parcelamento) para consumidores que usam nossos cartões de crédito em compras de produtos não-alimentares em nossas lojas e em nossa plataforma de e-commerce, (b) programas de desconto exclusivos como o programa "usou zerou" (2019), programa do Carrefour que oferece isenção de anuidade para clientes que comprarem em qualquer formato do Grupo ao menos uma vez por mês, (c) prazos de pagamento estendidos em nossos postos de combustíveis.

Diferente de outros players do mercado, o Grupo Carrefour Brasil oferece crédito e acesso a outros serviços, que antes eram impossíveis de conseguir para muitos brasileiros, via contas digitais. O Grupo também oferece serviços de adquirência para clientes profissionais mantendo suas operações de fluxo de caixa em uma plataforma de pagamento integrada ao Carrefour Soluções Financeiras, que por sua vez poderá ofertar com maior segurança e rapidez mais crédito a estes profissionais, e ainda tendo um maior conhecimento dos seus hábitos de compras e de seus recebíveis.

Contínua expansão da base de cliente e de nossos pontos de contato por meio de plataformas multiformato e omnicanais

O Grupo Carrefour Brasil apresenta uma integração cada vez maior entre a rede física de lojas e a plataforma de e-commerce, alavancada pelo Banco Carrefour. Temos um ecossistema dinâmico e interconectado que recebe contínuos investimentos em tecnologias digitais e serviços omnicanais. Desde 2017, frequentemente aprimoramos nosso programa de CRM para identificar nossos clientes e poder tratálos de maneira cada vez mais personalizada. No ecossistema Carrefour criamos diversos pontos de retirada de pedidos online em nossas lojas, assim como desenvolvemos opções de pagamento digital e unificamos a nossa central de atendimento para facilitar a jornada de nossos clientes e aumentar sua fidelização conosco. Desde 2019, nosso serviço de atendimento ganhou reforço com a introdução da Carina, nossa assistente virtual do Carrefour, que está preparada para atender as ligações de nosso call center, responder mídias sociais e conversar via WhatsApp. Buscamos fortalecer parcerias com aplicativos de last mile delivery com o intuito de agilizar a entrega dos nossos pedidos de e-commerce alimentar. Ao longo de 2024 continuamos expandindo o nosso parque de lojas através da expansão orgânica e inorgânica principalmente dos formatos de Atacado e lojas de proximidade (lojas autônomas em condomínios) e continuamos expandindo as parcerias com outros aplicativos de last mile delivery para agilizar ainda mais a entrega de nossos produtos.

Temos diferentes formatos e diferentes canais de aproximação, do off-line ao online, e oferecemos ao consumidor do Grupo Carrefour Brasil uma experiência agradável com maior variedade de produtos alimentares e oferta de produtos não-alimentares, a qual nos gera um maior ticket médio e um maior índice de fidelização diante de nossas bandeiras. De acordo com pesquisas internas de imagem de marca, nossos consumidores têm nos reconhecido pela qualidade e variedade do nosso sortimento, pela experiência de compra e pelos serviços oferecidos no momento da venda. Especificamente para o Atacadão, somos também reconhecidos pelos nossos preços e promoções. A força das nossas marcas é um diferencial para a expansão da nossa estratégia omnicanal que tem cada vez mais diferentes pontos de contato com um mesmo cliente que tem apresentado ticket médio cada vez maior.

Criação de valor através do modelo de ativos imobiliários próprios que geram maior controle e estabilidade dos lucros

Nosso modelo de ativos imobiliários próprios nos garante: (a) ocupação dos imóveis de forma segura e com total controle sobre os principais custos de ocupação; (b) flexibilidade sobre o design e layout de nossas lojas, incluindo a definição do mix das galerias dentro de nossos hipermercados e supermercados a qualquer momento; e (c) total poder de tomada de decisão sobre as oportunidades de desenvolvimento do imóvel, resultando na capacidade de capturar por completo o valor potencial dos imóveis. Este modelo nos permite aumentar a atratividade da loja para os consumidores e, portanto, melhorar o movimento de consumidores ao

local através da otimização dos nossos espaços. Nos últimos anos, implantamos diversos projetos de desenvolvimento imobiliário com o objetivo de explorar o potencial dos nossos imóveis. Apenas a título exemplificativo, o Carrefour inaugurou em 2017, em São Paulo (SP) o Jardim Pamplona Shopping, que tem mais de 18 mil metros quadrados de área bruta locável (ABL), distribuídos em cinco pavimentos. O empreendimento possui mais de 80 lojas de segmentos variados, incluindo algumas âncoras, uma praça de alimentação com diversas opções de fast food, um original food park, que oferece oito contêineres itinerantes de diversas opções gastronômicas, e um terraço gourmet com vista para o Parque Ibirapuera.

Neste empreendimento está o hipermercado flagship do Carrefour no Brasil. A loja conta com uma área média de vendas de mais de 5.600 metros quadrados com vasto sortimento (com mais de 25.000 SKUs), que privilegia os produtos frescos, inclusive pelas paredes de vidro para acompanhar a produção em loja. O hipermercado reflete a evolução do modelo desenvolvido pela companhia nos últimos anos e reúne as melhores experiências do conceito Nova Geração, além de agregar uma nova seleção de produtos, serviços especializados e tecnologias, como self-checkout, sortimento estendido do e-commerce e entrega em domicílio

Em dezembro de 2022 o Carrefour reinaugurou a loja número um de Pinheiros. A nova unidade foi erguida bem ao lado do original, que foi demolido para dar lugar a um conjunto de prédios residenciais e comerciais avaliado em R\$ 3 bilhões e que se estende pela antiga área de estacionamento. Além deste empreendimento, ainda a título exemplificativo, por conta da flexibilidade que o nosso modelo de ativos imobiliários nos traz, a expansão da omnicanalidade do Grupo é facilitada, principalmente por que contamos com 100% das lojas de varejo com in store picking junto com nossos 1.188 pontos de contato com nossos clientes para entrega a domicílio. Conforme tabela a seguir, somos proprietários de grande parte das lojas de atacado de autosserviço e de varejo que operamos:

Quantidade de Lojas	Total	Próprias	Alugadas
Segmento Atacadão	412	288	124
Atacado de Autosserviço	379	268	111
Atacado de entrega	33	20	13
Segmento Varejo	335	107	241
Hipermercados	112	80	32
Supermercados	80	14	66
Conveniência	143	1	142
Segmento Sam's Club	58	29	19
Sam's Club	58	29	19

Compromisso com o crescimento do Grupo por uma equipe altamente qualificada e apoiada pelo know- how dos acionistas

Contamos com uma equipe interna de gestão composta por profissionais experientes, com um histórico diversificado e comprovado de resultados excepcionais em crescimento, lucratividade e eficiência operacional. Esta equipe altamente qualificada se mostra complementar devido as suas diferentes habilidades adquiridas com vivências singulares, incluindo experiências em cargos dentro de afiliadas do Grupo Carrefour ao redor do mundo. Nossa administração construiu uma cultura de excelência operacional e excelência na experiência ao consumidor. A experiência e o compromisso da nossa equipe de gestão representaram fatores críticos no crescimento e sucesso dos nossos negócios nos últimos anos, apesar das recentes condições macroeconômicas desafiadoras. Nosso Diretor- Presidente do Grupo Carrefour Brasil, Stéphane Maquaire, se juntou ao grupo Carrefour Brasil em 2021. Formado em Engenharia pela École Nationale des Ponts et Chaussées, Stéphane tem quase 25 anos de experiência. Iniciou sua carreira trabalhando na Arthur Andersen com auditoria contábil e financeira em diversos setores. Em 2008, passou a trabalhar diretamente com o setor de varejo, sendo nomeado COO da divisão de Shopping Centers da Uniball-Rodamco. Desde então, trabalhou para empresas como Monoprix, Vivarte e Manor. Em julho de 2019, foi nomeado CEO do Carrefour Argentina, onde liderou com sucesso um plano de transformação, com foco no cliente e na estratégia digital, levando a melhorias significativas no desempenho financeiro da empresa, aumento substancial da satisfação do cliente e consolidação da liderança, com ganhos significativos de market share e aceleração no e-commerce. Stéphane é um CEO especializado em varejo com amplo conhecimento de imóveis comerciais. Ao longo de sua carreira, Stéphane demonstrou coragem e determinação, além de grande agilidade em situações complexas. Não hesita em correr riscos e enfrentar novos desafios, em continuar a aprender e a juntar as suas competências para ajudar as empresas a evoluir.

Temos também apoio-chave dos nossos acionistas. O Carrefour S.A., nosso acionista controlador e um dos maiores varejistas da Europa, contribui significativamente para os nossos resultados, principalmente pelo seu sólido conhecimento sobre o setor varejista em mais de 40 países. Atualmente, temos acesso a um vasto leque de melhores práticas do nosso acionista referente a diferentes áreas de nossa corporação, envolvendo desde modelos comerciais e formatos de loja, até capacidades adicionais de gestão de relacionamento com

os consumidores (CRM). Em parceria com o time de executivos especialistas do Carrefour S.A. podemos aprimorar de maneira mais eficiente nossas estratégias locais, englobando desde estratégias digitais até estratégias internas de recursos humanos. Não somente acionistas grandes são importantes para nosso progresso: desde 2014 nosso investidor minoritário, Península II Fundo de Investimento em Participações, um fundo de investimentos brasileiro com forte experiência no varejo e amplo conhecimento do mercado varejista local, desempenha um papel crucial ao compartilhar conosco o seu know- how sobre o varejo brasileiro e ao nos ajudar em discussões estratégicos relacionados ao crescimento e à rentabilidade dos nossos negócios.

Buscando a potencialização e uma aceleração da transformação digital, conectamos a nossa plataforma de e- commerce à nossa estratégia de omnicanalidade e transformação digital e já conseguimos responder mais rápido às mudanças do comportamento do consumidor que hoje busca por entregas mais rápidas de pedidos e por produtos com qualidade a um bom custo-benefício.

Nossa estratégia

Como líder do mercado de varejo alimentar brasileiro, conectamos diferentes clientes por meio do nosso ecossistema. Nosso objetivo, dentro deste ecossistema, é elevar a imagem das bandeiras do Grupo ao aumentar o nosso valor percebido e ao intensificar nossa marca por meio de novas lojas e de uma oferta ainda mais adequada de sortimento, qualidade e preço. Desta forma, buscamos prioritariamente:

Expandir formatos de alto desempenho, potencializando a nossa presença nacional e liderança

Buscamos avançar continuamente com a expansão do nosso parque de lojas e continuar os nossos investimentos, privilegiando essencialmente os formatos de alto retorno e rápido crescimento dentre os quais se destacam o modelo de atacado de autosserviço e clube de compras.

Vale ressaltar que além de nossa ampliação orgânica de nosso parque de lojas, quando falamos de expansão também incluímos o assunto de parcerias e aquisição de players que poderão nos ajudar a ampliar nossa capilaridade conquistando novas praças e consequentemente novos consumidores. Em 2020, realizamos a compra de 29 lojas do Makro que apresentam forte complementariedade com o parque de lojas Atacadão e que foram convertidas ao modelo do nosso Grupo. Estas 29 lojas se encontram em pontos extremamente privilegiados ao redor do país, especialmente pelo fato de que a bandeira Makro era líder atacadista no país antes da forte expansão do Grupo Carrefour Brasil.

Em março de 2021, o grupo deu também um grande e importante passo em relação à sua estratégia de expansão com a aquisição do Grupo BIG e de todo o seu ativo de lojas e clientes, cujo fechamento se deu em 6 de junho de 2022 e a posterior incorporação pela Companhia em 2024, conforme divulgado em Fato Relevante de 04 de junho de 2024.

Aprimorar a experiência do consumidor fortalecendo as conexões do nosso ecossistema

Visamos facilitar a jornada dos nossos consumidores ao oferecê-los unidades de negócios extremamente interligadas e complementares, desde uma rede de lojas físicas e plataforma online a um banco próprio, que por sua vez é um braço financeiro essencial para a estratégia do nosso ecossistema. Somos o único grande varejista com um banco próprio e devido a ele temos a oportunidade de criar diferentes sinergias dentro do Grupo Carrefour Brasil, agregando valor aos nossos consumidores a partir de uma maior proximidade gerada através de estudos da nossa rica base de dados. Ano após ano, fidelizamos cada vez mais os nossos clientes e por esse motivo temos uma integração entre nossas lojas físicas e online cada vez mais intensa, buscando garantir a todo instante e em qualquer lugar a melhor oferta para nosso cliente identificado. Seguiremos expandindo nossas atividades online e serviços relacionados, para nos tornarmos líderes do ecommerce de alimentos, oferecendo aos clientes um serviço omnicanal cada vez mais confiável com uma ampla oferta de serviços: clique e retire, retire de carro ("Drive"), entrega em domicílio, sortimento estendido e outras experiências a serem anunciadas.

Dito isso, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, nossos serviços de entrega rápida estavam disponíveis em mais de 400 pontos de vendas. O Clique & Retire Não-alimentar e Drive e Clique & Retire para produtos alimentares já estão disponíveis em 100% das lojas de hipermercados. Outro ponto a ser mencionado é que, em busca de fomentar o e-commerce alimentar brasileiro, encerramos o exercício de 2024 com 100% das lojas com picking in store.

Adicionalmente, aspirando uma alta identificação de clientes, desde o lançamento do Meu Carrefour, em outubro de 2017, aumentamos de forma significativa o percentual de clientes identificados em nossa base de dados. Antes do programa tínhamos menos de 40% de identificação e em 31 de dezembro de 2024 tínhamos 67% das transações identificadas.

Em outubro de 2020 lançamos o programa de fidelidade Minhas Recompensas, que nos traz mensalmente vendas incrementais e, se comparado ao mesmo período do ano anterior, identificamos que a base instalada de celulares com aplicativo Meu Carrefour se duplicou.

O Carrefour continua aperfeiçoando a sua base de dados, coletando informações operacionais relevantes dos clientes, dentro dos critérios e regulamentos estabelecidos pela LGPD, fortalecendo os relacionamentos, com o intuito de aumentar a fidelização dos seus clientes.

Por último, mas não menos importante, temos a intenção de alavancar o nosso marketplace e evoluir a nossa plataforma de e-commerce alimentar como Grupo Carrefour Brasil. Dessa forma, a título exemplificativo vemos o Atacadão entrando em nossa expansão omnicanal ao adquirir, em 2020, 51% de um marketplace que reúne os maiores fornecedores e atacadistas do Brasil e que permite ao usuário cadastrado comparar preços e realizar suas compras sem intermediários. Em 2021 o marketplace do Carrefour implementou o portal do seller para que o mesmo possa ter mais autonomia ao realizar promoções sem precisar de interação humana e mudança de plataforma para a Vtex onde a companhia passa a ter tecnologias que permitem escalar ainda mais o 3P.

Aprimorar a excelência operacional e atendimento ao consumidor com programas de produtividade e competitividade

A excelência da execução e a melhoria contínua da operação é essencial para o nosso negócio. Com a melhora da nossa operação, queremos ter ganhos de produtividade em nossas lojas e funções de suporte, gerando uma melhor experiência de compra ao cliente e impactando diretamente no aumento de sua frequência de compra, o que alavanca os nossos resultados operacionais e nosso fluxo de caixa. Como iniciativas para alcançar esta melhora, temos: (1) o aumento de produtividade em loja com a melhoria na qualidade de atendimento e redução de custos, exercendo rígido controle sobre nosso número de funcionários, despesas de frete e despesas gerais; (2) a otimização das compras diretas; (3) o aumento da eficiência operacional da cadeia de suprimentos junto com a adaptação ao novo mix de formatos, que visa prioritariamente aumentar a disponibilidade de produtos nas prateleiras e reduzir os níveis de estoque, melhorando a gestão de produtos perecíveis; (4) a racionalização das compras indiretas aproveitando as economias de escala e benchmarks internos do Grupo e (5) a simplificação das estruturas de matriz para reduzir os custos de overhead. Nossos investimentos futuros serão cada vez mais seletivos e eficazes, focando nas ambicões de transformação. Além disso, a fim de melhorar a geração de caixa, implantaremos uma gestão ativa da necessidade de capital, principalmente por meio da otimização dos níveis de estoque. Em 2024 tivemos uma melhora em nossos indicadores de NPS em todos os nossos formatos (hipermercado, supermercado, conveniência, atacado e Sam's Club) em relação à 2023.

Consolidar a liderança na transição alimentar oferecendo a todos os nossos clientes, em qualquer dia e lugar, alimentos confiáveis e de qualidade a um preço justo

Uma das bases do plano de transformação Carrefour 2023, anunciado pelo Grupo Carrefour em janeiro de 2018, é o pilar de liderança nos processos de transição alimentar. Temos como compromisso conquistar a confiança do consumidor ao garantir a qualidade e procedência dos nossos produtos, o sabor e a saudabilidade, os preços acessíveis e a disponibilidade onde e quando eles quiserem. O pilar de transição alimentar é de grande importância para nós, pois o coração do nosso negócio é a distribuição de alimentos e vemos que a busca por alimentos tem se transformado. Assim, para materializar este pilar, em outubro de 2018 lançamos a campanha "Act for Food" (www.actforfood.carrefour.com.br) que concretiza a transição alimentar do Grupo em uma oferta para o consumidor. O "Act for Food" continuou forte em 2023 como um dos pilares da transformação do Grupo.

Por ser um assunto de grande importância, demos prioridades a algumas ações para os próximos anos, são elas: 1) o desenvolvimento de produtos com garantia de origem e rastreabilidade via QR code, 2) a valorização de produtos e produtores locais trazendo maior frescor ao nosso portfólio, 3) a expansão e democratização dos produtos orgânicos com aumento do nosso sortimento junto ao desenvolvimento de um corredor saudável dentro de nossos hipermercados 4) desenvolvimento de nossas marcas próprias que também amplia nosso sortimento 5) nossas parcerias com fornecedores adotando as opções de compra com o melhor custo- benefício. Como resultado, em 2023 tivemos corredores de alimentos saudáveis presentes em 100% dos nossos hipermercados.

Fortalecer nossos funcionários com uma cultura mais ágil, retendo e atraindo diferentes talentos que são parte essencial do nosso ecossistema

Encerramos 2024 com cerca de 126.815 funcionários somando as quatro unidades de negócio. Nossa equipe sustenta a diversidade do nosso negócio, ela age com colaboração, responsabilidade e paixão, cuidando da nossa gente e de todos os detalhes para encantar o nosso cliente. Buscamos sempre melhorar nossas relações com os colaboradores. A partir destes valores, juntos todos os nossos colaboradores visam tornar o Grupo Carrefour Brasil o varejista mais querido e preferido do Brasil, reconhecido pela sua excelência e inovação, com uma equipe que atua de forma colaborativa, responsável e apaixonada, cuidando de cada detalhe para o prazer dos nossos consumidores. Temos uma cultura corporativa focada em resultados por meio de metas bem definidas, encorajando a atração e integração de talentos, o trabalho em equipe, a capacitação com responsabilidade, a meritocracia e a diversidade.

Desde 2020 a companhia conta com outorgas anuais de Programas de Incentivo de Longo Prazo (ILP) aos

seus executivos chave. Os programas seguem a modalidade de Performance Shares e estão vinculados aos objetivos de longo prazo da Companhia (ações locais) e Grupo Carrefour (ações globais). Os resultados financeiros e os compromissos ambientais e sociais são fatores considerados nos planos. Nossa área de Recursos Humanos atua junto a liderança da companhia reforçando a nossa cultura, visando garantir o desenvolvimento dos profissionais e, consequentemente, consolidando a nossa posição de liderança nos segmentos de Atacado e de Varejo no Brasil. Em 2023 o Grupo lançou o programa Carrefour Invest para compra de ações Carrefour com desconto para os funcionários, onde teve uma forte adesão de participantes.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações veja os itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência.

(a) produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras:

Nossos Produtos

O nosso portfólio de produtos alimentares e não-alimentares contempla marcas líderes nacionais e internacionais para cada categoria de produto, assim como as nossas marcas próprias: 'Carrefour', 'Carrefour Classic', 'Carrefour Selection', 'Carrefour Viver', 'Carrefour Veggie', 'Carrefour Expert', 'Carrefour My Baby', 'Carrefour Soft', 'Carrefour Care', 'Carrefour Men', 'Carrefour Bio', 'Carrefour Original', 'Carrefour Essential', 'Carrefour Mercado', 'Carrefour Tex', 'Carrefour Toy', "Carrefour Campanino', 'Carrefour Home', 'Únicos' e 'Sabor & Qualidade' além das nossas marcas exclusivas: 'Quilmes', 'Bad boy', e 'Terroirs Du Monde'. Nossos produtos de marca própria e exclusiva são vendidos em nossas lojas físicas, através de nossa plataforma de e-commerce, aplicativos de last mile e delivery e pelo App "Meu Carrefour". Em 31 de dezembro de 2024, oferecíamos aos nossos consumidores mais de 4.100 SKUs ativos de marca própria e exclusiva. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 nossas marcas próprias representaram 21,6% de nossas vendas brutas, respectivamente. Com exceção dos itens transformados nas lojas que temos controle de origem e caderno de especificação técnica, ainda não produzimos os produtos vendidos sob nossas marcas próprias, que hoje são fabricados e embalados por empresas terceiras, devidamente licenciadas para comercializar nossas marcas em nossos canais de venda.

Dentro do nosso portfólio de produtos alimentares, vendemos categorias perecíveis e não-perecíveis, tais como frutas, vegetais, bebidas, carnes, pães, produtos lácteos, comidas prontas, lanches, doces, entre outros. Já dentro do nosso portfólio de produtos não-alimentares, temos: produtos de limpeza, bens duráveis, móveis, equipamentos para a casa, eletrodomésticos, assim como remédios, produtos de cuidado pessoal, combustíveis, lubrificantes e serviços, os quais podem ser encontrados em nossas drogarias ou postos de gasolina.

Para informações sobre os SKUs dentro de nossas lojas, vide item 1.2 deste Formulário de Referência.

Nossas Soluções Financeiras

O Banco Carrefour, instituição financeira que detemos 51% do capital social, sendo o Itaú Unibanco o outro acionista estratégico, é o nosso braço financeiro e auxilia as nossas atividades de vendas, fornecendo soluções de crédito aos nossos consumidores. Desde 1989, já oferecemos soluções financeiras atraentes em todos os nossos formatos e bandeiras de varejo e esta oferta se consolidou através do Banco Carrefour em 2006. Em 2011, firmamos a parceria com Itaú Unibanco e em 2017, iniciamos o processo de estender nossos serviços de crédito também para consumidores do Atacadão. Até o final de 2021, vimos a necessidade de expandir o leque de opções de pagamentos devido à grande demanda dos clientes e hoje a bandeira opera todos os cartões de crédito.

O Banco Carrefour oferece aos nossos clientes financiamento de crédito ao consumidor através de seus cartões de crédito, o que nos permite acessar nossos consumidores do varejo que estão em busca de crédito e outros produtos e soluções financeiras. Em nossas lojas físicas do segmento de varejo e em nossa plataforma de e-commerce, nossos cartões de crédito Carrefour oferecem condições de pagamento atraentes, tais como melhores condições de parcelamento de vendas a crédito sem juros e programas de desconto. Em nossas lojas de atacado de autosserviço, nosso cartão de crédito Atacadão oferece aos nossos clientes a flexibilidade de poder fazer compras a prazo, e programas exclusivos de desconto. Clientes que já sejam titulares dos nossos cartões de crédito Carrefour têm acesso a outros produtos financeiros disponíveis, tais como seguros de crédito, refinanciamento dos saldos pendentes do cartão de crédito, empréstimos pessoais, entre outros.

Temos em funcionamento ferramentas de gestão de risco e sistemas para avaliar o risco de crédito dos clientes que estão em busca de nossas soluções financeiras, que incluem a verificação de dados públicos dos nossos clientes em relação ao seu nível de endividamento, patrimônio e renda, entre outros. As soluções de crédito do Banco Carrefour também são oferecidas aos clientes em nossas lojas físicas, onde o processo de aprovação de crédito é realizado no local em estandes próprios instalados nas nossas lojas, no qual os clientes podem receber um cartão de crédito temporário ou um vale para fazer compras imediatamente. O Banco Carrefour também oferece soluções de crédito para clientes pré-aprovados através de contato ativo de call center. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a taxa de inadimplência média (ou seja, faturas não pagas e devidas por mais de 90 dias dos nossos cartões de crédito) foi de 11,6%.

O Banco Carrefour emite cartões de crédito co-bandeirados com Visa e Mastercard que podem ser usados tanto dentro como fora dos nossos pontos de venda. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente 23,0% das nossas vendas em lojas de varejo e 27,7% de nossas vendas na plataforma de e-commerce foram feitas através do Cartão Carrefour, e 8,4% das vendas nos atacados de autosserviço foram feitas através do Cartão Atacadão. Acreditamos que há um grande espaço para expansão adicional de serviços de crédito e outros serviços financeiros que oferecemos aos nossos clientes.

Nossos Ativos Imobiliários

O nosso portfólio de ativos imobiliários próprios incluía, em 31 de dezembro de 2024, 288 estabelecimentos de lojas de atacado de autosserviço e atacado de entrega, 80 hipermercados, 14 supermercados, 1 loja de conveniência, 29 Sam's Club e 3 shoppings, estacionamentos, terrenos a serem desenvolvidos e 250 galerias em torno de nossas lojas. A unidade de Property Division, é responsável pelo gerenciamento de nosso portfólio de imóveis próprios, utilizado em nossa operação do segmento de Varejo e, também, pela administração de nosso portfólio de 3.200 lojistas em nossas galerias e shoppings, com um total de área bruta locável, ou ABL, de mais de 377 mil metros quadrados. O prazo de vigência da maioria dos contratos de locação que assinamos com os nossos inquilinos variam de 5 a 10 anos, dependendo do tamanho da loja e alguns contratos são de prazo indeterminado.

As 124 lojas de atacado de autosserviço e estabelecimentos de atacado de entrega restantes, 32 hipermercados, 66 supermercados, e 142 lojas de conveniência, 19 Sam's Club que operamos até 31 de dezembro de 2024 foram alugadas de terceiros e possuem uma área total de aproximadamente 991 mil metros quadrados. Nossos contratos de aluguel estabelecem o pagamento de aluguéis mensais com base em: (i) com relação aos nossos centros de distribuição, um valor fixo por metro quadrado e (ii) com relação a algumas de nossas lojas de atacado de autosserviço e a maioria das lojas de Varejo, um percentual sobre as vendas totais do locatário, tendo um aluguel mínimo mensal garantido.

O Carrefour Property é a área de negócios em real estate do Grupo Carrefour Brasil e gerencia as iniciativas de modernização e renovação das nossas lojas, coordenando e executando projetos de desenvolvimento e obras de construção, e tem a importante tarefa de otimizar o nosso portfólio de imóveis e criar valor, aumentando o potencial das nossas propriedades, inclusive por meio de parcerias com terceiros em alguns projetos, com o objetivo principal de aumentar o movimento e a satisfação dos consumidores em nossas lojas.

Com foco em projetos multiuso, a área desenvolve e valoriza seus ativos, aumentando a atratividade dos empreendimentos e alavancando as empresas do ecossistema do Grupo. Busca aprimorar a jornada do consumidor, promovendo opções de compra e serviços com mais qualidade de vida, facilidade de locomoção, conveniência e sustentabilidade.

Dentre os diversos projetos em desenvolvimento, destaca-se o Alto das Nações, um novo marco para a cidade de São Paulo e que traz integração entre urbanização, parque, praça e espaços de convivência. Em parceria com o Grupo WTorre, a construção deste complexo multiuso com 320 mil m² de área privativa na cidade de São Paulo, abrigará a torre corporativa mais alta do Brasil, com 216 metros de altura, um centro comercial de 6 mil m², uma torre mista com 20 mil m² e uma torre residencial com mais de 35 mil m² e cerca de 216 unidades.

Um dos grandes destaques é o novo hipermercado Carrefour que, após a conclusão, ganhou um novo conceito de loja, com soluções e experiências modernas e diferenciadas, e um centro comercial com restaurantes, praça de alimentação, farmácia e outros serviços. A população terá à disposição, ainda, um parque com mais de 32 mil m² - um grande espaço aberto de uso público que incentivará a interação com o ambiente, social, recreação, descanso e atividades físicas ao ar livre.

O projeto prevê, ainda, integração com os diversos modais de transporte público da região, incentivando a redução do uso de veículos e as emissões de gases de efeito estufa, poluição e outros prejuízos ambientais. Além disso, toda a área contará com infraestrutura completa para bicicletas e outros transportes alternativos. Mais de 300 árvores de espécies nativas serão plantadas, garantindo a restauração da faixa de proteção ambiental da margem do rio Pinheiros, preservando a permeabilidade do solo e o recobrimento verde no terreno. O projeto ajudará a colaborar com a qualidade do ar e do microclima interno do empreendimento e do entorno.

O novo complexo tem previsão de seis anos para ser finalizado e as entregas serão divididas em duas fases. Entregue em dezembro de 2022, a primeira etapa contempla a nova loja Carrefour e um centro comercial. Já a segunda fase, com entrega das torres corporativa e residencial, está programa para ser finalizada até 2026.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A tabela abaixo apresenta a nossa receita operacional líquida proveniente de cada um dos nossos segmentos de negócio e a porcentagem que ela representa em nossa receita operacional líquida consolidada para cada período indicado:

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024			
	R\$ milhões	% Total	
Varejo	25.358	22%	
Atacadão	78.515	68%	

Total da receita operacional líquida	115.636	100%
Eliminação intragrupo	-48	0%
Soluções Financeiras	5.215	5%
Sam's Club	6.595	6%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Divulgamos o Resultado por Segmentos operacionais até o "Resultado antes do resultado financeiro e impostos". Não apresentamos nosso resultado financeiro e imposto de renda por segmento, uma vez que estes são mensurados e revisados pela administração de forma consolidada.

Sendo assim, a tabela abaixo apresenta o nosso "Resultado antes do resultado financeiro e impostos", proveniente de cada um dos nossos segmentos de negócio e a porcentagem que eles representam na visão consolidada, para cada período indicado abaixo. Os nossos segmentos operacionais são Varejo, Atacado, Sam's Club e Soluções Financeiras. Nós também incorremos em custos classificados como "Funções Corporativas", que incluem despesas de centros de custos compartilhados relacionados às nossas funções centrais e à sede. Estes custos são compostos principalmente por custos de funções suporte e holding e custos da nossa controladora que não podemos alocar de maneira objetiva a cada um de nossos segmentos operacionais.

RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS				
	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024			
	R\$ milhões	% Total		
Varejo	-387	-9%		
Atacadão	4.515	106%		
Sam's Club	87	2%		
Soluções Financeiras	624	15%		
Funções Corporativas	-520	-12%		
Eliminação intragrupo	-48	-1%		
Total do resultado antes do resultado financeiro e impostos	4.271	100%		

(a) características do processo de produção

Nosso portfólio nos segmentos de Varejo, Atacado e Sam's Club contempla em sua maioria produtos alimentares e não alimentares prontos para venda, que são comprados pelo Grupo e revendidos aos nossos consumidores finais. Sobre os nossos produtos não-alimentares, eles são produtos prontos que são disponibilizados para venda pelos seus fabricantes, como grande parte do nosso portfólio, estes produtos são adquiridos por nós e revendidos para os consumidores. O restante do nosso portfólio é composto por produtos alimentares para o segmento de Varejo que são preparados em nossas próprias lojas por meio da utilização de técnicas de preparação de perecíveis desenvolvidas por nossa equipe técnica ou, em determinadas circunstâncias, são produtos semiprontos que são finalizados em nossas lojas a partir de parcerias firmadas com fornecedores que nos entregam estes produtos.

(b) características do processo de distribuição

Nossos canais de vendas

Para atender às necessidades de todos os nossos consumidores e a evolução dos seus hábitos de compra, operamos sobre uma plataforma multiformato e omnicanal composta por uma rede de 1.007 pontos físicos de venda em 31 de dezembro de 2024, complementada por uma plataforma de e-commerce e marketplace em rápida expansão. Nosso segmento de Atacado consiste na venda, sob nossa bandeira Atacadão, de alimentos e produtos não-alimentares selecionados aos consumidores finais, revendedores e fornecedores do setor de serviços de alimentação. Nosso segmento de clube de compras consiste na venda, sob a bandeira Sam's Club, de produtos alimentares e não alimentares para consumidores finais. Nosso segmento de Varejo opera sob diferentes formatos e bandeiras e consiste na venda de produtos alimentares e não-alimentares para consumidores finais em: (1) hipermercados sob a bandeira Carrefour; (2) supermercados sob a bandeira Carrefour Bairro, Nacional e Super Bompreço; (3) lojas de conveniência sob a bandeira Carrefour Express; (4) drogarias e postos de combustíveis sob as bandeiras Carrefour e Atacadão e, com relação aos postos de combustíveis, também sob a bandeira de uma empresa distribuidora petrolífera; e (5) nosso aplicativo "Meu Carrefour" e nosso site de e-commerce carrefour.com.br.

Lojas Físicas:

Lojas Atacadão: Nossas 379 lojas de atacado de autosserviço estão localizadas em grandes áreas urbanas, com uma área de venda média de aproximadamente 5.000 metros quadrados. Além das nossas lojas de atacado de autosserviço, operamos também 33 estabelecimentos de atacado de entrega dedicados a suprir os pedidos dos nossos maiores consumidores B2B por meio de serviços de entrega, e ainda e nosso site de e-commerce atacadao.com.br. Em 31 de dezembro de 2024, chegamos a oferecer para nossos consumidores cerca de 10.000 SKUs (Stock Keeping Unit), em nossas lojas de atacado de autosserviço e aproximadamente 4.500 SKUs em nossos atacados de entrega. As vendas de produtos alimentares representaram 96% das vendas líquidas do Atacadão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Lojas Sam's Club: Nossas 58 lojas de Sam's club estão localizadas em grandes áreas urbanas e alto poder aquisitivo, com uma área de venda média de aproximadamente 5.500 metros quadrados. O formato conta também com um site de e-commerce www.samsclub.com.br. Em 31 de dezembro de 2024, chegamos a oferecer para nossos consumidores cerca de 6.000 SKUs, em nossas lojas. As vendas de produtos alimentares e não alimentares representaram 83% e 17%, respectivamente, das vendas líquidas do Sam's Club no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Hipermercados: Nossos 112 hipermercados estão localizados nas principais regiões econômicas do Brasil e possuem uma área média de vendas de aproximadamente 6.700 metros quadrados. Em 31 de dezembro de 2024, nossos hipermercados ofereciam aproximadamente 34.700 SKUs.

Supermercados: Nossos 80 supermercados estão localizados nas regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste e possuem área média de vendas de 1.500 metros quadrados e sortimento de médio de produtos de até 14.000 SKUs.

Lojas de Conveniência: Nossas 143 lojas de conveniência estão localizadas essencialmente em áreas comerciais de grande fluxo de pedestres e em algumas áreas residenciais densamente povoadas na região da grande São Paulo. Nossas conveniências Carrefour Express tem uma área média de vendas de cerca de 200 metros quadrados e em 31 de dezembro de 2024 um sortimento inteligente com cerca de 4.000 SKUs.

Drogarias: Nossas 99 drogarias estão localizadas principalmente nas galerias em torno dos nossos hipermercados e têm uma área média de vendas de aproximadamente 65 metros quadrados. Em 31 de dezembro de 2024, nossas drogarias ofereciam cerca de 9.000 SKUs aos nossos consumidores.

Postos de combustíveis: Dos nossos 103 postos de combustíveis, todos, com a exceção de um, estão localizados nas áreas dos estacionamentos de nossos hipermercados Carrefour e das lojas de atacado de autosserviço Atacadão.

E-commerce

Lançamos com sucesso nossa plataforma de e-commerce, carrefour.com.br em julho de 2016 com a oferta de uma grande variedade de produtos não-alimentares para o consumidor e, ao final de 2024, a plataforma foi responsável pela venda de 80% do total não alimentar. Em outubro de 2017, junto com o lançamento do programa "Meu Carrefour", lançamos nosso App e, com ele, a opção da venda de alimentos on-line. Em 31 de dezembro de 2024, a nossa plataforma de e-commerce oferecia, diretamente aos nossos consumidores, aproximadamente 100 mil SKUs, bem como aproximadamente 6 milhões de SKUs relativos a produtos de terceiros através de nosso marketplace. Como parte da nossa iniciativa estratégica de atender a evolução dos hábitos de compra dos nossos consumidores, estamos atualmente focados em: (1) crescer a oferta de produtos não-alimentares por meio do sortimento próprio e do marketplace; (2) expandir nossa venda de produtos alimentares oferecendo o melhor nível de serviço do mercado; e (3) aumentar a fidelização de nossos clientes a partir do programa de fidelidade minhas recompensas. Também atuamos em parceria com operadores de last mile delivery.

Distribuição e Logística

Temos sistemas separados de distribuição e logística para nossos segmentos de negócio de Atacado e de Varejo. Para atender às necessidades logísticas de nossa ampla rede nacional de pontos de venda e de ecommerce, temos 19 centros de distribuição no segmento de varejo e 10 centros de distribuição no Sam's Club. Já para o e-commerce, temos até o momento 100% lojas com picking in store novo método de coleta substituindo as sides stores e dark stores buscando simplificar o processo. Além disso, todas as nossas lojas de atacado de autosserviço e alguns dos nossos hipermercados têm grandes áreas e capacidade de armazenamento. Acreditamos que a localização estratégica de nossos centros de distribuição, bem como a grande capacidade de armazenamento de nossas lojas de atacado de autosserviço e hipermercados nos permite administrar, de forma eficiente, o nosso estoque em loja e o nosso processo geral de fornecimento, e, consequentemente, abastecer as nossas lojas de forma eficiente e ágil, com redução dos custos de estoque e do risco de ruptura dos produtos.

As localizações estratégicas dos nossos centros de distribuição nos permitem realizar entregas regulares para lojas, o que, no caso dos nossos supermercados e lojas de conveniência, reduz a necessidade de espaço de estoque em loja, limitando, portanto, os seus estoques não-produtivos. Nossos centros de distribuição são controlados por uma plataforma de tecnologia B2B, que liga o nosso sistema de ressuprimento automático aos nossos centros de distribuição e fornecedores a fim de repor automaticamente nosso estoque.

A logística para a compra e distribuição dos produtos que serão vendidos em nossas lojas físicas varia de acordo com o nosso segmento de negócio. Nas nossas lojas físicas de Varejo cada loja envia os pedidos de compra, que são transmitidos para os nossos centros de distribuição. Estes, por sua vez, consolidam todos os pedidos de compra feitos pelas lojas. Nosso departamento de logística fica então responsável pela comunicação com os fornecedores e pelo agendamento das entregas para cada loja de Varejo, nas quantidades necessárias para manter volume e variedade de produtos disponíveis para nossos consumidores.

Por outro lado, as nossas lojas do segmento Atacadão enviam o pedido de compras de produtos para a divisão regional de compras, que é responsável por monitorar os níveis de estoque de cada loja, aprovar o pedido e retransmiti-lo para os fornecedores.

Nossa estrutura logística nacional permite o crescimento futuro dos formatos tradicionais, bem como o lançamento de lojas de conveniência e da plataforma de e-commerce. Nossos processos de logística e de distribuição são organizados de acordo com os produtos e serviços vendidos sob cada uma de nossas bandeiras. Nesse sentido, eles são guiados pelos procedimentos descritos abaixo.

Atacadão: Até 31 de dezembro de 2024 tínhamos 4 centros de distribuição e 33 estabelecimentos de atacado de entrega com ofertas para grandes consumidores B2B e para as nossas próprias lojas de atacado de autosserviço operando sob a bandeira Atacadão, em casos de falta de estoque. O uso de nossos estabelecimentos de atacado de entrega como centros de distribuição das nossas lojas de atacado de autosserviço promove economias de escala em relação ao transporte e ao manuseio de cargas e à gestão das capacidades de armazenagem e transporte. O processo de distribuição de nossos estabelecimentos de atacado de entrega para nossas lojas de atacado de autosserviço é realizado principalmente por uma frota terceirizada. Em 31 de dezembro de 2024, nossa taxa de centralização no formato de atacado de autosserviço (a porcentagem de receita proveniente de produtos enviados para nossas lojas diretamente dos nossos estabelecimentos de atacado de entrega) era de 33%. Pedidos não-centralizados são entregues diretamente pelos nossos fornecedores às nossas lojas seguindo o modelo de fornecimento conhecido como "Entrega Direta". Em 31 de dezembro de 2024, 67% das nossas vendas de lojas de atacado de autosserviço correspondiam a produtos de "Entrega Direta".

Sam's Club: Em 31 de dezembro de 2024, a infraestrutura logística de fornecimento destas lojas é composta por 10 centros de distribuição. O processo de distribuição de nossos centros de distribuição para nossas lojas é realizado por uma frota terceirizada.

Hipermercados, Supermercados e Lojas de Conveniência: Em 31 de dezembro de 2024, a infraestrutura logística de fornecimento destas lojas é composta por 19 centros de distribuição. Após recebermos produtos

alimentares e não-alimentares dos nossos fornecedores, nosso processo de distribuição é realizado por uma frota terceirizada.

Postos de combustíveis: Nossos postos de combustíveis são atualmente abastecidos por duas companhias petrolíferas, cada uma fornecendo produtos para nossos postos de combustíveis que são operados sob sua bandeira, junto com a nossa. As ordens de fornecimento são feitas individualmente por cada posto, e o combustível é solicitado através de ordens de compra ou fornecimentos diários pré-acordados, no âmbito dos contratos de serviços celebrados por cada posto de combustível. O transporte de combustível é realizado exclusivamente por nossos fornecedores, enquanto as operações de descarga nos nossos postos são supervisionadas de perto pelos nossos empregados por razões de segurança e de controle de qualidade.

Drogarias: Nossas drogarias são abastecidas com medicamentos cosméticos e outros produtos de cuidados de saúde. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, todos os produtos vendidos em nossas drogarias foram entregues diretamente a cada drogaria por distribuidores farmacêuticos no Brasil que haviam celebrado acordos de fornecimento conosco.

E-Commerce: O fornecimento de serviços de atendimento eficientes e confiáveis e de opções de entrega rápidas e convenientes são peças-chave do nosso modelo de negócio de e-commerce. Oferecemos aos consumidores uma gama de opções de transporte e entrega. Também estamos focados na prestação de serviços de atendimento eficientes e confiáveis que, em 31 de dezembro de 2024, tanto para produtos não alimentares, quanto alimentares oferecíamos as opções de Clique & Retire, Drives e Clique & Retire em todas lojas de hipermercados, além de 100% das lojas com picking in store, que absorveram 38% das vendas totais do e-commerce alimentar, o que nos permitiu sustentar um índice completo de pedidos superior a 71%, reduzindo significativamente os níveis de ruptura dos estoques e as taxas de rotatividade. Temos sistemas de rastreamento em funcionamento que fornecem aos nossos consumidores atualizações sobre o status de seus pedidos em diferentes etapas do processo de entrega.

- (c) características dos mercados de atuação, em especial:
- (i) participação em cada um dos mercados
- (ii) condições de competição nos mercados

<u>Varejo</u>

A indústria varejista de alimentos brasileira é altamente competitiva com grandes players multinacionais. Em 1975, o Carrefour se tornou o primeiro varejista internacional do ramo alimentar no mercado brasileiro; 20 anos mais tarde, em 1995, a cadeia norte-americana Walmart chegou no Brasil ao adquirir, principalmente, cadeias do varejo doméstico alimentar e, em junho de 2018, 80% da rede, no Brasil, foi adquirida pelo fundo de investimento Advent, e passaram a se chamar, em 2019, Grupo Big. Já em junho de 2022 o Grupo Carrefour Brasil concluiu a compra do Grupo Big. Em 1999, o grupo francês Casino entrou neste mercado, e em 2012 se tornou acionista controlador da Companhia Brasileira de Distribuição ou Grupo Pão de Açúcar (GPA).

O restante do mercado é majoritariamente detido por varejistas de alimentos concentrados em regiões e/ou estados específicos do Brasil. Os nossos concorrentes variam dependendo da localização e do formato das lojas, e a participação de mercado pode variar substancialmente de uma região para outra. Os principais concorrentes dos hipermercados Carrefour são os atacados Assaí que opera lojas em todo Brasil. Os principais concorrentes dos nossos 80 supermercados localizados no Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e Nordeste e na região metropolitana de Brasília são empresas regionais, como os Supermercados BH e a Epa Supermercados, Pão de Açucar, Zaffari e outros. Os principais concorrentes das nossas lojas de conveniência Carrefour Express localizadas na cidade de São Paulo são as marcas do Grupo Pão de Açúcar, quais sejam, Minuto Pão de Açúcar e Extra Mini, lojas Oxxo e das lojas do grupo Dia, embora também concorramos com várias bandeiras locais.

A indústria varejista de alimentos é muito fragmentada no Brasil. De acordo com o Ranking ABRAS 2024 (Associação Brasileira de Supermercados), há mais de 1.251 varejistas de alimentos no Brasil e os 10 maiores varejistas representaram mais de 52% do faturamento total do mercado.

<u>Atacadão</u>

O mercado brasileiro de atacado com foco no segmento alimentar também é altamente competitivo. O segmento abrange a distribuição de produtos primordialmente alimentícios e outros bens (e.g., utensílios descartáveis) a pequenos varejistas, hotéis, churrascarias, açougues, lojas de conveniência, entre outros perfis de clientes.

Os atacados são capazes de atender clientes em todo o território nacional e a expansão para uma nova região não exige investimentos expressivos, podendo ser atingida com a realização de desvios de rotas e/ou aluquel de galpões ou centros de distribuição.

No Brasil, o Grupo Carrefour opera o segmento por meio de 33 estabelecimentos dedicados ao atendimento de clientes B2B. Adicionalmente, está presente fisicamente em 26 estados brasileiros e DF.

Assim, há diversos concorrentes, tanto aqueles pertencentes a redes nacionais reconhecidas como Assaí, Mercantil Rodrigues (empresa do Grupo Ceconsud,) Fort Atacadista (Grupo Pereira), quanto importantes players regionais. Outros concorrentes de destaque são Roldão e Tenda.

Banco Carrefour

No segmento do Banco Carrefour, somos o maior operador de cartões de crédito associado a um varejista, sendo este um mercado controlado pelos principais bancos privados e públicos em atividade no Brasil, como demonstrado na tabela abaixo.

Somos o 6º maior banco em saldo de carteira.



Fonte: Análise CardMonitor, emissores que fecharam o 3º trimestre de 2024 com saldo superior a 1,5 bilhão. Dados Bacen, posição em Set/2024 sobre saldo a receber.

(d) eventual sazonalidade

Como a maioria das companhias de varejo, experimentamos flutuações sazonais em nossas vendas líquidas e nossos resultados operacionais. Historicamente, geramos maiores vendas líquidas no quarto trimestre de cada ano, como resultado da campanha promocional da Black Friday, da temporada de vendas de Natal e do recebimento do décimo terceiro salário. Por outro lado, o primeiro trimestre do ano é geralmente nosso período mais baixo de vendas. Também experimentamos forte sazonalidade em nossos resultados nos meses de março ou abril, dependendo de quando cai o feriado de Páscoa. Em 2024, o primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres representaram 22,7%, 25,7%, 24,5% e 27,1% das nossas vendas líquidas consolidadas. A sazonalidade relativa à disponibilidade de alguns dos nossos produtos (tais como frutas e vegetais) não afeta nossos resultados devido à grande e diversificada seleção de produtos que oferecemos aos nossos consumidores.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Compramos a maioria dos nossos produtos alimentares e não-alimentares de vários fabricantes e produtores diferentes e, portanto, não há nenhuma dependência material em relação a qualquer um dos nossos fornecedores individuais para os produtos que vendemos para nossos consumidores. Nossos fornecedores devem atender a condições rigorosas, particularmente a respeito da qualidade dos produtos, confiabilidade e entrega. Em 2024, tivemos aproximadamente 4.700 fornecedores de mercadoria para nossas lojas de varejo,2./100 fornecedores para nossas lojas de atacado e 550 para nosso e-commerce alimentar e não-alimentar.

Para certas categorias limitadas de produtos alimentares (como bebidas) e produtos não-alimentares, tais como eletrônicos, medicamentos e combustível, mesmo havendo um número limitado de fornecedores, não consideramos ter uma dependência material em relação a nenhum deles, uma vez que acreditamos que podemos substituir esses fornecedores por outros fornecedores que atuam nos mercados altamente competitivos do qual eles fazem parte. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nenhum fornecedor individual representou mais de, aproximadamente, 4% das nossas vendas brutas e nossos dez

maiores fornecedores representaram em 2024 conjuntamente cerca de 30% das nossas vendas brutas.

Buscamos obter descontos por volume desses fornecedores para diminuir nossos custos variáveis numa base de custo por unidade. Acreditamos que a escala de nossas operações muitas vezes nos dá uma posição mais forte de negociação nas discussões contratuais com produtores e fabricantes, resultando em preços mais baixos e em termos e condições mais favoráveis para os produtos adquiridos. Além disso, não compramos nossos produtos através de contratos de longo prazo em qualquer um dos nossos formatos, o que nos permite manter a flexibilidade em nossas compras.

O nosso segmento Banco Carrefour conta atualmente com um contrato de longo prazo, até 2033, com a TSYS Serviços de Transações Eletrônicas Ltda (TSYS), que fornece serviços de processamento de pagamento de cartão de crédito para dar suporte às operações em nossas lojas físicas e plataforma de ecommerce. O Banco Carrefour poderia contratar outros prestadores de serviço para substituir a TSYS, se necessário, sem consequências operacionais, mas a complexidade desse tipo de operação de processamento de pagamento e o nível de integração necessário entre nós e o prestador de serviço para que tudo funcione bem pode fazer com que a substituição do atual prestador de serviços seja penosa.

1.5 Principais clientes

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui segmentos operacionais com clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação

com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Estamos sujeitos a um número significativo de regulamentações estatais, federais, estaduais e municipais, que são geralmente aplicáveis às companhias que atuam no Brasil, tais como leis trabalhistas, de saúde pública e ambientais, dentre outras. Também estamos sujeitos a leis e regras que são aplicáveis às companhias em setores e segmentos de negócios específicos, como detalhado abaixo.

Regulamentação para nossos segmentos de negócio de Varejo, Clube de Compras e Atacadão.

Para a operação de um negócio nos segmentos de varejo e atacado, a legislação e a regulamentação aplicáveis impõem a necessidade de obtenção de diversas licenças e autorizações, desde a fase de implantação até o efetivo funcionamento da atividade. Tais documentos são emitidos por diferentes órgãos públicos, mediante a realização de análises técnicas e estudos de viabilidade específicos. Entre os principais exemplos — sem caráter limitativo — estão: alvará de construção ou reforma, certificado de conclusão da obra (habite-se), licença de funcionamento, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), licença sanitária, entre outros que possam ser exigidos conforme a natureza e localização do empreendimento.

A legislação ambiental brasileira determina, ainda, que a instalação de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras, isto é, que de qualquer forma causem, ou possam causar, impacto ao meio ambiente está condicionada ao prévio licenciamento ambiental, como é o caso do segmento Varejo, Clube de Compras e Atacado, classificados como grandes geradores de resíduo. Esse procedimento é necessário tanto para as fases de instalação inicial do empreendimento, quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O processo de licenciamento ambiental envolve, em termos gerais, a emissão de três licenças principais, cada uma com prazo de validade determinado: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Cada uma dessas licenças é exigida conforme a fase específica do empreendimento — planejamento, implantação e operação, respectivamente — e sua manutenção está condicionada ao cumprimento das exigências e condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente. Ressalta-se que, embora estas sejam as licenças mais recorrentes, não se trata de um rol exaustivo, podendo haver outras exigências conforme a natureza, porte e localização do empreendimento..

No âmbito operacional, nossos segmentos de negócios de Varejo, Clube de Compras e Atacado estão sujeitos a um conjunto de regras de proteção e defesa do consumidor. Tais regras estabelecem direitos básicos e que precisam ser observados em nossas operações, destacando-se entre eles o direito à informação prévia, clara e precisa sobre todos os produtos e serviços oferecidos em nossos estabelecimentos, especificando de forma visível as características, informações nutricionais (destacando-se os alergênicos), restrições de uso, preços e condições de pagamento, entre outros. Essas regras também devem ser observadas nas ações promocionais e de publicidade utilizadas para promoção da marca. Importa ressaltar que os direitos mencionados possuem caráter exemplificativo, não esgotando o conjunto de obrigações aplicáveis, o qual segue todas as normas de defesa do consumidor previstas no ordenamento jurídico.

E-commerce

Nosso negócio de e-commerce está sujeito a um número significativo de leis e regulamentos aplicáveis às companhias que realizam negócios na internet. A complexa legislação e a constante evolução das leis e regulamentos, atrelado aos elevados níveis de exigência do consumidor, demandam especial atenção e monitoramento a fim de garantir que estejamos em conformidade com as normas vigentes.

Drogarias

Nos termos da lei nº 5.991/1973, conforme alterada, e legislações correlatas, que dispõem sobre o controle sanitário de medicamentos, o comércio varejista de medicamentos é uma atividade econômica que só pode ser exercida por drogarias devidamente autorizadas e licenciadas. Além de autorização federal, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ou ANVISA, as drogarias devem também manter uma licença emitida pela autoridade sanitária local.

A operação de drogarias sem as permissões acima mencionadas ou sem a presença de um farmacêutico em tempo integral no local que seja responsável pela sua operação técnica, bem como qualquer outra violação das leis e regulamentos relativos à vigilância de saúde Federal, Estadual ou Municipal, resulta em penalidades como advertência por escrito, multas, suspensão de atividades e cancelamento da autorização ou registro junto às autoridades de vigilância de saúde. A atividade está sujeita ao cumprimento integral da legislação sanitária vigente, incluindo as resoluções expedidas pelos órgãos reguladores brasileiros, com especial destaque para aquelas emanadas da ANVISA, que estabelecem critérios técnicos e operacionais obrigatórios para a regularidade do funcionamento das drogarias.

Postos de combustíveis

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ou ANP, é responsável pelo controle, supervisão e implementação das políticas do governo brasileiro no que diz respeito às atividades

relacionadas com petróleo, gás natural e biocombustíveis. A ANP regula todos os aspectos da indústria, incluindo a exploração, produção, transporte e venda desses produtos aos consumidores.

Nos termos da Resolução da ANP nº 858/2021, os postos de combustíveis devem obter aprovação prévia da ANP antes de iniciar suas operações. Os requisitos mínimos para a emissão da autorização compreendem a prévia inscrição do candidato na Receita Federal do Brasil e a obtenção da permissão municipal necessária, de licença ambiental e do respectivo Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Os postos de combustíveis autorizados têm permissão para vender combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, graxas e aditivos para consumidores finais na forma de varejo. Eles sempre deverão adquirir combustíveis derivados do petróleo e querosene de distribuidores autorizados pela ANP e todos os outros produtos comercializados deverão ser registrados na ANP. A mistura de combustíveis derivados do petróleo e o comércio de produtos com outros revendedores de varejo são práticas estritamente proibidas. A ANP também fiscaliza preços e qualidade do combustível, capacidade de armazenamento e horário de funcionamento. Cada posto de combustível deve exibir claramente a marca registrada dos distribuidores exclusivos.

Regulamentação para o nosso segmento de Soluções Financeiras

Nossas Soluções Financeiras são operadas pelo Banco CSF, que é uma Instituição Financeira sujeita à regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco CSF é um banco múltiplo regulado pelo BACEN para operar duas carteiras: (i) investimento e (ii) crédito, financiamento e investimento.

O Conselho Monetário Nacional ("CMN"), através de regulamentação atualmente vigente, Resolução CMN nº 4.970, de 25 de novembro de 2021, estabelece, entre outros, requisitos e procedimentos a serem observados para a (i) constituição; (ii) autorização para funcionamento; e (iii) operação de instituições financeiras, tais como o Banco CSF. Em conformidade com o disposto pela norma, a autorização prévia do BACEN é exigida para qualquer mudança de controle de instituições financeiras e outros atos societários, tais como alterações ao estatuto social, reorganizações societárias, aumentos de capital, entre outros.

Ainda, a eleição ou a nomeação de membros de cargos estatutários das instituições financeiras deve ser submetida ao BACEN para sua aprovação tempestivamente.

Dentre suas autorizações, o Banco CSF também possui autorização do Banco Central do Brasil de operar com os produtos de pagamento pós-pago e pré-pago, de integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB") como detentor de conta de reserva bancária, e participante do Sistema de Pagamentos Instantâneo ("SPI"). Essas autorizações foram obtidas após apresentar e cumprir as exigências do regulador.

Os bancos no Brasil estão sujeitos a uma rígida regulamentação e constante supervisão por parte do BACEN. Tal supervisão se estende a uma série de áreas operacionais que pode afetar o dia a dia das instituições financeiras, tais como o Banco CSF.

No que se refere ao Capital, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.607, de 27 de maio de 1999, as instituições financeiras reguladas pelo BACEN devem observar permanentemente os requisitos mínimos de capital próprio e patrimônio líquido de R\$12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) para os bancos de investimento e correspondentes carteiras de banco múltiplo.

Certas regras de natureza bancária, emitidas pelo BACEN e CMN, se aplicam aos cartões de crédito e incluem, entre outros, dispositivos relativos a cobrança de tarifas de cartão de crédito e divulgação de informações obrigatórias.

O BACEN fiscaliza o sistema bancário brasileiro com base nas recomendações internacionais, conhecidas como Basileia III, criando regulamentos com objetivo do fortalecimento da capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, reduzindo o risco de propagação de crises financeiras para a economia real, bem como eventual efeito dominó no sistema financeiro em virtude de seu agravamento.

Desta forma, o BACEN segmentou as instituições para fazer exigências mínimas nas regulamentações de acordo com sua relevância, o qual o Banco CSF está classificado no segmento 3 ("S3") e atende a todos os regulatórios aplicáveis e reporta os indicadores mensalmente ao seu regulador.

Também divulga as informações ao mercado referentes ao gerenciamento de riscos e Capital, bem como à aplicação da metodologia da apuração dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), por meio do relatório de Pilar III, disponível no site da instituição, em atendimento a Resolução BCB nº 54 de 16 de dezembro de 2020.

No dia 1º janeiro de 2025, passou a vigorar a Resolução CMN nº 4.966/2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.Com isso, a norma visa trazer mais transparência às regras contábeis das instituições financeiras, aprimorando a análise de risco e fortalecendo a confiança de investidores e reguladores.

Da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD a todos os nossos modelos de negócios

Com a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em 2018 e a emenda constitucional nº 115 de 2022, que elevou a proteção dos dados pessoais ao patamar de um direito constitucional fundamental, os titulares de dados passaram a ter uma série de direitos. Além disso, alguns desses direitos já existiam no Código de Defesa do Consumidor (art. 43) e foram fortalecidos pela nova lei. Portanto, os titulares de dados, que também são consumidores, possuem direitos garantidos por ambas as leis em relação aos seus dados pessoais.

A LGPD criou diversos direitos para os titulares e diversas novas obrigações para as empresas que tratam dados pessoais. De início, para dar efetividade aos direitos estabelecidos na lei e na constituição, é necessário seguir os princípios previstos no artigo 6º da LGPD: transparência, qualidade dos dados, adequação, finalidade, necessidade, segurança, prevenção, não-discriminação e prestação de contas. Além disso, para comprovar a boa-fé no tratamento dos dados pessoais, é importante adotar as boas práticas estabelecidas nos guias orientativos publicados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais - ANPD.

Referente aos direitos conferidos pela LGPD, é obrigação das organizações criar procedimentos para responder e efetivar os direitos previstos na LGPD para o titular de dados/consumidor, dentre os quais destacam-se: a confirmação da existência do tratamento de dados, o acesso aos dados tratados, a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados não necessários, a informação sobre com quais outras empresas ou órgãos compartilham seus dados pessoais, a portabilidade dos dados para outras empresas que prestem o mesmo serviço e a revisão de decisões totalmente automatizadas.

É importante ressaltar que todos os direitos devem ser atendidos, se possível, de forma imediata ou então em prazo razoável. Como nenhum direito é absoluto, podem existir casos nos quais a empresa não é obrigada a cumpri-los, por exemplo, a eliminar todos os dados sobre um titular, daí a importância de ter um processo estruturado de atendimento aos direitos dos titulares de dados.

Ainda, a LGPD estabelece, nos artigos 7º e 11, as hipóteses legais ou bases legais que justificam os diversos tipos de atividades de tratamento de dados pessoais realizado pelas empresas. Portanto, é uma obrigação da empresa conhecer todas as atividades que envolvem o tratamento de dados pessoais em suas operações, de modo a atribuir a cada uma delas uma base legal adequada, conforme a sua finalidade. A escolha de uma justificativa incorreta ou a ausência de base legal é considerada uma violação à LGPD.

Adicionalmente, as empresas têm o dever de notificar à ANPD e aos titulares de dados em caso de incidente de segurança da informação que afete os dados pessoais tratados por ela, e sobre este tema ANPD publicou em 26 de abril de 2024 a Resolução nº15/2024 que trata do Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança (RCIS).

Referido regulamento define incidente como sendo evento adverso confirmado que tenha relação com violação de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade da segurança de dados pessoais do titulares. Ainda dispõe que os incidentes que possam acarretar risco ou dano relevante aos titulares, ou seja, quando afete de forma significativa interesses e direitos fundamentais dos titulares, devem ser reportados à ANPD. Além disso, incidentes que envolvam dados sensíveis, de crianças, adolescentes, idosos, dados financeiros, dados de autenticação, ou dados protegidos por sigilo, ou se afetar uma quantidade significativa de pessoas, também devem ser reportados.

O descumprimento das obrigações colocadas acima e de requisitos apresentados pela lei para o tratamento de dados pode acarretar o sancionamento administrativo, pela ANPD, pelo BACEN, pelo CADE e por outras autoridades administrativas. Sem prejuízo, do sancionamento administrativo, que diz respeito às sanções previstas na própria LGPD, é importante lembrar que a lei também pode ser usada para mover ações judiciais, gerando indenizações por dano material e moral, em âmbito individual e coletivo, conforme previsto no artigo 22.

Para assegurar o cumprimento adequado da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e garantir segurança jurídica às decisões adotadas, o Grupo Carrefour conta com uma estrutura robusta de governança e privacidade, que inclui processos bem definidos para o atendimento às solicitações dos titulares, além de mecanismos de controle, auditoria e treinamento contínuo das equipes envolvidas.

Por fim, é importante destacar que existem outras normas setoriais que tratam de dados pessoais, tais como regulações da ANS, do BACEN e da CVM. Dessa forma a LGPD deve sempre ser analisada em conjunto com as normas setoriais de cada modelo de negócio.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

O Grupo Carrefour tem como compromisso seguir as normas e políticas ambientais vigentes, considerando todos os critérios descritos nas legislações, como a Política Nacional do Meio Ambiente, Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e/ou das Secretarias de Meio Ambiente, e acordos internacionais aos

quais o Brasil seja signatário, entre outras pertinentes ao segmento do varejo e de demais negócios do Grupo. Também exige de seus parceiros comerciais e fornecedores, esse mesmo princípio. Mantém, no âmbito de sua plataforma de gestão da sustentabilidade, ferramentas e controles que visam mitigar e monitorar riscos ambientais nas suas atividades de acordo com suas diretrizes mundiais para o tema e legislação vigente.

No que se refere ao cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010), a legislação prevê a redução e prevenção da geração de resíduos, tendo como proposta um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. Além disso, institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo.

Alinhada ao cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o Carrefour atua para minimizar a geração de resíduos e o impacto ambiental contribuindo com a agenda contra o desperdício alimentar. Essa temática é conduzida com base nos preceitos da economia circular, para que os materiais tenham o maior nível de reaproveitamento, reduzindo o envio de resíduos aos aterros sanitários. Além disso, o Grupo oferece em suas lojas programas de logística reversa de embalagens e outros materiais contribuindo com o acesso do consumidor com iniciativas de destinação adequada.

Além das regulamentações citadas acima, é importante ressaltar a Lei Francesa do Dever de Vigilância (Loi sur le Devoir de Vigilance), a qual é aplicável a subsidiária no Brasil, que exige que as empresas estabeleçam um plano robusto para identificar riscos e prevenir graves violações dos direitos humanos e do meio ambiente que possam resultar de suas atividades e de suas cadeias de fornecimento.

Assim, no risco ao desmatamento na cadeia, desde 2010 que o grupo Carrefour atua dentro de suas próprias cadeias de abastecimento, com a implantação de ações para combater o desmatamento (certificações, geomonitoramento, rastreabilidade com o objetivo de garantir que as matérias-primas mais presentes em seus insumos, como madeira e papel, óleo de palma, carne bovina e soja sejam provenientes de áreas livres de desmatamento).

Para apoiar as ações práticas na direção de um efetivo combate ao desmatamento, o Grupo Carrefour Brasil criou o Comitê de Florestas, responsável pela coleta e análise de decisões estratégicas, por sugestões e avaliações de ações integradas que permitam trabalhar para o fortalecimento da agenda ESG no Brasil.

Como parte dos compromissos do Carrefour com o tema ambiental está previsto investimentos na ordem de 50 milhões de reais até 2065 para ações voltadas à melhoria da rastreabilidade e conservação dos biomas brasileiros.

No tema de garantia de direitos humanos na cadeia de abastecimento, o Carrefour realiza auditorias presenciais em fornecedores expostos a maior risco de infração às práticas trabalhistas, incluindo todos os produtos de nossas Marcas Exclusivas. As auditorias são realizadas por empresas terceiras (auditoras especializadas) e seguem a metodologia da Initiative for Compliance and Sustainability (ICS) para a verificação das condições de trabalho.

O Banco CSF, em atendimento as regulamentações especificas do CMN e BACEN, as Resoluções CMN nº 4.943 e 4.945/2021, estabelece uma estrutura de governança e diretrizes de riscos compatível com o seu porte e a natureza do seu negócio, em busca do tratamento adequado das questões sociais, ambientais e climáticas.

Nos produtos comercializados, cujo público é pessoa física, ao identificar quaisquer práticas ilícitas em nossos produtos e ou serviços, é reservado ao banco o direito do encerramento do relacionamento com as partes interessadas.

As atuações para o risco social contemplam os pilares de diversidade e inclusão, liderança feminina, negros na liderança, além de educação financeira, concessão de de crédito consciente, prevenção a lavagem de dinheiro, conduta ética, programa de anticorrupção e de treinamento para os nossos colaboradores.

Para os riscos ambiental e climático, atuamos de forma a identificar possíveis perdas atreladas a esses riscos. Possuímos um processo estruturado de avaliação para os fornecedores a fim de mitigar possíveis impactos de riscos sociais e ambientais. Além de monitorar as principais regiões que possam ter impactos climáticos, adotamos práticas de negócio que estejam alinhadas com a proteção do meio ambiente, através da eficiência no consumo de energia e recursos naturais, bem como na gestão adequada de resíduos.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Contamos com uma combinação de marcas e de outros direitos de propriedade intelectual, bem como acordos de confidencialidade com nossos empregados e fornecedores, com o propósito de proteger os direitos de propriedade associados às nossas marcas, às marcas que nos são licenciadas e aos produtos com marcas próprias. Temos trabalhado intensamente para definir as características de cada uma das nossas bandeiras (Carrefour, Banco Carrefour, Carrefour Bairro, Carrefour Express, Express, Carrefour

Drogaria, Carrefour.com, Sam's Club, Bompreço, Nacional e Atacadão) no que diz respeito às expectativas, aos padrões de consumo e ao poder de compra dos níveis diferentes de renda no Brasil. Acreditamos que os consumidores brasileiros associam cada uma das nossas bandeiras a uma combinação específica de produtos, serviços e níveis de preços.

No Brasil, para se obter o registro de uma marca é necessário registrá-la junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Este registro dá ao seu titular o direito exclusivo de uso e exploração da marca em todo o Brasil por um período de 10 (dez) anos prorrogável por períodos iguais e sucessivos.

Em 31 de dezembro de 2024, as marcas mais importantes que utilizamos (Atacadão, Carrefour, Banco Carrefour, Carrefour Bairro, Carrefour Drogaria, Carrefour.com, Carrefour Express, Sam's Club, Nacional, Sabor e Qualidade, entre outras), aproximadamente 511 marcas estão devidamente registradas no INPI, tanto no nosso nome, no que diz respeito às marcas "Atacadão"," e "Nacional", como no nome do Carrefour S.A., no que diz respeito às marcas "Carrefour", tal como "Sam's Club" em nome do Walmart US. O Grupo Carrefour Brasil também possui 2 (dois) contratos de licenciamento, a saber: (i) um contrato de licenciamento com um de nossos acionistas controladores, Carrefour S.A., que nos permite usar e explorar as marcas "Carrefour" e variáveis no Brasil nos segmentos de Varejo e de Soluções Financeiras (esse contrato de licenciamento não se aplica às marcas "Atacadão") e (ii) um contrato de licenciamento com Walmart US que nos autoriza e licencia o uso e exploração das marcas "Sam's Club" e "Member's Mark", entre outras, no Brasil no segmento Clube de Compras.

Nosso contrato de licenciamento com o Carrefour S.A. prevê que o valor dos royalties pelo uso das marcas "Carrefour" descrito acima deverá ser calculado mediante a aplicação de um percentual que varia de 0% a 0,125% (dependendo da margem do EBIT ajustado atingida pelo CCI) das vendas líquidas do nosso segmento de Varejo (excluindo postos de combustível), deduzido de um valor equivalente a 8% dos custos de publicidade incorridos no Brasil para o desenvolvimento das marcas "Carrefour".

Desde que esse contrato de licenciamento entrou em vigor, em janeiro 2015, nenhum valor de royalty foi devido ou pago pelo CCI ao Carrefour S.A., uma vez que o valor dedutível de 8% dos custos de publicidade incorridos no Brasil para o desenvolvimento das marcas "Carrefour" tem sido, pelo menos, duas vezes superior ao valor dos royalties teóricos.

Nosso contrato de licenciamento com o Walmart US prevê que o valor de royalties pelo uso das marcas "Sam's Club", "Members Mark" e outras será igual a 0,7% das vendas líquidas (excluindo combustível e incluindo taxas de associação relativos a membership) e 0,35% da receita de vendas de combustível.

Nosso negócio se baseia na propriedade intelectual, que inclui o conteúdo dos sites, dos nomes de domínio registrados e das marcas registradas e não registradas que utilizamos. Acreditamos que os nomes de domínio que usamos no nosso negócio de e-commerce, bem como nossas marcas próprias, são ativos valiosos e essenciais para a identidade do nosso negócio. Acreditamos ainda, que nossa infraestrutura tecnológica é um ativo importante do nosso negócio de e-commerce.

Somos autorizados e licenciados a operar os seguintes nomes de domínio, entre outros: www.grupocarrefourbrasil.com.br, www.carrefor.com.br, www.carrefoursolucoes.com.br, www.carrefoursolucoes.com.br,

- (d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:
- (i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos
- (ii) em favor de partidos políticos
- (iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não realiza contribuições financeiras diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas e veda estes tipos de contribuição por meio do seu Código de Conduta. Para mais informações sobre o Código de Ética da Companhia, vide item 5.3 deste Formulário de Referência.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, considerando que a receita líquida consolidada da Companhia no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi inteiramente gerada em território nacional.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não há receita atribuída a outros países no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Item não aplicável visto que a totalidade da receita líquida da Companhia é gerada em território nacional.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga informações, compromissos e práticas de ASG adotadas por meio de seu Relatório Anual de Sustentabilidade do Grupo Carrefour Brasil ("Relatório Anual"), disponível nos websites da CVM (gov.br/cvm) e da página de sustentabilidade da Companhia (https://www.grupocarrefourbrasil.com.br/sustentabilidade/). O Relatório Anual abrange nossas práticas e desempenhos em ASG de todas os negócios do Grupo Carrefour Brasil

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A Companhia utiliza, na elaboração do Relatório Anual, o GRI (Iniciativa Global de Reporte, em inglês) e SASB Standards (Conselho de Padrões Contábeis de Sustentabilidade, em inglês) como referência, e em frameworks como TCFD (Task Force on Climate Related Financial Disclosures).

e Relato Integrado da IFRS Foundation.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório Anual do Grupo Carrefour Brasil referente a 2024 teve indicadores de desempenho socioambiental assegurados externamente pela

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório Anual referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 202 , bem como os relatórios anuais anteriores, podem ser encontrados na website de Sustentabilidade da Companhia (https://www.grupocarrefourbrasil.com.br/sustentabilidade/) e na página da CVM, conforme indicado no item (a) acima.

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Os tópicos relatados no Relatório Anual consideram a elaboração e divulgação de temas materiais, que passaram por processo de revisão no final do ano de 2023. O processo de identificação dos temas foi elaborado com base em diretrizes da GRI (Iniciativa Global de Reporte, em inglês), em consonância com o processo de dupla materialidade, contando com um amplo diálogo com stakeholders internos e externos da Companhia, inseridos em diferentes frentes relacionais, incluindo especialistas em temas socioambientais, investidores e a alta liderança, além de uma pesquisa online aplicada a clientes, fornecedores, representantes da sociedade civil e colaboradores, que contou com mais de 35 mil respostas. Como resultado, a Companhia elencou dez temas materiais prioritários, estabelecendo o direcionamento da gestão do Grupo Carrefour no país. Os tópicos também se inserem nas prerrogativas da Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, iniciativas capitaneadas pela Organização das Nações Unidas.

Os temas materiais elencados e os respectivos indicadores acompanhados, são:

- Diversidade, inclusão e promoção dos direitos humanos
- Mulheres e pessoas negras em posições executivas e de liderança
- Pessoas com deficiência
- Rastreabilidade e impacto socioambiental da cadeia:
 - Percentual de fornecedores diretos de carne bovina com geomonitoramento Marca Própria
 - + Marca Nacional
- Número de fornecedores de carne bovina ativos e bloqueados
 - Área total e número de fazendas de carne bovina monitoradas
 - · Faturamento e percentual de Produtos certificados
- % do faturamento obtido com a venda de ovos livres de gaiolas em Marca Própria + Marca Nacional
- Atração, desenvolvimento e qualidade de vida:
 - Turnover e taxas de saída (voluntário e involuntário)
 - Número total de horas de treinamento de colaboradores(as)
 - Média de horas de capacitação por gênero e categoria funcional

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- Número de acidentes fatais com colaboradores
- Número de acidentes fatais com terceiros
- Número e taxa de frequência de acidentes de trabalho típicos e de trajeto (com afastamento)
- Número de doenças ocupacionais registradas no ano
- Absenteísmo devido a acidente de trabalho, doença ordinária e doenças profissionais
- Promoções e méritos por gênero e raça
- Ética, integridade e compliance
 - Colaboradores(as) treinados em Ética e Compliance
 - Total de denúncias de discriminação tratadas e concluídas
- Combate à fome a às desigualdades
 - Toneladas de alimentos doados e número de refeições complementares
 - Recursos aportados em projetos incentivados e não incentivados
- Economia circular e combate ao desperdício alimentar
 - Percentual de redução na intensidade de desperdício alimentar
 - Percentual de embalagens Marca Própria recicláveis, reutilizáveis e/ou compostáveis
 - Venda total de produtos com embalagens retornáveis
 - Volume de materiais renováveis e não renováveis em embalagens
 - Volume de plástico reciclado utilizado em embalagens Marca Própria
 - Volume de redução de embalagens em toneladas
 - Percentual e volume de recuperação de resíduos
- Inovação e privacidade de dados
 - Número de violações de dados e clientes afetados
- Respeito e relacionamento de excelência com clientes
 - Net Promoter Score (NPS)
 - Percentual de respostas positivas no barômetro
- Qualidade, segurança e saudabilidade
 - Número de recalls e unidades recolhidas
 - Quantidade de redução de sal e açúcar nos produtos de marcas próprias (kg)
- Mudanças climáticas:
 - Consumo total de energia, combustíveis renováveis e não renováveis, e intensidade energética
 - Consumo de gases refrigerantes
 - Redução de emissões de Gases de Efeito Estufa
 - Consumo total de água

Os indicadores chaves acompanhados pela companhia, podem ser verificados na página 55 do relatório, bem como nos anexos do documento, apresentados entre as páginas 178 e 181.

O Relatório de Sustentabilidade referente a 2024 manteve a materialidade definida no ano anterior. Como boa prática, os temas materiais deverão ser revisados, atualizados e divulgados no relatório de sustentabilidade referente a 2025.

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A construção do Relatório Anual, bem como a identificação dos temas materiais, se baseia nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, identificados ao longo de todo conteúdo do relatório. Também elencamos em material interno, com base nas análises de materialidade, os ODS prioritários e secundários para atuação, descritos a seguir:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

ODS 2 - Fome zero e Agricultura sustentável

ODS 5 - Igualdade de Gênero

ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

ODS 7 - Energia Limpa e Acessível

ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições fortes

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A Companhia atualmente considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) em seu Relatório Anual de Sustentabilidade, e faz seu disclosure sobre as recomendações nas páginas 172 a 177 do Relatório Anual.

(h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia realiza seu inventário de emissões de gases do efeito estufa, considerando os escopos 1, 2 e 3, de acordo com a metodologia GHG Protocol. As últimas publicações do inventário podem ser consultadas na página da internet do Registro Público de Emissões, disponível em (https://registropublicodeemissoes.fgv.br/)

- (i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:
 - (i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, considerando que adotamos as práticas indicadas no item acima.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, considerando que adotamos as práticas indicadas no item acima.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, considerando que adotamos as práticas indicadas no item acima.

- (iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas Não aplicável, considerando que adotamos as práticas indicadas no item acima.
- (v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável, considerando que adotamos as práticas indicadas no item acima.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa Não aplicável, considerando que adotamos as práticas indicadas no item acima.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

- (a) interesse público que justificou sua criação
- atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:
- (i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"
- (ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
- (iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Operação de retroarrendamento - "sale and leaseback"

Em linha com a estratégia do Grupo de maximizar a eficiência operacional e financeira baseada na revisão contínua de seus ativos imobiliários, na data de 22 de outubro de 2024 o Grupo assinou um contrato de venda de Imóveis com Fundo de Investimento Imobiliário Guardian Real Estate (GARE11), fundo gerido pela Guardian Gestora Ltda., relativo à venda de 15 (quinze) imóveis próprios onde estão localizadas lojas operadas pela Companhia ou suas afiliadas sob a bandeira "Atacadão", no valor total de R\$ 725 milhões. O Grupo celebrou contratos de locação na modalidade de retroarrendamento com prazo inicial de 13 (treze) anos, renováveis por períodos adicionais de 5 (cinco) anos.

As transações de retroarrendamento são analisadas dentro do escopo do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, com objetivo de verificar se a obrigação de desempenho foi satisfeita, e, portanto, contabilizar a venda do bem. Atendidos os requerimentos, o Grupo mensura o ativo de direito de uso resultante da transação de retroarrendamento proporcionalmente ao valor contábil anterior do ativo referente ao direito de uso retido pela Companhia. Consequentemente, são reconhecidos apenas os valores de qualquer ganho ou perda referente aos direitos transferidos ao comprador.

Em decorrência da transação de retroarredamento o Grupo reconheceu, respectivamente, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de R\$ 333 milhões nas datas de assinaturas das escrituras. As Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Controladora e do Consolidado foram impactadas no montante de R\$ 696 milhões no grupo de fluxos de caixa gerados pelas atividades de investimentos. O valor restante, R\$ 29 milhões, que totalizam os R\$ 725 milhões será recebido quando do registro formal da escritura pública junto aos órgãos competentes.

Processo de venda ou fechamento de lojas

Como parte do nosso plano de otimização do portfólio de ativos e simplificação da estrutura do formato varejo, convertemos 22 lojas em 2024 (14 Hipermercados e 8 Supermercados) em lojas Atacadão e Sams'Club, fechamos 136 lojas (17 Hipermercados e 119 Supermercados) e finalizamos a parceria no estado de Minas Gerais de operação de 15 supermercados.

Também anunciamos a venda ou fechamento de todos os 64 supermercados restantes da rede Bompreço e Nacional até o final do primeiro semestre de 2025, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 03 de dezembro de 2024. Gastos relativos ao fechamento de lojas e encerramento das operações formato Bom Preço e Nacional totalizam R\$ 410 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu provisões de encerramento de lojas referentes à multas de locadores e gastos auxiliares no total de R\$ 198 milhões decorrentes do encerramento destas operações, conforme indicado nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

2024

Incorporação do Grupo BIG pela Companhia

Em 04 de junho de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação do Grupo Big Brasil S.A. ("Grupo Big") pela Companhia. A incorporação do Grupo Big pela Companhia ocorreu no contexto de integração dos negócios após a aquisição implementada em 2022 e busca simplificar a estrutura societária e consolidar a gestão das atividades em uma única holding, o que resultará em redução de custos e de despesas operacionais, bem como maior eficiência administrativa e financeira, sem qualquer efeito econômico, uma vez que se tratava de subsidiária integral da Companhia.

Aumento de Capital dentro do limite do Capital Autorizado

Conforme aumentos de capital social da Companhia aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de setembro de 2024 e Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2025, dentro do limite do capital autorizado, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 17.304.241.526,26 (dezessete bilhões, trezentos e quatro milhões, duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e vinte e seis reais e vinte e seis centavos), dividido em 2.109.056.711 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em decorrência do exercício de opções de compra de ações. Os referidos aumentos de capital foram refletidos no estatuto social da Companhia conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2025.

As atas de reuniões do Conselho de Administração da Companhia e o Estatuto Social consolidado podem ser acessados nos websites da CVM e da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/).

2025

Incorporação de ações da Companhia pela Brachiosaurus 422 Participações

Em 12 de fevereiro de 2025, a Companhia celebrou o Merger of Shares Agreement entre a Companhia, Carrefour S.A., acionista controlador da Companhia ("<u>CSA</u>"), e o Carrefour Nederland B.V., uma subsidiária integral do CSA ("<u>CNBV</u>"), ("<u>Contrato de Incorporação de Ações</u>"), o qual estabeleceu principais termos e condições da proposta apresentada pelo para uma reorganização societária para unificação das bases acionárias do Atacadão e do CSA ("<u>T</u> ransação").

Em 3 de abril de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração (i) do segundo aditamento ao Contrato de Incorporação de Ações; e (ii) do primeiro aditamento ao "Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações do Atacadão S.A. pela Brachiosaurus 422 Participações S.A.", sociedade anônima brasileira, subsidiária integral do CNBV ("MergerSub"), que estabelece os termos e condições para a incorporação de ações e a reorganização societária e reflete os termos e condições do Contrato de Incorporação de Acões.

Em 25 de abril de 2025, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram dentre outras matérias, a incorporação de ações da Companhia pela MergerSub, conforme os termos estabelecidos no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações do Atacadão S.A. pela Brachiosaurus 422 Participações S.A, celebrado entre os administradores da Companhia e da MergerSub em 6 de março de 2025, e aditado em 3 de abril de 2025 ("Protocolo e Justificação"), bem como a dispensa da exigência de listagem da MergerSub no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, para fins de adoção da recomendação para aprovação pela maioria dos acionistas não controladores prevista no Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008 e observado o disposto no artigo 46, parágrafo único do Regulamento do Novo Mercado,

Em 30 de maio de 2025, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Protocolo e Justificação, ocorreu o fechamento da Transação. Como resultado, as ações de emissão da Companhia passam a ser integralmente detidas pela MergerSub, e os BDRs passam a ser admitidos à negociação na B3 sob código "CAFR31". Com a conclusão da Transação, a Companhia continua a desenvolver suas atividades como uma subsidiária integral da MergerSub, preservando sua personalidade jurídica e ativos, sendo que as ações deixaram de estar listadas no segmento do Novo Mercado da B3.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Para mais informações sobre a Reorganização Societária, vide a Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2025, o Protocolo e Justificação da Incorporação da Companhia pela MergerSub e a ata da referida assembleia, disponíveis nos websites da CVM e da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), bem como Aviso aos Acionistas a respeito deste tema.

Incorporação da Cotabest pela Companhia

Em 29 de abril de 2025, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a incorporação da Cotabest Informação e Tecnologia S.A. ("Cotabest") pela Companhia. A incorporação da Cotabest busca simplificar e otimizar a estrutura da Companhia, bem como uma maior eficiência operacional, com redução de despesas, e uma simplificação e racionalização da estrutura societária, sem qualquer efeito econômico, pois trata-se de subsidiária integral da Companhia.

1.13 Acordos de acionistas

Conforme comunicado pela Companhia no Fato Relevante divulgado em 14 de abril de 2025 (disponível no site de Relações com Investidores e CVM), o Acordo de Acionistas celebrado entre a Península II Fundo de Investimento Financeiro Ações e Península Partners Fundo de Investimento Financeiro em Ações, fundos de investimento sob gestão da Península Partners Gestão de Investimentos Ltda., e o Carrefour S.A. e Carrefour Nederland B.V., foi automaticamente rescindido e deixou de produzir quaisquer efeitos em relação às ações de emissão da Companhia uma vez que os fundos acima mencionados alienaram em bolsa a totalidade das ações de emissão da Companhia que detinham até então.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não aplicável, uma vez que não houve nenhuma alteração significativa na forma como conduzimos nossos negócios no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não foram celebrados, ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, contratos relevantes, firmados pela Companhia ou por suas controladas, que não estejam diretamente relacionados com as principais atividades operacionais da Companhia.

1.16 Outras informações relevantes

Não há nenhuma outra informação relevante que não tenha sido informada nos itens anteriores da seção 1 deste Formulário de Referência.

Introdução

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem as expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos no item 4 – Fatores de Risco e outros assuntos estabelecidos no Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nesta Seção 2 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras consolidadas e auditadas foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, ou BR GAAP e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou IASB e estão disponíveis nos websites da CVM (gov.br/cvm) e de Relações com Investidores da Companhia (ri.grupocarrefourbrasil.com.br), em "Informações Financeiras" e "Central de Resultados".

Os comentários dos diretores estatutários visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a compreender as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, suas principais alterações e seus principais fatores.

Também descrevemos algumas métricas de desempenho chave que a Administração usa para avaliar os negócios, medir o desempenho, identificar tendências de negócios e tomar decisões estratégicas. Adicionalmente, os comentários dos diretores estatutários fornecem certas informações sobre os resultados financeiros dos quatro segmentos de negócio, conforme descritos na nota explicativa nº 30 "Informações por Segmentos" das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, para proporcionar aos investidores uma melhor compreensão de como cada um desses segmentos e seus resultados operacionais podem afetar a condição financeira do consolidado e os resultados operacionais.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas desta Seção 2 significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

Os valores apresentados nesta Seção 2 estão expressos em moeda corrente nacional e na unidade de *milhão*, exceto quando mencionado de forma diferente. Alguns desses valores e percentuais foram arredondados para facilitar a sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.

As referências a vendas mesmas lojas ("*like-for-like*" ou vendas "*LFL*") comparam as vendas brutas no período relevante com as do exercício imediatamente anterior, com base nas vendas brutas realizadas por lojas comparáveis, que são definidas como lojas que estão abertas e operantes há pelo menos 12 meses e que não foram objeto de encerramento ou renovação dentro deste período. Além disso, as vendas brutas de uma loja que foi convertida em um formato para outro são excluídas do cálculo de vendas *LFL*. Outras empresas de varejo podem calcular as vendas *LFL* de forma diferente da Companhia e, portanto, seu desempenho de vendas histórico e futuro *LFL* pode não ser comparável com outras métricas similares usadas por outras empresas.

Outras Informações Financeiras

A Companhia acredita que as medidas não contábeis apresentadas nesta Seção 2 representam informações úteis adicionais sobre o desempenho e tendências relacionadas aos resultados operacionais da Companhia e que, quando analisadas em conjunto com as medidas contábeis constantes deste Formulário de Referência, auxiliam em um entendimento mais significativo sobre o desempenho operacional e resultados financeiros da Companhia.

EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado consolidado e separados por segmento, Lucro Líquido Ajustado, Fluxo de Caixa Livre e Dívida Financeira Líquida (ou Caixa líquido, se positivo) não são medidas elaboradas ou reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com denominação similar elaboradas por outras empresas. Apesar de serem utilizadas pela Companhia para avaliar sua condição financeira e o resultado de suas operações, tais medidas não contábeis apresentam limitações, e não devem ser utilizadas de forma isolada ou em substituição às medidas contábeis da Companhia. Informações sobre a reconciliação das medidas não contábeis apresentadas nesta Seção 2, são apresentadas no item 2.5, subitens (b) e (c) deste Formulário de Referência.

Para informações mais detalhadas sobre o assunto, sugerimos a leitura, em conjunto, de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, destacadamente a referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, disponíveis no website da Companhia¹ e da CVM (gov.br/cvm).

No site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clique em "Informações aos Investidores", "Central de Downloads" e, por fim, no link em "pdf" correspondente a "ITR 4T24" ou diretamente por meio do link

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Principais indicadores de liquidez e desempenho

financeiro

A Administração revisa regularmente as principais métricas de liquidez e financeira descritas abaixo para avaliar seus negócios e entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar seu plano de negócios e satisfazer suas necessidades de capital no curto, médio e longo prazo.

(Em milhões de R\$, exceto os índices)	31/12/2024
Patrimônio líquido	22.614
Lucro/Prejuízo líquido	1.940
EBITDA Ajustado (1)	6.482
Margem EBITDA Ajustado (2)	5,9%
Dívida bruta (3)	(19.364)
(Dívida financeira líquida) ou Caixa líquido (4)	(3.222)
Recebíveis descontados	(6.896)
(Dívida financeira líquida) ou Caixa líquido (c/ recebíveis descontados)	(10.118)
Caixa e equivalentes de caixa	15.207
Títulos e valores mobiliários	935
Fluxo de caixa livre (5)	3.178
Índice caixa financeiro líquido / Patrimônio líquido	0,45
Índice caixa financeiro líquido / EBITDA Ajustado	1,56

- 1. O "EBITDA Ajustado" foi calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido de itens que no entendimento da Companhia possuem número de ocorrências limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em seus resultados. Por sua vez, o EBITDA é calculado como o "Lucro líquido do exercício" ajustado pelo "Resultado financeiro líquido", pelo "Imposto de renda e contribuição social" e pela "Depreciação e amortização" (incluindo depreciação e amortização logísticas incluídas nos custos de venda) e excluindo outras receitas e despesas (compreendendo perdas ou ganhos na alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas a demandas judiciais, e o reconhecimento de créditos de ICMS relativos a exercícios anteriores). Destaca-se que o "EBITDA Ajustado" não é uma medida de desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP ou IFRS e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido ou como uma medida de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O EBITDA Ajustado não tem um significado padronizado, e sua definição que a Companhia utiliza pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas. Para uma conciliação do lucro líquido com o EBITDA Ajustado do respectivo período, vide o Relatório da Administração incluído nas demonstrações financeiras auditadas.
- **2.** A "Margem EBITDA Ajustado" foi calculada como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas líquidas do respectivo período, expressa em percentual.
- **3.** "Dívida bruta" é igual ao total de empréstimos e financiamentos, que é a soma dos saldos de curto e longo prazos de empréstimos e financiamentos, líquidos de derivativos para cobertura.
- **4.** A "Dívida financeira líquida"/"Caixa líquido" foi calculada como Dívida bruta menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos registrados no ativo (circulante e não circulante). A Dívida financeira líquida não é uma medida de desempenho financeiro segundo os BR GAAP ou IFRS. A Dívida financeira líquida não tem significado padronizado, não deve ser considerada como uma medida de liquidez ou endividamento, e a definição de Dívida financeira líquida da Companhia pode não ser comparável com aquelas usadas por outras empresas. Vide item 2.5 deste Formulário de Referência para uma conciliação da Dívida bruta da Companhia com a Dívida financeira líquida.
- **5.** O "Fluxo de caixa livre" foi calculado como caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, menos os juros recebidos em investimentos de curto prazo, mais caixa utilizado (resgatado) em variações de depósitos judiciais, menos o caixa fornecido pela alienação de ativos não operacionais, menos o caixa utilizado em adições aos ativos intangíveis. O fluxo de caixa livre não é uma medida do desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP ou IFRS. O fluxo de caixa livre não tem

https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/d222d379-d013-7088-60a1-a3c1d51d5ac4? origin=1. Para acessar resultados referentes a anos anteriores, basta selecionar o ano correspondente, no canto superior direito da tabela de informações disponíveis e, na sequência, no link em "pdf" correspondente ao documento desejado.

significado padronizado, não deve ser considerado como uma medida de liquidez, e a definição de fluxo de caixa livre da Companhia pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas.

(b) Estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital, bem como os passivos circulante e não circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

(Em milhões de R\$, exceto os índices)	2024	2023	АН%
Patrimônio líquido (capital próprio)	22.614	20.827	8,6%
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros)	77.574	71.939	7,8%
Total patrimônio líquido (capital próprio) e passivo circulante e não circulante	100.188	92.766	8,0%
Índice de capital próprio em relação ao total do patrimônio líquido	0,23	0,22	2,6%
Índice de capital de terceiros em relação ao total do patrimônio líquido	0,77	0,78	1,3%

A Companhia acredita que, em 31 de dezembro de 2024, a sua estrutura de capital é adequada considerando a estratégia e o modelo de negócios e atende seus objetivos de crescimento, garantindo a continuidade dos negócios e oferecendo retorno e benefícios aos acionistas.

O aumento de 8,6% do Capital Próprio em 2024, quando comparado ao exercício de 2023, se deu, principalmente pelo crescimento da apropriação do Lucro do exercício. Já o aumento do Capital de Terceiros reflete sobretudo a captação de novos empréstimos.

Para mais informações sobre os principais fatores que afetaram as principais contas patrimoniais da Companhia, veja item 2.1, item (h) — "Alterações Significativas em Itens das Demonstrações de Resultado e de Fluxo de Caixa" deste Formulário de Referência.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu integralmente seus compromissos financeiros, sendo que não há qualquer perspectiva de incapacidade financeira. A Companhia entende que tem plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, com base principalmente em sua geração de caixa decorrente de suas operações e de sua capacidade de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos nos mercados financeiro e de capitais brasileiro ou estrangeiro.

(Em milhões de R\$, exceto os índices)	31/12/2024
Ativo circulante (a)	51.210
Passivo circulante (b)	51.271
Índice de liquidez corrente (a)/(b)	0,99

O índice de liquidez corrente da Companhia, que representa a divisão de todos os ativos circulantes pelos passivos circulantes, está em 0,99 em 31 de dezembro de 2024.

O valor registrado no ativo circulante de R\$ 51.210 milhões em 31 de dezembro de 2024 é suficiente para a Companhia honrar com suas obrigações financeiras de curto prazo (fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, operação com cartão de crédito e instrumentos derivativos financeiros circulantes), equivalentes a R\$ 51.271 milhões.

É importante ressaltar que, na composição do saldo de passivo circulante, temos o montante de R\$ 8.643 milhões referente a transações entre partes relacionadas com Carrefour Finance. Caso seja desconsiderado tal valor, temos um valor de passivo circulante de R\$ 42.625 milhões e um índice de liquidez corrente de 0.83.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas pela Companhia

A Companhia tem financiado suas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por suas atividades operacionais, debêntures emitidas pelo seu segmento *Atacadão*, e de cessão de recebíveis de cartões de

2.1 Condições dina popila sur lo patrimo Dia is ur Soluções Financeiras S.A. ("Banco CSF" ou "Banco Carrefour") e de outras bandeiras operadas por outros bancos.

No Brasil, para as vendas em lojas com pagamento através de cartões de crédito, os varejistas e atacadistas recebem pagamento para tais vendas através dos emissores dos cartões (incluindo, mas não se limitando a Visa, Mastercard, Banco Carrefour) em até 30 dias após a data da venda (rotativo) e também em mais parcelas (parcelado) a depender da bandeira da Companhia. É, portanto, uma prática comum de mercado vender esses recebíveis a instituições financeiras com desconto (baseado na taxa de risco e prêmio do cedente), conforme necessário, para financiar as necessidades de capital de giro do neg ócio.

Para mais informações sobre a venda de recebíveis de cartões de crédito pela Companhia, em particular o saldo de recebíveis de cartões de crédito Visa e Mastercard, cedidos a instituições financeiras ao final de cada período comentado, vide nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas.

Os empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2024 estão detalhados no item 2.1 (i) deste Formulário de Referência.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes pretendidas para cobertura de deficiências de liquidez

O montante de financiamento necessário para capital de giro e investimentos flutua ao longo do ano, principalmente devido à sazonalidade dos segmentos *Atacadão*, *Varejo* e *Sam's Club*. As necessidades de capital de giro também são afetadas pelas condições de pagamento que a Companhia acordou com seus fornecedores.

A Companhia acredita, com base nos atuais planos operacionais e de investimento atuais, que o saldo de caixa e equivalentes de caixa, juntamente com outras fontes de financiamento e o caixa gerado pelas operações da Companhia, serão suficientes para atender a necessidade de caixa para o capital de giro, passivos financeiros, gastos de capital e expansão de negócios para o futuro previsível.

Além disso, periodicamente, avaliamos potenciais aquisições e investimentos para implementar ainda mais a estratégia de negócios e podemos financiar essas aquisições e investimentos com caixa gerado pelas operações da Companhia, financiamento bancário, emissões de dívida ou capital próprio, ou uma combinação deles. A Companhia também pode explorar fontes de financiamento adicionais e meios para diversificar ou aumentar seu financiamento, aumentar sua flexibilidade financeira ou diminuir seu custo de capital.

(f) Níveis de endividamento e características das dívidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos da Companhia consistem, principalmente, em emissões de debêntures, captação de empréstimos junto a instituições financeiras, emissão de letras financeiras e linhas de crédito com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamento totalizaram R\$ 19.863 milhões, dos quais R\$ 11.968 milhões eram circulantes e R\$ 7.895 milhões não circulantes.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas com relação ao endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2024. Para obter outras informações sobre sua exposição aos riscos de taxa de juros, de moeda e de liquidez, consulte a nota explicativa 28 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas.

(Em milhões de R\$)	31/12/2024	Taxa de juros	Data de vencimento
Circulante			
Em moeda estrangeira			
Resolução nº 4131	907	4,82% a 5,16 a.a.	04/2025
Resolução nº 4131	1.940	1,08% a.a	06/2025
Resolução nº 4131	251	CDI	12/2025
Em moeda local			
Carrefour Finance	8.643	R\$ (Pré 10,25% a 14,25% a.a.)	11/2024 a 07/2025
Debêntures	3	CDI + 0,55% a 0,65% a.a	06/2026

(Em milhões de R\$)	31/12/2024	Taxa de juros	Data de vencimento
Debêntures	85	+ 1,20% a 1,35% a.a.	01/2026 a 01/2027
Debêntures	8	CDI + 0,60% a.a.	12/2027
Debêntures	64	CDI + 0,55% a 0,79% a.a.	08/2026 a 08/2027
Debêntures	13	CDI + 0,95% a 1,00% a.a	05/2026 a 05/2028
Debêntures	54	CDI + 0,85% a 0,95% a.a.	01/2027 a 01/2031
Total Circulante	11.968		
Não Circulante			
Em moeda estrangeira			
Resolução nº 4131	1.265	CDI	09/2026 a 12/2026
Em moeda local			
Debêntures	200	CDI + 0,55 a 0,65 a.a.	06/2026
Debêntures	1.500	CDI + 1,20% a 1.35 a.a.	01/2026 a 01/2027
Debêntures	1.500	CDI + 0,60% a.a.	12/2027
Debêntures	1.500	CDI + 0,55% a 0,79% a.a.	08/2026 a 08/2027
Debêntures	930	CDI+0,95 a 1,00 a.a.	05/2026 a 05/2028
Debêntures	1.000	CDI + 0,85% a 0,95% a.a.	01/2027 a 01/2031
Total Não Circulante	7.895		
Total	19.863		

Debêntures

A Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures em 18 de novembro de 2019, no valor total de R\$ 1 bilhão, sendo realizada em três séries: a primeira de R\$ 450 milhões, a segunda de R\$ 350 milhões e a terceira de R\$ 200 milhões, com vencimentos em junho de 2022, 2024 e 2026, respectivamente. A 3ª emissão teve o propósito de financiar o capital de giro da Companhia ao longo do ano e, ao final de 2019, de alongamento da dívida com o pagamento antecipado e consequente refinanciamento da segunda série emitida no início de 2020, no valor de R\$ 700 milhões.

Em 29 de julho de 2022, a Companhia emitiu a 4ª emissão de, inicialmente, 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, para colocação privada, da Companhia, com valor unitário de mil reais cada, na data de sua emissão, no montante total de, inicialmente, R\$ 1.500.000.000,00. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 4ª emissão serão destinados integral e exclusivamente na aquisição de produtos agropecuários in natura, no âmbito de relações comerciais mantidas pelo Companhia com produtores rurais.

Em maio de 2023, a Companhia realizou a 5ª emissão de 930.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para colocação privada, da Companhia, com valor unitário de R\$ 1.000,00 cada, na data de sua emissão, no montante total de R\$ 930.000.000,00 e foram vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em 3 séries, da 86ª emissão da Vert Companhia Securitizadora. Os CRAs emitidos pela securitizadora foram objeto de requerimento de registro junto à CVM por meio do rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso VIII, alínea (c), item (3), da Resolução CVM 160. O valor total da 5ª e missão foi aumentado em razão do exercício parcial da opção de lote adicional no âmbito da emissão dos CRAs, nos termos do artigo 50, da Resolução CVM 160, de acordo com a demanda verificada no Procedimento de Book building dos CRAs. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 5ª Emissão serão destinados integral e exclusivamente na aquisição de

produtos agropecuários in natura, no âmbito de relações comerciais mantidas pela Companhia com produtores rurais.

Emissões de debêntures do exercício social de 2024

Em janeiro de 2024, a Companhia realizou a 6ª emissão de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, da Companhia, com valor unitário de R\$ 1.000,00 cada, na data de sua emissão, no montante total de R\$ 1.500.000.000,00. A primeira série, no valor de R\$ 650 milhões, com vencimento em 12 de janeiro de 2026. A segunda série, no valor de R\$ 850 milhões, com vencimento em 11 de janeiro de 2027

Ainda em janeiro de 2024, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até cinco séries, para colocação privada, da Companhia, no valor total de, inicialmente, R\$1.000.000.000,00, no contexto de uma operação de securitização de recebíveis do agronegócio que poderá resultar na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio objeto da 87ª emissão da True Securitizadora S.A., observado que a quantidade de CRA inicialmente ofertada poderá ser aumentada em até 25%, de acordo com a demanda dos investidores em decorrência do exercício, total ou parcial, da opção de lote adicional no âmbito da emissão dos CRA.

No dia 12 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu a 8ª emissão de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 cada, no montante total de R\$1.500.000.000,00, que foram objeto de distribuição pública.

Letras Financeiras

Com o objetivo de suportar a necessidade de caixa, diversificar as fontes de financiamento e alongar o prazo médio da dívida, o Banco CSF emitiu Letras Financeiras, classificadas como dívida operacional na rubrica de operações com cartão de crédito, conforme descritas abaixo:

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor (Em milhões de reais)
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI + 1,15% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	200
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI + 1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	100
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI + 1,40% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	500
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI + 1,25% a.a. até DI + 1,40% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	200
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	0,77% a.a do DI	Principal e juros na data do vencimento	12
2024	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2026	De DI + 0,45% a.a. até DI + 0,58% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	800
				-	1.812

Captação de empréstimos

Em 13 de dezembro de 2024 a Companhia concluiu, junto a seus parceiros financeiros, a captação de novos recursos com o objetivo de alongar o perfil de sua dívida e antecipar-se às renegociações dos compromissos financeiros previstos para 2025, captando R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 1,5 bilhão em debêntures e R\$ 1,5 bilhão em empréstimos bilaterais com bancos estrangeiros, por meio de Resolução 4131. Todas estas novas captações sem cláusulas restritivas atreladas.

Linhas de Crédito com Carrefour Finance

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Carrefour Brasil possui duas linhas de crédito revolventes ("RCF" ou "Revolving Credit Facility") com o Carrefour Finance. Estas linhas são comprometidas e o Carrefour Brasil terá direito a um ou mais desembolsos entre a data de assinatura do Contrato e até um mês antes da data de encerramento do Contrato, que é de 36 meses contados da data de sua assinatura.

2.1 Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras no mercado brasileiro, mas não possui canadições of inanceiras na canadições of inanceiras na canadições of inanceiras na canadições na canadições of inanceiras na canadições na canadiç

A Companhia possui uma participação acionária de controle de 51% no Banco CSF, sendo que a participação remanescente de 49% pertence ao Itaú Unibanco.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2024 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

De acordo com os instrumentos financeiros descritos no item 2.1 f (i), a Companhia está sujeita às restrições conforme descritas a seguir:

<u>Debêntures</u>

As escrituras de emissão de debêntures emitidas pela Companhia preveem certas hipóteses nas quais as debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas. Apresentamos abaixo aquelas que, na visão da Companhia, são as mais relevantes:

- Declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira (conforme definido nas escrituras de emissão) da Companhia e/ou da CCI não decorrente das debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a US\$ 100.000.000,00 ou o valor equivalente em outras moedas;
- Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- Pagamento pela Companhia de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei
 e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações,
 caso a Companhia esteja em mora em quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nas escrituras de emissão;
- Venda, alienação, cisão e/ou transferência e/ou promessa de transferência de ativos da Companhia, inclusive ações ou
 quotas de sociedades controladas, a qualquer título, de valor equivalente ou superior a 10%, de forma individual ou
 agregada, do ativo não circulante consolidado da Companhia de acordo com as demonstrações financeiras da Companhia
 do exercício social anterior à data pretendida da referida venda, alienação, cisão, transferência e/ou promessa de
 transferência; e
- Ocorrência de transferência do controle acionário (conforme definição nas escrituras de emissão) controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia, exceto se a operação não resultar em transferência do controlador final da Companhia.

A Companhia lista abaixo seus instrumentos financeiros relevantes que possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross-default ou cross aceleration) e seus respectivos valores:

Instrumento Financeiro	Valor
Debêntures da 3ª emissão	US\$ 100.000.000,00
Debêntures da 4ª emissão	US\$ 100.000.000,00
Debêntures da 5ª emissão	US\$ 100.000.000,00
Debêntures da 6ª emissão	US\$ 100.000.000,00
Debêntures da 7ª emissão	US\$ 100.000.000,00
Debêntures da 8ª emissão	US\$ 100.000.000,00

Cerca de 40% do endividamento financeiro da Companhia contém, em seus respectivos contratos, as referidas cláusulas de vencimento antecipado cruzado que constam previstas exclusivamente nos instrumentos acima listados. A Companhia considerou neste percentual tão somente os instrumentos financeiros que entende como relevantes – dessa forma, outros instrumentos financeiros (não entendidos como relevantes) podem ter cláusulas de vencimento antecipado cruzado que, consequentemente, não estariam englobados para fins de cálculo do percentual aqui apresentado. Estas cláusulas se aplicam, ainda, no caso de eventual descumprimento de covenants e/ou declaração de vencimento antecipado dos instrumentos financeiros celebrados por suas controladas.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia contratou empréstimo no montante de R\$ 1,5 bilhão (US\$ 157 milhões e € 86 milhões) junto a instituições financeiras no exterior. As taxas de juros do empréstimo variam de 3,21% a.a. a 5,62% a.a. com vencimento de 12 a 24 meses.

2.1 Companhia não possuía limite contratado de financiamento em su companhia na companhia

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As mudanças significativas nos itens principais da demonstração consolidada de resultados, demonstração consolidada dos fluxos de caixa e balanço patrimonial consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são discutidas abaixo.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Salvo disposição em contrário do contexto, na discussão a seguir, as referências a 2024 e 2023 são para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

Resultados das Operações

A tabela a seguir apresenta os componentes das demonstrações consolidadas dos resultados:

	Exercício findo em 31 de dezembro				
(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024	AV%	2023	AV%	AH%
Vendas líquidas	109.311		103.912		5,2%
Outras receitas	6.325	5,8%	5.947	5,7%	6,4%
Receita operacional líquida	115.636	105,8%	109.859	105,7%	5,3%
Custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras	(94.461)	-86,4%	(89.198	-85,8%	5,9%
Lucro bruto	21.175	19,4%	20.661	19,9%	2,5%
Receitas (despesas)					
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(14.767)	-13,5%	(15.091)	-14,5%	-2,1%
Depreciação e amortização	(1.760)	-1,6%	(1.854	-1,8%	-5,1%
Resultado de equivalência patrimonial	(2)	0,0%	(5	0,0%	-60%
Outras receitas (despesas)	(375)	-0,3%	(870	-0,8%	-56,9%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	4.271	3,9%	2.841	2,7%	50,3%
Receitas financeiras	1.938	1,8%	1.623	1,6%	19,4%
Despesas financeiras	(4.702)	-4,3%	(4.501)	-4,3%	4,5%
Resultado financeiro	(2.764)	-2,5%	(2.878	-2,8%	-4,0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.507	1,4%	(37)	0,0%	4.173%
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(714)	-0,7%	(497	-0,5%	43,7%
Imposto de renda e contribuição social – diferido .	1.147	1,0%	(105	-0,1%	1,192%
Lucro líquido do período	1.940	1,8%	(639)	-0,6%	404%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia inclui vendas líquidas e outras receitas. A receita operacional líquida aumentou 5,2%, ou R\$ 6.047 milhões, para R\$ 115.636 milhões em 2024, de R\$ 109.859 milhões em 2023, principalmente devido ao aumento nas vendas líquidas de 5,2%, conforme explicado em detalhes abaixo.

Vendas líquidas

As vendas líquidas da Companhia aumentaram 5,2%, ou R\$ 5.399 milhões, para R\$ 109.311 milhões em 2024, de R\$

2.1 Canal de la composición de

A tabela a seguir apresenta a composição das vendas líquidas por segmento da Companhia.

	Exercício findo em 31 de dezembro			
(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024	Variação		
Atacadão	78.263	71.437	6.826	
Varejo*	24.598	26.949	-2.351	
Sam's Club	6.450	5.526	924	
Vendas líquidas	109.311	103.912	5.399	

(*) Inclui vendas líguidas da plataforma do comércio eletrônico assim como drogarias e vendas de postos de combustível.

Segmento Atacadão

As vendas líquidas geradas pelo segmento Atacadão aumentaram 9,6%, ou R\$ 6.826 milhões, para R\$ 78.263 milhões em 2024, de R\$ 71.437 milhões em 2023, principalmente devido à (i) adição de 19 novas lojas nos últimos 12 meses; (ii) LFL de 5,4% no ano; e (iii) maturação das lojas convertidas do antigo Grupo BIG.

Segmento de Varejo

As vendas líquidas geradas pelo segmento de Varejo caíram 8,7%, ou R\$ 2.351 milhões, para R\$ 24.598 milhões em 2024, de R\$ 26.949 milhões em 2023. A queda foi resultado principalmente de uma redução na área de vendas (-24% a/a), já que 17 lojas de Varejo foram convertidas em lojas Atacadão e 5 lojas de Varejo foram convertidas em Sam's Club e outras 167 lojas foram fechadas ou vendidas. As vendas LFL foram de 3,4% no ano (3,2% incluindo gasolina), demonstrando o momento positivo após a revisão de estratégia de preço e de sortimento do Varejo.

Segmento Sam's Club

As vendas líquidas geradas pelo segmento Sam's Club aumentaram 16,7%, ou R\$ 923 milhões, para R\$ 6.450 milhões em 2024, de R\$ 5.526 milhões em 2023, resultado de uma combinação de expansão de portfólio (+7 lojas vs. 2023) e crescimento LFL de +3,5% a/a.

Vendas líquidas por categoria

A tabela a seguir apresenta as vendas líquidas de alimentos e produtos não alimentares da Companhia, bem como outros serviços (postos de combustível e drogarias):

	Exercício findo em 31 de dezembro			
(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024	2023	Variação	
Produtos alimentares	97.334	91.657	6,2%	
Produtos não-alimentares	8.534	8.809	-3,1%	
Outras vendas líquidas*	3.443	3.446	-0,1%	
Vendas líquidas	109.311	103.912	5,2%	

(*) Inclui vendas líquidas de drogarias e postos de combustível

As vendas líquidas de produtos alimentares em lojas de *Varejo* da Companhia, *Sam's Club* e atacados de autosserviço e de entrega aumentaram 6,2% ou R\$ 5.677 milhões, para R\$ 97.334 milhões em 2024, de R\$ 91.657 milhões em 2023. O segmento *Atacadão* é responsável pelo aumento, impulsionados pelas lojas BIG convertidas em Lojas *Atacadão*.

As vendas líquidas de produtos não-alimentares reduziram 3,2% ou R\$ 275 milhões, para R\$ 8.534 milhões em 2024 em relação a R\$ 8.809 milhões em 2023.

Outras receitas

As outras receitas aumentaram 6,4%, ou R\$ 378 milhões, com R\$ 6.325 milhões em 2024, e R\$ 5.947 milhões em 2023 impulsionadas pelo forte desempenho do *Sam's Club*.

	Exercício findo em 31 de dezembro				
(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024 2023 Variaç				
Soluções Financeiras	5.521	4.793	15,2%		
Varejo	761	842	-10,6%		
Atacadão	252	290	-15,1%		
Sam's Club	145	56	158%		
Eliminações	(354)	(34)	941%		
Outras receitas	6.325	5.947	6,4%		

Custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras

O custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras aumentaram 5,9%, ou R\$ 5.263 milhões, para R\$ 94.461 milhões em 2024, de R\$ 89.198 milhões em 2023, principalmente devido ao aumento de vendas LFL da Companhia em todos os seus segmentos, ao efeito da aquisição do Grupo BIG e a abertura de novas lojas em todos os segmentos da Companhia.

Lucro bruto

	Exercício findo em 31 de dezembro			
(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024	2023	Variação	
Atacadão	12.029	11.056	10,3%	
Varejo	5.662	6.411	-4,3%	
Soluções Financeiras	2.185	2.092	-5,8%	
Sam's Club	1.347	1.136	N.A	
Eliminações	(48)	(34)	27,7%	
Lucro Bruto	21.175	20.661	5,2%	

O lucro bruto da Companhia aumentou 5,2%, ou R\$ 503 milhões, para R\$ 21.175 milhões em 2024, de R\$ 20.661 milhões em 2023 principalmente como resultado do melhor desempenho operacional em todos os segmentos.

Despesas de vendas, gerais e administrativas

As despesas de vendas, gerais e administrativas reduziram 2,1%, ou R\$ 324 milhões, para R\$ 14.767 milhões em 2024, de R\$ 15.091 milhões em 2023. Essa redução foi principalmente devido ao resultado de:

- (i) Encerramento de lojas, 212 lojas em 2024, sendo 127 Supermercados; 31 Hipermercados; 33 lojas de conveniência, 20 drogarias, 1 atacadista e 2 postos de gasolina; e
- (ii) Redução de gastos com serviços gerais.

Como percentual das vendas líquidas, as despesas de vendas, gerais e administrativas foi de 13,5% em 2024 comparado com 14,5% em 2023, refletindo redução esperada nas despesas relacionadas à venda de certas lojas e provisão de baixa por *impairment* das lojas sob bandeiras Nacional e BomPreço.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização reduziram 5,1%, ou R\$ 94 milhões, para R\$ 1.760 milhões em 2024, principalmente devido a provisão para baixa de *impairment* de lojas de bandeira Nacional e BomPreço.

Outras receitas (despesas)

As outras receitas (líquidas de despesas) totalizaram despesa de R\$ 375 milhões (outras receitas de R\$ 870 milhões em 2023). Os impactos referem-se em sua maior parte a: (i) impairment do valor de marcas relacionadas às marcas adquiridas e descontinuadas (Maxxi, BIG e Todo Dia); (ii) despesas ou receitas referentes ao valor líquido dos ativos alienados; (iii) despesas relacionadas à baixa de ativos para quais não temos mais expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação, identificados durante inventários, ou no caso de sinistros, remodeling de nossas lojas, etc; (iv) custos de reestruturação relacionados com projetos de melhoria da eficiência operacional cujos custos são referentes aos honorários de consultorias e custos de desligamento; (v) reversão de provisões após a adesão de programas de anistia e outras reversões tributárias devido à decadência de Cesta Básica; (vi) decisão favorável de autos de infração referente ao imposto sobre cupons

2.1 cancelados; (vii) movimentações das provisões do Grupo BIG das base legado na data de aquisição; e (viii) transação de "sale cancelados" (vii) movimentações das provisões do Grupo BIG das base legado na data de aquisição; e (viii) transação de "sale cancelados" (vii) movimentações das provisões do Grupo BIG das base legado na data de aquisição; e (viii) transação de "sale cancelados" (vii) movimentações das provisões do Grupo BIG das base legado na data de aquisição; e (viii) transação de "sale cancelados" (vii) movimentações das provisões do Grupo BIG das base legado na data de aquisição; e (viii) transação de "sale cancelados" (vii) movimentações das provisões do Grupo BIG das base legado na data de aquisição; e (viii) transação de "sale cancelados" (vii) movimentações das provisões do Grupo BIG das base legado na data de aquisição; e (viii) transação de "sale cancelados" (viii) movimentações das provisões do Grupo BIG das base legado na data de aquisição; e (viii) transação de "sale" (viii) transações (viii) transações (viii) transações (viii) transações (viii) transações (viii

Resultado financeiro

A tabela a seguir apresenta a composição dos resultados financeiros, líquidos de receitas financeiras e despesas financeiras.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
(em milhões de R\$, exceto percentuais).	2024	2023	Variação
Receitas financeiras	1.938	1.623	19,4%
Despesas financeiras	(4.702)	(4.501)	-4,2%
Resultado financeiro líquido.	(2.764)	(2.878)	-4,1%

A tabela a seguir apresenta os componentes dos resultados financeiros:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
(em milhões de R\$, exceto percentuais).	2024	2023	Variação
Receita sobre aplicações financeiras	409	349	17,2%
Juros sobre financiamentos	(1.945)	(1.667)	16,7%
Juros de antecipação de cartões de crédito	(347)	(224)	54,9%
Juros sobre arrendamentos	(647)	(650)	-0,5%
Custos financeiros, líquido.	(2.530)	(2.192)	15,4%
Outras receitas e despesas financeiras, líquidas.	(234)	(686)	-65,9%
Resultado financeiro, líquido.	(2.764)	(2.878)	4,0%

O resultado financeiro líquido de R\$ 2.764 milhões contra R\$ 2.878 milhões em 2023 deve-se ao resultado de instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumento de proteção das dívidas com empréstimos no exterior com exposição ao dólar norte-americano e ao euro.

Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, reduziu 172% em relação à despesa em 2023, para R\$ 433 milhões em 2024 em receita, devido substancialmente ao reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 1.035 milhões. A alíquota efetiva consolidada representando +29% em 31 de dezembro de 2024, por consequência.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Em decorrência do exposto acima, ocorreu um lucro líquido consolidado de R\$ 1.940 milhões, contra o prejuízo líquido de R\$ - 639 milhões em 2023.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os componentes das demonstrações consolidadas do fluxo de caixa:

	Exercício findo em 31 de dezembro			ro	
(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024	AV%	2023	AV%	AH%
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.706	148%	4.729	396%	-0,5%
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimento	(1.026)	(32)%	(906)	(76)%	13,2%
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento	(502)	(16)%	(2.629)	(220)%	-80,9%
Variação do caixa e equivalentes de caixa	3.178		1.194		166%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12.029		10.835		11,0%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	15.207		12.029		26,4%

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das operações da Companhia diminuiu 0,5%, ou R\$ 23 milhões, de R\$ 4.729 milhões durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, para R\$ 4.706 milhões durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tal redução foi devido, principalmente, à redução do prazo de pagamento de um período para o outro.

Caixa líquido (usado) nas atividades de investimento

O caixa líquido das atividades de investimento da Companhia aumentou 13,2%, ou R\$ 120 milhões, de R\$ (906) milhões durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, para R\$ (1.026) milhões durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tal aumento foi devido, principalmente, a redução de investimentos como abertura de lojas e aquisição de terrenos e edificações.

Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento da Companhia diminuiu 80,9%, ou R\$ 2.127 milhões, de R\$ (2.629) mi I hões durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, para R\$ (502) milhões durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tal redução foi devido, principalmente, à redução liquida dos empréstimos captados e pagos em comparação ao ano anterior.

- (a) Resultados das operações da Companhia
- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Descrição dos componentes da receita por segmento dos negócios da Companhia

As operações da Companhia estão organizadas nos seguintes segmentos de negócios: (i) Atacadão; (ii) Varejo; (iii) Sam's Club; e (iv) Soluções Financeiras.

- Atacadão: O segmento Atacadão consiste basicamente na venda de gêneros alimentares sob a bandeira Atacadão para consumidores finais, revendedores e fornecedores do setor de serviços de alimentação, que buscam preços baixos e compras em grande volume. Os 379 atacados de autosserviço (incluindo as lojas convertidas da aquisição do antigo Grupo BIG) estão localizados em grandes áreas urbanas, com uma área de venda média de 4.950 metros quadrados. Além dos atacados de autosserviço, a Companhia opera também 33 atacados de entrega especializados no fornecimento para os maiores clientes business-to-business ou B2B por meio de serviços de entrega. Produtos alimentares representaram 96% das vendas líquidas do segmento Atacadão para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.
- Sam's Club: O segmento Sam's Club compreende as operações, clube de compras, produtos alimentícios, artigos de vestuário e eletroeletrônicos. O formato conta com 58 lojas em operação e 971 mil sócios ativos.
- Varejo: O segmento de Varejo consiste em vendas de produtos alimentares e não-alimentares aos consumidores finais em: (i) hipermercados sob a bandeira Carrefour; (ii) supermercados sob a bandeira Carrefour Bairro e Carrefour Market, Nacional e Super Bom Preço; (iii) lojas de conveniência ou conceito de proximidade, sob as bandeiras Express; (iv) drogarias e postos de combustível sob as bandeiras Carrefour e Atacadão; (v) produtos não-alimentares (desde 2016) e alimentares (desde outubro 2017) por meio do website de e-commerce carrefour.com.br ou aplicativo de celulares. Os 112 hipermercados estão localizados nas principais regiões econômicas do Brasil e possuem uma área média de vendas de aproximadamente 6.727 metros quadrados. Os 80 supermercados estão localizados nas regiões Sudeste, Nordeste, Sul e nas áreas metropolitanas de Brasília, com uma área média de vendas de aproximadamente 1.515 metros quadrados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 143 lojas de conveniência 'Express' localizadas em áreas residenciais comerciais de grande movimento na região da grande São Paulo. Como serviço complementar aos clientes, a Companhia opera 99 drogarias e 103 postos de gasolina. As drogarias estão em geral localizadas nas galerias em volta dos hipermercados e supermercados, e algumas delas são próximas a lojas selecionadas do Atacadão. A maior parte dos postos de gasolina estão localizados nas áreas de estacionamento dos hipermercados Carrefour e atacados de autosserviço e de entrega Atacadão.
- Soluções Financeiras: A Companhia oferece aos seus clientes soluções de crédito essencialmente por meio de cartões de crédito co-bandeirados, crédito ao consumidor e produtos de seguro ("Soluções Financeiras"). As Soluções Financeiras dão suporte às operações de varejo com soluções de pagamento convenientes, ofertas de crédito competitivo e descontos em produtos. O Banco CSF lançou em 2017 nos atacados de autosserviço e de entrega um cartão de crédito co-bandeirado para consumidores individuais que é feito sob medida para o segmento Atacadão.

Além disso, a Companhia incorreu, como "**Funções Corporativas**", em custos centrais em relação às funções corporativas e da sede que não são específicas a qualquer um dos segmentos de negócios da Companhia. Estas compreendem (i) custos de operações de *holding*; e (ii) alocações de custos da controladora.

Descrição dos principais componentes dos resultados operacionais da Companhia

Apresentamos abaixo os principais componentes dos resultados operacionais da Companhia. Para maiores informações sobre a variação desses componentes entre 2024 e 2023, vide item 2.1 (h) deste Formulário de Referência.

Receita operacional líquida

Vendas líquidas e outras receitas

A receita operacional líquida inclui vendas líquidas e outras receitas. As vendas líquidas incluem a receita proveniente de vendas de produtos alimentares e não-alimentares realizadas pelos clientes por meio de: (i) lojas físicas e comerciais; (ii) instalações de atacado dedicadas ao cumprimento das ordens dos maiores negócios entre empresas ou B2B, os clientes através da entrega; (iii) plataforma de e-commerce; e (iv) as vendas de produtos em farmácias e postos de combustível.

Outras receitas incluem receitas derivadas principalmente de: (i) taxas cobradas dos clientes em relação ao uso dos cartões de crédito co-bandeirados da Companhia; (ii) receitas derivadas de outras soluções de financiamento ao consumidor fornecidas aos clientes (como refinanciamento de cartão de crédito em circulação, saldos e empréstimos pessoais); (iii) serviços e comissões, principalmente de seguro de proteção financeira e de agenciamento de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular; e (iv) receitas derivadas da locação de imóveis para terceiros, principalmente unidades de aluguel em galerias e shoppings em torno dos hipermercados e alguns dos supermercados e lojas do Atacadão.

A Companhia possui o Programa "Minhas Recompensas", conectado a todos os formatos de lojas do Carrefour (hipermercados, supermercados, conveniência, postos de gasolina, drogarias), e-commerce (alimentar e não alimentar) e ao balancedscorecard (" **BSC**"). As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas e a receita diferida é estimada com base no valor justo das moedas emitidas, sendo reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas ou quando as moedas expiram.

Custo das vendas

O custo das vendas consiste principalmente em custos relacionados a vendas de produtos, incluindo o preço de compra dos bens adquiridos para revenda, volume de estoque, custos de logística (que inclui custos de armazenamento e transporte e depreciação de ativos logísticos), provisão para obsolescência de estoque e outros custos (principalmente os custos associados às operações

PÁGINA: 53 de 292

de Soluções Financeiras). Em relação à compra de produtos de fornecedores de alimentos e produtos não-alimentares, a Companhia recebeu a consideração dos fornecedores por meio de vários programas, incluindo, mas não limitados a incentivos de volume, licenças de logística, reembolso de markdown, proteção de margem, contribuição promocional e publicitária. Os pagamentos desses fornecedores são reconhecidos como uma redução dos custos de vendas.

O IFRS 9 permite que os ganhos e perdas com derivativos e variação cambial possam ser demonstrados na demonstração dos resultados do exercício tanto na rubrica de resultado financeiro quanto no resultado operacional, dependendo da natureza do item protegido. O Grupo Carrefour entende que a classificação destes ganhos e perdas de acordo com a natureza econômica da transação proporciona informações mais relevantes e confiáveis uma vez que reflete o resultado esperado da transação no momento da decisão da importação de um determinado bem. Dessa forma, os ganhos e perdas com instrumentos derivativos de hedge e importações e, os ganhos e perdas com variação cambial de fornecedores a pagar no exterior (incluindo aqueles saldos a receber com suas coligadas no exterior para os quais não são contratados instrumentos de hedge) são reconhecidos como custo das mercadorias vendidas, de acordo com a natureza da operação.

Despesas de vendas, gerais e administrativas

As despesas de vendas gerais e administrativas consistem principalmente em despesas relacionadas a folha de pagamento, honorários, custos de energia e eletricidade incorridos em conexão com as instalações, despesas de propaganda, entre outros. Para maiores informações sobre as despesas de vendas gerais e administrativas, vide nota nº 24 das demonstrações financeiras consolidadas.

Outras receitas (despesas)

Outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados em outras rubricas da demonstração do resultado e podem incluir itens que são limitados em número, claramente identificáveis, incomuns e que têm um impacto relevante nos resultados consolidados. Para maiores informações sobre as despesas de vendas, gerais e administrativas, vide nota nº 25 das demonstrações financeiras consolidadas.

Receitas financeiras

A receita financeira consiste principalmente na remuneração da posição de tesouraria da Companhia ao longo do ano. Esse fator também é impactado pela variação do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos executados para proteger a Companhia contra a volatilidade cambial decorrente da dívida denominada em Euro e Dólar norte-americano, o que pode levar a ganhos cambiais, entre outros. Para maiores informações sobre as despesas de vendas gerais e administrativas, vide nota nº 26 das demonstrações financeiras consolidadas.

Despesas Financeiras

A despesa financeira consiste: (i) no custo dos empréstimos e importações denominadas em moeda estrangeira em Euro às condições de mercado europeu (Euribor + margem) e às condições de mercado dos Estados Unidos (LIBOR + margem); (ii) no custo dos empréstimos denominados em Reais às condições de mercado local contabilizadas como "Juros sobre empréstimos"; (iii) no custo dos instrumentos derivados contabilizados como "Juros sobre instrumentos derivativos"; (iv) no custo de antecipação de recebíveis de cartão de crédito; (v) na atualização monetária de contingências de perda provável; (vi) na atualização monetária de depósitos judiciais; e (vii) na atualização monetária de créditos tributários.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Além dos principais fatores discutidos nos itens 2.1 (a) e 2.1 (h) deste Formulário de Referência, bem como os impactos das taxas de juros, inflação e taxas de câmbio descritos abaixo no item 2.2 (c) do Formulário de Referência, os seguintes fatores também influenciam significativamente os resultados operacionais da Companhia:

Poder de compra do consumidor. Embora o setor de Varejo de alimentos no Brasil tenha demonstrado, recentemente, certa resiliência por meio de ciclos econômicos adversos, a indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra do consumidor, especialmente em mercados de varejo de produtos não- alimentares. A taxa de desemprego é um indicador com um impacto direto sobre o poder de compra dos clientes. A taxa média anual de desemprego no Brasil no quarto trimestre de 2024 foi de 6,2%. Além disso, a inflação é outro fator que influencia diretamente o poder de compra do consumidor e, em 2024 o índice IPCA fechou o ano em 4,83%. Um prolongamento da recessão poderia resultar em uma queda ainda maior do consumo do agregado familiar como resultado da elevada taxa de desemprego e da alta taxa de inflação. Por outro lado, o aumento do consumo no Brasil é, muitas vezes, associado a uma diminuição na taxa de desemprego e das taxas de inflação, combinadas com um aumento na renda e no nível de distribuição da renda.

Demandas de clientes e os padrões de compra em evolução. Embora a Companhia esteja convicta de que sua plataforma omnicanal, dual-model e multiformato a deixe bem-posicionada para atender todas as necessidades atuais de seus clientes, a capacidade de antecipar e responder em tempo hábil aos padrões de compras, bem como às tendências ou preferências de consumo em constante mudança, continuará a ser fundamental para o sucesso dos negócios da Companhia. Em particular, os consumidores, que historicamente têm usado os canais físicos de comércio para a compra de produtos não-alimentares e, em menor medida, produtos alimentares, têm migrado ao e-commerce e espera-se que continuem essa migração. A Companhia acredita que as vendas on-line de produtos alimentares e não-alimentares apresentem significativas oportunidades em um país com penetração de varejo on-line relativamente baixa, mas em rápida expansão. Em 2016, a Companhia vendia pela internet apenas os produtos não-alimentares comercializados em hipermercados, mas este sortimento foi ampliado amplamente em 2017 chegando a 9,5% da venda varejo e 8,5% das vendas no Atacadão em 2024.

O e-commerce continua ganhando participação de mercado, com um aumento do GMV de 30,2% (incluindo serviço de entrega

rápida).

O canal digital do *Atacadão* continuou crescendo e representou 8,5% das vendas totais da unidade de negócios no 4T24 (vs. 6,5% no 4T23).

O canal digital alimentar do Carrefour *Varejo* já representa 9,5% das vendas totais da unidade de negócios, 2.1 p.p maior que o 4T23. O segmento não alimentar apresentou uma queda no GMV de -7,1% a/a no trimestre. Este desempenho foi puxado pelo 3P, com queda de -26,2% a/a.

(b) variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Para obter informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, consulte o item 2.1 (h) do Formulário de Referência.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve a introdução de novos produtos e serviços que influenciaram na variação da receita da Companhia.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

A Companhia atua no setor de varejo brasileiro e suas operações consistem principalmente na venda de produtos alimentares, estando sujeita a diversos fatores que afetam seus resultados operacionais e a sua condição financeira que, entre outros, incluem:

- o ambiente macroeconômico brasileiro;
- a inflação, o poder de compra dos consumidores e disponibilidade de crédito; e
- as demandas de clientes e hábitos de compra em evolução.

Ambiente macroeconômico brasileiro: a Companhia atua no Brasil e, portanto, a maioria das suas receitas, despesas e ativos é auferida em Real. Consequentemente, as mudanças macroeconômicas no Brasil, especialmente no que diz respeito à inflação, taxas de juros a curto e longo prazo, taxas de câmbio, níveis salariais e emprego, disponibilidade de crédito e a confiança do consumidor podem afetar os resultados de suas operações. A tabela a seguir estabelece crescimento real do PIB, as taxas de inflação, taxas médias de juros e variações cambiais (em Real *versus* Dólar dos EUA e *versus* Euro) nos períodos indicados.

	2024	2023
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	3,4%	3,1%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	6.54%	-3,18%
Inflação de alimentos (IPCA Food at Home) ⁽³⁾	8,22%	-0,52%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	4,83%	4,62%
Taxa de CDI ⁽⁵⁾	10,83%	13,04%
TJLP ⁽⁵⁾	7,43%	6,55%
SELIC ⁽⁶⁾	12,25%	11,75%
Valorização/(depreciação) do <i>Real</i> em relação ao Euro	-20,2%	3,9%
Valorização/(depreciação) do <i>Real</i> em relação ao dólar norte-americano	-27,9%	7,3%
Taxa de câmbio no fim do período (em R\$ por € 1,00) ⁽⁷⁾	6,43	5,35
Taxa de câmbio no fim do período (em R\$ por US\$ 1,00) ⁽⁷⁾	6,19	4,84
Taxa média de câmbio (R\$ por € 1,00) ⁽⁸⁾	5,83	5,40
Taxa média de câmbio (R\$ por US\$ 1,00) ⁽⁸⁾	5,69	5,00

Fontes: IBGE e Banco Central.

Crescimento do PIB é mensurado pelo IBGE.

- (2) Índice Geral de Preços-Mercado, ou IGP-M, é mensurado pela FGV.
- (3) Inflação (IPCA) e Inflação de alimentos são índices de preços ao consumidor abrangente mensurado pelo IBGE.
- (4) Certificado de Depósito Interbancário ou CDI é a média das taxas fixas de depósitos interbancários aplicáveis no Brasil em dias úteis, conforme registrada e definida pelo sistema CETIP (usando a taxa acumulada no ano).
- (5) Taxa de juros a longo prazo ou TJLP é exigida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou BNDES para financiamentos em longo prazo (fim dos dados do período).
- (6) Taxa média de juros anual da SELIC, a taxa básica definida pelo Banco Central do Brasil.
- (7) Taxa de câmbio (venda) do último dia do período.
- (8) Média das taxas de câmbio (venda) do período (https://www.bloomberg.com).

O PIB nacional cresceu a uma taxa de 3,4% em 2024, ante a 3,1% em 2023. A inflação de alimentos em 2024 foi de 8,22% ante uma deflação de -0,52% em 2023. Segundo estimativas de dezembro de 2024 compiladas pelo Banco Central do Brasil, ou BA CEN, prevê-se que o crescimento do PIB real anual brasileiro aumentará para 2,0% em 2025. Geralmente, qualquer deterioração no índice de crescimento econômico do Brasil, mudanças nas taxas de juros, taxa de desemprego ou níveis de preços pode limitar a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra dos clientes da Companhia e, assim, afetar adversamente a demanda pelos produtos vendidos pela Companhia.

Os resultados das operações da Companhia também são, até certo ponto, afetados pelas flutuações cambiais. A Companhia paga em moeda estrangeira por alguns dos produtos comprados para revenda em suas lojas. Portanto, as flutuações cambiais impactam o custo dos produtos e não podem ser repassadas aos clientes, o que afeta o resultado das operações. Além disso, uma parcela significativa do endividamento e algumas contas a pagar a fornecedores estavam denominados em outras moedas diferentes do Real e, dessa forma, as flutuações nas taxas cambiais impactaram diretamente as despesas e receitas financeiras, apesar da celebração dos contratos derivativos e instrumentos financeiros semelhantes que a Companhia contrata, os quais visam cobrir o risco de desvalorização do Real.

Taxas de juros: O Banco Central altera periodicamente a taxa básica de juros, a fim de gerenciar a inflação. As variações nas taxas de juros afetam principalmente as despesas financeiras da Companhia, bem como comprometem o custo e a disponibilidade de crédito ao consumidor, o que influencia principalmente as vendas dos itens de maior tíquete, tais como eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos que são, na maioria, comprados a crédito.

Inflação: Enquanto pequenas variações no índice de inflação podem ser repassadas aos clientes sem representar um impacto relevante sobre a demanda dos produtos vendidos, a Companhia acredita que um aumento significativo no índice de inflação possa afetar adversamente a demanda pelos produtos e serviços ou do outro lado os preços de venda, o que pode (i) prejudicar a confiança dos consumidores e (ii) afetar adversamente o poder de compra dos consumidores. Além disso, algumas das despesas de vendas gerais e administrativas são diretamente influenciadas pelas alterações na inflação, tais como os custos de mão de obra e despesas de aluguéis. A inflação também compromete indiretamente o custo das vendas dos segmentos de Varejo e Atacadão. Ao contrário, a Companhia acredita que uma diminuição significativa no índice de inflação possa alterar o preço dos produtos vendidos e por consequência suas vendas.

Disponibilidade de crédito: As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações das empresas de varejo no Brasil – para produtos alimentares e não-alimentares. Um aumento significativo nas taxas de juros pode restringir a disponibilidade de crédito ao consumo e, assim, afetar a demanda pelos produtos comercializados. A taxa básica de juros (taxa Selic) chegou a 12,25% em dezembro de 2024. Além disso, reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas usadas pela Companhia e empresas de cartão de crédito podem afetar as vendas negativamente. Por outro lado, um aumento na disponibilidade de crédito também contribui para um aumento na demanda pelos produtos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Não aplicável. Não houve quaisquer mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significantes nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(b) opiniões modificativas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável. Não houve qualificação ou ênfase nas questões contidas na opinião do auditor para o exercício findo em dezembro de 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve criação ou alienação de segmentos operacionais durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(c) eventos ou operações não usuais

Incorporação do Grupo Big Brasil S.A.

Em 4 de junho de 2024, o Atacadão S.A. incorporou o Grupo Big Brasil S.A., com o objetivo de racionalizar as linhas de negócio, otimizar a estrutura de capital, aumentar a eficiência operacional e simplificar a estrutura societária. As empresas envolvidas pertencem ao mesmo grupo societário e possuem características semelhantes, o que justifica a incorporação como forma de beneficiar e otimizar a estrutura administrativa, econômica e financeira das empresas e do grupo.

A incorporação resultou na extinção do Grupo Big Brasil S.A. e na sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela Companhia. O valor do capital social da Companhia permaneceu inalterado, uma vez que a incorporação do acervo líquido não gerou aumento de capital nem a emissão de novas ações. O patrimônio líquido do Grupo Big Brasil S.A. foi avaliado pelo valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 31 de janeiro de 2024, conforme o Laudo de Incorporação aprovado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de junho de 2024.

Enchentes no Estado do Rio Grande do Sul

No início do mês de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul foi atingido por fortes chuvas cujas consequências resultaram principalmente na perda de vidas, danos a lares e propriedades, transtornos na rede viária, elétrica e de fornecimento de água, bem como inundações devido à elevação no nível de importantes rios do Estado.

No que tange ao funcionamento operacional, mesmo diante deste cenário climático adverso, o Grupo Carrefour manteve-se operacional, mesmo que utilizando outros centros de distribuição para abastecimento.

O Grupo Carrefour operava 98 lojas no Estado do Rio Grande do Sul em 1º de maio de 2024, incluindo 30 lojas *Atacadão*, 11 hipermercados e 3 *Sam's Clubs*, que coletivamente representavam aproximadamente 6% das vendas do Grupo. Das nossas 44 lojas de grande formato, 8 foram severamente afetadas pelas enchentes na região (aproximadamente 1% das vendas), todas com seguro de ativos e lucros cessantes.

Em 30 de junho de 2024, o Grupo Carrefour reconheceu uma perda de estoques e ativo imobilizado de R\$ 114 milhões em contrapartida do reembolso das seguradoras no montante de R\$ 110 milhões, ambos registrados em custos dos produtos vendidos e outras receitas (despesas). Até 31 de dezembro de 2024, todas as lojas atingidas foram reabertas.

Os prejuízos sofridos nas lojas (*Atacadão, Hiper, Postos, Drogaria, Centro de Distribuição, Super* e *Todo dia*) por danos materiais em estoques e edificações e benfeitorias, bem como lucros cessantes em decorrência do fechamento temporário das operações foram substancialmente cobertos pela apólice de seguros do Grupo Carrefour.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Operação de "sale and leaseback"

No contexto da estratégia do Grupo Carrefour voltada para otimizar a eficiência operacional e financeira mediante a revisão contínua de seus ativos imobiliários, em 22 de outubro de 2024, o Grupo Carrefour firmou um contrato de venda de imóveis com o Fundo de Investimento Imobiliário Guardian Real Estate (GARE11), gerido pela Guardian Gestora Ltda. Este acordo contempla a venda de 15 imóveis de propriedade do Grupo Carrefour, onde operam lojas da Companhia ou suas afiliadas, todas sob a marca "Atacadão", no valor total de R\$ 725 milhões. Foi estabelecido um contrato de locação na modalidade de retroarrendamento, com duração inicial de 13 anos, podendo ser renovado por períodos adicionais de 5 anos.

As transações de retroarrendamento são avaliadas conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações de desempenho e, assim, contabilizar a venda do bem. Cumpridos os requisitos, o Grupo Carrefour mede o ativo de direito de uso resultante da transação de retroarrendamento com base no valor contábil anterior do direito de uso mantido pela Companhia. Consequentemente, são reconhecidos apenas os ganhos ou perdas associados aos direitos transferidos ao comprador.

Em função da transação de retroarrendamento, o Grupo Carrefour reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de R\$ 333 milhões na data das assinaturas das escrituras. As Demonstrações dos Fluxos de Caixa, tanto da Controladora quanto do Consolidado, foram impactadas em R\$ 696 milhões no grupo de fluxos de caixa gerados pelas atividades de investimentos. O valor remanescente de R\$ 29 milhões, totalizando os R\$ 725 milhões, será recebido após o registro formal da escritura pública junto aos órgãos competentes.

Aprovação de pagamento de Juros sobre capital próprio ("JCP")

Em 18 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração deu o aval para a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, no valor bruto de R\$ 200 milhões, referente ao exercício fiscal de 2024, o que equivale a R\$ 0,094829124 por ação. Os acionistas que constavam na posição acionária da Companhia em 23 de dezembro de 2024 tiveram direito ao pagamento, e a partir de 24 de dezembro de 2024 (inclusive), as ações passaram a ser negociadas na bolsa de valores "ex-direito" aos juros sobre capital próprio. O pagamento será feito em uma única parcela, no dia 8 de janeiro de 2025, proporcionalmente à participação de cada acionista, com retenção do Imposto de Renda na fonte, exceto para aqueles que comprovadamente são imunes ou isentos.

Projetos de reorganização operacional e societária

No âmbito das iniciativas de melhorias contínuas, a consolidação progressiva das atividades do Grupo Carrefour é um passo significativo nesse processo, resultando em sinergias adicionais. Ao longo de 2024, essa consolidação incluiu mudanças societárias e foi implementada por meio de dois projetos principais:

- Simplificação societária, com a redução da estrutura de empresas e a segregação de negócios em entidades legais distintas (Varejo e Atacado), permitindo ao Grupo Carrefour alocar recursos de maneira mais eficiente e focada nas características principais de cada segmento. Uma das ações realizadas foi a incorporação do Grupo BIG, ocorrida em 4 de junho de 2024.
- Consolidação do Segmento de Atacado entre duas entidades legais já existentes, Controladora Atacadão S.A. e WMS (WMS Supermercados do Brasil Ltda.). Essa consolidação garantiu maior eficiência e melhor desempenho operacional comparativo.

Como resultado dessas iniciativas, em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Carrefour reconheceu imposto de renda ativo sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, no valor de R\$ 1.088 milhões, registrado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos" no Consolidado. Esse reconhecimento foi baseado no histórico de rentabilidade do segmento de lojas do Atacadão e na projeção de lucros tributários futuros.

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A tabela abaixo apresenta os valores de EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado consolidado e separados por se gmento, Lucro Líquido Ajustado, Fluxo de Caixa Livre e Dívida Financeira Líquida (ou Caixa Líquido, se positivo) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

exercicio findo em 31 de dezembro de 2024:	
(em milhões de R\$, exceto percentual)	2024
Segmento de Varejo	
EBITDA	284
EBITDA Ajustado	694
Margem EBITDA Ajustado	2,82%
Segmento Atacadão	
EBITDA	5.463
EBITDA Ajustado	5.227
Margem EBITDA Ajustado	6,68%
Segmento de Soluções Financeiras	
EBITDA	713
EBITDA Ajustado	890
Margem EBITDA Ajustado	n/a
Segmento Sam's Club	
EBITDA	214
EBITDA Ajustado	238
Margem EBITDA Ajustado	3,69%
Segmento de Funções corporativas	
EBITDA	(567)
EBITDA Ajustado	(567)
Margem EBITDA Ajustado	n/a
Consolidado	
EBITDA	6.107
EBITDA Ajustado	6.482
Margem EBITDA Ajustado	5,93%
Lucro Líquido Ajustado (atribuível aos acionistas controladores)	2.382
Margem Líquida Ajustada (atribuível aos acionistas controladores)	2,18%
Fluxo de Caixa Livre	3.178
	

(Dívida líquida) / ou Caixa líquido (c/ aluguéis e recebíveis descontados)	(15.220)

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

EBITDA / LAJIDA: o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida financeira não-contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e consiste no "Lucro Iíquido do exercício" ajustado pelo "Resultado financeiro Iíquido", pelo "Imposto de renda e contribuição social" e pela despesas de "Depreciação e amortização". Com base na demonstração do resultado, o EBITDA também corresponde ao "Lucro antes das (despesas) receitas financeiras Iíquidas e impostos" menos a "Depreciação e amortização".

EBITDA/LAJIDA Ajustado: calculamos o EBITDA Ajustado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido de itens que no nosso entendimento possuem número de ocorrências limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em nossos resultados. Nós acreditamos que os ajustes complementares aplicados na apresentação do EBITDA Ajustado são apropriados para fornecer informações adicionais aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais. O EBITDA Ajustado (LAJIDA Ajustado) é definido como o EBITDA (LAJIDA) ajusto da linha "Outras receitas (despesas)" da demonstração do resultado.

Também calculamos a "Margem EBITDA Ajustado" como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas líquidas do respectivo exercício, expressa em percentual.

O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as pr áticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem um significado padrão, e nossas definições podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras companhias.

Calculamos o "Lucro líquido Ajustado" como o "Lucro líquido do exercício" ajustado pelo saldo de outras receitas e despesas (compreendendo perdas ou ganhos na alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas a demandas judiciais, e o reconhecimento de créditos de ICMS relativos a exercícios anteriores), acrescido ou reduzido dos respectivos impactos na rubrica de receitas e despesas financeiras relativas a itens que no nosso entendimento possuem número de ocorrências limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em nossos resultados e acrescido ou reduzidos dos impactos dos respectivos impactos na despesa de imposto de renda do exercício. O Lucro líquido ajustado não é uma medida de desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP ou IFRS e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido ou como uma medida de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O Lucro líquido ajustado não tem um significado padronizado, e nossa definição pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas.

Calculamos a margem de lucro líquido ajustado como o lucro líquido ajustado atribuível aos acionistas controladores dividido pelas vendas líquidas para o período relevante, expressa em porcentagem

Fluxo de Caixa Livre

Calculamos "Fluxo de Caixa Livre" como caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais, menos os juros recebidos em investimentos de curto prazo, mais caixa utilizado (resgatado) em variações de depósitos judiciais, menos caixa fornecido pela alienação de ativos não operacionais, menos caixa utilizado em adições ao imobilizado e ativos intangíveis. O fluxo de caixa livre não é uma medida do desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP ou IFRS. O fluxo de caixa livre não tem significado padronizado, não deve ser considerado como uma medida de liquidez, e nossa definição de fluxo de caixa livre pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas. Para uma conciliação do EBITDA Ajustado com nosso fluxo de caixa livre para o período relevante, consulte o Relatório da Administração das nossas demonstrações financeiras auditadas.

Entendemos que o Fluxo de Caixa Livre pode ser considerado como complemento do lucro líquido como uma medida de nosso desempenho e caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais como uma medida de nossa liquidez.

<u>Dívida Financeira Líquida (ou Caixa Líquido, se positivo)</u>

Definimos "Dívida Financeira Líquida" como "Empréstimos e financiamentos" circulantes e não circulantes acrescidos dos "Instrumentos financeiros derivativos" passivos circulantes e não circulantes menos "Caixa e equivalente de caixa", "Títulos e valores mobiliários" e "Instrumentos financeiros derivativos ativos circulantes e não circulantes.

A partir de 01 de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC 06 (R2), a dívida de aluguel compõe a "Dívida Financeira Líquida" a partir desta data.

A Dívida Financeira Líquida não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS. A Dívida Financeira Líquida não tem significado padronizado e nossa definição de Dívida Financeira Líquida pode não ser comparável com aquelas usadas por outras empresas.

Também calculamos os seguintes índices:

• Índice de '**Dívida Financeira Líquida / Patrimônio líquido**' de acordo com o seguinte cálculo: Dívida Financeira Líquida dividida pelo "patrimônio líquido", expresso em percentual.

Índice de 'Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado LTM' (last twelve months ou "LTM", pela sigla em inglês) de acordo com o seguinte cálculo: "Dívida Financeira Líquida" dividida pelo "EBITDA Ajustado LTM", que corresponde ao "EBITDA Ajustado" dos últimos doze meses, expresso em percentual.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024
Lucro líquido	1.940
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(433)
(+) Despesas financeiras, líquidas	2.764
(+) Depreciação e amortização	1.834
(+) Resultado de equivalência patrimonial	2
(=) EBITDA	6.107
(+/-) Outras despesas (receitas) (*)	375
(=) EBITDA Ajustado (a)	6.482
Vendas líquidas (b)	109.311
Margem EBITDA Ajustado = (a) / (b)	5,93%

(*) As outras despesas (receitas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

As outras despesas (receitas) totalizaram R\$ 375 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os impactos referem-se em sua maior parte a: (i) impairment do valor de marcas relacionadas às marcas adquiridas e descontinuadas (Maxxi, BIG e Todo Dia); (ii) despesas ou receitas referentes ao valor líquido dos ativos alienados; (iii) despesas relacionadas à baixa de ativos para quais não temos mais expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação, identificados durante inventários, ou no caso de sinistros, remodeling de nossas lojas, etc (descritos no item 2.10 para maiores detalhes); (iv) custos de reestruturação relacionados com projetos de melhoria da eficiência operacional cujos custos são referentes aos honorários de consultorias e custos de desligamento; (v) reversão de provisões após a adesão de programas de anistia e outras reversões tributárias devido à decadência de Cesta Básica; (vi) decisão favorável de autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados; (vii) movimentações das provisões do Grupo BIG das base legado na data de aquisição; e (viii) transação de "sale e leaseback" de centros de distribuição e lojas de propriedade da Companhia e suas subsidiárias.

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem de EBITDA Ajustado, por segmento:

Também apresentamos nosso EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado por segmento operacional. Não apresentamos nosso resultado financeiro e imposto de renda por segmento, uma vez que estes são mensurados e revisados pela administração de forma consolidada. Portanto, nossa reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da *Margem* EBITDA Ajustado por segmento é apresentada a partir de nosso Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos.

Não apresentamos a Margem EBITDA Ajustado do segmento de soluções financeiras, uma vez que este gera outras receitas, não *vendas* líquidas.

Os quadros abaixo mostram a reconciliação do lucro antes do resultado financeiro líquido e dos impostos com o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado por segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Segmento de Varejo

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos	(387)
(+) Depreciação e amortização	669
(+) Resultado de equivalência patrimonial	2
(=) EBITDA	284
(+/-) Outras despesas (receitas) (*)	410
(=) EBITDA Ajustado (a)	694
Vendas líquidas (b)	24.598
Margem EBITDA Ajustado = (a) / (b)	2,82%

(*) As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

As outras despesas (receitas) totalizaram R\$ 410 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devido a: (i) impairment do valor de marcas relacionadas às marcas adquiridas e descontinuadas (BIG e Todo Dia); (ii) despesas ou receitas referentes ao valor líquido dos ativos alienados; (iii) despesas relacionadas à baixa de ativos; (iv) custos de reestruturação; (v) Reversão de provisões após a adesão de programas de anistia e outras reversões tributárias devido à decadência de Cesta Básica; (vi) Decisão favorável de autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados; e (vii) transação de "sale e leaseback" de centros de distribuição e lojas.

Segmento Atacadão

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos	4.515
(+) Depreciação e amortização	948
(=) EBITDA	5.463
(+/-) Outras despesas (receitas) (*)	(236)
(=) EBITDA Ajustado (a)	5.227
Vendas líquidas (b)	78.263
Margem EBITDA Ajustado = (a) / (b)	6,68%

(*) As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

As outras despesas (receitas) totalizaram R\$ (236) milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sendo os maiores impactos derivados da transação de "sale and leaseback" de lojas, custos de reestruturação e a provisões revertidas devido a acordos ou prescrição (bases legado do Grupo BIG).

Segmento Sam's Club

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos	87
(+) Depreciação e amortização	127
(=) EBITDA	214
(+/-) Outras despesas (receitas) (*)	24
(=) EBITDA Ajustado (a)	238
Vendas líquidas (b)	6.450
Margem EBITDA Ajustado = (a) / (b)	3,69%

^(*) As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

As outras despesas (receitas) totalizaram R\$ 24 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Segmento Soluções Financeiras

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos	624
(+) Depreciação e amortização	89
(=) EBITDA	713
(+/-) Outras despesas (receitas) (*)	177
(=) EBITDA Ajustado (a)	890
Vendas líquidas (b)	n/a
Margem EBITDA Ajustado = (a) / (b)	n/a

^(*) As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

As outras despesas (receitas) totalizaram R\$ 177 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compostas principalmente por resultados líquidos na alienação de ativos.

Lucro Líquido Ajustado e Margem Lucro Líquido Ajustado (Atribuíveis aos acionistas controladores)

A reconciliação do lucro líquido para o Lucro Líquido Ajustado e Margem Lucro Líquido Ajustado (atribuíveis aos acionistas controladores) da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado na tabela abaixo:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024
Lucro líquido (Lucro líquido (atribuível aos acionistas controladores)	1.753
(+/-) Outras receitas (despesas) (*)	375
(+/-) Impacto financeiro de itens não recorrentes	(13)
(+/-) OPEX integração	0
(+/-) Imposto de renda sobre Outras receitas (despesas) e itens não recorrentes do resultado financeiro	267
(=) Lucro Líquido Ajustado (a)	2.382

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024
Vendas líquidas (b)	109.311
Margem Lucro Líquido Ajustado = (a) / (b)	2,20%

(*) As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

Fluxo de Caixa Livre

Abaixo apresentamos uma reconciliação de nosso caixa gerado pelas atividades operacionais para nosso Fluxo de *Caixa* Livre para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	2024
Fluxo de caixa bruto das operações, líquido de imposto de renda	5.812
Variação do Capital de Giro	(1.106)
Fluxo de Caixa das Operações	4.706
Fluxo de Caixa de Investimentos operacionais	(1.026)
Fluxo de Caixa Livre Desalavancado	3.680
Adição de dívida (pagamentos)	(502)
Aumentos de capital (dividendos)	0
Fluxo de Caixa Livre Alavancado	3.178

<u>Dívida Financeira Líquida (ou Caixa líquido)</u>

Abaixo *apresentamos* uma reconciliação de nossos empréstimos totais com nossa Dívida Financeira Líquida, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

(em milhões de R\$)	2024
(-) Empréstimos – circulante	(11.968)
(-) Empréstimos – não circulante	(7.895)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	499
Total empréstimos	(19.364)
Caixa e equivalente de caixa	15.207
Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante	935
Total dos ativos financeiros	16.142
(Dívida Financeira Líquida) ou Caixa líquido	(3.222)
(-) Desconto de recebíveis	(6.896)
(Dívida Financeira Líquida) ou Caixa líquido	(10.118)
Dívida com aluguéis (IFRS16)	(5.102)
(Dívida Financeira Líquida) ou Caixa líquido pós IFRS16	(15.220)

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua situação financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores úteis, uma vez que nos permitem verificar a margem operacional dos nossos negócios. No entanto, o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são indicadores de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não pode servir de base para comparação com indicadores com o mesmo nome apresentados por outras empresas, que podem calculá-lo de forma diferente da Companhia.

Portanto, o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não devem ser considerados isoladamente ou como indicadores indiretos para mensurar o lucro operacional ou o lucro líquido. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado possuem limitações e devem ser analisados em conjunto com as Demonstrações Financeiras para ter uma visão completa da rentabilidade da Companhia, na medida em que não considerem determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, os quais podem afetar significativamente os lucros líquidos da Companhia, tais como resultado financeiro, líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são medidas apropriadas para uma compreensão dos resultados das operações da Companhia, uma vez que as despesas de depreciação, amortização, imposto de renda e contribuição social e resultados financeiros líquidos não estão incluídas no seu cálculo. Portanto, não é afetada pelas flutuações nas taxas de juros (aplicadas à dívida ou à remuneração dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários aplicados), mudanças na carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como a despesa de depreciação e amortização. Adicionalmente, a Companhia calcula seu EBITDA Ajustado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido de itens que no nosso entendimento possuem número de ocorrências limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em nossos resultados. Nós acreditamos que os ajustes complementares aplicados na apresentação do EBITDA Ajustado são apropriados para fornecer informação adicional aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais.

A Companhia segue também o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado por segmento, sendo que as operações de cada um dos segmentos apresentam características e aspectos diferentes, e constituem as componentes do nosso EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado consolidado, que são analisados individualmente para a gestão de cada segmento.

A Companhia acredita que o Lucro Líquido Ajustado e a Margem Lucro Líquido Ajustado são medidas apropriadas para uma compreensão dos resultados das operações da Companhia, uma vez que seu cálculo, após a exclusão de ocorrências de número limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em nossos resultados acompanhada de seus respectivos efeitos nos resultados financeiros e imposto de renda são apropriados para fornecer informação adicional aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais.

A Companhia utiliza o Fluxo de Caixa Livre como uma medida da sua capacidade de pagar os investimentos necessários (sejam de gestão corrente ou de expansão) e gerar caixa adicional de nossas atividades, e acredita que este é útil para avaliar o desempenho financeiro da Companhia e a capacidade de honrar os compromissos financeiros assumidos. Em particular, o Fluxo de Caixa Livre evidencia a capacidade da Companhia a pagar os juros gerados por sua dívida, bem como dividendos para os acionistas.

Acreditamos que a Dívida Financeira Líquida dá uma visão melhor do endividamento da Companhia, na medida em que ela soma várias linhas espalhadas no balanço, para mostrar o compromisso líquido da Companhia. A Dívida Financeira Líquida é um indicador útil de liquidez da Companhia e permite estabelecer uma relação mais fácil com o Patrimônio Líquido ou com a geração de caixa da Companhia.

Acreditamos que a Dívida Financeira Líquida incluindo o desconto de recebíveis reflete melhor a relação entre o endividamento do Grupo e a despesa financeira

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Pagamento de Juros sobre capital próprio

Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.4 das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em 18 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração deu aval para a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, no valor bruto de R\$ 200 milhões, referentes ao exercício fiscal de 2024, o que equivale a R\$ 0,094829124 por ação. Em 8 de janeiro de 2025, foi realizado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 172 milhões, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda retido na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes e isentos, proporcionalmente à participação de cada acionista.

Incorporação de ações da Companhia pela MergerSub Brachiosaurus 422 Participações

Em 12 de fevereiro de 2025, a Companhia celebrou o Merger of Shares Agreement entre a Companhia, Carrefour S.A., acionista controlador da Companhia ("<u>CSA</u>"), e o Carrefour Nederland B.V., uma subsidiária integral do CSA ("<u>CNBV</u>"), ("<u>Contrato de</u> Incorporação <u>de Ações</u>"), o qual estabeleceu principais termos e condições da proposta apresentada pelo para uma reorganização societária para unificação das bases acionárias do Atacadão e do CSA ("<u>Transação</u>").

Em 3 de abril de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração (i) do segundo aditamento ao Contrato de Incorporação de Ações; e (ii) do primeiro aditamento ao "Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações do Atacadão S.A. pela Brachiosaurus 422 Participações S.A.", sociedade anônima brasileira, subsidiária integral do CNBV ("MergerSub"), que estabelece os termos e condições para a incorporação de ações e a reorganização societária e reflete os termos e condições do Contrato de Incorporação de Ações.

Em 25 de abril de 2025, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram dentre outras matérias, a incorporação de ações da Companhia pela MergerSub, conforme os termos estabelecidos no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações do Atacadão S.A. pela Brachiosaurus 422 Participações S.A, celebrado entre os administradores da Companhia e da MergerSub em 6 de março de 2025, e aditado em 3 de abril de 2025 ("<u>Protocolo e Justificação</u>"), bem como a dispensa da exigência de listagem da MergerSub no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, para fins de adoção da recomendação para aprovação pela maioria dos acionistas não controladores prevista no Parecer de Orientação CVM nº 35, de 1º de setembro de 2008 e observado o disposto no artigo 46, parágrafo único do Regulamento do Novo Mercado,

Em 30 de maio de 2025, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Protocolo e Justificação, ocorreu o fechamento da Transação. Como resultado, as ações de emissão da Companhia passam a ser integralmente detidas pela MergerSub, e os BDRs passam a ser admitidos à negociação na B3 sob código "CAFR31". Com a conclusão da Transação, a Companhia continua a desenvolver suas atividades como uma subsidiária integral da MergerSub, preservando sua personalidade jurídica e ativos, sendo que as ações deixaram de estar listadas no segmento do Novo Mercado da B3.

Não foram reconhecidos impactos contábeis nas demonstrações financeiras de 2024.

2.7 Destinação de resultados

(a) Regras sobre retenção de lucros

(a.i.) Valores das retenções de lucros

(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados

A retenção de lucros da Companhia é regulada pela Lei das Sociedades por Ações e pelo artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, vigente desde a abertura de capital da Companhia, que ocorreu em 18 de julho de 2017.

Além da reserva legal, da reserva para contingências, e da reserva de incentivos fiscais (artigos 193,195 e 195-A da Lei das Sociedades por Ações), o Estatuto Social prevê que uma parcela não superior à diferença entre (i) 99,9% do lucro líquido anual ajustado e (ii) a reserva de incentivos fiscais poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro.

O Estatuto Social da Companhia está disponível nos seguintes endereços:

- Site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos", e por fim "Estatuto Social" ou diretamente por meio do link https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/56336a23-8dae-53c7-200f-ffb5aa5582c7?origin=1">https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/56336a23-8dae-53c7-200f-ffb5aa5582c7?origin=1">https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/56336a23-8dae-53c7-200f-ffb5aa5582c7?origin=1">https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/56336a23-8dae-53c7-200f-ffb5aa5582c7?origin=1">https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/56336a23-8dae-53c7-200f-ffb5aa5582c7?origin=1">https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/56336a23-8dae-53c7-200f-ffb5aa5582c7?origin=1">https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/56336a23-8dae-53c7-200f-ffb5aa5582c7?origin=1">https://api.mziq.com/mziq.com
- Site da CVM (www.gov.br/cvm).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1.940 milhões, o qual foi absorvido pela reserva de lucro em sua totalidade.

(b) Regras sobre distribuição de dividendos

Em 31 de dezembro de 2024, o Estatuto Social da Companhia assegurava aos acionistas o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 0,1% do lucro líquido ajustado apurado no exercício. Nos termos do Estatuto Social, o saldo líquido pode ser ajustado pelas reservas legais, e de incentivos fiscais.

Em 2024, a Companhia, em linha com os exercícios sociais anteriores (exceto 2023, no qual a Companhia apurou prejuízo), distribuiu aos acionistas, no total, R\$ 201,7 milhões a título de proventos (sendo R\$ 1,7 milhões como dividendo mínimo líquido da reserva legal, e R\$ 200 milhões na forma de juros sobre capital próprio, equivalente a 12,11% do lucro líquido ajustado da Companhia verificado no exercício social de 2024.

(c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Em 31 de dezembro de 2024, o Estatuto Social da Companhia garantia a distribuição anual de dividendos. Sem pre uízo, a Companhia poderia levantar balanços semestrais ou intermediários e o Conselho de Administração poderia deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderia, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual.

(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido pode ser utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido com base em reservas ou orçamento de capital, conforme deduções legais e destinações previstas na Lei de Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei de Sociedades por Ações permite que uma companhia como a nossa possa suspender a distribuição dos dividendos

obrigatórios em qualquer exercício social específico, se nosso Conselho de Administração informar aos nossos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista a nossa condição financeira. Se

isso acontecer, os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

isso acontecer, os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- (a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- (b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- (a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- (b) natureza e o propósito da operação
- (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10 Planos de negócios

(a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os gastos de capital (capex) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$ 3.440 milhões. Isto incluiu os gastos relacionados as conversões das lojas do Grupo BIG, bem como melhorias e revitalização das lojas existentes e investimentos em software.

Em R\$ milhões	2024
Expansão	1.914
TI e outros	215
Total Capex	2.129
Direito de uso de arrendamento	1.311
Total de adições de ativo fixo	3.440

Conforme anunciado em novembro de 2023 (Apresentação do investor morning e fato relevante), o Grupo Carrefour Brasil realizou uma revisão completa de seus ativos, a fim de maximizar o retorno dos ativos existentes e otimizar a alocação de capital, e decidiu:

1. Converter aproximadamente 40 hipermercados em lojas Atacadão e Sam's Club entre 2024 e 2026. Aproximadamente 20 conversões planeadas para 2024, com 5 hipermercados + 1 supermercado encerrados em dez-23 para início de obras de conversão. Isso deverá levar a um EBITDA adicional de R\$ 10-15 milhões por ano por loja na maturidade.

Em 2024, 22 lojas do formato de varejo (14 hipermercados e 8 supermercados) foram convertidas em lojas Atacadão ou Sam's Club

2. Vender ou fechar lojas estruturalmente não rentáveis, totalizando 123 lojas (16 hipermercados, 94 lojas Todo Dia e 13 lojas *Nacional* e *Bom Preço*). No 4T23, foram fechados 11 supermercados e, ao final de janeiro de 2024, mais 93 lojas de Varejo (16 hipermercados e 77 supermercados). Outras 19 lojas deverão ser fechadas definitivamente até o 2T24. Até meados de 2024, a bandeira Todo Dia não fará mais parte do portfólio da Companhia. Com o fim da operação dessas lojas, esperamos adicionar aproximadamente R\$ 200 milhões de EBITDA por ano (recorrente), uma vez que essas lojas estão em déficit operacional. Adicionalmente, a Companhia espera vender os imóveis de 40 dessas 123 lojas, captando caixa adicional que deverá compensar o impacto negativo das iniciativas de desmobilização no caixa.

A venda ou fechamento das 123 lojas estruturalmente não rentáveis, bem como a descontinuação da bandeira TodoDia, foi concluída em Março/24 com 46 lojas vendidas e arrecadando R\$ 552 milhões conforme publicado no <u>release de resultados do 1T24</u>.

Adicionalmente, conforme Fato Relevante publicado em 03 de dezembro de 2024, a Companhia decidiu fechar ou vender 64 lojas do formato de supermercados sob as bandeiras Nacional e BomPreço. Essas 64 lojas entregaram R\$ 1,5 bilhão de vendas brutas nos últimos 12 meses encerrados em setembro-24 (1,3% das vendas brutas totais do Grupo e 6% das vendas brutas do segmento Varejo) com contribuição negativa de –R\$ 42 milhões no EBITDA (pós-IFRS). A operação deve ser concluída no primeiro semestre de 2025 e a Companhia espera levantar cerca de R\$ 400 milhões com a venda dessas lojas, compensando as despesas em caixa de desmobilização, que incluem *markdowns*, custos de indenização e taxas de rescisão.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável. A Companhia não teve novas aquisições e outros ativos que tenham sido evidenciados em suas demonstrações financeiras.

(c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os novos projetos são:

- Simplificação societária com a redução da estrutura de empresas e a segregação de negócios por entidades legais (Varejo e Atacado), permitindo que o Grupo aloque seus recursos de forma mais racional e focada nas principais características de cada segmento. Uma das iniciativas realizada foi a incorporação do Grupo BIG ocorrida em 4 de junho de 2024; e
- Consolidação do Segmento de Atacado entre duas entidades legais já existentes, Controladora Atacadão S.A. e WMS Supermercados do Brasil Ltda. ("WMS"). A Consolidação do segmento Atacadista garantiu maior eficiência e resultados

2.10 Planos de negócios

operacionais comparativos.

•

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O Grupo Carrefour Brasil encerrou o ano de 2024 com importantes avanços em sua agenda ASG. A Companhia manteve o compromisso com seus 3 pilares estratégicos e se consolidou como referência em práticas ASG no varejo brasileiro com conquistas relevantes. Entre as iniciativas do ano, se destacam:

Combate à fome e às desigualdades:

- Doação de 6.500 toneladas de alimentos em 2024, +47,4% vs. 2023.
- Parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social: o Grupo Carrefour Brasil contratou mais de 53.000 beneficiários de programas sociais do governo, 5,3x mais que o compromisso inicial de 10.000 beneficiários.
- Escola Social do Varejo: 529 alunos capacitados por mais de 300 horas nos estados da Bahia e Pernambuco em 2024, recebendo certificação emitida pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Ao longo dos 14 anos do projeto, mais de 12 mil jovens foram capacitados pela escola social do varejo.

Diversidade e inclusão:

- No 4T24 lançamos o programa "Mulheridades", com 1.000 vagas, o programa tem como objetivo empoderar mulheres e
 desenvolver as colaboradoras do Grupo Carrefour, além de ter como âncora 6 executivas de diferentes áreas da
 Companhia.
- Em relação às nossas metas de Diversidade e Inclusão de 2024, encerramos o ano com os seguintes resultados:
- Equidade de gênero: encerramos 2024 com 32,6% de mulheres em cargos de liderança (vs. meta de 36%) e 21,6% de mulheres em cargos executivos (vs. meta de 25%) no Grupo Carrefour Brasil;
- Equidade racial: encerramos 2024 com 35,1% de negros em cargos de liderança (vs. meta de 35%) e 14,4% de negros em cargos executivos (vs. meta de 13%) no Grupo Carrefour Brasil.

Proteção do planeta e biodiversidade:

- Mudanças climáticas e biodiversidade: avançamos em nossa estratégia de descarbonização, reduzindo as emissões em
 47% no escopo 1 e 2 em 2024, 9 p.p. a mais que a meta do ano (redução de 38%). Além disso, pelo segundo ano
 consecutivo, o Grupo foi incluído na carteira do Índice Carbono Eficiente B3 (ICO2), índice que reúne empresas com boas
 práticas na gestão de emissões de Gases de Efeito Estufa.
- Combate ao desmatamento: ao final do 4T24, 100% dos fornecedores frigoríficos estavam em conformidade com nossa política, com monitoramento de carne realizado e cada lote enviado ao Grupo duplamente checado. Neste trimestre, foram analisados 14.046.525,54 hectares em 13.132 fazendas, em 2024 foram analisados 24.631.945,74 hectares e 31.802 fazendas, +9,7% vs. 2023. Encerramos o ano com 18 frigoríficos ativos e 11 frigoríficos bloqueados por não atenderem aos critérios de compra do Grupo. Informações adicionais por bioma e a lista de fornecedores ativos estão disponíveis em nossa plataforma de transparência de carnes.
- Produtos certificados: em 2024 vendemos R\$ 1,7 bilhão em produtos certificados (que inclui produtos orgânicos, itens de pesca responsável, subprodutos de madeira e papel certificados e nossos produtos de marca própria), superando a meta do ano em 146%.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

(a) objeto da projeção

A Companhia divulgou projeções relacionadas:

- (i) Ao aumento do EBITDA Ajustado¹ da Companhia em R\$ 3 bilhões ao final de 3 anos contados do projeto de integração do Grupo Big, decorrente: (a) a ganhos de densidade de vendas e conversão de lojas; (b) sinergias de *procurement*; e (c) à otimização dos custos indiretos e maior eficiência da cadeia de suprimentos, conforme Fato Relevante de 22 de julho de 2024 que atualizou a projeção publicada no Fato Relevante de 15 de fevereiro de 2022 ("Sinergias Grupo BIG EBITDA Ajustado da Companhia");
- (ii) Ao portfólio total de 470 lojas do formato Cash & Carry (atacarejo) até 2026, sendo uma média de conversão e abertura de mais de 25 lojas por ano até o final do período projetado, conforme Fato Relevante de 08 de novembro de 2022 ("Portfólio Total de Lojas Cash & Carry (atacarejo)");
- (iii) As conversões de 40 hipermercados em lojas Atacadão e Sam's Club entre 2024 e 2026, sendo que 20 dessas conversões ocorreriam em 2024, conforme Fato Relevante de 28 de novembro de 2023 ("<u>Conversões de lojas entre 2024 e 2026</u>"). Maiores informações sobre a projeção relacionada ao período já transcorrido (2024), podem ser encontradas no item 3.2 (b) deste Formulário de Referência;
- (iv) As vendas por m² e Margem EBITDA (nível loja) para os anos de 2024 e 2025 das Lojas convertidas do antigo Grupo BIG para Atacadão, sendo que (i) até o final de 2024, seriam atingidos aproximadamente entre R\$ 28.000/m² e R\$ 31.000/m² de vendas por metro quadrado e Margem EBITDA (nível loja) entre 5% e 6%; e (ii) até o final de 2025, será atingido aproximadamente R\$ 35.000/m² de vendas por metro quadrado e Margem EBITDA (nível loja) entre 7% e 8%, conforme Fato Relevante de 05 de dezembro de 2023 ("Vendas por m² e Margem EBITDA (nível loja) das Lojas convertidas do antigo Grupo BIG para Atacadão"). Maiores informações sobre a projeção relacionada ao período já transcorrido (2024), podem ser encontradas no item 3.2 (b) deste Formulário de Referência:
- (v) A margem EBITDA (nível loja) entre 9% e 10% e Margem EBITDA (unidade de negócio) entre 7% e 8% para lojas maduras do Sam's Club até o final de 2025, conforme Fato Relevante de 05 de dezembro de 2023 ("Margem EBITDA (nível loja) e Margem EBITDA (unidade de negócio) para lojas maduras do Sam's Club"); e
- (vi) Ao impacto potencial total no EBITDA para os anos de 2024 e 2026 decorrente da "Otimização adicional do portfólio de lojas", sendo que (i) em 2024, esperava-se que o impacto potencial no EBITDA seria entre R\$ 180 e 220 milhões; e (ii) em 2026, o impacto potencial total no EBITDA será de R\$ 550 a R\$ 800 milhões, conforme Fato Relevante de 05 de dezembro de 2023 ("Impacto potencial total no EBITDA decorrente da "Otimização adicional do portfólio de lojas""). Maiores informações sobre a projeção relacionada ao período já transcorrido (2024), podem ser encontradas no item 3.2 (b) deste Formulário de Referência.

A Companhia ressalta que as informações sobre perspectivas de negócios, projeções e metas financeiras são meras previsões, baseadas nas expectativas atuais da administração, as quais dependem das condições do mercado em geral, do cenário econômico brasileiro e do setor em que a Companhia atua. Eventuais mudanças na percepção ou nos fatores descritos acima podem fazer com que os resultados efetivos sejam diferentes daqueles previstos nas estimativas aqui apresentadas, sendo que a Companhia poderá revisá-las para patamares superiores ou inferiores, de acordo com as novas expectativas. Para mais informações sobre eventos que afetaram os resultados da Companhia, vide item 2.2 deste Formulário de Referência, em "fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais".

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

(i) Sinergias Grupo BIG - EBITDA Ajustado da Companhia

As sinergias estimadas e o respectivo impacto positivo no EBITDA Ajustado da Companhia são projetados por três anos contados do fechamento da aquisição do Grupo BIG (junho de 2022).

(ii) Portfólio Total de Lojas Cash & Carry (atacarejo)

O período projetado é o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026, considerado uma média anual de mais de 25 conversões de lojas para o formato Cash & Carry (atacarejo) até o final desse período. As informações sobre a projeção relacionada ao período já transcorrido (2024) estão devidamente apresentadas no item 3.2 (b) deste Formulário de Referência.

¹ O EBITDA ajustado para a alínea da demonstração do resultado "outras receitas e despesas" (abrange perdas sobre a alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas com litígios, e créditos fiscais recuperados relativos a períodos anteriores).

3.1 Projeções divulgadas e premissas

(iii) Conversões de lojas entre 2024 e 2026

O período projetado é o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026, considerando a conversão de 20 hipermercados em lojas Atacadão e Sam's Club em 2024. As informações sobre a projeção relacionada ao período já transcorrido (2024) estão devidamente apresentadas no item 3.2 (b) deste Formulário de Referência.

(iv) <u>Vendas por m² e Margem EBITDA (nível loja) das Lojas convertidas do antigo Grupo BIG para Atacadão</u>

Os períodos projetados são os exercícios sociais que se encerrarão em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025. As informações sobre a projeção relacionada ao período já transcorrido (2024) estão devidamente apresentadas no item 3.2 (b) deste Formulário de Referência.

(v) <u>Margem EBITDA (nível loja) e Margem EBITDA (unidade de negócio) para lojas maduras do Sam's</u> Club

O período projetado é o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2025.

(vi) <u>Impacto potencial total no EBITDA decorrente da "Otimização adicional do portfólio de lojas"</u>

Os períodos projetados são os exercícios sociais que se encerrarão em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2026. As informações sobre a projeção relacionada ao período já transcorrido (2024) estão devidamente apresentadas no item 3.2 (b) deste Formulário de Referência.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle

(i) <u>Sinergias Grupo BIG - EBITDA Ajustado da Companhia</u>

A projeção se baseia nas potenciais sinergias oriundas da aquisição do Grupo BIG, principalmente: (a) a ganhos de densidade de vendas e conversão de lojas; (b) sinergias de *procurement*; e (c) à otimização dos custos indiretos e maior eficiência da cadeia de suprimentos. As sinergias esperadas baseiam-se no histórico de integrações passadas e no melhor entendimento da Companhia sobre o potencial das operações e estruturas combinadas.

(ii) Portfólio total de lojas do formato Cash & Carry (atacarejo)

A projeção se baseia em 270 lojas do formato em 31 dezembro de 2022 somadas a 70 conversões do Grupo BIG e 20 lojas Maxxi restantes - já anunciadas na apresentação da conclusão da aquisição do Grupo BIG (junho de 2022) - e uma média de mais de 25 lojas por ano até o final de 2026 (totalizando aproximadamente 470 lojas ao final de 2026).

(iii) Conversões de lojas entre 2024 e 2026

A projeção se baseia nas condições de mercado e de investimento, levando em consideração a composição e distribuição do portfólio de lojas atual da Companhia.

(iv) <u>Vendas por m² e Margem EBITDA (nível loja) das Lojas convertidas do antigo Grupo BIG para Atacadão</u>

A projeção se baseia no perfil de maturação histórico apresentado pelas lojas Atacadão abertas organicamente.

(v) <u>Margem EBITDA (nível loja) e Margem EBITDA (unidade de negócio) para lojas maduras do Sam's</u> <u>Club</u>

A projeção se baseia em ganhos de eficiência, impulsionamento de produtos Member's Mark e reestruturação do canal B2B.

(vi) Impacto potencial total no EBITDA decorrente da "Otimização adicional do portfólio de lojas"

A projeção se baseia nas estimativas da Companhia do potencial impacto no EBITDA decorrente de: conversão de 40 hipermercados em Atacadão e Sam's Club em 3 anos, e venda ou fechamento de lojas não lucrativas.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

(i) Sinergias Grupo BIG - EBITDA Ajustado da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia evidenciou um aumento de R\$ 2,9 bilhões no EBITDA Ajustado em relação ao EBITDA Ajustado de junho de 2022 (2 anos de projeção).

(ii) Portfólio total de lojas do formato Cash & Carry (atacarejo)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou aberturas e conversões de 19 lojas, atingindo 412 lojas ao final do período (contra 470 lojas de Cash & Carry projetadas até 2026).

(iii) Conversões de lojas entre 2024 e 2026

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia converteu ao todo 22 hipermercados em lojas Atacadão e Sam's Club, todas convertidas ao longo de 2024.

(iv) <u>Vendas por m² e Margem EBITDA (nível loja) das Lojas convertidas do antigo Grupo BIG para</u> Atacadão

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as vendas por m² e a Margem EBITDA (nível loja) das lojas convertidas do antigo Grupo BIG para a bandeira Atacadão atingiram R\$ 28.800/m² em bases anualizadas e 5,4%, respectivamente.

(v) <u>Margem EBITDA (nível loja) e Margem EBITDA (unidade de negócio) para lojas maduras do Sam's</u> Club

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Margem EBITDA (nível loja) e margem EBITDA (unidade de negócio) para lojas maduras do Sam's Club atingiram 4,4% e 3,7%, respectivamente.

(vi) Impacto potencial total no EBITDA decorrente da "Otimização adicional do portfólio de lojas"

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o impacto potencial total no EBITDA decorrente da otimização do portfólio de lojas foi de R\$ 213 milhões.

3.2 Acompanhamento das projeções

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Em 15 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante contemplando a projeção de aumentar em R\$ 2.000.000.000,00 o EBITDA Ajustado da Companhia em até 3 anos contados do fechamento da operação de aquisição do Grupo BIG (junho de 2022). Tal projeção foi substituída pela projeção divulgada no Fato Relevante de 22 de julho de 2024 que estimou que as sinergias no âmbito da operação de aquisição do Grupo BIG adicionarão R\$ 3 bilhões ao EBITDA Ajustado da Companhia ao final dos referidos 3 anos "Sinergias Grupo BIG - EBITDA Ajustado da Companhia".

Para o presente exercício social, a Companhia mantém as projeções divulgadas nos Fatos Relevantes citados no item 3.1 (a) deste Formulário de Referência, quais sejam:

- (i) <u>Sinergias Grupo BIG EBITDA Ajustado da Companhia;</u>
- (ii) Portfólio Total de Lojas Cash & Carry (atacarejo);
- (iii) Conversões de lojas entre 2024 e 2026;
- (iv) <u>Vendas por m² e Margem EBITDA (nível loja) das Lojas convertidas do antigo Grupo BIG para Atacadão</u>
- (v) <u>Margem EBITDA (nível loja) e Margem EBITDA (unidade de negócio) do Sam's Club para lojas maduras;</u> e
- (vi) <u>Impacto potencial total no EBITDA decorrente da "Otimização adicional do portfólio de lojas"</u>.

Para mais informações sobre as referidas projeções, vide item 3.1 deste Formulário de Referência.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

2024

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes projeções:

<u>Portfólio Total de Lojas Cash & Carry (atacarejo)</u>: Conforme indicado no item 3.1 (a), foi projetado uma média anual de mais de 25 conversões de lojas para o formato Cash & Carry (atacarejo).

<u>Conversões de lojas entre 2024 e 2026:</u> Conforme indicado no item 3.1 (a) deste Formulário de Referência, foi projetado a conversão de 20 hipermercados em lojas Atacadão e Sam's Club.

Vendas por m² e Margem EBITDA (nível loja) das Lojas convertidas do antigo Grupo BIG para Atacadão: Conforme indicado no item 3.1 (a), foi projetado até o final de 2024, que seriam atingidos aproximadamente entre R\$ 28.000/m² e R\$ 31.000/m² de vendas por metro quadrado e Margem EBITDA (nível loja) entre 5% e 6% das lojas convertidas do antigo Grupo BIG para Atacadão.

Impacto potencial total no EBITDA decorrente da "Otimização adicional do portfólio de lojas": Conforme indicado no item 3.1 (a), foi projetado em 2024, que expectativa de que o impacto potencial no EBITDA seria entre R\$ 180 e 220 milhões.

Abertura de lojas: Conforme Fato Relevante de 22 de julho de 2024, que atualizou a projeção divulgada no Fato Relevante de 28 de novembro de 2023, a Companhia planejava abrir 20 lojas Atacadão e entre 7 e 9 lojas Sam's Club em 2024. Essa projeção não consta no item 3.1 (a) deste Formulário de Referência pois o seu prazo de validade já transcorreu.

<u>Projeção de Capex</u>: Conforme Fato Relevante de 28 de novembro de 2023, a Companhia projetou que os gastos de capital para o ano fiscal de 2024 deveriam variar entre R\$ 2,3 bilhões até R\$ 2,6 bilhões. Essa

3.2 Acompanhamento das projeções

projeção não consta no item 3.1 (a) deste Formulário de Referência pois o seu prazo de validade já transcorreu.

<u>Capital de Giro</u>: Conforme Fato Relevante de 28 de novembro de 2023, a Companhia projetou que os níveis de estoque deverão ser reduzidos em aproximadamente 2 dias de custo das mercadorias vendidas em 2024. Essa projeção não consta no item 3.1 (a) deste Formulário de Referência pois o seu prazo de validade já transcorreu.

Indicador	Valor Estimado	Valor Realizado em 31/12/2024	Desvio
Portfólio Total de Lojas Cash & Carry (atacarejo) – Média anual de de loja	+ de 25 lojas	19 lojas	-24%
Conversão de lojas entre 2024 e 2026 – Conversão em 2024	20 lojas	22 lojas	0%
Vendas por m² e Margem EBITDA (nível loja) das Lojas convertidas do antigo Grupo BIG para Atacadão – Ao final de 2024	Vendas por m² entre R\$ 28.000/m² e R\$ 31.000/m² Margem EBITDA	Vendas por m²: R\$ 28.800/m² Margem EBITDA (Nível	0% 0%
	(nível loja) entre 5% e 6%	loja) de 5,4%	
Impacto potencial total no EBITDA decorrente da "Otimização adicional do portfólio de lojas" – Em 2024	Entre R\$180 milhões e R\$ 220 milhões em 2024	R\$ 213 milhões	0%
	20 lojas Atacadão	19 lojas Atacadão	-5,0%
Abertura de lojas em 2024	Entre 7 e 9 lojas Sam's Club	7 lojas Sam's Club	0%
Investimentos (Capex) em 2024	Entre R\$ 2,3 bilhões e R\$ 2,6 bilhões	R\$ 2.130 milhões	-7,4%
Capital de Giro em 2024	Redução dos níveis de estoque em aproximadamente 2 dias de custo das mercadorias vendidas em 2024	Estável	0%

2023

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte projeção:

<u>A abertura de lojas orgânicas do formato Cash & Carry (atacarejo)</u>: Conforme Fato Relevante de 24 de abril de 2023, a Companhia projetou a abertura orgânica de 10 a 15 lojas do formato Cash & Carry em 2023. Essa projeção não consta no item 3.1 (a) deste Formulário de Referência pois o seu prazo de validade já transcorreu.

Indicador	Valor Estimado	Valor Realizado	Desvio
A abertura de lojas orgânicas do formato Cash & Carry (atacarejo) em 2023	10 – 15 lojas	15 lojas	0%

3.2 Acompanhamento das projeções

2022

A Companhia não realizou projeções relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário, e quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Conforme indicado no item 3.1 (a), a Companhia atualizou a projeção divulgada no Fato Relevante de 15 de fevereiro de 2022 relativo às projeções de sinergias estimadas no âmbito da aquisição do Grupo BIG ao EBITDA Ajustado da Companhia ao final de 3 anos contados da data de fechamento da operação (22 junho de 2022), que abrange o exercício social corrente. Em Fato Relevante divulgado em 22 de julho de 2024, a Companhia projetou que as sinergias estimadas no âmbito da aquisição do Grupo BIG adicionarão R\$ 3 bilhões ao EBITDA Ajustado ao final dos referidos 3 anos (R\$ 1 bilhão a mais que a projeção inicial de R\$ 2 bilhões). O acompanhamento dessa projeção está indicado no item 3.2 (b) acima.

As demais projeções relativas a períodos ainda em curso, conforme amplamente divulgadas no item 3.1 (a), permanecem válidas e inalteradas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(b) seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Usamos marcas que pertencem a um de nossos acionistas controladores indiretos, Carrefour S.A. O Carrefour S.A. poderá rescindir este contrato de licenciamento em caso de mudança do controle do CCI

Um de nossos acionistas controladores indiretos, Carrefour S.A., é o titular das marcas "Carrefour", que estão entre as marcas mais importantes utilizadas por nós em nossos segmentos de Varejo e de Soluções Financeiras, que foram licenciadas em nosso favor por meio de um contrato de licenciamento. De acordo com os termos desse contrato de licenciamento, caso haja uma mudança no controle do CCI, direta ou indiretamente, esse contrato de licenciamento deixará de produzir efeitos e, portanto, seremos impedidos de utilizar as marcas Carrefour em nossas operações, o que poderá ter um efeito adverso sobre nós. Adicionalmente, nosso contrato de licenciamento com o Carrefour S.A. prevê que, se forem atingidos determinados parâmetros financeiros trimestrais, conforme ali estabelecidos, seremos obrigados a pagar royalties trimestralmente. Poderemos, no futuro, atingir tais parâmetros financeiros trimestrais estabelecidos no contrato de licenciamento, o que requereria o pagamento de tais royalties ao Carrefour S.A. Para maiores informações acerca do contrato de licenciamento de marca, veja os itens 11.2 e 11.3 deste Formulário de Referência.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

- "O nosso negócio depende de marcas altamente reconhecidas. Podemos não conseguir manter e melhorar o reconhecimento de nossas marcas ou podemos receber avaliações desfavoráveis de consumidores, bem como podemos ser alvo de publicidade negativa, o que poderia afetar adversamente nossas marcas."
- 2. "O fato das nossas lojas serem espaços de grande circulação de pessoas, e/ou por terem alguns serviços terceirizados, como é o caso da segurança das lojas, pode gerar consequências que fogem do controle, ou cuja reação da administração das respectivas lojas seja insuficiente, o que pode causar eventual responsabilidade civil e/ou obrigação de ressarcimento às vítimas, além de danos graves materiais e à imagem das nossas lojas, além de causar eventual responsabilidade civil e/ou obrigação de ressarcimento às vítimas."
- 3. "As restrições na oferta de disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil podem afetar adversamente os nossos volumes de vendas."
- 4. "O nosso mercado é altamente competitivo e ações estratégicas dos nossos concorrentes podem enfraquecer a nossa competitividade e afetar negativamente a nossa rentabilidade."
- 5. "O mercado de varejo é sensível a quedas no poder de compra dos consumidores e a ciclos econômicos desfavoráveis."

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais riscos de mercado a que estamos sujeitos, em linha com as demonstrações financeiras da Companhia divulgadas, são os riscos de liquidez, taxa de juros, câmbio e crédito. As remissões às demonstrações financeiras feitas neste item referem-se às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, disponível no site da CVM (gov.br/cvm), bem como no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.grupocarrefourbrasil.com.br), clicando em "Informações Financeiras", "Central de Resultados" e, por fim, no link em "pdf" correspondente a "Demonstrações Financeiras 4T24" ou diretamente por meio do link https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/d222d379-d013-7088- 60a1-a3c1d51d5ac4?origin=1 ("Demonstrações Financeiras").

Devido à sua especificidade e à existência de um conjunto específico de regulamentos fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), os riscos financeiros decorrentes de nossas atividades bancárias (Banco CSF) são administrados separadamente daqueles relacionados aos segmentos de negócios de Varejo e Atacado.

1. Risco de liquidez

A Companhia está sujeita ao risco de liquidez, de modo que o inadimplemento de obrigações por parte da Companhia pode ter um efeito adverso relevante e negativo nos nossos negócios. As informações quantitativas estão descritas na Nota Explicativa 28.3 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

2. Risco de taxa de iuros

A variação das taxas de juros pode ter um efeito adverso relevante e negativo nos nossos negócios, considerando que a Companhia possui ativos e passivos financeiros atrelados ao CDI e expostos a sua variação que pode ocasionar um aumento nos custos da dívida líquida e das despesas financeiras líquidas originada.

A exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI, está descrita na Nota Explicativa

28.5 das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, onde poderá ser visualizada a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros.

3. Risco de câmbio

A desvalorização ou a valorização do Real podem ter um efeito adverso relevante e negativo nos nossos negócios, tendo em vista que a Companhia possui empréstimo em moeda estrangeira além de efetuar a importação de diversas mercadorias também em moeda estrangeira.

As informações quantitativas estão descritas na Nota Explicativa 28.8 das Demonstrações Financeiras.

4. Risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito, tendo em vista a possibilidade de não recebermos os valores registrados em investimentos correntes, em contas a receber, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber. Assim, o inadimplemento de obrigações pode ter um efeito adverso relevante e negativo nos nossos negócios.

As informações quantitativas estão descritas na Nota Explicativa 28.7 das Demonstrações Financeiras.

Somos parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, regulatórias, consumeristas e cíveis no curso normal de nossos negócios. Para a descrição dos processos relevantes a seguir, selecionamos os processos que acreditamos, com base na análise e avaliação de nossos assessores jurídicos, bem como no nosso julgamento de negócios, que poderiam influenciar decisões de investimento.

Consideramos relevantes todos os processos envolvendo um montante superior a R\$ 100 milhões ou considerados relevantes em razão dos riscos envolvidos.

I. Casos tributários

Somos parte em diversos processos tributários (administrativos e judiciais), incluindo discussões relacionadas ao pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("IRPJ/CSLL") e Contribuições sociais ("PIS/COFINS") e imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços ("ICMS"). Nossa administração constitui provisões em montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais decisões desfavoráveis, quando nossos assessores jurídicos internos e externos consideram a possibilidade de perda como provável. Em 30 de abril de 2025, a Companhia estava envolvida num total de 14. Processos relevantes. Os principais processos tributários, que individualmente representam discussões independentes e superam R\$ 100 milhões, estão listados abaixo:

(A) ATACADÃO

	17538-24.2017.4.03.6100 (Processo Administrativo nº 16561-sso administrativo 16151.720.177/2016-16
Juízo	2ª Vara Cível Federal de São Paulo - Subseção Judiciária de São
	Paulo (Varas Cíveis)
Instância	Primeira Instância da Justiça Federal
Data de instauração	10/2017
Partes no processo	Atacadão (Autor) e Receita Federal do Brasil (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.110.288.911,36
Principais fatos	Auto de infração lavrado em junho de 2013 contra o Atacadão para cobrança IRPJ/CSLL relativos aos anos calendários de 2008 a 2011, em decorrência da aquisição do Atacadão pelo grupo Carrefour. Em termos gerais, o principal questionamento das autoridades fiscais é a dedutibilidade da amortização do ágio para fins fiscais pelo Atacadão, e refere-se à estrutura societária, uma vez que, a aquisição foi realizada por meio de uma empresa posteriormente, incorporada pelo Atacadão. Além disso, as autuações também reivindicam valores de IRPJ/CSLL relacionados à (a) despesas financeiras transferidas ao Atacadão, decorrentes de operação de empréstimo transferida e (b) juros sobre o capital próprio (JCP) pagos pelo Atacadão aos seus acionistas, de forma desproporcional à participação no capital social.
	Em julho de 2013, a Companhia apresentou defesa contra o auto de infração em comento. Em primeira instância, a decisão manteve a cobrança. Em fevereiro de 2014, o Atacadão apresentou Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). No julgamento do recurso, em 1 de março de 2016, o CARF cancelou a glosa das despesas financeiras (item "a" acima) e reduziu a multa qualificada de 150% para a multa regular de 75%. Por outro lado, a glosa relacionada à amortização de ágio e às despesas com juros sobre capital próprio (JCP) foi mantida pelo Conselho. Em novembro de 2016, o Atacadão apresentou Recurso Especial de Divergência contra a parte desfavorável da decisão, o qual foi aceito apenas na parte relacionada ao ágio. As autoridades
	fiscais também apresentaram Recurso Especial para discutir a redução da multa qualificada de 150%, o qual não foi aceito pelo

Presidente do CARF. Não houve recurso fazendário em relação à dedução das despesas de juros, de modo que o Atacadão obteve decisão final favorável quanto a este ponto. A decisão final do Recurso Especial foi desfavorável em relação aos demais pontos do Atacadão e a discussão prosseguiu para a esfera judicial.

Considerando que a Receita Federal desmembrou a discussão de JCP dos demais temas (ágio, multa isolada e juros de mora sobre multa de ofício) o Atacadão possui dois processos judiciais que tratam desses temas, com apresentações de seguros garantia para suspensão da exigibilidade dos débitos: (i) Ação Anulatória nº 5017538-24.2017.4.03.6100 — que trata da amortização fiscal de ágio dos anos de 2008 a 2011, da multa isolada por suposta falta de pagamento de estimativas mensais e dos juros de mora sobre a multa de ofício, o qual se encontra, atualmente, aguardando sentença (primeira instância judicial); e (ii) Mandado de segurança nº 0024505-10.2016.403.6100 que trata de JCP, no qual o Atacadão obteve decisão judicial desfavorável em Primeira Instância e, em outubro/2018, apresentou Recurso de Apelação pendente de julgamento.

Posteriormente, em outubro de 2017 foi distribuída Execução Fiscal nº 0031806-19.2017.4.03.6182, contra a qual foram opostos os Embargos à Execução nº 0001276-95.2018.403.6182. Diante da possibilidade de haver decisões conflitantes nos casos, o juízo da Execução Fiscal sobrestou o feito até que seja finalizado o julgamento de mérito da Ação Anulatória. Já nos Embargos à Execução Fiscal, foi proferida sentença desfavorável julgando o processo extinto por litispendência e, em novembro/2022, o Atacadão apresentou Recurso de Apelação ao qual foi negado provimento em janeiro/2024 para manter a sentença, reconhecendo a litispendência, essa decisão transitou em julgado em 06/2024, mantendo a discussão de mérito na ação anulatória referenciada.

Em fevereiro de 2025, foi apresentado um Pedido de Revisão de Dívida Inscrita ("PRDI") no âmbito do processo administrativo n° 16561-720.053/2013-58, com fundamento na Lei nº 14.689, de 20 de setembro de 2023, que autoriza a exclusão das multas nos casos em que o crédito tributário tenha sido decidido favoravelmente à Fazenda Nacional por voto de qualidade. O pedido foi parcialmente acolhido, resultando na exclusão de uma das multas. Contra essa decisão, foi interposto recurso com objetivo de obter a exclusão integral das multas aplicadas.

Resumo das decisões de mérito proferidas

Em primeira instância, a decisão manteve a cobrança.

No julgamento do Recurso Voluntário ao CARF, em 1 de março de 2016, o CARF cancelou a glosa das despesas financeiras (item "a" acima) e reduziu a multa qualificada de 150% para a multa regular de 75%

Em novembro de 2016, o Atacadão apresentou Recurso Especial de Divergência contra a parte desfavorável da decisão, o qual foi aceito apenas na parte relacionada ao ágio. As autoridades

fiscais também apresentaram Recurso Especial para discutir a redução da multa qualificada de 150%, o qual não foi aceito pelo Presidente do CARF.

A decisão final do Recurso Especial foi desfavorável em relação aos demais pontos do Atacadão e a discussão prosseguiu para a esfera judicial.

Estágio do processo

(i) Ação Anulatória: aguardando sentença

	(ii) Mandado de Segurança: aguardando julgamento de Apelação
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo individualmente considerado relevante tendo em vista o valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia sofrerá um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente após decisão definitiva na esfera judicial.

Ação Anulatória nº 50 720.021/2016-03)	010645-12.2020.4.03.6100 (Processo administrativo nº 16561-
Juízo	4ª Vara de Execuções Fiscais Federal de São Paulo - Subseção Judiciária de São Paulo (Varas de Execuções Fiscais)
Instância	Primeira Instância da Justiça Federal
Data de instauração	06/2020
Partes no processo	Atacadão (Autor) e Receita Federal do Brasil (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 943.076.999,41
Principais fatos	Auto de infração lavrado em junho de 2013 contra o Atacadão para cobrar IRPJ/CSLL relativos aos anos calendários 2012 e 2013, em decorrência da aquisição do Atacadão pelo grupo Carrefour. Em termos gerais, o principal questionamento das autoridades fiscais é a dedutibilidade da amortização do ágio para fins fiscais pelo Atacadão e refere-se à estrutura societária, uma vez que, a aquisição foi realizada por meio de uma empresa, posteriormente, incorporada pelo Atacadão. Além disso, os autos de infração também reivindicam valores de IRPJ/CSLL relacionados à (a) despesas financeiras transferidas ao Atacadão, decorrentes de operação de empréstimo e (b) juros sobre o capital próprio (JCP) pagos pelo Atacadão aos seus acionistas, de forma desproporcional à participação no seu capital social. Em julho de 2016, o Atacadão apresentou defesa contra o Auto de Infração em comento. Em 30 de março de 2017, a decisão de primeira instância manteve parcialmente a cobrança, reduzindo a multa qualificada de 150% a 75%. Atacadão apresentou Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Contra a parte desfavorável da decisão. Em fevereiro de 2018, o Atacadão obteve decisão parcialmente favorável no CARF quanto à: (i) dedução das despesas de juros; e (ii) redução da multa qualificada de 150% para 75%. No entanto, o CARF manteve o posicionamento desfavorável quanto à amortização do ágio e a distribuição dos juros sobre capital próprio (JCP). O acórdão foi publicado em abril de 2018 e o Atacadão apresentou recurso. Em dezembro de 2019 a companhia, em sede de Recurso Especial no CARF, ganhou definitivamente a redução da multa qualificada de 150% para 75%, mantendo a discussão para os demais temas. Esta decisão administrativa que lhe foi desfavorável, por meio da Ação Anulatória 5010645-12.2020.4.03.6182, contra a qual foram opostos os Embargos à Execução Fiscal nº 50172602-93.2020.4.03.6182, contra a qual foram opostos os Embargos à Execução Fiscal nº 5017952-62.2020.4.03.6182. Foi proferida decisão na Execu

	Apelação na Ação Anulatória, da qual o Atacadão interpôs o Agravo de Instrumento n° 5031946-79.2020.4.03.0000, cuja liminar foi indeferida e que aguarda julgamento definitivo. Já nos Embargos à Execução Fiscal, foi proferida decisão suspendendo os autos em igual período da Execução Fiscal. Em fevereiro de 2025, foi apresentado um Pedido de Revisão de Dívida Inscrita ("PRDI") no âmbito do processo administrativo n° 16561-720.053/2013-58, com fundamento na Lei nº 14.689, de 20 de setembro de 2023, que autoriza a exclusão das multas nos casos em que o crédito tributário tenha sido decidido favoravelmente à Fazenda Nacional por voto de qualidade. O pedido foi parcialmente acolhido, resultando na exclusão de uma das multas. Contra essa decisão, foi interposto recurso com objetivo de obter a exclusão integral das multas aplicadas.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 30 de março de 2017, a decisão de primeira instância manteve parcialmente a cobrança, reduzindo a multa qualificada de 150% a 75%. Em fevereiro de 2018, o Atacadão obteve decisão do Recurso Voluntário parcialmente favorável no CARF quanto à: (i) dedução das despesas de juros; e (ii) redução da multa qualificada de 150% para 75%
Estágio do processo	(i) Ação Anulatória: aguardando sentença (ii) Execução Fiscal e Embargos à Execução Fiscal: sobrestamento do feito até recurso de apelação na ação anulatória
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo individualmente considerado relevante tendo em vista o valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia sofrerá um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente após decisão definitiva na esfera judicial.

Ação Anulatória nº 5011126-72.2020.4.03.6100 e Execução Fiscal nº 5000496-31.2022.4.03.6182 (Processo administrativo nº 12157.000.587/2012-02)		
Juízo	13ª Vara Federal de São Paulo	
Instância	Primeira instância	
Data de instauração	22/06/2020	
Partes no processo	Atacadão S.A (Autor) e União (Réu)	
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 122.248.343,94	
Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado contra o Atacadão pela União. Em termos gerais, o débito decorre de compensações que foram declaradas em DCTF entre os meses de 10/1999 e 07/2002. Em 08/2012, a Receita Federal do Brasil instaurou o processo administrativo de n° 12157.0000587/2012-02, que resultou na homologação parcial das compensações declaradas em DCTF, bem como na inscrição em dívida ativa dos débitos cujas compensações deixaram de ser homologadas. Foi ajuizada ação anulatória para alegar, em síntese, que os valores compensados estão extintos em decorrência da homologação tácita das compensações que foram declaradas em DCTF, bem como decadência para Fazenda	

	Nacional efetuar qualquer lançamento de ofício. A Ação Anulatória teve sentença improcedente e atualmente aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pelo Atacadão.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 26/06/2020, foi deferido o pedido de tutela para determinar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
	Em 26/04/2021 houve publicação da sentença que julgou improcedente o pedido.
	Em 24/06/2021 foi interposto o recurso de apelação pelo Atacadão.
Estágio do processo	Aguardando julgamento da apelação apresentada contra a decisão que julgou improcedente o pedido
Chance de perda	Remoto
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo individualmente considerado relevante tendo em vista o valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

Instância Delegacia da Receita Federal e Segunda e Terceira Instância ("CARF") Data de instauração 17/07/2023 Atacadão S.A. (Autuado) e União (Autuante) R\$ 106.731.023,67 Tratam-se de processos administrativos decorrentes de despacho decisórios que não homologaram as retificações das Declarações do Débitos e Créditos ("DCTF") realizadas pelo Atacadão en relação a 1º, 2º e 3º trimestre de 2021 e ao 1º trimestre de 2023, diante de entendimento de que os benefícios fiscais de créditos presumidos de ICMS concedidos pelos Estados da Federação não seriam tributávei pelo IRPJ e CSLL. Em termos gerais, a Receita Federal do Bras instaurou os processos administrativos nº 13868.728.109/2023 51/13868.746303/2023-19, que resultou na não homologação da compensações declaradas em DCTF por entender que a subvenções para investimentos deveriam ser concedidas come estímulo à implantação ou expansão do empreendimento econômico para que pudessem ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e d. CSLL, além disso, não teriam sido atendidos os requisitos do artigo 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 ("Lei nº 12.973/14") Contra os despachos decisórios que não homologaram as compensações realizadas, foram apresentadas manifestações de inconformidade. Nos autos do Processo Administrativo no 13868.728.109/2023-51, foi proferida decisão desfavorável a Atacadão. Contra essa decisão foi interposto Recurso voluntário, qual aguarda julgamento perante o Conselho Administrativo do Recursos Fiscais ("CARF"). Quanto ao Processo Administrativo do Recursos Fiscais ("CARF"). Quanto ao Processo Administrativo de nacidada apresentada.		
Instância Delegacia da Receita Federal e Segunda e Terceira Instância ("CARF") Data de instauração 17/07/2023 Atacadão S.A. (Autuado) e União (Autuante) R\$ 106.731.023,67 Tratam-se de processos administrativos decorrentes de despacho decisórios que não homologaram as retificações das Declarações do Débitos e Créditos ("DCTF") realizadas pelo Atacadão en relação a 1º, 2º e 3º trimestre de 2021 e ao 1º trimestre de 2023, diante de entendimento de que os benefícios fiscais de créditos presumidos de ICMS concedidos pelos Estados da Federação não seriam tributávei pelo IRPJ e CSLL. Em termos gerais, a Receita Federal do Bras instaurou os processos administrativos nº 13868.728.109/2023 51/13868.746303/2023-19, que resultou na não homologação da compensações declaradas em DCTF por entender que a subvenções para investimentos deveriam ser concedidas come estímulo à implantação ou expansão do empreendimento econômico para que pudessem ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e d. CSLL, além disso, não teriam sido atendidos os requisitos do artigo 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 ("Lei nº 12.973/14") Contra os despachos decisórios que não homologaram as compensações realizadas, foram apresentadas manifestações de inconformidade. Nos autos do Processo Administrativo no 13868.728.109/2023-51, foi proferida decisão desfavorável a Atacadão. Contra essa decisão foi interposto Recurso voluntário, qual aguarda julgamento perante o Conselho Administrativo do Recursos Fiscais ("CARF"). Quanto ao Processo Administrativo do Recursos Fiscais ("CARF"). Quanto ao Processo Administrativo de nacidada apresentada.	Processo administrativo	n° 13868.728.109/2023-51 e 13868.746303/2023-19
Partes no processo Atacadão S.A. (Autuado) e União (Autuante) Valores, bens ou direitos envolvidos Principais fatos Tratam-se de processos administrativos decorrentes de despacho decisórios que não homologaram as retificações das Declarações do Débitos e Créditos ("DCTF") realizadas pelo Atacadão em relação a 1º, 2º e 3º trimestre de 2021 e ao 1º trimestre de 2023, diante de entendimento de que os benefícios fiscais de créditos presumidos di ICMS concedidos pelos Estados da Federação não seriam tributávei pelo IRPJ e CSLL. Em termos gerais, a Receita Federal do Bras instaurou os processos administrativos nº 13868.728.109/2023 51/13868.746303/2023-19, que resultou na não homologação da compensações declaradas em DCTF por entender que a retificações para investimentos deveriam ser concedidas comestímulo à implantação ou expansão do empreendimento econômico para que pudessem ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e de CSLL, além disso, não teriam sido atendidos os requisitos do artiga 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 ("Lei nº 12.973/14") Contra os despachos decisórios que não homologaram acompensações realizadas, foram apresentadas manifestações de inconformidade. Nos autos do Processo Administrativo na 13868.728.109/2023-51, foi proferida decisão desfavorável an Atacadão. Contra essa decisão foi interposto Recurso voluntário, qual aguarda julgamento perante o Conselho Administrativo na 13868.746303/2023-19, resta pendente o julgamento em primeir instância administrativa da manifestação de inconformidada apresentada.	Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
Partes no processo Valores, bens direitos envolvidos Principais fatos Tratam-se de processos administrativos decorrentes de despacho decisórios que não homologaram as retificações das Declarações do Débitos e Créditos ("DCTF") realizadas pelo Atacadão em relação a 1º, 2º e 3º trimestre de 2021 e ao 1º trimestre de 2023, diante de entendimento de que os benefícios fiscais de créditos presumidos de ICMS concedidos pelos Estados da Federação não seriam tributávei pelo IRPJ e CSLL. Em termos gerais, a Receita Federal do Bras instaurou os processos administrativos nº 13868.728.109/2023 51/13868.746303/2023-19, que resultou na não homologação da compensações declaradas em DCTF por entender que a retificações não poderiam ser homologadas, uma vez que as subvenções para investimentos deveriam ser concedidas com estímulo à implantação ou expansão do empreendimento econômico para que pudessem ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e de CSLL, além disso, não teriam sido atendidos os requisitos do artigo 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 ("Lei nº 12.973/14") Contra os despachos decisórios que não homologaram as compensações realizadas, foram apresentadas manifestações de inconformidade. Nos autos do Processo Administrativo no 13868.728.109/2023-51, foi proferida decisão desfavorável a Atacadão. Contra essa decisão foi interposto Recurso voluntário, qual aguarda julgamento perante o Conselho Administrativo do Recursos Fiscais ("CARF"). Quanto ao Processo Administrativo on 13868.746303/2023-19, resta pendente o julgamento em primeir instância administrativa da manifestação de inconformidada apresentada.	Instância	Delegacia da Receita Federal e Segunda e Terceira Instância ("CARF")
Valores, bens direitos envolvidos Principais fatos Tratam-se de processos administrativos decorrentes de despacho decisórios que não homologaram as retificações das Declarações do Débitos e Créditos ("DCTF") realizadas pelo Atacadão em relação a 1º, 2º e 3º trimestre de 2021 e ao 1º trimestre de 2023, diante de entendimento de que os benefícios fiscais de créditos presumidos do ICMS concedidos pelos Estados da Federação não seriam tributávei pelo IRPJ e CSLL. Em termos gerais, a Receita Federal do Bras instaurou os processos administrativos nº 13868.728.109/2023 51/13868.746303/2023-19, que resultou na não homologação da compensações declaradas em DCTF por entender que a retificações não poderiam ser homologadas, uma vez que as subvenções para investimentos deveriam ser concedidas com estímulo à implantação ou expansão do empreendimento econômic para que pudessem ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, além disso, não teriam sido atendidos os requisitos do artigo 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 ("Lei nº 12.973/14") Contra os despachos decisórios que não homologaram as compensações realizadas, foram apresentadas manifestações di inconformidade. Nos autos do Processo Administrativo no 13868.728.109/2023-51, foi proferida decisão desfavorável as Atacadão. Contra essa decisão foi interposto Recurso voluntário, qual aguarda julgamento perante o Conselho Administrativo no 13868.746303/2023-19, resta pendente o julgamento em primeiri instância administrativa da manifestação de inconformidada apresentada.	Data de instauração	17/07/2023
Principais fatos Tratam-se de processos administrativos decorrentes de despacho decisórios que não homologaram as retificações das Declarações da Débitos e Créditos ("DCTF") realizadas pelo Atacadão em relação ar 1º, 2º e 3º trimestre de 2021 e ao 1º trimestre de 2023, diante de entendimento de que os benefícios fiscais de créditos presumidos di ICMS concedidos pelos Estados da Federação não seriam tributávei pelo IRPJ e CSLL. Em termos gerais, a Receita Federal do Bras instaurou os processos administrativos nº 13868.728.109/2023 51/13868.746303/2023-19, que resultou na não homologação da compensações declaradas em DCTF por entender que a retificações não poderiam ser homologadas, uma vez que a subvenções para investimentos deveriam ser concedidas come estímulo à implantação ou expansão do empreendimento econômic para que pudessem ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e dc CSLL, além disso, não teriam sido atendidos os requisitos do artigo 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 ("Lei nº 12.973/14") Contra os despachos decisórios que não homologaram ac compensações realizadas, foram apresentadas manifestações do inconformidade. Nos autos do Processo Administrativo n 13868.728.109/2023-51, foi proferida decisão desfavorável ac Atacadão. Contra essa decisão foi interposto Recurso voluntário, qual aguarda julgamento perante o Conselho Administrativo n 13868.746303/2023-19, resta pendente o julgamento em primeiri instância administrativa da manifestação de inconformidado apresentada.	Partes no processo	Atacadão S.A. (Autuado) e União (Autuante)
decisórios que não homologaram as retificações das Declarações do Débitos e Créditos ("DCTF") realizadas pelo Atacadão em relação ar 1º, 2º e 3º trimestre de 2021 e ao 1º trimestre de 2023, diante de entendimento de que os benefícios fiscais de créditos presumidos do ICMS concedidos pelos Estados da Federação não seriam tributávei pelo IRPJ e CSLL. Em termos gerais, a Receita Federal do Bras instaurou os processos administrativos nº 13868.728.109/2023 51/13868.746303/2023-19, que resultou na não homologação da compensações declaradas em DCTF por entender que a retificações não poderiam ser homologadas, uma vez que as subvenções para investimentos deveriam ser concedidas come estímulo à implantação ou expansão do empreendimento econômico para que pudessem ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e de CSLL, além disso, não teriam sido atendidos os requisitos do artigo 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 ("Lei nº 12.973/14") Contra os despachos decisórios que não homologaram as compensações realizadas, foram apresentadas manifestações do inconformidade. Nos autos do Processo Administrativo no 13868.728.109/2023-51, foi proferida decisão desfavorável as Atacadão. Contra essa decisão foi interposto Recurso voluntário, qual aguarda julgamento perante o Conselho Administrativo do Recursos Fiscais ("CARF"). Quanto ao Processo Administrativo no 13868.746303/2023-19, resta pendente o julgamento em primeira instância administrativa da manifestação de inconformidado apresentada.		R\$ 106.731.023,67
Resumo das decisões 13868.728.109/2023-51: O despacho decisório nº 21.106/2023	Principais fatos	Contra os despachos decisórios que não homologaram as compensações realizadas, foram apresentadas manifestações de inconformidade. Nos autos do Processo Administrativo nº 13868.728.109/2023-51, foi proferida decisão desfavorável ao Atacadão. Contra essa decisão foi interposto Recurso voluntário, o qual aguarda julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Quanto ao Processo Administrativo nº 13868.746303/2023-19, resta pendente o julgamento em primeira instância administrativa da manifestação de inconformidade
<u> </u>	Resumo das decisões	13868.728.109/2023-51: O despacho decisório nº 21.106/2023 PÁGIN

de mérito proferidas	sustentou que as retificações das Declarações de Débitos e Créditos ("DCTF"), não poderiam ter ocorrido uma vez que as subvenções para investimentos deveriam ser concedidas como estímulo à implantação ou expansão do empreendimento econômico para que pudessem ser excluídas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, inclusive com a concessão por meio de acordos específicos, nos termos do Convênio 190/17, bem como pelo fato de que não teriam sido atendidos os requisitos do artigo 30 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 ("Lei nº 12.973/14"). A decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal ("DRJ"), além de reiterar os argumentos do despacho decisório, sustentou que os benefícios fiscais de alguns estados não podem ser considerados créditos presumidos de ICMS, mas meros regimes de tributação favorecida.
Estágio do processo	13868.728.109/2023-51: Pendente de julgamento em 2ª instância administrativa ("CARF"). 13868.746303/2023-19: Pendente de julgamento em 1ª instância administrativa ("DRJ")
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo individualmente considerado relevante tendo em vista o valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

(B) CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. ("CCI")

Processo administrat 16561.720109/2018-89	ivo nº 16561.720140/2012-24 / 16561.720128/2014-81 /
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e 4ª Vara Cível Federal da Subseção Judiciária de São Paulo
Instância	Segunda e Terceira Instância (CARF) e Primeira Instância da Justiça Federal
Data de instauração	01/2013
Partes no processo	Carrefour (autuado) e Receita Federal do Brasil (autuante)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 192.487.531,53
Principais fatos	No decorrer de suas atividades econômicas, o Carrefour adquiriu nove cadeias de supermercados nos anos de 1998 a 2001, que foram posteriormente transferidas para o Carrefour. Essas transações geraram um ágio, que foi amortizado para fins fiscais. Nesse contexto, os processos administrativos acima discutem a legitimidade da amortização dos ágios pelo Carrefour, após a aquisição dos supermercados, considerando os fundamentos legais estabelecidos pela Lei nº 9.249/1995, Decreto nº 1.598/1977 e normas contábeis. O ponto principal da discussão é a prova do pagamento pelo Carrefour para adquirir as companhias e a alocação econômica do ágio.
	supostamente devidas pela empresa nos anos de 2007 a 2013, relacionadas com (1) as despesas de amortização de ágio reconhecidas e levadas a efeito pelo Grupo Carrefour Brasil na

aquisição de nove redes de supermercados, (2) despesas não dedutíveis de provisões e (3) suposta omissão de receitas no reconhecimento de bonificações recebidas de fornecedores. Contra o auto de infração a companhia apresentou suas Impugnações.

Em primeira instância, o Carrefour obteve decisão parcialmente favorável no processo administrativo n o 16561.720140/2012-24. revertendo o auto de infração relacionado com duas aquisições e respectivas amortizações de ágio. Em novembro de 2013, a empresa interpôs recurso voluntário contra a parte desfavorável da decisão. No julgamento do recurso do Carrefour, o CARF decidiu pelo parcial provimento do recurso para manter a decisão de primeira instância, cancelando apenas o auto de infração com relação aos dois ágios, e também para cancelar parte substancial da autuação referente à omissão de receitas em bonificações. Em setembro de 2017, o Conselho Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF ratificou a decisão parcialmente favorável ao Carrefour quanto ao cancelamento do Auto de Infração sobre a amortização do ágio referente às duas empresas adquiridas, bem como sobre a suposta omissão de receita. Considerando que se trata de decisão final na esfera administrativa, que se encerrou em março de 2018, o Carrefour seguiu com a discussão, da parte que lhe foi desfavorável, na esfera judicial e em setembro de 2018 ajuizou Ação Anulatória nº 5022827-98.2018.4.03.6100, com oferecimento de seguro garantia para suspensão da exigibilidade do crédito tributário. O caso aguarda julgamento. Oportunamente, em outubro de 2024, foi distribuída Execução Fiscal nº 5018152-40.2018.4.03.6182, a qual teve decisão determinando a suspensão do seu curso até o trânsito em julgado da referida Ação Anulatória.

Já o Processo administrativo nº 16561.720128/2014-81 teve julgamento definitivo no CSRF do CARF, em abril de 2024, mantendo a decisão parcialmente favorável ao Carrefour, cancelando parcialmente o Auto de Infração. Em setembro de 2024, foi ajuizada a Ação Anulatória 5003144-30.2024.4.03.6144 com oferecimento de seguro garantia para suspensão da exigibilidade do crédito tributário. O caso aguarda julgamento. Posteriormente, em outubro de 2024, foi distribuída Execução Fiscal nº 5003033-46.2024.4.03.6144, contra a qual foram opostos os Embargos à Execução nº 5004129-96.2024.4.03.6144. Diante da possibilidade de haver decisões conflitantes nos casos, foi requerido o sobrestamento do feito até que seja finalizado o julgamento de mérito da Ação Anulatória, pedido este que ainda aguarda decisão

Em dezembro de 2018, o Carrefour recebeu um auto de infração (16561.720109/2018-89) sobre o mesmo assunto relacionado ao ano calendário de 2013. Nesse caso, considerando que o Carrefour tinha prejuízo fiscal, a autoridade fiscal identificou o valor que não deveria ter sido amortizado no período de 2013. (68,6 milhões) e determinou que o Carrefour fizesse os ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e CSLL. A defesa administrativa foi apresentada em janeiro de 2019 e todos os fundamentos suscitados na Impugnação foram rejeitados pela Primeira Instância Administrativa. Assim, em setembro de 2019 foi apresentado Recurso Voluntário o qual está pendente de julgamento em segunda instância administrativa.

Resumo das decisões de mérito proferidas

O Carrefour obteve decisão parcialmente favorável durante a esfera administrativa do processo nº 16561.720140/2012-24, revertendo parte do auto de infração relacionado à duas aquisições e respectivas amortizações de ágio, bem como para cancelar parte substancial da autuação referente à omissão de receitas em bonificações.

	Já o Processo administrativo nº 16561.720128/2014-81 também teve seu julgamento definitivo na CSRF do CARF que manteve a decisão parcialmente favorável ao Carrefour, cancelando parcialmente o Auto de Infração. Por fim, para o processo nº 16561.720109/2018-89, em Primeira Instância Administrativa a defesa foi rejeitada e aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário
Estágio do processo	As informações sobre o estágio do processo estão descritas no item "principais fatos" acima.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo individualmente considerado relevante tendo em vista o valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

Mandados do sogurança	nº 0010884-63.2004.4.03.6100 e nº 0010885-48.2004.4.03.6100
Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Vice-presidência
Instância	Segunda Instância da Justiça Federal
Data de instauração	09/2004
Partes no processo	Carrefour (impetrante) e União Federal (impetrada).
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.511.493.767,54
Principais fatos	Trata-se de mandados de segurança impetrados no ano de 2004 visando a obtenção de decisão judicial para afastar as limitações impostas pelas Leis 10.833/03 e 10.637/02 a respeito da utilização dos créditos de PIS/COFINS, nas atividades consideradas como essenciais para o desempenho normal das atividades do Carrefour (produção e atividades comerciais). Inicialmente, a liminar foi negada e a decisão de primeira instância foi desfavorável ao Carrefour. Neste sentido, o Carrefour apresentou recurso de Apelação ao Tribunal Federal. A apelação foi julgada de forma desfavorável nos tribunais, de forma que o Carrefour apresentou recursos especial e extraordinário aos Tribunais Especializados ("STJ" e "STF"), discutindo os aspectos legais e constitucionais relacionados à sistemática não-cumulativa das contribuições.
	Em setembro de 2018, o Carrefour deixou de reconhecer créditos de PIS e COFINS sobre determinados itens em disputa, cessando assim
	a necessidade de reconhecimento de provisão adicional e respectivos depósitos judiciais.
	Durante o 4º trimestre de 2022, o STF, através da sistemática de repercussão geral, avaliou a discussão sobre o tema através do RE 841.979/PE (<i>leading case</i>) e entendeu se tratar de assunto infraconstitucional, com trânsito em julgado da decisão em 17/02/2023. Assim, manteve-se o entendimento proferido pelo STJ no REsp 1.221.170/PR, cujo acórdão definiu o conceito de insumo para fins de cálculo de créditos de PIS e COFINS, reconhecendo a aplicação do conceito intermediário de insumo, ou seja, despesas

	que sejam essenciais ou relevantes para a atividade econômica do contribuinte. Nesse contexto, a análise dos créditos utilizados pela Controlada a partir do conceito de insumos será avaliada no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de primeira instância foi desfavorável ao Carrefour. A apelação interposta pelo Carrefour foi julgada de forma desfavorável nos tribunais Durante o 4º trimestre de 2022, o STF, através da sistemática de repercussão geral, avaliou a discussão sobre o tema através do RE 841.979/PE (leading case) e entendeu se tratar de assunto infraconstitucional, com trânsito em julgado da decisão em 17/02/2023. Assim, manteve-se o entendimento proferido pelo STJ no REsp 1.221.170/PR, cujo acórdão definiu o conceito de insumo para fins de cálculo de créditos de PIS e COFINS, reconhecendo a aplicação do conceito intermediário de insumo, ou seja, despesas que sejam essenciais ou relevantes para a atividade econômica do contribuinte.
Estágio do processo	Aguardando decisão de juízo de retratação do TRF3
Chance de perda	Provável
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo individualmente considerado relevante tendo em vista o valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	Eventual perda do processo poderá gerar um prejuízo financeiro relevante para a Companhia, com a conversão de depósitos judiciais e desembolsos de caixa, favorecendo as autoridades fiscais.

(C) WMB SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA.

Execuções fiscais nºs 0462782-48.2015.8.19.0001, 0057236-43.2016.8.19.0001 e 0026088- 11.2016.8.19.0002	
Juízo	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - 17ª Vara de Fazenda Pública
Instância	1ª e 2ª instância do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
Data de instauração	11/2015
Partes no processo	Walmart Brasil (Antiga denominação de WMB Supermercado do Brasil Ltda (réu) e Estado do Rio de Janeiro (Autor)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 386.144.576,58
Principais fatos	Autos de infração lavrados para cobrar valores relativos à ICMS por arbitramento no período de 11/2000 a 01/2004, tendo em vista os livros fiscais de estabelecimento atacadista da Cia terem sido considerados inidôneos pelo Fisco Estadual.
	Após julgamento das infrações na esfera administrativa e manutenção das cobranças, foram distribuídas execuções fiscais, as quais foram devidamente garantidas por apólices de seguro, sendo que os créditos tributários foram suspensos.
	Dessa feita, foram opostos Embargos às Execuções Fiscais para os três casos, os quais, inicialmente, foram considerados conexos, de

	modo que prosseguiu-se com a análise o julgamento apenas para um deles (EEF nº 0037632-93.2016.8.19.0002) até meados de 2023, quando do julgamento do recurso de apelação de ambas as partes, em que, manteve a sentença inicialmente proferida, a qual desconsiderou as provas produzidas nos autos, bem como retirou a conexão dos processos e determinou o prosseguimento dos feitos de forma independente. Quanto ao mérito, foram opostos embargos de declaração pela
	WMB, os quais, em sede de julgamento pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sofreram aplicação de multa de 2% sobre o valor atualizado débito, por entenderem que o recurso teria natureza protelatória, de modo que endereçamos no Recurso Especial, além do mérito da discussão, a necessidade de cancelamento desta multa. Durante a análise de admissibilidade do Recurso Especial interposto, a Vice-presidência do Tribunal de Justiça determinou o retorno dos autos para a Câmara de origem, a fim de realizarem juízo de retratação com relação à multa aplicada.
	Quanto às outras duas Execuções fiscais, foram apresentadas alegações finais em ambas, tendo sido proferida sentença desfavorável para os EEF nº 0052113-64.2016.8.19.0001 e os EEF nº 0099134-36.2016.8.19.0001, os quais tiveram o recurso cabível interposto dentro do prazo legal.
Resumo das decisões de mérito proferidas	EEF nº 0037632-93.2016.8.19.0002: O julgamento do recurso de apelação de ambas as partes manteve a sentença inicialmente proferida, a qual desconsiderou as provas produzidas nos autos, bem como retirou a conexão dos processos e determinou o prosseguimento dos feitos de forma independente.
	EEF nº 0052113-64.2016.8.19.0001: Sentença desfavorável, por considerar a documentação apresentada imprestável, apesar de não ter sido realizada perícia. Será interposto recurso cabível no prazo legal.
Estágio do processo	EEF nº 0037632-93.2016.8.19.0002: A Vice-Presidência do TJRJ havia determinado o retorno dos autos à Câmara de origem para reavaliação, em juízo de retratação, quanto à multa de 2% aplicada sobre o valor atualizado do débito. Contudo, o TJRJ manteve integralmente a referida multa, sob o fundamento de que os embargos de declaração tinham caráter protelatório, e determinou o retorno dos autos à Vice-presidência para análise de admissibilidade dos recursos extraordinários.
	EEF nº 0052113-64.2016.8.19.0001: Proferida sentença desfavorável. Interposto o recurso cabível no prazo legal.
	EEF nº 0099134-36.2016.8.19.0001 : Proferida sentença desfavorável, interposto o recurso cabível no prazo legal.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo individualmente considerado relevante tendo em vista o valor envolvido.
Análise do impacto em caso de perda	O eventual impacto financeiro, com o pagamento dos valores envolvidos, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

II. Processos cíveis e regulatórios

Em 30 de abril de 2025, a Companhia também figurava como parte em processos de natureza civil e regulatória.

Os objetos desses casos envolvem ações civis públicas, ação de falência, ação popular e procedimento

administrativo de responsabilização de pessoa jurídica. Nossa administração constitui provisões em montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais decisões desfavoráveis, quando nossos assessores jurídicos internos e externos consideram a possibilidade de perda como provável, remota e possível. Em 30 de abril de 2025, a Companhia estava envolvida num total de 7 processos relevantes. Os principais processos cíveis e regulatórios, que individualmente representam discussões independentes e superam R\$ 100 milhões ou são considerados relevantes por outros fatores, estão listados abaixo:

Ação Civil Pública nº 0009023-55.2006.8.19.0001	
Juízo	3° Vara Cível do Rio de Janeiro/RJ
Instância	Segunda Instância.
Data de instauração	11 de setembro de 2012
Partes no processo	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (autor) e CCI e outros (réus).
Valores, bens ou direitos	R\$ 6.167.949,08
envolvidos (Atualizado)	
Principais fatos	O Ministério Público ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra funcionário do Município do Rio de Janeiro e contra a CCI, alegando que o primeiro teria ilegalmente alterado a tipologia de imóvel da CCI (Sulacap) de "loja" para "galpão", o que teria beneficiado a CCI, que pagou IPTU (imposto sobre imóvel urbano) em um percentual inferior por diversos anos. Na petição inicial, o Ministério Público requer, (a) com relação ao funcionário público: (a.i) a perda do cargo e (a.ii) a suspensão de seus direitos políticos, e (b) com relação à CCI: (b.i) a restituição da diferença de IPTU apurada, (b.ii) a apilicação de multa a ser arbitrada judicialmente e, finalmente, (b.iii) a proibição de contratar com a Administração Pública ou de receber qualquer benefício ou incentivo pelo prazo de 5 (cinco) anos. Em 08.08.2011, foi proferida sentença julgando os pedidos procedentes, condenando, assim, a CCI à devolução da diferença apurada a título de IPTU, com correção monetária e juros de mora de 1%, acrescida de multa de 15%. A CCI também foi proibida de contratar e de pleitear e receber qualquer benefício ou incentivo da Administração Pública por 5 (cinco) anos, direta ou indiretamente, ou por sociedade da qual seja sócio. O referido funcionário público foi condenado à pena de perda do cargo e à suspensão, por 5 (cinco) anos, de seus direitos políticos, bem como a devolver, solidariamente com o Carrefour, a diferença de IPTU apurada. Em 26.07.2012, a CCI apresentou apelação, na qual reiterou os seus agravos retidos — contra a decisão saneadora que rejeitou suas preliminares e contra a decisão saneadora que rejeitou suas preliminares e contra a decisão saneadora que rejeitou suas preliminares e contra a decisão saneadora que rejeitou suas preliminares e contra a decisão os aneadora que rejeitou suas preliminares e contra a decisão os aneadora que rejeitou suas preliminares e contra a decisão os aneadora que rejeitou carter a presente ação e a execução fiscal promovida pelo MRJ, que também discute a

	3ª Vice- Presidência por deficiência de fundamentação; (ii) inaplicabilidade da Súmula 7/STJ; (iii) inequívoco dissídio jurisprudencial; e (iv) reiteramos os argumentos do REsp. O Recurso Especial foi rejeitado monocraticamente, mantendo-se as penalidades. Houve apresentação de Embargos de Declaração para sanar omissões e contradições da decisão, que foi monocraticamente
	rejeitado. Carrefour apresentou Agravo de Instrumento e aguarda decisão.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Condenação à devolução da diferença apurada a título de IPTU, com correção monetária e juros de mora de 1%, acrescida de multa de 15% (valores já liquidados) e proibição de contratar e de pleitear e
	receber qualquer benefício ou incentivo da Administração Pública, em relação ao objeto da demanda, por 5 (cinco) anos.
Estágio do processo	O recurso especial interposto por um dos corréus foi provido para declarar a nulidade do acórdão dos Embargos de Declaração, sendo assim determinada a remessa dos autos ao Tribunal de origem. Assim aguarda-se novo julgamento do TJRJ.
Chance de perda	Provável
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Proibição de contratar e de pleitear e receber qualquer benefício ou incentivo da Administração Pública, em relação ao objeto da demanda, por 5 (cinco) anos.
Análise do impacto em caso de perda	Eventual perda do processo poderá ocasionar (i) a aplicação de multa a ser arbitrada judicialmente, e (ii) a proibição de contratar com a
	Administração Pública ou de receber qualquer benefício ou incentivo pelo prazo de 5 (cinco) anos (sanção independente, não é influenciada pelo pagamento da diferença de IPTU).
	O Valor Envolvido atualizado (corresponde à multa de 15% sobre o valor da condenação fixada na sentença e mantida em sede de apelação, sendo esse o único valor ainda em discussão na ação civil pública, tendo em vista que o montante referente ao IPTU foi objeto de acordo com o Município do Rio de Janeiro no âmbito da Execução Fiscal nº 0233554-27.2006.8.19.0001.

Ação de Falência nº 50749	72-90.2020.8.21.0001 e IDPJ nº 5078960-22.2020.8.21.0001
Juízo	2º Juízo da Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS
Instância	Segunda Instância (IDPJ)
Data de instauração	15/04/1996
Partes no processo	Massa Falida da Companhia do Sul de Abastecimento
	WMS Supermercados do Brasil S.A. (sucessora de SONAE Distribuição Brasil S.A.)
	WMB Supermercados do Brasil Ltda. Nacional Administração e Participações S.A. Nacional Supermercados S.A.
	Comprebem Comércio e Transportes Ltda. Teodoro Pedrotti
	Edvino Domingos Zagonel Neri Carlos Dal Pozo
Valores, bens ou direitos envolvidos (Atualizado)	R\$ 279.755.244,85

Principais fatos	A Cia Do Sul de Abastecimento Ltda. ajuizou pedido de concordata preventiva perante a Vara de Falências da Comarca de Porto Alegre/RS. O pleito foi deferido, com ordem para processamento em 15.4.1996.
	Na sequência, a Cia Do Sul requereu a autofalência, uma vez que não possuía forças e recursos para suportar a concordata pleiteada (decretada em 11.11.1996, com fixação do termo legal em 11.11.1991).
	Ocorre que, no ano de 1995, dentro do período compreendido pelo termo legal, as empresas Nacional Administração e Participações
	S.A. e Comprebem Comércio e Transportes Ltda., então de propriedade dos Srs. Teodori, Neri e Edvino adquiriram da falida certos imóveis, veículos e móveis pertencentes à falida.

Em 2015, a falida ajuizou ação cautelar de sequestro de bens e ação revocatória, buscando a anulação dos negócios jurídicos firmados dentro do termo legal, incluindo as alienações desses bens.

Durante o trâmite processual, os então sócios das empresas Nacional e CompreBem foram nomeados como fiéis depositários dos imóveis cuja alienação era discutida.

As demandas principal e cautelar foram julgadas procedentes, declarando a ineficácia das alienações dos bens adquiridos por Nacional e CompreBem.

Posteriormente, verificou-se que os depositários, durante o curso da ação e na condição de sócios das empresas Nacional Administração e Participações S.A. e Nacional Supermercados S.A., os Srs. Teodoro, Edvino e Neri teriam firmado "contratos de locação dos imóveis e de cessão mobiliária sequestrada para a SONAE", de forma a lesar a massa falida.

Foi então instaurado o incidente de desconsideração, a fim de responsabilizar as empresas locatárias, hoje do Grupo Carrefour, pela locação indevida dos depositários infiéis.

Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) ajuizado pela Massa Falida da Companhia do Sul de Abastecimento contra (i) Central de Distribuição de Alimentos Ltda.; (ii) Comprebem Comércio e Transportes Ltda.; (iii) Teodoro Pedrotti; (iv) Edvino Domingos Zagonel; (v) Neri Carlos Dal Pozzo; (vi) Nacional Administração e Participações

- S.A., (vii) Nacional Supermercados S.A.; (viii) SONAE Distribuição Brasil S.A., sucedida por WMS Supermercados do Brasil S.A.; e
- (ix) **WMB Supermercados do Brasil Ltda** (fiadora dos contratos de locação firmados pela WMS).

O IDPJ busca a responsabilização do WMS e WMB pela restituição de valores aferidos mediante locação dos bens sequestrados e aqueles deteriorados que foram confiados em depósito judicial aos sócios das empresas Nacional e de Comprebem, sem autorização judicial.

Decisão de Mérito: foi proferida sentença para acolher o incidente, destacando-se que "como se observa pela composição societária, os depositários (Teodoro, Edvino e Neri) são sócios das empresas que ao final, de acordo com o laudo pericial" e que "A presença da Wal Mart Brasil Ltda, como fiadora dos contratos (...) demonstra a ligação umbical deste réu na negociação, não havendo porque não responda também com os seus bens". Conclui-se, portanto, que houve desvio de finalidade e abuso de poder, uma vez que teria restado constatado que os depositários assinaram os Contratos de Locação como representantes legais das empresas Nacional Supermercados - Locadora e Locatária, respectivamente.

Agravo de Instrumento: o recurso interposto pela WMS e pela WMB ao TJRS teve negado provimento, mantendo-se os termos da decisão. Acresceu-se, ainda, o argumento relacionado à sucessão empresarial decorrente da incorporação da Sonae pela WMS.

Recurso Especial: foi interposto recurso especial pela WMS cujo provimento foi negado.

Status Atual: Os embargos de declaração opostos pela WMS em face do acórdão do REsp foram rejeitados. Em paralelo, a Massa Falida ingressou com o cumprimento provisório de sentença no incidente de desconsideração da personalidade jurídica requerendo o pagamento pela WMS da quantia de R\$ 102.423.594,82. O cumprimento de sentença foi garantido mediante a apresentação de seguro garantia e houve a apresentação de impugnação por parte da WMS.

Resumo das decisões de mérito proferidas	As decisões de 1º e 2º grau reconheceram a responsabilidade solidária da WMS e da WMB pelos valores locatícios sonegados, decretando a desconsideração da personalidade jurídica, em razão de abuso da personalidade jurídica, confusão patrimonial e sucessão empresarial. As rés, portanto, devem responder pela indenização tanto dos valores a título de ressarcimento dos aluguéis como pela depreciação dos bens móveis
Estágio do processo	Fase Recursal (Recurso Especial)
Chance de perda	Provável
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante tendo em vista: (i) o estágio processual avançado, com julgamento desfavorável; e (ii) os valores relevantes que podem ser exigidos dos réus no equivalente a R\$ 30.593.971,19, com data base em 3.10.2006, a ser atualizado desde então.
Análise do impacto em caso de perda	Eventual perda do processo poderá ocasionar o pagamento do montante atualizado envolvido.

Ação Civil Pública nº 8072	858-69.2023.8.05.0001
Juízo	5ª Vara Cível e Comercial de Salvador/BA
Instância	Primeira Instância
Data de instauração	12/06/2023
Partes no processo	- Sociedade de Economias Unificadas afro Beneficente Brasileira - Soeuafrobrasileira, (autor)
	- Coletivo Advogados para a Democracia – COADE (autor)
	- Associação Estadual de Diretos Humanos do Estado do Tocantins
	- Maria Mulher Organização de Mulheres Negras (autor)
	- Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (ré)
	- BIG BA – Bom Preço Bahia Supermercados Ltda. (ré)
Valores, bens ou direitos envolvidos (Atualizado)	R\$ 5.416.570.279,99
Principais fatos	As associações autoras alegam que menos de três anos após o incidente que levou à morte do Sr. João Alberto Freitas e à assinatura pelo CARREFOUR de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), o CARREFOUR, mais uma vez, teria perpetrado um ato de discriminação racial e humilhação de pessoas negras.
	O fato no qual as autoras fundamentam a ação teria ocorrido em 3 de maio de 2023, em um Supermercado BIG localizado na cidade de Salvador/BA, quando consumidores teriam sofrido agressões físicas e verbais por parte de agentes e funcionários de segurança do supermercado.
	Assim, ingressaram as autoras com esta ação requerendo: (i) a apresentação de diversos documentos por parte do Carrefour e; (ii) o pagamento de uma indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000.000.000,000 (cinco bilhões de reais), o que corresponderia a 5% do faturamento do grupo Carrefour no ano de 2022.
	No dia 19/12/2023, o CARREFOUR apresentou contestação refutando cada alegação, especialmente a inexistência de condutas que pudessem dar ensejo a qualquer dano a coletividade.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há PÁGIN

Estágio do processo	Aguardando decisão de primeira instância.
Chance de perda	Remoto.
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante tendo em vista a matéria e os valores envolvidos (5 Bilhões de Reais)
Análise do impacto em caso de perda	Eventual perda do processo poderá ocasionar o pagamento do montante atualizado envolvido.

Ação Popular nº 0002337-61.2000.4.03.6104	
Juízo	Judicial - 2ª Vara Federal da Subseção de Santos, Seção Judiciária de São Paulo.
Instância	2ª instância
Data de instauração	04/04/2000
Partes no processo	Walmart Brasil (Antiga denominação de WMB Supermercado do Brasil Ltda (réu) e Luis Carlos Baeta de Lara Campos (Autor) e Wilson Ferreira Matsuda (Autor)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 211.825.866,33. Pedido de condenação dos Réus a reconduzir o Imóvel à estrita finalidade de desenvolvimento das atividades pesqueiras e ao ressarcimento dos danos causados à atividade pesqueira no Município de Santos, especialmente àqueles advindos da destruição das fábricas de gelo e câmaras frigoríficas para estocagem de pescado, gelo em barras e gelos em escamas (valores a ser liquidados).
Principais fatos	Trata-se de Ação Popular movida por Wilson Ferreira Matsuda e Luiz Carlos Baeta de Lara Campos Junior contra a Companhia Nacional de Abastecimento ("CONAB") e Terminal Pesqueiro de Santos Comércio e Indústria Ltda (TPS).
	Busca o autor a condenação das rés a obrigação de reconduzir o Terminal Portuário de Santos à sua estrita finalidade (atividade pesqueira), bem como ao ressarcimento dos danos causados à atividade pesqueira no Município de Santos, especialmente àqueles advindos da destruição das fábricas de gelo e câmaras frigoríficas para estocagem de pescado, gelo em barras e gelos em escamas.
	As rés CONAB e TPS apresentaram cada qual as suas defesas, alegando, em síntese, que não houve o desvio de finalidade do imóvel, sua dilapidação ou ainda ilegalidades. Após a apresentação das defesas, os autores informaram ao juízo a existência de um Contrato de Sublocação celebrado em 29.08.2000 entre a WMB e a ré TPS com a anuência da corré CONAB.
	Posteriormente, o Ministério Público Federal protocolou um parecer informando que o Terminal Pesqueira teria sido parcialmente demolido e, assim, requereu o imediato impedimento da continuidade da demolição, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00. O juíz acolheu o pedido do Ministério Público Federal, fixando a multa requerida para o caso de eventual descumprimento da liminar em 13.08.2021.
	Na mesma data de 13.08.2021 a WMB, sublocatária do imóvel, tomou ciência da decisão que concedeu a liminar ao ingressar voluntariamente na ação e, ainda no dia 13.08.2021 o espaço sublocado à WMB foi lacrado pela Polícia Federal em cumprimento da decisão liminar.

	Após o seu ingresso, a WMB apresentou manifestação esclarecendo que adentrara na lide na qualidade de assistente litisconsorcial da CONAB e do TPI e, nesta condição, reafirmou que não houve a paralização das atividades pesqueira do entreposto e que sua entrada, como sublocatária do local, deveria ser vista como uma possibilidade de revitalização da área e de atração de novos clientes e não como algo prejudicial. Ainda assim, após novas manifestações nos autos e tendo sido indeferida a realização de novas provas, o magistrado de primeiro
	grau proferiu sentença para reconhecer que o contrato celebrado entre CONAB e TPS foi inadimplido, tendo o TPS, com a anuência da CONAB, atribuído finalidade diversa daquela que foi objeto da licitação. A decisão ainda reconheceu que a demolição da área foi assumida pelo TPS e responsabilizou, igualmente, a WMB, sob o argumento de que não seria crível que esta ultima não tivesse sido diligente em conhecer a situação jurídica do entreposto e aceitar a alegação de que somente teve ciência dos autos em 13.08.2001, já que os fatos envolvendo a situação do entreposto já teriam sido veiculados na imprensa local.
	A sentença ainda julgou parcialmente procedente o pedido para condenar, solidariamente, o TPS e a WMB a indenizar a União pelo valor das instalações que lhe foram transferidas, bem como a pagar a multa diária fixada na decisão liminar, referente ao período de 13.08.2001 até 07.07.2003 devidamente corrigida e com juros de mora.
	Os autores interpuseram recurso de apelação para que houvesse condenação de honorários advocatícios sucumbenciais também sobre o valor total da multa e a WMB interpôs recurso de apelação reiterando as suas teses principais, consubstanciadas na inviabilidade de condenação de litisconsorte e ilegalidade de decisão extra petita, além de questionar a ausência de ilícito cometido por si, a inocorrência
	do descumprimento da liminar e da incorreção da decisão condenatória relacionada ao pagamento da multa.
	Foi dado provimento parcial ao recurso de apelação da WMB para afastamento integral da multa, com manutenção da condenação para reparação dos danos patrimoniais, o que será apurado em fase de liquidação. Ambas as partes opuseram Embargos de Declaração que não foram acolhidos. Houve a interposição de Recurso Especial por parte da WMB
Estágio do processo	Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial interposto pela WMB.
Chance de perda	Provável
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto Financeiro
Análise do impacto em caso de perda	Eventual perda do processo poderá ocasionar o pagamento do montante atualizado envolvido.

Ação Civil Pública de Reparação de Danos nº 0005851-70.2010.4.03.6104	
Juízo	Judicial - 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, Seção Judiciária de São Paulo
Instância	1ª instância
Data de instauração	8/7/2010
Partes no processo	Walmart Brasil Ltda e outros (réu) e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (Autor)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 269.919.763,84.
Principais fatos	A Companhia Nacional de Abastecimento ("CONAB"), ajuizou a Ação Civil Pública contra os agentes da antiga CIBRAZEM que intervieram nos atos de disposição do Entreposto (terminal Pesqueira de Santos), bem como contra o Walmart, por ser beneficiário da sublocação do imóvel e por alegadamente ter concorrido para a prática dos atos de improbidade. Requer assim a condenação dos Réus a ressarcir os danos que teriam sido causados. O processo se encontra suspenso aguardando a citação todos os réus.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
Estágio do processo	Fase de conhecimento
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto Financeiro
Análise do impacto em caso de perda	Eventual perda do processo poderá ocasionar o pagamento do montante atualizado envolvido.

Procedimento Administrativo de Responsabilização nº 6067.2020.0014807-6	
Juízo	Corregedoria Geral do Município
Data de instauração	15 de abril de 2021
Partes no processo	Prefeitura Municipal de São Paulo (autor) e Atacadão (réu), José Rodrigo de Freitas (réu), José Carlos Romero (réu), Gil de Deus Rodrigues (réu) e GDR – Gil de Deus Consultoria Empresarial (réu).
Valores, bens ou direitos	R\$ 0,00
envolvidos (Atualizado)	

PÁGINA: 101 de 292

Principais fatos	A Prefeitura de São Paulo iniciou um processo administrativo contra o Atacadão por alegada violação a Lei Anti Corrupção, sendo este procedimento um desdobramento das investigações conduzidas no contexto do Procedimento Investigativo nº 07/19. Em 24 de junho de 2021 o Atacadão apresentou sua defesa e, desde então, tem atendido e apresentado a documentação solicitada pela Comissão processante.
Estágio do processo	Aguardando relatório a ser elaborado pela Comissão processante.
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Se o Atacadão for considerado responsável pelos fatos descritos no processo administrativo, a empresa pode correr o risco de sofrer uma multa de 0,1% até 20% da receita bruta do Atacadão para o ano de 2020, excluídos os impostos.

Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 1049346-69.2022.8.26.0053	
Juízo	9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
Instância	Primeira Instância.
Data de instauração	23 de agosto de 2012
Partes no processo	Prefeitura Municipal de São Paulo (autor) e Atacadão (réu), José Rodrigo de Freitas (réu), José Carlos Romero (réu), Gil de Deus Rodrigues (réu) e GDR – Gil de Deus Consultoria Empresarial (réu).
Valores, bens ou direitos envolvidos (Atualizado)	R\$ 9.837.670,63
Principais fatos	Trata-se de ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Município de São Paulo em desfavor de José Rodrigo de Freitas, José Carlos Romero, Gil de Deus Rodrigues, GDR - Gil de Deus Consultoria Empresarial e Atacadão S.A., sob a alegação de suposto cometimento dos atos ímprobos descritos no art. 9°, caput e inciso I da Lei n. 8.429/1992.
	Citados, os réus apresentaram suas defesas. O feito foi saneado, sendo deferida a realização de prova testemunhal, com a designação de oitiva das testemunhas.
Estágio do processo	Aguarda-se assim o término da fase de produção de provas
Chance de perda	Remota
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 14 (quatorze) anos.
Análise do impacto em caso de perda	Eventual perda do processo poderá ocasionar (i) a condenação de perda de valores; (ii) aplicação de multa a ser arbitrada judicialmente, e (iii) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 14 (quatorze) anos.

PÁGINA: 102 de 292

III. Processos trabalhistas

Em 30 de abril de 2025, a Companhia também figurava como parte em processos de natureza trabalhista.

O objeto desse caso envolve incidente de recursos de revista repetitivos. Nossa administração constitui provisões em montante considerado suficiente para fazer frente a eventual decisão desfavorável, quando nossos assessores jurídicos internos e externos consideram a possibilidade de perda como provável. Em 30 de abril de 2025, a Companhia estava envolvida em um processo relevante, destacado abaixo em razão do seu objeto:

Incidente de Recursos de Revista Repetitivos nº 0000872-26.2012.5.04.0012	
Juízo	Subseção I Especializada em Dissídios Individuais ("SBDI-1") do Tribunal Superior do Trabalho ("TST")
Instância	Superior / TST
Data de instauração	09/2/2017
Partes no processo	José Altamir Oliveira de Araújo (Reclamante) e WMS Supermercados do Brasil LTDA (Reclamada).
Valores, bens ou direitos envolvidos (Atualizado)	Valor reclamado principal: R\$ 47.327,40;
Principais fatos	A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais ("SBDI-1") do Tribunal Superior do Trabalho ("TST"), em decorrência da promoção feita pela 7ª Turma, em sessão realizada em 9/2/2017, por unanimidade, entendeu por instaurar o Incidente de Resolução de Recursos Repetitivos ("IRR"), para submetar ao julgamento da SBDI- 1, em sua composição plena, a seguinte questão jurídica: "Definir se o Programa denominado 'Política de Orientação para Melhoria' ("POM"), instituído pela WMS Supermercados do Brasil Ltda., abrange todas as hipóteses de dispensa e quais os efeitos decorrentes da não observância dos procedimentos nele previstos." O IRR foi julgado na sessão do dia 25 de agosto de 2022. Por apertada maioria de 07 votos a favor e 06 contrários, definiu-se as seguintes teses jurídicas: (i) a Política de Orientação para Melhoria ("POM") tem status de regulamento empresarial com natureza jurídica de cláusula contratual que se adere em definitivo ao contrato de trabalho dos empregados admitidos antes ou durante o seu período de vigência, incorporando-se ao seu patrimônio jurídico; (ii) é aplicável a toda e qualquer dispensa, com ou sem
	justa causa, de todos os empregados abrangidos; (iii) o descumprimento dos termos da política enseja a declaração de nulidade na dispensa e direito à reintegração ap
	serviço, na mesma função e com o pagamento dos salários e demais vantagens correspondentes como se na ativa estivesse, desde a data da sua dispensa até sua efetiva reintegração.
	No dia 07/02/2023 foi interposto Recurso Extraordinário para levar ao Supremo Tribunal Federal a apreciação das matérias constitucionais envolvidas na Tese Fixada, especialmente a perceptível interpretação desconcertada, pelo TST, quanto a política interna da empresa com matriz constitucional que trata da relação empregado/empregador e a ruptura do respectivo vínculo empregatício, sobretudo art. 7º, incs. I a III da CF e art. 10 do ADCT, violando, assim, os "valores sociais do trabalho e da livre iniciativa",

PÁGINA: 103 de 292

	constante do inc. IV do art. 1º, essencialmente o princípio fundante da ordem econômica, caput do art. 170 da Constituição Federal, criando estabilidade de emprego não prevista em lei e ferindo os princípios da ordem econômica, em verdadeira usurpação de competência e violação à separação entre os poderes. Em paralelo ao julgamento do Recurso Extraordinário e visando cessar os efeitos do acórdão em IRR, cuja aplicabilidade imediata foi determinada, WMS apresentou tutela cautelar antecedente objetivando atribuir efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário.
	Em 13 de Setembro de 2023, o requerimento foi deferido, com atribuição de efeito suspensivo ao recurso extraordinário com agravo e determinação de suspensão dos efeitos do acórdão recorrido até o julgamento do mérito do recurso extraordinário.
	Em 30 de Novembro de 2023, foi proferida decisão negando provimento ao recurso extraordinário com agravo e condenando o agravado ao pagamento de honorários advocatícios majorados em 10% ao percentual fixado na origem.
	Os fundamentos da decisão foram, resumidamente, processuais e sem análise do mérito, não alterando a decisão anteriormente proferida (de 13 de setembro de 2023) que atribuiu efeito suspensivo ao recurso extraordinário com agravo e determinou a suspensão dos efeitos do acórdão recorrido até o julgamento do mérito do recurso extraordinário.
	O litisconsorte passivo do caso, Sr. José Altamir, empregado reclamante do processo que foi afetado para instauração do IRR, peticionou nos autos da tutela cautelar antecedente pedindo a revogação da decisão que atribuiu efeito suspensivo ao recurso e determinou a suspensão dos efeitos do acórdão do IRR, o que ainda não foi apreciado.
	Considerando tratar-se de decisão monocrática (proferida em sede de análise sumária apenas pela relatora), a empresa interpôs Agravo Regimental (para que a questão seja apreciada pela Turma), que aguardava julgamento no plenário virtual de 02/02/2024 a 09/02/2024. O processo foi retirado de pauta e não tem nova data designada para julgamento.
Resumo das decisões de mérito proferidas	A Tese jurídica fixada no julgamento do IRR pela SBDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho TST, resumidamente, definiu que a POM constitui regulamento empresarial com natureza jurídica de cláusula contratual que se adere, em definitivo, a todos os
	contratos de trabalho dos empregados admitidos antes ou durante o seu período de vigência.
Estágio do processo	Aguarda-se julgamento de agravo regimento em recurso extraordinário.
Chance de perda	Provável
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Trata-se da criação de um instituto novo no ordenamento jurídico brasileiro, com a limitação do poder potestativo do empregador em virtude da observância de normas internas para o desligamento de empregados, ainda que sua aplicação fosse facultativa.
Análise do impacto em caso de perda	Além do impacto financeiro mencionado no relatório em referência, a decisão será estendida a todos os processos ativos que tratam da mesma matéria, podendo abranger ações ainda não ajuizadas (respeitando o prazo prescricional).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

PÁGINA: 105 de 292

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

O valor total provisionado para os processos tributários descritos no item 4.4, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 1.484.632.165,97. O valor total provisionado para os processos cíveis descritos no item 4.4, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 356.098.917,11. Já com relação aos processos trabalhistas descritos no item 4.4, em 31 de dezembro de 2024, a provisão era de R\$ 2.528.011,08.

PÁGINA: 106 de 292

4.6 Processos sigilosos relevantes

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, sigilosos e relevantes em conjunto

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não é parte em processos sigilosos relevantes.

PÁGINA: 107 de 292

A Companhia aproveita este item para descrever outras informações relevantes que não são abrangidas nos itens anteriores da Seção 4.

I. Processos tributários

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia ou suas controladas eram parte em processos repetitivos ou relacionados, não confidenciais, judiciais, administrativos ou arbitrais que são considerados relevantes, relacionados aos seguintes impostos:

- i. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS");
- ii. Contribuições Sociais ("PIS / COFINS");
- iii. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ("IPTU");
- iv. Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF");
- v. Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"); e
- vi. Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis ("ITBI").

Conforme requerido pelo item 23 do CPC 15/IFRS 3, os passivos contingentes tributários oriundos da aquisição do Grupo BIG, com classificação de risco possível, totalizam o montante de R\$ 13.714 milhões, portanto, a Companhia provisionou o valor justo no montante de R\$ 4.180 milhões, relacionados principalmente à tributos federais e impostos estaduais.

(A) Cesta Básica | ICMS:

Determinados Estados foram autorizados a sujeitar transações envolvendo produtos alimentícios da cesta básica com redução de alíquota (como, por exemplo, 7%). As vendas interestaduais ainda estão sujeitas à alíquota de 12% de ICMS. Assim, a aquisição de mercadorias de um fornecedor localizado em outro Estado gera um crédito (de 12%) superior ao imposto pago anteriormente por ele no Estado de origem. Neste sentido, os casos de cesta básica (administrativos e judiciais) discutem a possibilidade da Companhia e empresas relacionadas, se valer do crédito integral (12%) neste tipo de transação.

Em 16 de outubro de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela constitucionalidade do estorno de parte de créditos tributários originados na aquisição de produtos da cesta básica e, portanto, o contribuinte envolvido na demanda judicial não poderia beneficiar-se da integralidade dos referidos créditos. Esta decisão foi publicada pelo STF em 13 de fevereiro de 2015, com efeito de repercussão geral, que impacta todos os contribuintes, que tinham se aproveitado da integralidade dos créditos. No entanto, os advogados de defesa dos contribuintes em questão entraram com recurso de embargos de declaração visando, inclusive, a modulação dos efeitos da referida decisão, para que esta produzisse efeitos a partir da conclusão final do recurso.

Neste contexto, em 2018 a Carrefour Comércio Indústria Ltda. ("Carrefour") decidiu pagar R\$ 105,5 milhões, referente a 29 casos nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com as reduções previstas nos programas de anistia instituídos naquele ano pelos mencionados estados. Em maio de 2019, o STF rejeitou todos os embargos de declaração opostos no âmbito do Recurso Extraordinário nº 635688, e, portanto, não acatou o pedido de modulação dos efeitos.

A Companhia está atualmente definindo estratégia jurídica a ser seguida nos processos em andamento, os quais estão em diferentes fases processuais e serão concluídos gradualmente ao longo dos próximos anos. O impacto no caixa da Companhia dependerá do êxito e do cronograma destes processos. Não obstante, a Companhia durante o período de 2019 revisou a probabilidade de êxito dos processos em andamento e decidiu, em uma abordagem cautelosa, constituir provisão. Tais provisões foram refletidas no balanço patrimonial em 30 de junho e 31 de julho de 2019. Importante comentar ainda que a Companhia aderiu a programas de anistias lançados pelos governos dos estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de São Paulo. Em 2024, a Companhia aderiu a novos programas de anistia nos Estados do Paraná, Pernambuco, e ao programa de transação de São Paulo. Por outro lado, no mesmo ano, foram lavrados novos Autos de Infração sobre a mesma matéria. Um desses Autos, relativo à Companhia, foi encerrado de forma favorável em 2025, enquanto outros, referentes ao Carrefour, foram encerrados de forma desfavorável, com o consequente pagamento dos valores exigidos. Atualmente, a Companhia possui 103 casos ativos, no montante total de R\$ 186.075.318,75.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão milhões)	(R\$	Provisão PPA (R\$ milhões)	Situação atual
103	186	65		14	Existem 62 casos na esfera administrativa e 41 casos na esfera

PÁGINA: 108 de 292

judicial

(B) Cupons fiscais cancelados | ICMS/SP:

A Carrefour Comércio Indústria Ltda. ("Carrefour") recebeu vários autos de infração no estado de São Paulo, devido à suposta falta de pagamento de ICMS, relacionados a cupons de caixa declarados como cancelados. Tais cancelamentos resultam de situações em que os clientes da Companhia desistem de levar os produtos na fila de caixa ou então quando clientes se valem de um programa oferecido pelo Carrefour - chamado "Compromisso Público Carrefour" - que consiste no reembolso da diferença aos clientes se eles encontrarem, em um produto idêntico, um preço mais baixo do que o preço que eles pagaram no Carrefour. As autoridades fiscais estaduais alegam que o Carrefour não teria demonstrado o cancelamento dos itens nos cupons fiscais, razão pela qual lavrou autos de infração relacionados a essa discussão. Sobre esse assunto, vale destacar que a Companhia obteve 18 (dezoito) decisões finais favoráveis na esfera judicial, nas quais os juízos reconheceram que os documentos exemplificativamente apresentados pela Companhia demonstraram que os cancelamentos ocorreram sendo que dois dos casos ainda estão pendentes de cancelamento do crédito tributário.

Até 31 de dezembro de 2024, o Carrefour obteve decisões em 01 (um) processo administrativo e outros 30 (trinta) processos judiciais, sendo 24 (vinte e quatro) decisões judiciais favoráveis, já confirmadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, restando o julgamento dos recursos do Estado de São Paulo. Há ainda 05 (cinco) decisões parcialmente favoráveis e 01 (uma) decisão desfavorável. Há recurso do Carrefour para os casos indicados, os quais estão pendentes de decisões pelos órgãos judiciários competentes.

O Carrefour tem atualmente 25 casos (R\$ 1.183.917.466,33) neste tópico, e a discussão aborda uma questão estritamente probatória. Além da comprovação dos cancelamentos, também temos obtido êxito parcial quanto às multas aplicadas ao patamar de 150% com a redução para 100%, bem como êxito quanto a limitação dos juros à taxa SELIC.

Não obstante, o Carrefour durante o ano de 2020 revisou a probabilidade de êxito dos processos em andamento no período (42) e decidiu manter a avaliação de risco estimada como possível para 40 (quarenta) dos processos e ajustar o risco para provável em outros 02 (dois) casos, em razão do momento processual destes. O Carrefour também constituiu provisão sobre o valor atualizado envolvido nestes processos, levando em consideração as decisões já proferidas, ainda que não definitivas (R\$ 127.979.890,58). Tais provisões foram refletidas no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020. Assim, em 30 de abril de 2025, o montante de provisão para o tema era de R\$ 23.051.403,59, já levando em consideração as novas decisões favoráveis proferidas.

Nº de casos	Total milhões)	(R\$	Provisão milhões)	(R\$	Provisão PPA (R\$ milhões)	Situação atual
25	1.189		23		N/A	Atualmente todos os casos estão na esfera judicial,

(C) Créditos indevidos | ICMS:

A legislação permite a utilização de determinados créditos de ICMS quando registrados nos documentos fiscais — especificamente na Guia de Informação e Apuração do ICMS — sob a rubrica "Outros Créditos". Esses créditos podem originar-se de diversas situações, como pagamentos indevidos de tributos em razão de diferencial de alíquotas ou de base de cálculo, reversão de débitos, concessão de regimes especiais, entre outras hipóteses.

Contudo, há créditos oriundos de outras naturezas que também são lançados como "Outros Créditos" nas demonstrações fiscais e que exigem documentação comprobatória específica. Em alguns casos, as autoridades fiscais contestaram a origem desses créditos, lavrando Autos de Infração para glosar aqueles cuja comprovação documental não foi considerada suficiente.

Cabe destacar que a Companhia aderiu a programas de anistia fiscal promovidos pelos governos dos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. Especificamente em 2024, foram realizadas novas adesões nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco e São Paulo; e, em 2025, ao programa de anistia do Estado do Rio Grande do Sul. No mesmo período, a Companhia recebeu novos Autos de Infração relacionados à matéria.

Atualmente, a Companhia possui 261 casos em andamento, cujo valor total em discussão é de R\$ 1.802.492.281,07. Trata-se de controvérsia estritamente probatória, sendo o risco avaliado como possível nos casos em que a documentação comprobatória é apresentada nos autos.

PÁGINA: 109 de 292

xNº de casos	Total milhões)	(R\$	Provisão milhões)	(R\$	Provisão PPA (R\$ milhões)	Situação atual
261	1.802		190		139	Atualmente, existem 175 casos na esfera administrativa e 86 casos na esfera judicial.

(D) Alíquota e Base de Cálculo (Lei nº 9.718/98) | COFINS:

A Lei 9.718/98 aumentou a base de cálculo do COFINS e, também, a alíquota aplicável. Neste sentido, a Companhia apresentou ações judiciais buscando o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 (base de cálculo e alíquota). Em 2007, o Supremo Tribunal decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre o aumento da base de cálculo, mas a decisão no que se refere às alíquotas aplicáveis foi desfavorável. Não obstante a Companhia tenha obtido decisões favoráveis em relação à questão da base de cálculo da contribuição, as autoridades fiscais lavraram alguns autos de infração para cobrar valores devidos a título das contribuições (de 1999 a 2004) com base em algumas questões pontuais (declarações inconsistentes, multas por atraso sobre depósito judicial, dentre outros). Vale frisar que o grupo obteve uma decisão favorável (março de 2017) que reverteu aproximadamente 90% dos valores exigidos em um dos casos. O saldo remanescente do processo parcialmente favorável foi incluído no REFIS 2017.

Durante o ano de 2020 a Companhia revisou a probabilidade de êxito dos processos em andamento e decidiu, constituir provisão integral para 03 (três) dos seus casos, após decisões desfavoráveis sobre o mérito em discussão. Desta forma, a avaliação de risco foi estimada como perda provável para os citados processos e perda possível e remota para os casos remanescentes, este último tendo em vista sentença favorável determinando o cancelamento do débito. A Fazenda Nacional interpôs recurso, o qual ainda está pendente de julgamento. Durante o ano de 2022, a Controlada Comercial de Alimentos transacionou com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e efetuou pagamento de débito relacionado à matéria. Atualmente, a Companhia tem 4 casos referentes a esse tema, que perfazem o montante de R\$ 248.379.580,84. Em 2024, a Cia teve trânsito em julgado favorável em dois casos.

Nº de casos	Total milhões)	(R\$ Provisão milhões)	(R\$	Provisão PPA (R\$ milhões)	Situação atual
04	248	83		52	Atualmente, existem 4 casos na esfera judicial.

(E) IPTU (Diversos Municípios)

A Companhia tem 108 processos judiciais e administrativos , totalizando R\$ 182.105.836,82, relacionados com a cobrança dos valores de IPTU sobre determinadas propriedades detidas pela Companhia. A avaliação de risco deve ser analisada caso a caso.

Nº de casos	Total milhões)	(R\$ Provisão milhões)	(R\$	Provisão PPA (R\$ milhões)	Situação atual
108	182	16		15	Atualmente, existem 27 casos na esfera administrativa e 81 casos na esfera judicial.

(F)___ITBI (Diversos municípios)

Os municípios de São Paulo e Campinas, através de 05 processos por um valor de R\$ 215.502.075,30, cobram do Carrefour Comércio Indústria Ltda. ("Carrefour") Com o ITBI supostamente incidente na transferência de imóveis realizadas através do aumento de capital (integralização de capital). Basicamente, o ponto principal de discussão é a imunidade fiscal referente ao ITBI prevista na Constituição Federal (artigo 156) às operações de transferência imobiliária, através de aumento de capital das empresas. Em sua defesa, o Carrefour demonstrou que todas as propriedades foram transferidas como aumento de capital e que tais transferências não estão sujeitas à tributação do ITBI. A avaliação do risco é definida caso a caso, entre possível e remota.

Nº de casos	Total (R\$	Provisão (R	Provisão PPA	Situação atual
	milhões)	milhões)	(R\$ milhões)	

05	216	N/A	N/A	Atualmente,	existem	5	casos
				na esfera judi	cial.		

(G) ICMS Multas (diversos estados)

A Companhia tem 145 processos administrativos ou judiciais (R\$ 293.182.826,30) em vários estados da federação, relacionados com as cobranças de multas pelo suposto descumprimento de obrigações acessórias previstas nas diversas legislações tributárias estaduais. Durante os anos, foram incluídos em parcelamento, com modalidade pagamento à vista, diversos casos nos Estados de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e, São Paulo. A avaliação de risco deve ser analisada caso a caso.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Provisão PPA (R\$ milhões)	Situação atual
145	293	31	46	Atualmente, existem 97 casos na esfera administrativa e 48 casos na esfera judicial

(H) Créditos de PIS e COFINS sobre determinadas despesas

A sistemática da não-cumulatividade para a apuração e pagamento de PIS e COFINS está em vigor desde 2002. Nesse regime, o contribuinte tem o direito de deduzir o montante de PIS e COFINS pagos em estágios anteriores da cadeia produtiva daqueles a pagar no estágio atual. a Companhia tem 21 (vinte e um) processos administrativos ou judiciais referentes ao reconhecimento de créditos tributários sobre determinadas despesas, consideradas essenciais e relevantes para o regular exercício da atividade econômica do grupo. A avaliação de risco é estimada como possível pelos assessores externos. Atualmente, o valor total das autuações recebidas pela Companhia é de R\$ 3.108.302.430,20, considerando um novo Auto de Infração recebido em 2024 ano em uma das Controladas.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Provisão PPA (R\$ milhões)	Situação atual
21	3.108	43	279	Atualmente, existem 10 casos na esfera administrativa e 11 casos na esfera judicial.

(I) PIS e COFINS sobre bonificações

Conforme a prática comum no varejo, a Companhia recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais valores como redução de custos e despesas. Por consequência, as empresas controladas receberam autos de infração, nos quais a autoridade fiscal considerou que tais montantes deveriam ser tratados como receita e consequentemente sujeitos à tributação de PIS e COFINS. Em janeiro de 2022 a Controlada Carrefour Comércio Indústria Ltda. recebeu auto de infração de PIS e COFINS referente à descontos comerciais de seus fornecedores, para o exercício de 2017, no valor de R\$ 332 milhões. Foi apresentada impugnação integral no caso, a qual aguarda julgamento de recurso em segunda instância administrativa. Em outubro de 2022 a controlada BPNE recebeu auto de infração de PIS e COFINS referente a descontos comerciais de seus fornecedores, para os exercícios de 2018 a 2020, no valor de R\$ 248 milhões. Em fevereiro de 2023 a controlada WMB recebeu auto de infração de PIS e COFINS sobre o tema para os exercícios de 2019 e 2020, no valor de R\$ 179 milhões. Em junho de 2023 a controladora também recebeu autuação sobre os descontos comerciais de seus fornecedores, sendo estes também relacionados aos exercícios de 2019 e 2020, no valor de R\$ 455 milhões. Em dezembro de 2024 a controlada WMS recebeu um novo Auto de Infração para o mesmo tema referente aos exercícios de 2020 a 2022 no valor de R\$ 215 milhões. Em 30 de abril de 2025, o valor total das autuações recebidas pela Companhia era de 9.582.684.388,97 milhões, dos quais R\$ 8.064.616.659,56 milhões são oriundos da aquisição do BIG, para os quais foi mensurado para a alocação preliminar do valor justo na combinação de negócios. Decisões favoráveis foram proferidas ao longo dos anos, mas nenhuma delas de forma definitiva.

Nº	de	Total (R\$	Provisão	Provisão PPA Situação atual
cas	os	milhões)	(R\$	(R\$ milhões)
			milhões)	

30	9.583	2	2.345	Atualmente, existem 11 casos na esfera
				administrativa e 19 casos na esfera judicial.

(J) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

As controladas da Companhia tiveram contra si 06 (seis) autos de infração lavrados pela Receita Federal (R\$ 428.921.770,81) visando a cobrança de IOF/Crédito nas operações de mútuo entre as empresas do grupo. Devido à natureza extrafiscal do IOF, sua incidência deveria estar limitada às instituições financeiras. Em razão da controvérsia, o tema será decidido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral. No entanto, devido aos precedentes dos Tribunais inferiores e o avanço das discussões nos casos concretos desfavoráveis aos contribuintes, parte dos casos tiveram a provisão constituída.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Provisão PPA (R\$ milhões)	Situação atual
06	429	273	6	Atualmente, existem 4 casos na esfera administrativa e 2 casos na esfera judicial.

(K) IPI na Importação com Posterior Revenda dos Importados

As controladas receberam algumas autuações da autoridade fiscal federal visando a cobrança de IPI sobre Revenda de Produtos Importados. Após decisão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu em sede de repercussão geral (RE 946648), sobre a incidência do IPI na revenda, foi revisada a expectativa de perda para provável, com a constituição da respectiva provisão. Durante o ano de 2023, a Controlada WMS transacionou com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para pagamento parcelado de débito relacionado à matéria. Em dezembro de 2024, perfaziam o montante de R\$ 382.671.065,36.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Provisão PPA (R\$ milhões)	Situação atual
14	383	193	16	Atualmente, existem 7 casos na esfera
				administrativa e 7 casos na esfera judicial.

(L) Base de cálculo para fins de transferência interestadual de mercadoria | ICMS (PE e MG)

Na consecução de suas atividades as controladas transferiram mercadorias entre seus estabelecimentos. As autoridades fiscais estaduais questionam a base de cálculo utilizada para formação do preço da mercadoria a ser transferida, se acrescido ou não os tributos recuperáveis. Os fiscos estaduais possuem entendimento diverso ao do contribuinte sobre a referida base de cálculo, motivo pelo qual foram lavradas autuações, que em abril de 2025, perfaziam o montante de R\$ 764.261.892,05.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R milhões)	\$ Provisão PPA (R\$ milhões)	Situação atual
31	764	9	168	Atualmente, existem 21 casos na esfera administrativa e 10 casos na esfera judicial.

(M) Créditos de energia elétrica ICMS | diversos estados

Discussão baseada na sistemática da não cumulatividade do ICMS relativa à tomada de crédito tributário do montante pago na compra de energia elétrica. Em razão da divergência de posicionamento entre os Fiscos estaduais e Contribuintes pela possibilidade ou não de tomada de crédito, bem como da limitação destes apenas à etapa produtiva, foram lavrados diversos autos de infração. Após decisão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu a matéria ser infraconstitucional e manter o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, o qual limitou a tomada de crédito tributário pelos supermercados ao montante consumido no processo produtivo de itens que comercializa, foi revisada a expectativa de perda para provável, com a constituição da respectiva provisão. Durante os anos, foram incluídos em parcelamento, com modalidade pagamento à vista, diversos casos nos Estados de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Em 30 de abril de 2025 com a abertura de novos programas de anistia novos processos foram incluídos nos

PÁGINA: 112 de 292

Estados do Rio Grande do Sul, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco e São Paulo, a Companhia possuía no mesmo período 132 processos em andamento (R\$ 132.983.248,16).

Nº de caso s	Total (R\$	Provisão (R\$ milhões)	Provisão PPA (R\$	Situação atual
	,		milhões)	
132	133	84	N/A	Atualmente, existem 20 casos na esfera administrativa e 112 casos na esfera iudicial

(N) Cartão de crédito e presunção de venda | ICMS (PB e PE)

As controladas receberam algumas autuações dos Fiscos estaduais da Paraíba e Pernambuco, as quais objetivam a cobrança de ICMS da diferença entre o valor reportado pelas operadoras de cartão (crédito ou débito) e os registros de vendas indicados nas obrigações acessórias fiscais (SPED fiscal), partindo da premissa de que todos os montantes pagos através de cartões estão relacionados à venda de mercadorias sujeitas à tributação. Foram proferidas decisões finais favoráveis à Cia sobre o tema durante os anos anteriores. Atualmente, a Companhia tem 14 casos referentes a esse tema, que perfazem o montante de R\$ 147.318.823,38, sendo que o prognóstico de perda envolvido é possível.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Provisão PPA (R\$	Situação atual
			milhões)	
14	147	0	54	Atualmente, existem 12 casos na esfera administrativa e 2 casos na esfera judicial.

(O) Omissão de estoque ICMS | diversos estados

As controladas tiveram contra si lavrados diversos autos de infração visando a cobrança de ICMS, após o confronto das informações declaradas no estoque inicial e o estoque final de mercadorias, tendo em vista a falta de estorno dos créditos de ICMS obtidos nas entradas destas, as quais, posteriormente, foram utilizadas como matéria-prima no processo produtivo de itens vendidos pela Companhia ou consideradas destruídas, roubadas ou perdidas por qualquer motivo. A avaliação de risco é estimada como possível quando os documentos comprobatórios são apresentados no processo. No ano de 2024 alguns desses processos foram objeto de adesão a programas de anistia abertos pelos Estado do Ceará, Pernambuco e São Paulo Em abril de 2025, todos os processos em andamento perfaziam o montante de R\$ 427.294.763,53.

Nº de casos	Total (F milhões)	R\$ Provisão milhões	• •	Provisão PPA (R\$ milhões)	Situação atual
67	427	190		96	Atualmente, existem 18 casos na esfera administrativa e 49 casos na esfera judicial.

(P) Falta de Pagamento ICMS | diversos estados

A Companhia (Controladora e Controladas) tem 784 processos judiciais e administrativos cujo valor atualizado em abril de 2025 totaliza R\$ 2.067.250.776,16, visando a cobrança de ICMS por suposta falta de recolhimento. A avaliação de risco deve ser analisada caso a caso e é estimada como possível quando os documentos comprobatórios são apresentados no processo.

No ano de 2024 e 2025 alguns desses processos foram objeto de adesão a programas de anistia abertos pelos Estado da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul

Nº case	de os	Total milhões)	(R\$	Provisão milhões)	(R\$	Provisão PPA (R\$	Situação atual
						milhões)	

784	2.067	290	429	Atualmente, existem 487 casos na esfera administrativa e 297 casos na esfera judicial.
-----	-------	-----	-----	--

PÁGINA: 114 de 292

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Possuímos uma Política de Gerenciamento de Riscos ("<u>Política Gerenciamento de Riscos</u>"), cuja última v ersão foi aprovada em 21 de agosto de 2023 e pelo Conselho de Administração e que pode ser consultada nos seguintes endereços:

√ Site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos" e, por fim, "Política de Gerenciamento de Riscos" ou diretamente por meio do link https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/32539bbc-7be4-42e1-a485-

98a052dc3a81/422d311b-1c66-4bc9-be11-

5bab5f70e769 PTC006 Gestao de Riscos Corporativos.pdf;

✓ Site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (gov.br/cvm);

A Política de Gerenciamento de Riscos se aplica a todas as sociedades no Brasil, incluindo o Atacadão S.A. – Divisão Holding, Atacadão S.A. – Divisão Atacadão, Carrefour Comércio e Indústria Ltda., BSF Holding S.A. e todas as demais controladas ("**Grupo Carrefour Brasil**") e partes interessadas.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem o objetivo de estabelecer e disseminar diretrizes e responsabilidades associadas a este tema. Visa apoiar na identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos que possam impactar o alcance dos objetivos estratégicos ou a continuidade dos negócios, fortalecendo a cultura de gestão de riscos e contribuindo com os resultados e com o cumprimento do propósito institucional da Companhia.

O sistema de gerenciamento de riscos e controles internos é composto por um conjunto de recursos, padrões de conduta, procedimentos e ações, e contribuem para o monitoramento e para a realização dos objetivos do Grupo Carrefour Brasil de acordo com nossos valores, leis e regulamentações aplicáveis.

O sistema de gerenciamento de riscos tem como objetivo:

- i. Apoiar no alcance dos objetivos do Grupo Carrefour, através de informações que favoreça o entendimento de oportunidades e ameaças aos negócios da Companhia;
- ii. Apoiar a liderança do Grupo Carrefour na definição e revisão de seu apetite, tolerância aos riscos, bem como das métricas para avaliação de riscos em âmbito corporativo;
- iii. Apoiar as Unidades de Negócio e Operações na identificação, análise, avaliação, priorização, tratamento e monitoramento de riscos com impacto nos negócios;
- iv. Apoiar as Unidades de Negócio e Operações na definição e acompanhamento de planos de ação para tratamento dos riscos corporativos, incluindo socioambientais e reputacionais;
- v. Oferecer a liderança do Grupo Carrefour uma visão consolidada e holística dos riscos associados ao alcance de objetivos estratégicos e/ou a continuidade dos negócios;
- vi. Promover identificação de oportunidades, incluindo oportunidades de natureza socioambiental, que deverão ser analisadas conforme procedimento de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais:
- vii. Promover o aproveitamento das oportunidades identificadas como parte integrante do processo de gerenciamento de riscos, por meio de investimentos em sistemas de gestão, capacitação de pessoas e melhorias de processos se aplicável, além da divulgação para partes interessadas internas e externas:
- viii. Promover identificação de riscos socioambientais e minimizar eventuais impactos sociais e/ou] ambientais negativos, de riscos iminentes ou emergentes de médio prazo;
- ix. Manter atualizados: metodologia, processos e ferramentas associadas ao processo de Gestão de Riscos; buscando alinhamento constante com boas práticas e tendências de mercado sobre o tema;

i. riscos para os quais se busca proteção

Por meio de nossos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, nós buscamos proteção

PÁGINA: 115 de 292

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

contra os riscos aos quais estamos expostos, conforme descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, e que podem ser agrupados, de acordo com sua natureza, em riscos estratégicos, operacionais, regulatório e socioambiental (Riscos Corporativos).

A avaliação permanente de riscos e dos controles internos permitem estabelecer um plano de tratamento para as ameaças e oportunidades relacionadas aos temas de alta relevância para os negócios do Grupo Carrefour, tais como segurança e saúde das pessoas; direitos humanos e ao meio ambiente; impactos socioambientais; conformidade legal e regulatória; qualidade e segurança alimentar; segurança patrimonial; corrupção, fraude interna e externa; segurança da informação; proteção de dados das pessoas; e crises e planos de continuidade de negócios.

Os principais riscos de mercado aos quais estamos expostos, conforme descrito no item 4.3 deste Formulário de Referência, são:

Risco cambial: é o risco de uma evolução desfavorável da taxa de câmbio deteriorar o valor de ativos ou passivos financeiros denominados em moeda estrangeira ou que possam impactar negativamente o fluxo de caixa comercial denominado na moeda estrangeira. Nosso risco de câmbio transacional é oriundo de nossas importações de mercadorias em moeda estrangeira, bem como da captação de empréstimos em moeda estrangeira (Euros) junto à sua coligada Carrefour Finance, na França e junto a instituições financeiras no exterior (Euros e Dólares).

Risco de taxa de juros: é o risco de uma evolução desfavorável das taxas de juros impactar negativamente nossos lucros e perdas.

Risco de contraparte: decorre da possibilidade de não recebermos os valores registrados em investimentos correntes, em contas a receber de consumidores, títulos negociáveis, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber. Para o Banco Carrefour, o risco de crédito é principalmente o risco de inadimplência dos clientes, o que constitui uma parte estratégica da condução de suas atividades.

Risco de liquidez: é o risco de não podermos liquidar nossos passivos financeiros quando vencerem.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos utilizados para a proteção variam de acordo com a natureza dos riscos: estratégicos, operacionais, regulatório e socioambiental.

O Grupo Carrefour estabeleceu a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos e controles internos, de modo a cobrir os principais riscos inerentes às nossas atividades e que afetam potencialmente a segurança das pessoas, nossos ativos, sistemas e dados, nossos objetivos, o cumprimento das leis e de nossos valores ou a nossa capacidade a atingir resultados, sendo sua implementação obrigatória.

Atividades de controle que abrangem esses riscos

No Brasil, as atividades de controle são desenvolvidas para garantir a adoção das medidas necessárias para mitigar a exposição a riscos que possam comprometer a consecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

Essas atividades de controle estão presentes em toda a organização, abrangendo todos os níveis e funções, e são regularmente avaliadas e testadas pelas áreas de defesa, incluindo Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna. Dessa forma, a Companhia dispõe de um nível razoável de confiança na consistência e na efetividade de seus controles.

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, o gerenciamento de riscos e os sistemas de controles internos complementam as práticas de governança do Grupo Carrefour Brasil. O sistema de controles internos é estruturado com base no modelo de gestão de riscos, permitindo a identificação e o tratamento dos principais riscos inerentes às atividades da Companhia.

Nesse sentido, o sistema de controles internos baseia-se no sistema de gestão de riscos para identificar os principais riscos a serem geridos. Assim, os controles internos contribuem tratamento dos riscos a que estão expostas as atividades do Grupo Carrefour Brasil, mediante a implantação de procedimentos e controles para assegurar o cumprimento das leis e regulamentos, a aplicação das instruções e diretrizes estabelecidas pela Diretoria, o funcionamento correto dos processos internos e a confiabilidade da informação financeira. Ao final desse processo de implantação de procedimentos e controles, é realizada

PÁGINA: 116 de 292

5.1 Desagição do principais vulnerabilidades e riscos.

Os controles internos desempenham um papel fundamental na mitigação desses riscos por meio da implementação de procedimentos e mecanismos destinados a assegurar a conformidade com leis e regulamentos, a observância das diretrizes estabelecidas pelo Grupo, o adequado funcionamento dos processos internos e a confiabilidade das informações financeiras. Adicionalmente, a Companhia conduz periodicamente uma autoavaliação dos controles internos, possibilitando a identificação de eventuais vulnerabilidades e oportunidades de aprimoramento.

O sistema de gerenciamento de riscos adota a abordagem em 3 linhas de defesa. A primeira é composta pelos gestores e líderes das Unidades de Negócio e Operações, que são executores dos processos e atividades. A segunda é representada pelas Diretorias de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, que exercem a supervisão e fornecem suporte metodológico. Já a terceira é constituída pela Diretoria de Auditoria Interna, que atua de forma independente para avaliar a efetividade do sistema de ge stão de riscos e controles internos.

Detalhamento pode ser encontrado no subitem 5.1 (b) "iii" abaixo e, na integra, Política de Gerenciamento de Riscos, disponível nos endereços indicados no item 5.1 (a) deste Formulário de Referência.

A organização formalizada lida com os principais cenários passíveis de afetar a continuidade das operações. Em 2022, 2023 e 2024, dentre as principais iniciativas, destacam-se as descritas a seguir:

- i) Atualização do Código de Ética e da Política Anticorrupção e Prevenção ao Tráfico de Influência: Em 2024 o Grupo Carrefour Brasil adotou o Código de Ética Global e atualizou a Política Anticorrupção e Prevenção ao Tráfico de Influências. Essas mudanças foram comunicadas interna e externamente, veiculadas nos canais pertinentes.
- ii) **Mapeamento e monitoramento de riscos corporativos:** foram conduzidos mapeamento de riscos, considerando riscos por meio do *Risk Assessment* e do *Self Assessment* relacionados ao ambiente de negócios, à estratégia e à governança. A implementação de planos de ação é monitorada e está sujeita a avaliações críticas de comitês de riscos de cada Unidade de Negócio.
- iii) **Programa de Anticorrupção:** Como parte do Sistema de Integridade, o Programa Anticorrupção mantém-se reforçado com os padrões ISO 37001 nos mecanismos de prevenção, detecção e remediação de riscos de corrupção, por meio da renovação da certificação em 2024 e recertificação completa planejada para 2025.
- iv) **Prevenção às fraudes**: Desde 2022, com a consolidação da estratégia de omnicanalidade e vendas em plataformas digitais, foram reforçadas as estruturas de detecção de transações fraudulentas e ações não conformes à política da empresa, seja de clientes, terceiros ou parceiros, a fim de impedir que essas ações causassem danos financeiros e reputacionais.
- v) Cibersegurança: Desde 2024, o Grupo Carrefour Brasil reforçou sua estratégia de Cibersegurança com base no NIST Cybersecurity Framework e na ISO 27001, consolidando uma abordagem robusta para gestão de riscos digitais. A auditoria de maturidade realizada no ano avaliou governança, gestão de riscos, operações, proteção de dados e resposta a incidentes, com desempenho acima da média de mercado. As iniciativas priorizaram a melhoria contínua dos controles, alinhamento com a governança global e fortalecimento da resiliência frente a ameaças cibernéticas. Investimentos em processos e capacitação impulsionaram a evolução da maturidade em segurança da informação, com foco em prevenção, resposta ágil e recuperação eficaz. O ano também foi marcado por investimentos em capacitação, fortalecimento de processos internos e atuação coordenada com áreas estratégicas, contribuindo para maior resiliência frente a ameaças digitais e alinhamento com padrões internacionais.
- vi) Privacidade e proteção de dados: Desde 2024, o Grupo Carrefour Brasil avançou na consolidação de sua governança de dados, com foco na conformidade com a LGPD e alinhamento a padrões globais. A abordagem adotada cobre todo o ciclo de vida da informação, desde o momento do onboarding até os treinamentos periódicos ao longo do ano, e é sustentada pela sinergia entre áreas como Jurídico, Tl/Sl, Governança de Dados, CRM, Compliance e Controles Internos, promovendo uma gestão integrada de riscos. Houve aprimoramento nos processos de avaliação de riscos, monitoramento de sistemas, políticas internas e na relação com fornecedores. Foram publicados 11 novos Procedimentos Operacionais e implementadas ações contínuas de conscientização, impactando mais de 40 mil colaboradores. A "Semana de Privacidade e Cibersegurança" envolveu cerca de 1.400 participantes e aproximadamente 150 fornecedores foram treinados com foco em cibersegurança e

PÁGINA: 117 de 292

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

proteção de dados. O Grupo não registrou incidentes junto à ANPD no período, refletindo a eficácia das práticas adotadas e o comprometimento com a proteção de dados.

- vii) **Gerenciamento de Perdas:** Desde 2022 foram mantidas as ações de monitoramento do sortimento ativo de cada unidade para avaliação da qualidade do estoque e redução dos percentuais de perdas em função do abastecimento de produtos perecíveis. O mesmo conceito de análise de sortimento com foco em redução do índice de quebra foi aplicado nos produtos.
- viii) **Saúde, Segurança e Meio Ambiente:** Em 2024, a Companhia tomou todas as medidas para avaliação e adaptação dos protocolos e programas relacionados à saúde dos colaboradores, terceiros e clientes, à segurança do trabalho, à segurança contra incêndios e riscos vinculados ao meio ambiente, com a manutenção de processos e padrões para garantir a conformidade legal reduzindo multas e autuações.

Em relação à <u>saúde</u>, a Companhia adota um calendário de exames e programas ocupacionais, e se é identificada alguma alteração nos exames, são feitas as devidas orientações necessárias. O controle dos exames é feito através de um sistema de saúde ocupacional, que possui relatórios que demonstram o status de cada unidade quanto a vencimentos e prazos. A Companhia realiza, anualmente, auditoria interna a fim de verificar se os exames e programas estão sendo realizados, se estão dentro dos prazos e se a unidade possui todos os documentos de saúde necessários.

Quanto à <u>Segurança do Trabalho</u>, a Companhia utiliza técnicas de percepção de risco, que são aplicadas para o bom andamento dos negócios por meio de políticas, procedimentos padronizados e rotinas de verificações que visam à qualidade de vida dos colaboradores e o atendimento à Legislação com o objetivo de prevenção de acidentes, reputação da empresa e prevenção de perdas. Como caráter educacional e fiscalizador, a Companhia realiza treinamentos e palestras e acompanha as práticas seguras dos colaboradores através de inspeções periódicas nas unidades, reportando esse processo para as áreas que são responsáveis pela resolução das possíveis irregularidades. Mensalmente os engenheiros participam de reuniões com o time de operação e manutenção para apresentar a evolução dos KPI's da área.

Quanto à <u>segurança contra incêndios</u>, a Companhia define os padrões dos equipamentos e sistemas de proteção e combate a incêndio, bem como políticas com os requisitos e especificações mínimas que as unidades devem atender, e, ainda, procedimentos de operação para mitigação dos riscos de acidentes às pessoas e ao patrimônio da empresa. A Companhia adota rotinas e procedimentos definidos para realização de inspeções periódicas nos sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio nas unidades para verificação das condições dos equipamentos/sistemas, e tomada de ações corretivas. Adicionalmente, a Companhia realiza auditorias com empresas terceirizadas para avaliação dos Sistemas de Incêndio, Instalações Elétricas e para-raios em todas as unidades, além das regularizações das licenças de Bombeiros de todas as unidades.

Por fim, quanto à questão de riscos vinculados ao Meio Ambiente, a Companhia define os procedimentos e processos para garantir a correta separação e destinação dos resíduos, homologação de fornecedores e definição dos padrões de instalações a serem adotados para atendimento às legislações vigentes, por meio de um PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) para cada unidade, e realiza monitoramento e gestão dos riscos relacionados a vegetação, poços artesianos, qualidade do solo e de água subterrânea das unidades.

Outros aspectos ASG.

- (i) Direitos humanos na cadeia de abastecimento: a Companhia também se compromete com a promoção e a proteção dos direitos humanos em sua cadeia de abastecimento. Para garantir a conformidade com as melhores práticas trabalhistas, são conduzidas auditorias presenciais em fornecedores identificados como de maior risco para infrações às normas laborais. Esse monitoramento abrange integralmente os produtos de nossas Marcas Exclusivas, tanto nacionais quanto importados. Essas auditorias são realizadas por entidades independentes especializadas e seguem a metodologia internacional da Initiative for Compliance and Sustainability (ICS), garantindo uma avaliação rigorosa das condições de trabalho. A Companhia permanece comprometida com a adoção de medidas corretivas e ap rimoramento contínuo para assegurar um ambiente laboral ético e responsável em toda a sua cadeia de suprimentos.
- (ii) Desmatamento na cadeia de abastecimento: A Companhia se preocupa em adotar mecanismos para afastar ou mitigar o risco de desmatamento na produção de itens ligados à cadeia de abastecimento. Assim, desde 2010, o grupo Carrefour atua dentro de suas próprias cadeias de abastecimento, com a implantação de ações para combater o desmatamento (certificações, geomonitoramento, rastreabilidade com o objetivo de garantir que as matérias-primas mais presentes em seus insumos, como madeira e

PÁGINA: 118 de 292

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

papel, óleo de palma, carne bovina e soja sejam provenientes de áreas livres de desmatamento). Para apoiar as ações práticas na direção de um efetivo combate ao desmatamento, o grupo Carrefour Brasil cr iou no ano de 2022 o Comitê de Florestas, com o objetivo de orientar o Grupo na estratégia de preservação de florestas com o objetivo de reduzir o impacto no que for relacionado as suas atividades e s ugerir diretrizes para ações efetivas. Como parte dos compromissos do Carrefour com o tema ambiental, são previstos investimentos na ordem de R\$ 50 milhões até 2026 para ações voltadas à melhoria da rastreabilidade e conservação dos biomas brasileiros.

Transformação radical do modelo de segurança do Carrefour Brasil

A Companhia tomou todas as medidas para avaliação e adaptação dos protocolos de segurança e abordagem e incentivo a formação para aumentar o número de Mulheres e Negros(as) que também atuem como agentes de fiscalização/prevenção.

Os prestadores de serviço de segurança e fiscalização são capacitados regularmente e devem seguir protocolos pre- estabelecidos e de reciclagem permanente nos temas de direitos humanos, diversidade, tolerância zero à violência e protocolo de abordagem.

Com o objetivo de promover a transparência da interação de colaboradores com os clientes, o Grupo Carrefour Brasil investiu na compra de mais de 4 mil câmeras corporais, o que nos resultados iniciais gerou uma redução de 30% nos relatos de incidentes. Todas as lojas do Atacadão, Sam's Club e Carrefour (linha supermercado e hipermercado) contam com vigilantes, fiscais e agentes de prevenção que usam câmeras corporais em seus uniformes, além de 20 lojas da bandeira Carrefour Express.

O uso das câmeras permite acompanhar a aderência de colaboradores aos protocolos de atuação estabelecidos. A iniciativa faz parte de um conjunto de ações voltadas a promover mais segurança e transparência para clientes e colaboradores da rede. Com as imagens, adiciona-se uma etapa aos treinamentos, visando à lisura das ações das equipes nos momentos de atendimento aos clientes, para que elas obedeçam a um Código de Ética baseado no respeito e na empatia. A tecnologia complementa os protocolos de segurança e está aliada aos constantes treinamentos e conscientização para o foco primordial: a preservação da vida.

2. Mecanismos de Denúncia e Medidas de aplicação da Política de Tolerância Zero

Como resultado do reforço contínuo para aplicação da Política de Tolerância Zero a qualquer forma de vio lência e nossa política de valorização da diversidade, foram mantidos os mecanismos de prevenção e tratamento de discriminação.

Desde 2022, a Companhia já concluiu as seguintes medidas:

- Integração do canal de denúncias;
- Unificou a metodologia para apuração dos casos de discriminação e calibração de medidas disciplinares em fóruns colegiados formalizados em Comitês de Conduta e Consequências para todas as denúncias do Grupo.
- Avaliação dos fornecedores de compras de indiretos e a presença de cláusulas socioambientais e antirracistas nos contratos com fornecedores.

Em relação aos riscos de mercado:

Risco de liquidez

Gerenciamos o risco de liquidez de nossos ativos financeiros monitorando diariamente nossa posição de liquidez e garantindo a disponibilidade de ativos líquidos suficientes e disponíveis e/ou linhas de crédito confirmadas e não utilizadas, visando assegurar liquidez quaisquer que sejam as condições de mercado. O Grupo Carrefour utiliza ainda de projeções de longo prazo e monitoramento constante das condições de mercado a fim de determinar os momentos de acessar os diversos mercados de financiamento disponíveis ao grupo, principalmente linhas de crédito com bancos nacionais e internacionais, mercado de capitais nacional e recursos intercompany contratados junto ao Carrefour Finance, braço de finanças interno do Grupo Carrefour em Paris.

PÁGINA: 119 de 292

5.1 Descrição do igez en siamente de reinanciamento do Banco Carrefour é avaliada com base em normas internas, indicadores de alerta antecipado e índices regulatórios. A estratégia de liquidez do Banco Carrefour consiste em investir em títulos públicos, mantendo um nível de liquidez adequado, que ofereçam um retorno satisfatório e estejam disponíveis para venda, se necessário. Adicionalmente, o Banco Carrefour pode emitir Letras Financeiras para financiar sua operação de médio e longo prazos.

Risco de taxa de juros

Também gerenciamos nossa exposição ao risco da taxa de juros para atingir um equilíbrio ideal entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros.

Embora a Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado não estabeleça limites entre taxas de juros p ré ou pós- fixadas, monitoramos regularmente o nível de taxas de juros no Brasil e asseguramos um balanceamento equilibrado entre taxas de juros pré e pós-fixadas.

Risco de câmbio

Nossa política é a de proteger sistematicamente nossas operações comerciais e de captação de recursos denominadas em moeda estrangeira.

Sempre que necessário, para ajustar o nosso perfil de risco e reduzir a volatilidade de nossos fluxos de caixa futuros, estratégias de mitigação de risco de mercado são avaliadas e implementadas em conformidade com esses objetivos. Algumas dessas estratégias utilizam instrumentos financeiros, incluindo derivativos, nos quais a estrutura de proteção patrimonial adotada por nós procura neutralizar a variação da cotação da moeda estrangeira, conforme destacado no item (iii) abaixo.

Os instrumentos financeiros derivativos associados a essa estrutura buscam compensar riscos decorrentes da exposição à variação dos fluxos de caixa futuros do item objeto de contratação de operações, para cada exposição adquirida. Sempre que aplicável, adotamos nas sociedades do Grupo Carrefour Brasil (exceto o Banco Carrefour), a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) de fluxo de caixa, com o propósito de proteger contratos de empréstimo em moeda estrangeira.

Risco de crédito (contraparte)

Nós monitoramos nosso risco de contraparte em ativos financeiros com foco no nível de concentração entre contrapartes. A concentração máxima por instituição (contrapartes) se dá pelo somatório das aplicações financeiras, saldos em contas correntes e da exposição às posições com derivativos (MtM). Os limites são definidos e monitorados utilizando metodologias proprietárias do Grupo Carrefour Brasil, em base às classificações das agências de ratings nacionais e internacionais.

- O Banco Carrefour estabeleceu sistemas e processos para verificar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes, incluindo (a) ferramentas de tomada de decisão, como aplicativos de pontuação de crédito (credit score), ferramentas de simulação de renda/dívida e procedimentos de verificação de histórico de crédito,
- (b) pesquisa de bancos de dados de histórico de crédito positivo e negativo, quando existentes, (c) gerenciamento ativo de processos de cobrança e (d) sistemas de monitoramento e controle de risco de crédito. O Departamento de Risco de Crédito é responsável pela implementação, manutenção e monitoramento de todos esses processos, sob a supervisão do Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito. O Conselho de Administração do Banco Carrefour é atualizado em cada reunião, sobre os principais indicadores de risco de crédito.

iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O modelo de gerenciamento de riscos do Grupo Carrefour Brasil contempla três linhas, conforme organograma abaixo, e cada uma das empresas conta com uma estrutura preparada para atender as diferentes dinâmicas de seus negócios e as exigências regulatórias de cada segmento. Sem prejuízo das atribuições especificas e detalhadamente descritas na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, seguem, abaixo, as estruturas organizacionais de gerenciamento de riscos, suas linhas de reporte e principais atribuições.

A **primeira linha** conduzida pelos gestores e líderes operacionais, detém a responsabilidade primária no gerenciamento de riscos nos seus respectivos processos organizacionais. Os responsáveis pelas áreas de negócios são os responsáveis pela administração cotidiana de riscos e implementação diária de

PÁGINA: 120 de 292

5.1 Descrição interposta para parte participante de riscos relacionados às suas respectivas áreas de atuação e, por isso, os gestores e líderes operacionais devem ser capazes de identificar os riscos que podem afetar os negócios, reportar à administração, assegurar a t empestiva implementação dos planos de ação para mitigação ou eliminação do risco, manter a integridade e a confiabilidade dos ativos e assegurar a conformidade com leis e regulamentos, Código de Ética -, princípios éticos e políticas e normas internas, bem como conhecer profundamente os protocolos de Gestão de Crise e

Planos de Continuidade de Negócio para os riscos sob sua responsabilidade.

A segunda linha, composta por áreas como Controles Internos e Compliance têm a atribuição e a responsabilidade de suportar a primeira linha no entendimento dos riscos aos quais o negócio está exposto, bem como atuar nas respectivas avaliações e definição de ações de resposta (tratamento). A segunda linha se reporta aos seguintes órgãos colegiados: Os reportes da segunda linha devem considerar os seguintes órgãos colegiados do Grupo Carrefour: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitês de Riscos; (iii) Comitês de Ética; (iv) Comitê de Gestão de Crises; (v) Comitê de Investimentos Brasil (CIB); e (vi) qualquer outra reunião do comitê ad hoc convocado de acordo com as necessidades identificadas pela Companhia.

A segunda Linha deve fornecer a metodologia, apoio, monitoramento e questionamentos para que os gestores gerenciem seus riscos, ambiente de controles e comportamentos éticos alinhados com a expectativa e apetite do Grupo Carrefour. Além disso, a segunda Linha deve fornecer reporte periódico com panorama de riscos, controles e ações de resposta ao Conselho de Administração e fóruns internos de liderança das Unidades de Negócio e Operações.

A **Diretoria de Gestão de Riscos** atua diretamente na prevenção de perdas e na proteção dos ativos da Companhia (pessoas, processos e sistemas) e no desenvolvimento da estrutura de gerenciamento e resposta a crises e apoio ao funcionamento dos planos de continuidade e tem como principal atribuição monitorar e gerenciar os níveis de exposição aos Riscos Operacionais, incluindo prevenção de perdas e fraudes; segurança patrimonial; segurança do trabalho; segurança da informação; socioambientais; qualidade de mercadorias; e quaisquer outros temas que impactem a imagem e reputação da Companhia.

A **Diretoria de Controles Internos** tem como principal atribuição, no âmbito dos controles internos, promover ambiente de controles internos efetivos, para apoiar no gerenciamento de Riscos Corporativos, na mitigação de fraude, na exatidão e a fidedignidade dos seus dados contábeis, na eficiência operacional e no cumprimento regulatório.

A área de controles internos coordena as atividades dos Comitês de Riscos, acompanha a implementação e a efetividade das recomendações e mantém reporte à alta administração.

Por sua vez, a **Diretoria de Compliance**, promove e monitora a aderência da estrutura organizacional às leis, regulamentos, políticas internas, Código de Ética e valores corporativos. Também é responsável pela prevenção, detecção e tratamento de suborno, tráfico de influência e demais forma de corrupção. A área de Compliance coordena as atividades dos Comitês de Ética e Consequências, mantendo o reporte à alta administração.

No Banco Carrefour, a segunda linha, que tem a mesma competência e atribuição do que nas outras Unidades de Negócio, é composta pelas áreas de: gerenciamento de risco (liquidez, mercado, crédito e risco operacional); controles internos; compliance; segurança da informação e privacidade e proteção de dados.

A **terceira linha** é composta pela equipe de <u>Auditoria Interna</u>, responsável por realizar uma avaliação independente do ambiente de controles internos, de acordo com padrões reconhecidos de auditoria.

O Grupo Carrefour Brasil tem um Departamento de Auditoria Interna – (Diretoria de Auditoria Interna), reportando para o Conselho de Administração da Companhia e que conduz auditorias financeiras e operacionais nos seguimentos de Varejo, Atacado e Clube de Compras, incluindo TI e Imobiliário. A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva, com estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções; e, que proporciona ao Conselho de Administração e à direção geral do grupo garantia, aconselhamento e pontos de vista, com base numa abordagem baseada no risco, sobre a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da companhia, auxiliando a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração na realização de avaliações abrangentes e independentes conforme Plano de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de setembro de 2021. A missão da auditoria interna é aumentar e preservar o valor e a reputação da organização e agregar no alcance de seus objetivos estratégicos.

A Auditoria Interna do Banco Carrefour responde para o Comitê de Auditoria Estatutário do Banco Carrefour, que, desde março de 2019, conta com a participação de membro independente que atua como

PÁGINA: 121 de 292

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

especialista financeiro, e reporta para o Conselho de Administração da Companhia. Esse reporte duplo nos garante a independência necessária para desenvolver as atividades de auditoria interna.

Os detalhes dos procedimentos de controles internos relacionados à preparação e processamento de informações contábeis e financeiras para as demonstrações financeiras são fornecidos na seção 5.2 desta seção.

Além das áreas específicas de gerenciamento de riscos, a Diretoria Executiva realiza sessões para priorização de Riscos Corporativos, monitora a evolução dos níveis de Riscos Corporativos do Grupo Carrefour e a efetividade das medidas de controle e mitigação, propõe, ao Conselho de Administração, os Riscos Corporativos que serão priorizados e uma pauta recorrente de reporte, propõe níveis de apetite ao risco ao

Conselho de Administração, realiza análise crítica do desempenho do Sistema de Gestão de Riscos e promove, por meio de recursos humanos, financeiros, e de qualquer natureza, o suporte necessário para que o Sistema de Gestão de Riscos atue no tratamento e monitoramento contínuo dos riscos do Grupo Ca rrefour. Ainda, cada Unidade de Negócio tem um Comitê de Riscos específico, com o fim de apoiar e assessorar a liderança das Unidades de Negócio no acompanhamento da efetividade da gestão de riscos em linha com as respectivas diretrizes e apetite à risco, monitorar as exposições de Riscos Corporativos e a variação dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas; e monitorar a implementação dos planos de ação definidos para remediar as deficiências que importem riscos altos e as deficiências identificadas pela Auditoria Interna e Externa;

No final de 2023 e 2024, as áreas de Compliance, Controles Internos e Auditoria eram compostas:

- Compliance 2023: 16 colaboradores e 2024: 15 colaboradores
- Controles Internos 2023: 22 colaboradores e 2024: 17 colaboradores; e
- Auditoria Interna: Tanto em 2023 quanto em 2024 tivemos 15 colaboradores, sendo 9 colaboradores responsáveis pelo Banco Carrefour e 6 pelas demais Unidades de Negócio.

Em relação aos riscos de mercado:

Nossa Tesouraria Corporativa e o Departamento Financeiro supervisionam as necessidades de liquidez e financiamento de nossos quatro segmentos de negócios e mantêm contato com o Departamento de Tesouraria e Financeiro específico de cada um de nossos segmentos de negócios. Nosso Departamento de Tesouraria e Financeiro é responsável pela implementação da estratégia definida pela nossa Administração, estabelecendo e analisando a divulgação de nossas posições financeiras, monitorando os riscos financeiros decorrentes de nossos diversos segmentos de negócios, definindo e fiscalizando a adequada implementação das normas que regem a nossa exposição financeira.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura operacional e de controles internos desenvolvida tanto no nível do Grupo Carrefour Brasil quanto no nível Grupo Carrefour nos permite monitorar e avaliar periodicamente os riscos relacionados aos nossos negócios e os impactos possíveis nas operações ou nas demonstrações financeiras.

Acreditamos que nossa estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da nossa Política de Gerenciamento de Riscos (Grupo Carrefour Brasil) e da Política do Grupo Carrefour.

PÁGINA: 122 de 292

5.2 Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de mecanismos de controles internos efetivos sobre a elaboração e divulgação das informações financeiras.

Os controles internos da Companhia são estabelecidos com o objetivo de fornecer segurança razoável à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e que as operações sejam registradas para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis aplicáveis. Os valores e o sistema de gestão da Companhia, incluindo o Código de Conduta Ética e todas as suas políticas internas e externas, são a base do ambiente de controle.

Os princípios contábeis do Grupo Carrefour Brasil são derivados dos princípios contábeis do Grupo Carrefour e das práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). Eles são especificados em um documento revisado duas vezes por ano (antes de cada fechamento anual e semestral), o qual é transmitido a todos os envolvidos no processo. Eles são validados pelos Diretores Estatutários e pelo Departamento de Consolidação e Reporting do Grupo Carrefour Brasil, bem como são apresentados aos auditores independentes. As alterações, adições ou exclusões significativas no material são apresentadas ao Conselho de Administração.

No Brasil, o estabelecimento das Demonstrações Financeiras se baseia principalmente em uma organização de dois níveis:

- o Departamento de Consolidação e *Reporting* define os princípios de contabilidade aplicáveis ao Grupo Carrefour Brasil, bem como fornece liderança e supervisão da produção das demonstrações financeiras consolidadas e relatórios da administração;
- os Segmentos de Negócio são responsáveis pela produção e controle das contas de suas sociedades e demonstrações financeiras consolidadas. Elas também são responsáveis por implantar um sistema de controles internos dentro de seu escopo adaptado aos seus desafios e riscos específicos, levando em consideração as recomendações e diretivas do Grupo.

O departamento de Consolidação e *Reporting* do Grupo Carrefour Brasil realiza também procedimentos adicionais:

- verificar os relatórios de consolidação em cada fechamento mensal: se necessário, são realizadas correções nos relatórios de consolidação;
- gerenciar a implementação de novas normas contábeis em todas as entidades legais do Grupo de forma consistente;
- gerenciar os testes de *impairment* de ágio com base nas projeções preparadas em relação ao plano estratégico que é atualizado anualmente, e avaliar os testes de *impairment* que são realizados pelos segmentos de negócio, sobre os itens do ativo imobilizado; e
- apresentar trimestralmente uma análise das principais estimativas contábeis (como por exemplo: provisões e riscos) e os impactos de mudanças de normas contábeis (quando aplicável).

Processo de consolidação, emissão das Demonstrações Financeiras e controles principais

Cada área de negócios é responsável por reportar seus dados financeiros. O Departamento de Consolidação e Reporting monitora este processo e é responsável pela produção das Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo Carrefour Brasil. A moeda utilizada na preparação de nossas Demonstrações Financeiras é o real. O Departamento de Consolidação e Reporting faz uso de controles numa ferramenta de consolidação, verifica a consistência e realiza uma análise e reconciliação no final de cada trimestre.

As principais políticas e estimativas contábeis estão sujeitas à análise dos Diretores Estatutários da divisão Holding, do Diretor de Reporting Financeiro e do Diretor Financeiro do Grupo Carrefour Brasil.

As demonstrações financeiras anuais e trimestrais são revisadas por auditores independentes..

Considerando os mecanismos e procedimentos adotados, a Administração da Companhia acredita ter razoável segurança quanto à qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia está atenta às novas tecnologias e a Companhia investe em seus controles a fim de aprimorá-los continuamente.

PÁGINA: 123 de 292

5.2 Descrição dos controles internos

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

Especificamente quanto a controles internos, compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles internos, gerenciamento de riscos corporativos, tributária, consolidação e reporte financeiro (financial reporting) da Companhia e de suas subsidiárias.

Na Diretoria Financeira fica alocada a estrutura da Diretoria de Controles Internos, responsável por coordenar as atividades de conformidade e controles internos. Esta Diretoria tem reporte periódico ao Conselho de Administração da Companhia.

Dentre as principais atividades da Diretoria de Controles Internos estão incluídas as avaliações de processos e controles, bem como a revisão anual de efetividade e maturidade, com autoavaliação destes controles (Self- Assessment).

Ainda quanto aos mecanismos de controles internos, inclui-se o acompanhamento das recomendações fornecidas pelos auditores externos e independentes. O departamento de Auditoria Interna, dentre outras atribuições, supervisiona a implementação dessas recomendações.

Ao final, o Conselho de Administração é responsável por aprovar as demonstrações financeiras e submetê- las à aprovação por Assembleia Geral de Acionistas, avaliando, ainda, a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade e conformidade.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

As atividades de monitoramento de controles internos são coordenadas pela Vice-Presidência de Finanças, por intermédio da área de Controles Internos, gerida pela Diretoria de Controles Internos.

A área de Controles Internos, de forma apartada e independente, é responsável por implementar as políticas, procedimentos, processos e controles relacionados ao gerenciamento de risco operacional, executar as avaliações do ambiente de controle interno do Banco CSF S.A. e pela estruturação do plano de contingência, a fim de assegurar a continuidade das atividades. Também é responsável pela disseminação da política de gerenciamento de risco operacional e controles internos, bem como aculturamento de riscos aos colaboradores do Banco CSF S.A. Essas ações possuem acompanhamento e reporte à alta Administração mediante Comitê de Controles Internos, Risco Operacional e Compliance (CRC).

A área de Auditoria Interna, independente das operações e com reporte hierárquico e funcional à Diretoria de Auditoria Interna do Grupo Carrefour, dentre de suas atividades, avalia o ambiente de controles internos da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia se certifica de que o Departamento de Auditoria Interna seja independente e controla a adequação entre as atribuições e os recursos alocados, incluindo a alocação de auditores especializados para complementar o time permanente nas áreas mais técnicas, tais como tecnologia da informação.

O plano de auditoria anual é estabelecido pelo Departamento de Auditoria Interna do Grupo Carrefour, com base no universo de objetos auditáveis estabelecido pelo Grupo, no resultado das auditorias de anos anteriores e do questionnaire d'auto évaluation (self-assessment).

Um relatório final formalizado é preparado para cada auditoria, incluindo os pontos de atenção, seus respectivos planos de ação corretivos, e as eventuais observações dos Diretores e/ou Gerentes das áreas auditadas. Este relatório é transmitido ao Diretor Executivo e ao Diretor Vice-Presidente de Finanças da unidade de negócios auditada, bem como aos Diretores Estatutários. Os planos de ação corretiva especificam a síntese das ações, o responsável pelas suas execuções e o calendário de implementação.

Especificamente em relação ao Banco Carrefour

Além da estrutura mencionada acima, o Banco Carrefour conta com a seguinte organização:

- um Departamento de Auditoria Interna que é subordinado ao Conselho de Administração do Banco Carrefour e a seu Comitê de Auditoria Estatutário;
- o plano anual de auditoria interna é criado com base em uma matriz de análise de riscos e visa identificar os processos críticos principais a serem auditados. Tal plano de auditoria e sua evolução são apresentados e validados pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Banco Carrefour;

PÁGINA: 124 de 292

5.2 Descrição dos controles internos

- as alterações no plano anual de auditoria devem ser validadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Banco Carrefour; e
- a implementação das recomendações relativas às deficiências identificadas é monitorada pelo departamento de auditoria interna do Banco Carrefour.
- (d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Resumimos abaixo os pontos significativos destacados pelos auditores independentes na carta de comunicação referente ao exercício findo 31 de dezembro de 2024:

Foi identificado que a Companhia implementou, ao longo do exercício de 2024, um novo controle para aprovação de lançamentos manuais. Este controle consiste em um "workflow" de aprovação para lançamentos realizados diretamente no sistema SAP. Entretanto, o controle automatizado implementado é efetivo para requerer as aprovações de lançamentos apenas por uma transação específica e não para outros tipos de transação. Dessa forma, foi recomendada a implementação de controles complementares para revisão dos acessos aos demais tipos de transações.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Desde 2022, a Companhia vem implementando controles robustos nos processos que envolvem lançamentos manuais, bem como ações de automatização e melhoria de processos, que resultaram em redução significativa no volume de lançamentos, além de maior confiabilidade e segurança.

Em 2024 o *workflow* foi migrado para o sistema SAP e as solicitações de acesso estão conectadas à ferramenta de IAM, com as aprovações necessárias para concessão dos perfis aos usuários e revisões periódicas, assim como análises de segregação de função por meio do SAP GRC.

Foi realizada uma revisão dos perfis de acesso e bloqueio das transações que permitem lançamentos manuais sem "workflow" de aprovação. Além disso, foi implementado o monitoramento das transações de forma contínua.

PÁGINA: 125 de 292

5.3 Programa de integridade (a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

> O Grupo Carrefour Brasil possui regras, políticas, procedimentos e práticas efetivas de prevenção, detecção e resposta ao risco de fraudes, ilícitos praticados contra a administração pública e conflitos éticos em geral, em atendimento às leis aplicáveis, especificamente, no Brasil, a Lei nº 12.846/2013 -Lei Anticorrupção Brasileira, e, ainda, a Lei Sapin II – Lei Anticorrupção Francesa.

> O Programa Anticorrupção do Grupo Carrefour Brasil faz parte do Sistema de Integridade da Companhia, gerido pela Diretoria de Compliance e abrange todas as unidades de negócio do Grupo com reporte ao Comitê de Ética do Grupo Carrefour.

> A estrutura do Sistema de Integridade estabelece regras, processos e mecanismos de consequência para ambiente íntegro, em consonância regulatória, alinhados aos compromissos sociais e ambientais e à cultura do Grupo.

> Adicionalmente, a Unidade de Negócio Atacadão, de maior representatividade em número de colaboradores e no faturamento do Grupo, também conta com "Sistemas de Gestão Antissuborno" certificado pela ISO 37001 desde março de 2022, mantendo regularmente sua certificação.

os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos do Programa Anticorrupção, desenhados em nível de entidade e performados por todas as unidades de negócio são:

- Mapeamento e avaliação de riscos de corrupção A.
- B. Códigos, políticas e normativos de compliance
- C. Mecanismos de gestão de terceiros
- D. Aculturamento e treinamentos
- Canal de Ética, Apurações Internas e Gestão de Consequências E.
- Monitoramento contínuo, auditoria e reporte para instâncias estratégicas F.

Em 2024 foi atualizada a matriz de riscos de corrupção do Grupo Carrefour Brasil em conformidade com a Metodologia global para avaliação de riscos de Corrupção e Tráfico de Influência do Grupo Carrefour.

Códigos, políticas e normativos de Compliance: O emissor possui Código de Ética para Colaboradores atualizado em 2024. Esse documento é o centro de seu Sistema de Integridade e se estrutura em 3 capítulos: (i) Uma Empresa Responsável; (ii) Um Parceiro de Negócios Responsável e; (iii) Uma Empresa Responsável do Ponto de Vista Ambiental e Social. Além do Código de Ética (indicado no item (iii) abaixo), o Grupo também dispões da Ética para Fornecedores disponívelem https://api.mzig.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/ee522e47-e10baaa4-6dd8-90be653683a1?origin=1.

Em 2024, além da revisão global do Código de Ética, também foram atualizados: Política Anticorrupção e de Prevenção ao Tráfico de Influência, Regimento dos Comitês de Ética do Grupo Carrefour Brasil, Política de Tratamento de Infrações Administrativas e Desvios de Conduta.

A Política Anticorrupção e de Prevenção ao Tráfico de Influência pode ser consultada no Site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos" e, por fim, "Política Anticorrupção" ou diretamente por meio do link: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1a485- 98a052dc3a81/3b3a4f51-a4cd-b888- 1443-a84f91fb6399?origin=1

Todos os normativos mencionados estão sujeitos a revisão, que ocorre a cada dois anos para as políticas, sendo o Código de Ética atualizado quando necessário.

Mecanismos de gestão de terceiros: Para assegurar que os princípios e valores éticos que norteiam o Grupo Carrefour Brasil sejam projetados nas suas relações de negócios e seguidos por seus fornecedores e parceiros, o emissor possui mecanismos de gestão de terceiros.

Dentre os mecanismos de gestão de terceiros, destacam-se a realização de avaliação de integridade de

PÁGINA: 126 de 292

- **5.3 Programa de dintegridade**os classificados como de maior exposição a riscos. Essa gestão envolve de maneira geral: coleta de informações, análise de integridade e reputação, avaliação e classificação do risco, tomada de decisão e monitoramento contínuo. Para os terceiros aprovados na homologação, é ainda obrigatória a adesão dos mesmos ao compromisso de desenvolverem práticas comerciais transparentes e responsáveis por meio da assinatura da Carta Social e Ética no momento do cadastro e/ou renovação de cadastro, bem como a adesão à cláusulas socioambientais e anticorrupção na assinatura de termos e contratos.
 - **C. Aculturamento e treinamentos:** A Companhia promove continuamente suas normas e diretrizes para colaboradores e parceiros, assegurando a conformidade com os mais altos padrões éticos do Grupo Carrefour.

Todos os colaboradores passam por treinamentos obrigatórios sobre o Código de Ética e valores da Companhia, assinam o Termo de Ciência e de Aceite e preenchem a Declaração de Conflito de Interesse, reforçando o compromisso com a transparência e a integridade.

Em 2024, 1.895 colaboradores das Unidades de Negócio Carrefour, Atacado e Banco foram classificados como público mais exposto a risco e passaram a ter um reforço na gestão da Integridade. Destes, 85% já passaram por formação, treinamento e monitoramento, reforçando o conhecimento às regras do Código de Ética e das políticas de compliance.

Para fortalecer a cultura de integridade, a Companhia mantém iniciativas contínuas voltadas a todos os colaboradores, como:

- Pílulas de Compliance quinzenais nos canais internos;
- Campanhas educativas, incluindo cartazes, wallpapers com QR Codes e vídeos; e
- Treinamentos e debates sobre conflito de interesses, combate corrupção, assédio, discriminação e lavagem de dinheiro.

Essas ações reforçam o compromisso do Grupo Carrefour com a ética, a transparência e as melhores práticas de governança.

Adicionalmente, o emissor publica pílulas de Compliance quinzenais nos meios de comunicação internos da Companhia, realiza campanhas de reforço ético com cartazes e wallpapers com QR Codes, vídeos e realiza sessões de treinamentos e eventos voltados à discussão de temas como corrupção pública, privada, tráfico de influência, conflito de interesse, responsabilidade dos gestores, combate ao assédio e discriminação para preservar o respeito no ambiente de trabalho e prevenção à lavagem de dinheiro.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os

mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Os mecanismos que compõem o Programa Anticorrupção do Grupo Carrefour Brasil estão sob a coordenação do departamento de Compliance da Companhia, que possui responsabilidade para o direcionamento para todas as unidades de negócio do Grupo e reporta a Diretoria Executiva de Assuntos Corporativos e Jurídico, Comitê de Ética e ao Conselho de Administração.

Com a estruturação das áreas de Compliance do Carrefour Varejo e do Atacadão iniciada em 2020, elas serão responsáveis por operacionalizar o Programa Anticorrupção nas respectivas Unidades de negócio, sob a supervisão do Conselho de Administração.

A cultura de integridade é uma responsabilidade de toda a liderança e colaboradores, mas o processo de monitoramento dos processos e eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade de todas as Unidades de Negócio no Grupo Carrefour Brasil fica sob gestão do *Chief Compliance Officer* (CCO), sob supervisão do Comitê de Ética. O emissor conta com uma área de Auditoria Interna, com r eporte ao Conselho de Administração, cuja responsabilidade é garantir a efetividade e eficiência dos controles internos, do cumprimento dos processos, inclusive de Compliance.

Para informações mais detalhadas sobre as Diretorias e Compliance, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Carrefour possui Código de Ética aprovado e disseminado globalmente.

PÁGINA: 127 de 292

5.3 Programa de integridade aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética do Grupo Carrefour Brasil se aplica a todos os colaboradores do Grupo Carrefour Brasil, independentemente de sua posição na empresa. O Código estabelece os princípios e diretrizes internas de conduta, bem como os parâmetros de referência que norteiam colaboradores de todos os níveis hierárquicos, incluindo membros do Conselho de Administração.

Além desse documento, a Companhia também possui Código de Ética para Fornecedores e Parceiros de Negócios, que se aplica a todos os terceiros, incluindo aqueles que agem em nome do Grupo Carrefour Brasil, como fornecedores, prestadores de serviços, representantes, parceiros, entre outros. Esses terceiros são informados das diretrizes e princípios estabelecidos no Código de Ética por meio de cláusulas contratuais, da assinatura da Carta Ética e Social e, no caso de fornecedores sensíveis, por meio de treinamentos.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Política de Gestão de Consequências estabelece critérios para a aplicação das medidas disciplinares e de remediação no Grupo Carrefour de acordo com as violações previstas também no Código de Ética, políticas e procedimentos.

As sanções previstas, aplicadas considerando o grau de responsabilidade do envolvido de maneira proporcional, com objetivo educativo ou punitivo, podem variar de advertências verbais e escritas, transferências de unidade, suspensões, demissões com e sem justa causa para colaboradores e, ainda, a descontinuidade da relação de negócios para parceiros e fornecedores.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Código de Ética Global foi atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração do Carrefour S.A. em 20 de fevereiro de 2024 e, aplicado ao Grupo Carrefour Brasil, pode ser consultado nos seguintes endereços:

✓ Site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos" e, por fim, "Código de Ética" ou diretamente

por meio do link:

https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/ee522e47-e10b-aaa4-6dd8-90be653683a1?origin=1

✓ Site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (gov.br/cvm)

O Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros de Negócios foi aprovado em 27 de julho de 2021 pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser consultado por meio do link: https://conexaoeticacarrefour.com.br/#documentos.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Grupo Carrefour Brasil disponibiliza a seus colaboradores e parceiros de negócios o Canal de Denúncia (via web e telefone, que também é conhecido como "Conexão Ética"). O canal é operado por empresa externa e independente, de modo a garantir ao denunciante o sigilo absoluto e a proteção ao denunciante de boa-fé contra retaliações.

Todas as alegações são analisadas e verificadas pelo departamento de Compliance, que supervisiona o funcionamento do canal, acompanha a observância da metodologia de apuração de alegações e reporta periodicamente os resultados e atividades aos Comitês de Ética, conforme o caso.

O canal web está disponível no endereço: https://www.conexaoeticacarrefour.com.br/

se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Tanto o Conexão Ética, quanto o canal exclusivo para casos de discriminação e racismo, canais de Denúncias do Grupo Carrefour Brasil, em ambas as suas versões (telefone e endereço web - www.canalconfidencial.com.br/antidiscriminacao/) são operados por consultoria externa e independente.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Além do público interno, os canais de denúncia estão abertos ao recebimento de denúncias de terceiros e público externo ao Grupo. Os canais são divulgados aos Parceiros de Negócios do Grupo Carrefour Brasil e aberto à população em geral.

PÁGINA: 128 de 292

5.3 Programa de integridade

se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Grupo Carrefour Brasil assegura a proteção aos denunciantes de boa-fé contra quaisquer tipos de ret aliação e garante a confidencialidade dos reportes feitos em seus Canais de Denúncias.

Para isso, além da gestão dos Canais de Denúncias ser feita por prestador de serviços externo, a Companhia realiza treinamentos para os apuradores das alegações que chegam ao Canal, em conformidade com suas Políticas e procedimentos internos de Apuração de Denúncias.

Nesses treinamentos, além de ensinadas técnicas de abordagem e a metodologia de trabalho para o apropriado tratamento das alegações, é enfatizada a importância da abordagem adequada durante as apurações, a guarda do anonimato do denunciante e a proteção contra retaliações.

órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O responsável pela apuração de alegações é definido a partir do nível de complexidade de cada denúncia e dos sujeitos potencialmente envolvidos.

Em todos os casos, no entanto, os apuradores são orientados a conduzir as atividades de apuração respeitando a confidencialidade, imparcialidade e independência em suas análises.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não há casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não se aplica, tendo em vista que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

PÁGINA: 129 de 292

5.4 Alterações significativas

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos.

PÁGINA: 130 de 292

5.5 Outras informações relevantes

Não há nenhuma outra informação relevante que não tenha sido informada nos itens anteriores da seção 5 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 131 de 292

CONTROLADORA / INVEST	IDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Lega	al ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Uni	dade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BRACHIOSAURUS 422 PAR					
56.707.047/0001-44	Brasil	Não	Sim	30/05/2025	
Não		ndre Alencar	Fisica		285.232.758-94
2.109.056.711	100,000	0	0,000	2.109.056.711	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.109.056.711	100,000	0	0,000	2.109.056.711	100,000

CONTROLADORA / INVEST	ΓIDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Le	gal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Un	idade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	`	·		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BRACHIOSAURUS 422 PAR	RTICIPAÇÕES S.A.			56.707.047/0001-44	
Carrefour Nederland B.V.					
05.720.868/0001-80	Holanda	Não	Não	30/05/2025	
Não	Stéphane S	amuel Maquaire	Fisica		900.046.978-39
1.015.679.430	45,172	0	0,000	1.015.679.430	45,172
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Carrefour S.A.					
05.720.151/0001-38	França	Não	Não	30/05/2025	
Não	Stéphane S	amuel Maquaire	Fisica		900.046.978-39
1.232.787.977	54,828	0	0,000	1.232.787.977	54,828
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Lega	al ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unio	dade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
BRACHIOSAURUS 422 PAR	TICIPAÇÕES S.A.			CPF/CNPJ acionista 56.707.047/0001-44	Composição capital social		
	TICIPAÇÕES S.A.				Composição capital social		

CONTROLADORA / INVESTI	DORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Le	gal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unio	dade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA		`	`	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Carrefour Nederland B.V.				05.720.868/0001-80	
Carrefour S.A.					
05.720.151/0001-38	França	Não	Sim	30/01/2015	
Não					
2.259.078.554	100,000	0	0,000	2.259.078.554	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
2.259.078.554	100,000	0	0,000	2.259.078.554	100,000

Actionista Residence no Nome do Representante Legal or Mandatório Tipo de passoa CPF/CNPJ	CONTROLADORA / INVEST	IDORA				
Acionista Residente no Nome do Representante Legis Ingo de pessoa CPFICNE	ACIONISTA					
Patent	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Octos (Incididas (Incididas) (Incididas) Ações preferenciais (Incididas) Octos (Incididas) Total ações % (Incididas) Commo (ADORA / INVESTIDORA) Carrefour S.A. 05.720.151/0001-38 Cerrefour S.A. OS.720.151/0001-38 Bank of America Merrill Lymin (Incididas) Estados Unidos Não Não 3.001/2015 Não TOTAL 0 0.000 3.829.783 0.565 Classa Ação Qitde, de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 Não 3.001/2015 Rase Ação Prança Não Não 3.001/2015 Classa Ação Qide, de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 7.4624.212 11,007 Classe Ação Qide, de ações Unidade Ações (%) do sepécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 7.4624.212 11,007 Peninsula Europe SARL Luxemburgo Não Não<		Nome do Representante Le	gal ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Unidade Unidade Unidade Unidade Unidade Composições oaçable social CORTINALAÇORA (ASTREMISTORIA) 505.720.151/0001-38 Composiçõe oaçable social Bank of America Merrill Lynt-Image (Astremis Merrill Lynt-Image) Feitados Unidos Não Não Não 3.001/2015 Classe Ação Otde, de ações Unidos Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 Garia SAS França Não Não 3.001/2015 TOTAL 11,007 0 0.000 74.624.212 11,007 1,007 <t< td=""><td>Detalhamento de ações Uni</td><td>dade</td><td></td><td></td><td></td><td></td></t<>	Detalhamento de ações Uni	dade				
Same of America Merrill Lynch Estados Unidos Não Não Não 30/01/2015	Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
Estados Unidos Não Não Não 3001/2015 Não Não 3001/2015 Não Não 3.829.793 0.565 0.000 3.829.793 0.565 0.000 0	CONTROLADORA / INVESTIDORA		·		CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Não Não	Carrefour S.A.				05.720.151/0001-38	
Não Não	Bank of America Merrill Lyn	nch				
3.829.793 0.565 0 0.000 3.829.793 0.565			Não	Não	30/01/2015	
Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 França França Não Não Não Não 74.624.212 11,007 0 0,000 74.624.212 11,007 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0,000 Peninsula Europe SARL Luxemburgo Não 62.563.160 9,228 0 0,000 Rão Não Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL Ações (%) do capital social Ações (%) do capital social TOTAL Não O Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) do espécie Ações (%) do capital social TOTAL Ações (%) do capital social	Não					
Company	3.829.793	0,565	0	0,000	3.829.793	0,565
França Não N	Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
França Não Não 30/01/2015	TOTAL	0	0.000			
Não 74.624.212 11,007 0 0,000 74.624.212 11,007 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social Peninsula Europe SARL Luxemburgo Não Não Não 30/05/2015 Não 9,228 0 0,000 62.563.160 9,228 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	Galfa SAS					
74.624.212 11,007 0 0,000 74.624.212 11,007 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social Peninsula Europe SARL Não Luxemburgo Não Não 30/05/2015 Não 9,228 0 0,000 62.563.160 9,228 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000 Ações (%) do capital social		França	Não	Não	30/01/2015	
Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	Não					
TOTAL 0.000 Peninsula Europe SARL Luxemburgo Não Não Não 62.563.160 9,228 0 0,000 62.563.160 9,228 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	74.624.212	11,007	0	0,000	74.624.212	11,007
Peninsula Europe SARL Luxemburgo Não Não 30/05/2015 Não VIIII (1997) VIIII (1997) VIIII (1997) 62.563.160 9,228 0 0,000 62.563.160 9,228 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Luxemburgo Não Não 30/05/2015 Não 62.563.160 9,228 0 0,000 62.563.160 9,228 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	TOTAL	0	0.000			
Não 62.563.160 9,228 0 0,000 62.563.160 9,228 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	Peninsula Europe SARL					
62.563.160 9,228 0 0,000 62.563.160 9,228 Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000		Luxemburgo	Não	Não	30/05/2015	
Classe Ação Qtde. de ações Unidade Ações % Ações (%) da espécie Ações (%) do capital social TOTAL 0 0.000	Não					
TOTAL 0 0.000	62.563.160	9,228	0	0,000	62.563.160	9,228
	Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
	TOTAL	0	0.000			

CONTROLADORA / INVEST	IDORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Uni	dade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			`	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Carrefour S.A.				05.720.151/0001-38	
32.120.690	4,738	0	0,000	32.120.690	4,738
OUTROS					
504.831.333	74,462	0	0,000	504.831.333	74,462
TOTAL					
677.969.188	100,000	0	0,000	677.969.188	100,000

CONTROLADORA / INVESTI	OORA				
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Leg	al ou Mandatório	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unid	ade				
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA	`		`	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Carrefour S.A.				05.720.151/0001-38	
AÇÕES EM TESOURARIA					
32.120.690	5,982	0	0,000	32.120.690	5,982
OUTROS					
504.831.333	94,018	0	0,000	504.831.333	94,018
TOTAL					
536.952.023	100,000	0	0,000	536.952.023	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/05/2025
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

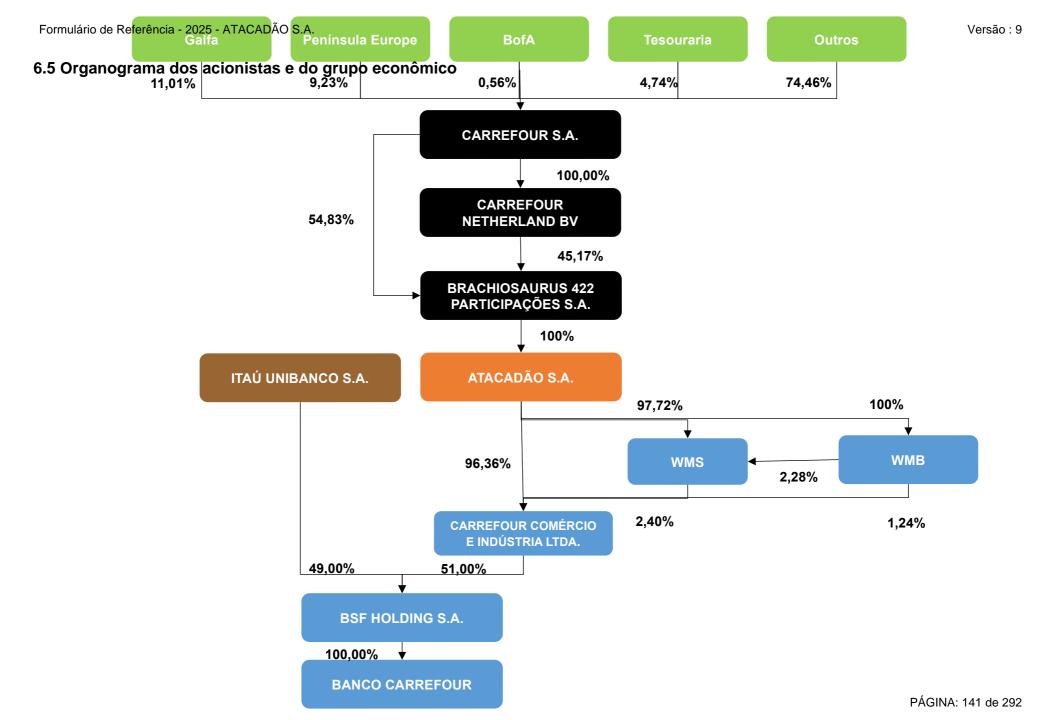
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

PÁGINA: 139 de 292

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Banco CSF S.A.	08.357.240/0001-50	51
BSF Holding S.A.	05.676.559/0001-50	51
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	45.543.915/0001-81	100



6.6 Outras informações relevantes

O Carrefour S.A., companhia aberta francesa, não possui controlador, de maneira que não há necessidade de indicação de seus acionistas no item 6.1/6.2 acima.

Apresentamos abaixo uma descrição das principais condições do Acordo de Acionistas da BSF e do Banco CSF.

a. Partes

CCI e Itaú são parte do acordo de acionistas da BSF e do Banco CSF, cujos principais termos e condições encontram-se resumidos a seguir. O CCI detém 51% do capital social da BSF e o Itaú detém 49% do capital social da BSF.

b. Data de Celebração

O acordo de acionistas foi celebrado em 31 de maio de 2012. O acordo de acionistas estará em vigor até 31 de maio de 2032, sendo automaticamente renovado por um período subsequente de 10 (dez) anos, a não ser que rescindindo mediante envio de aviso prévio antes da data de vencimento.

c. Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

O acordo de acionistas concede determinados direitos ao Itaú, notadamente com relação às seguintes matérias, as quais exigirão a aprovação do Itaú ou dos conselheiros por ele indicados, conforme o caso:

- (A) No nível das assembleias gerais da BSF ou do Banco CSF, da seguinte forma:
- (i) qualquer alteração do estatuto social que possa alterar qualquer dos direitos dos acionistas (incluindo qualquer transação que afete o capital social ou as ações);
- (ii) qualquer alteração à política de dividendos; e
- (iii) qualquer reorganização societária, dissolução, liquidação, incorporação, transformação, fusão, cisão, consolidação, ou outras combinações de negócios ou processos de insolvência envolvendo a BSF.
- (B) No nível do conselho de administração do Banco CSF, da seguinte forma:
- (i) aprovação e revisão do orçamento anual e do plano de negócios do Banco CSF;
- (ii) aprovação de transações específicas (como alienação de ativos) acima de determinados limiares.

Em caso de desacordo nas assembleias gerais ou nas reuniões conselho de administração, o acordo de acionistas prevê mecanismos de resolução de impasse.

d. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

A BSF é administrada por uma diretoria e o Banco CSF é administrado por um conselho de administração e por uma diretoria.

O conselho de administração do Banco CSF é composto por 5 (cinco) membros. O CCI tem o direito de indicar 3 (três) membros, sendo 1 (um) designado como presidente, e o Itaú tem o direito de indicar os demais 2 (dois) membros.

A diretoria do Banco CSF é composta por 6 (seis) membros. O diretor presente e o diretor financeiro são indicados por CCI e Itaú, após um processo de consulta entre os acionistas. Os demais membros da Diretoria são indicados pelo diretor presidente.

e. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

O acordo de acionistas estabelece que nenhum acionista poderá transferir a totalidade ou parte das ações detidas na BSF a terceiros (a não ser que para uma de suas afiliadas), exceto se respeitados os termos e condições previstos no acordo de acionistas.

Em especial, transferências de ações de um acionista a terceiros estão sujeitas a (i) direito de preferência do outro acionista; (ii) direito de venda conjunta (*tag along*) em favor do outro acionista (caso a transferência seja da totalidade de ações detidas pelo acionista alienante). Em qualquer caso, o adquirente das ações deverá expressamente aderir a todos os termos e condições do acordo de acionistas.

PÁGINA: 142 de 292

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal (a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação de Administradores aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de maio de 2017, a qual tem por objetivo estabelecer as regras, diretrizes e métodos a serem observados para a indicação dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia.

Nossa Política de Indicação de Administradores pode ser consultada nos sites:

- √ Site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos" e, por fim, "Política de Indicação" ou diretamente por meio do https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/32539bbc-7be4-42e1- a 485- 98a052dc3a81/388b17a2-302e-42a9-a382-30acee00f784 PTC003 Indicacao de Administradores.pdf;
- √ Site da Comissão de Valores Mobiliários CVM (gov.br/cvm).

As diretrizes gerais para a indicação de candidatos para o Conselho de Administração e para a Diretoria constam do item 5 da Política. Já os procedimentos para a indicação de candidatos para a Diretoria e para o Conselho de Administração constam, respectivamente, dos itens 4.1 e 4.2 da Política de Indicação.

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

No início de 2022, a Companhia implementou mecanismos de avaliação periódica de desempenho do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, como órgãos colegiados, e da Diretoria, com base nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

(i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia realizam, pelo menos uma vez por mandato, a avaliação formal, sendo que, para o Conselho de Administração, tal avaliação abrange o desempenho do órgão, e, para a Diretoria, a avaliação individual.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

O processo de avaliação é de responsabilidade do presidente do Conselho de Administração e se dá através do preenchimento de formulários específicos direcionados a cada um dos órgãos (metodologia de autoavaliação).

Os órgãos devem ser avaliados de acordo com suas diretrizes gerais, performance, metas e contribuições derivadas do planejamento estratégico da Companhia. Adicionalmente, também devem ser consideradas as matérias tratadas nas reuniões realizadas, bem como parâmetros envolvendo as demonstrações financeiras, gerenciamento de riscos e controles internos e responsabilidade da administração e da auditoria interna. Dentre os principais critérios utilizados na avaliação estão as competências e comportamentos esperados para esses órgãos e cargos, conforme aplicável, que consideram necessidades da Companhia, além de critérios gerais mercadológicos.

Práticas da Companhia em relação a avaliação do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e dos membros de cada um dos referidos órgãos

Conforme descrito no item 7.1 deste Formulário de Referência, temos um processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. O processo de avaliação é de responsabilidade do presidente do Conselho de Administração, e se dá através do preenchimento de formulários específicos direcionados a cada um dos órgãos.

A remuneração variável de curto prazo, conforme descrito no item 8.1 deste Formulário de Referência, (ex. participação nos lucros), é baseada no atingimento de indicadores de desempenho: (i) avaliações de desempenho individual, com base em fatores adequados para a as atribuições de cada cargo (ex. hierarquia do cargo); e (ii) nossos principais indicadores coletivos de desempenho, além de um conjunto de indicadores individuais.

(iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia contratado serviços de consultoria ou assessoria externos para avaliação de desempenho de seus órgãos.

PÁGINA: 143 de 292

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(c) regras de identificação e administração de conflito de interesses

De forma geral, o Código de Conduta da Companhia, aplicável a todos os colaboradores e, inclusive, aos membros da administração, traz um capítulo específico sobre conflito de interesses. O Código d e Conduta pode ser acessado no site da CVM (gov.br/cvm) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos" e, por fim, "Código de Conduta" ou diretamente por meio do https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/ ee522e47-e10b-aaa4-6dd8- 90be653683a1?origin=1.

Sob nossa Política de Indicação de Administradores (disponível nos endereços indicados acima), a existência de potencial conflito de interesse é uma das diretrizes usadas pelo Presidente do Conselho de Administração para examinar qualquer candidato para o cargo de membro do Conselho de Administração.

As regras de conflito de interesses aplicáveis aos membros do Conselho de Administração estão dispostas no artigo 17 do nosso Estatuto Social¹ e no item 3.4 de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e de Gerenciamento de Conflitos de Interesses, disponível nos sites da CVM Relações (qov.br/cvm) no site de com Investidores Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos" e, por fim, "Política de Transações com Partes Relacionadas" ou diretamente por meio do https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/estatutospoliticas-e-codigos/6a3f80c6f3a30caf9654d772c79b545474480501653946a2c2f071f6542b1427/ politica de transacoes com partes relacionadas.pdf. Além disso, nos termos do art. 156 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração não podem ter acesso a informações, participar de reuniões do Conselho de Administração ou intervir de gualquer forma, em qualquer assunto, negócio ou operações da Companhia com relação aos quais esses Conselheiros tenham ou representem um interesse pessoal conflitante com os interesses da Companhia.

(d) por órgão:

(i), (ii) e (iii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero e cor ou raça

	Conselho de	Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	
	Efetivos	Suplentes		Efetivos	Suplentes
Identidade de gênero					
Homem	4	0	3	0	0
Mulher	2	0	0	0	0
Não binário	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Prefere não responder	6	0	1	0	0
Total	6	0	4	0	0
Identidade de cor ou raça					
Branca	0	0	3	0	0
Preta	0	0	0	0	0
Parda	0	0	0	0	0
Amarela	0	0	0	0	0
Indígena	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Prefere não responder	6	0	1	0	0
Total	6	0	4	0	0

¹ O Estatuto Social está disponível em no site da CVM (gov.br/cvm) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos" e, por fim, "Estatuto Social" ou diretamente por meio do link https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1- a485-98a052dc3a81/9113a266-4533-beca-e236- fc10083c74ec?origin=1.

PÁGINA: 144 de 292

7.1 Principales caracter (sefición des orgãos de administração e do conselho fiscal caracterizada nos termos da legislação aplicável 0 0 0 0 0 Pessoas com Deficiência 0 0 0 0 Pessoas sem Deficiência 0 6 0 4 0 0 Prefere não responder 4 6 0 0 0 Total

(iv) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não realizou levantamentos estatísticos sobre outros indicadores de diversidade para os órgãos da administração.

(e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

O conceito de diversidade é abordado de forma transversal na Companhia e visamos, através do estabelecimento de políticas e procedimentos, sempre estarmos alinhados com boas práticas empresariais. O Grupo Carrefour Brasil tem sua estratégia de negócio alinhada a compromissos de responsabilidade socioambiental, divididos em 4 pilares: "Colaboradores, Produtos, Clientes e Lojas". A Companhia possui compromisso, dentre outros de curto, médio e longo prazo, com o aumento da representatividade de mulheres e negros em cargos de liderança (gerência e diretoria, incluindo diretoria estatutária).

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Para o correto mapeamento e acompanhamento dos riscos de negócio, a Companhia conta com um Sistema de Gestão de Riscos, ferramenta que dá suporte a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos que possam impactar a continuidade dos negócios. Através de análises anuais, o Grupo prioriza os riscos que podem afetar a Companhia no curto, médio e longo prazo. O Sistema de Gestão de Riscos deve fornecer uma visão clara de como estão sendo tratadas as ameaças e oportunidades relacionadas aos temas de alta relevância para os negócios do Grupo, entre eles, o de mudanças climáticas.

O Sistema de Gestão de Risco, pertencente à Política de Gerenciamento de Riscos, pode ser acessado no site da CVM (gov.br/cvm) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos" e, por fim, "Política de Gerenciamento de Riscos" ou diretamente por meio do link https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/61a3cc78-b93c-48f9- aacf-96da7d2a1cce?origin=1.

As questões relacionadas ao clima estão regularmente na pauta das reuniões do Conselho de Administração, e algumas reuniões são dedicadas à apresentação do resultado anual das emissões de gases de efeito estufa do Grupo (status atual, evolução em relação ao ano anterior e comparação com o ano- base e as metas de redução de emissões). Essas apresentações são sempre apoiadas por documentos e explicações detalhadas sobre o contexto das mudanças climáticas, que são preparadas para serem informativas e abrangentes por natureza.

O Conselho de Administração é responsável, através de agendas periódicas, por:

- a. Deliberar sobre a estratégia climática apresentada, bem como sobre os objetivos e metas de curto, médio e longo prazo.
- b. Assegurar que os objetivos da agenda climática sejam integrados aos desafios e oportunidades específicos e da estratégia da Companhia.
- c. Monitorar a evolução dos planos de transição climática e supervisionar a diretoria executiva.
- d. Avaliar riscos e novas oportunidades e seus respectivos impactos no desempenho dos negócios.
- e. Apoiar no processo de engajamento de stakeholders internos e externos, tanto para a agenda de mitigação como de adaptação.
- f. Garantir a transparência conforme regulamentações e compromisso periodicamente ao Conselho de Administração, a evolução das nossas ações e desempenho frente à estratégia da Companhia.

PÁGINA: 145 de 292

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	3	0	0	1
Conselho de Administração - Efetivos	2	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 10	2	7	0	0	1

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	3	0	0	0	0	1
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	6
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 10	0	3	0	0	0	0	7

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	0	4
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	6
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	0	0	10

PÁGINA: 146 de 292

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Na presente data, a Companhia não possui órgãos ou comitês permanentes que se reportem ao Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2025, foi aprovada a extinção dos comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração (incluindo o Comitê de Auditoria Estatutário), com a consequente destituição automática de todos os seus membros, conforme comunicado ao mercado em 18 de julho de 2025.

(b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Apesar da Companhia não possuir uma política formalizada de contratação de serviços extraauditoria, é responsabilidade do Conselho de Administração nomear e destituir os nossos auditores independentes, bem como os de nossas subsidiárias.

Vale notar, ainda, que a Companhia observa regras aplicáveis ao Grupo Carrefour para a contratação de serviços extra-auditoria, que envolvem (i) a pré-aprovação da contratação de determinados serviços pelo departamento financeiro em contratações de menor valor; e (ii) a vedação de contratação de (a) serviços que envolvam qualquer participação na gestão ou tomada de decisão da Companhia; (b) escrituração e preparação de registros contábeis ou demonstrações financeiras; e (c) desenvolvimento e implementação de procedimentos de controle interno ou de gerenciamento de riscos relacionados à elaboração ou controle de informações financeiras ou ao desenvolvimento e implementação de sistemas de TI financeiros.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia possui canal de ética onde denúncias referentes a diversas temáticas podem ser recebidas. Além disto, periodicamente o Comitê Executivo e o Comitê de Florestas assessoram o Conselho de Administração apresentando a evolução do desenvolvimento de projetos e ações em relação à estratégia da Companhia. Nestas apresentações, são trazidas questões relacionadas a temas e práticas ASG para deliberação do Conselho de Administração. Destacamos que, em caso de questões críticas, reuniões extraordinárias são convocadas para deliberar a respeito.

PÁGINA: 147 de 292

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome DAVID PATRÍCIO **FERNANDES**

CPF: 718.203.621-59

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis Auditor são:

Data de Nascimento: 09/11/1980

Experiência Profissional:

O Sr. David Fernandes tem mais de 20 anos de experiência profissional, com ampla experiência financeira, tendo iniciado sua carreira no Grupo Elior e tendo atuado em empresas

como Ernst Young e mais recentemente como CFO do Carrefour Argentina.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração Data da Eleição Prazo do mandato

Cargo eletivo ocupado

Detalhar o cargo exercido

Data de posse

20/06/2022

Foi eleito pelo controlador

Data de início do primeiro mandato

20/06/2022

Diretoria

20/06/2022

07/02/2026

Outros Diretores

Diretor Vice-Presidente de

Finanças da divisão

Atacadão

Condenações:

Tipo de Condenação

Descrição da Condenação

N/A

Não esteve sujeita na República Federativa do Brasil, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

PÁGINA: 148 de 292

Nome JOSÉ RAFAEL ASSIS VASQUEZ

CPF: 161.709.478-10

Passaporte: Nacionalidade:

Brasil

Profis Administrador são:

Data de 07/03/1970 Nascimento:

Experiência Profissional:

José Rafael tem mais de 30 anos de experiência no varejo alimentar e não alimentar, formado em administração, com formação executiva na London Business School. Começou sua carreira em 1992 no Carrefour, em um hipermercado, antes de ingressar no Walmart, em 1995, onde permaneceu até 2014 passando por diversos cargos e áreas, sendo o último como COO da divisão Cash&Carry da empresa. Foi diretor do Atacadista Roldão em 2015 e da Cencosud, entre 2016 e 2018. Atuou como Vice-Presidente de Operações da Farmácia Pague Menos entre 2018 e 2024, e como conselheiro do Grupo Imec e da DelRio Lingerie entre 2020 e 2024. Retornou ao Grupo Carrefour em 2024, como COO da Divisão Sam's Club e Varejo e, em julho de 2025, foi eleito membro do Conselho de Administração do Atacadão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/07/2025	14/07/2028	Conselho de Administração (Efetivo)		14/07/2025	Sim	14/07/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
i ipo do condenagao	Doodlydd dd Gollddiagad

N/A

Não esteve sujeito na República Federativa do Brasil, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Nome LILIANE DUTRA SANTOS CPF: 686.543.326-20 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis Engenheira Data de 14/06/1967 são: Nascimento:

Experiência Profissional: Formada em Engenharia Civil pela Universidade FUMEC e MBA pela University of Leicester, Liliane possui mais de 20 anos de experiência no setor de Shopping Centers, trazendo uma expertise em gestão, desenvolvimento imobiliário, redevelopments, expansões e revitalizações de empreendimentos. Liliane atuou como líder executiva em empresas do

segmento de Real Estate, como Multiplan, BRMalls, Brookfield e Ancar Ivanhoe Shoppings Centers. Liliane é CEO da divisão Carrefour Property, área imobiliária e ativos do Grupo

Carrefour Brasil, desde 2022 e, em julho de 2025, foi eleita membro do Conselho de Administração do Atacadão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/07/2025	14/07/2027	Conselho de Administração (Efetivo)		14/07/2025	Sim	14/07/2025

Condenações:

Tipo de Condenação Descrição da Condenação

N/A

Não esteve sujeita na República Federativa do Brasil, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Nome MARCELO GUIMARÃES TARDIN

CPF: 249.592.118-30

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis Engenheiro são:

Data de Nascimento:

14/10/1972

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas e MBA pela INSEAD, Marcelo Tardin tem extensa experiência nas área de tecnologia, operações e gerenciamento de projetos. Atuou por 12 anos na Anheuser-Bush InBev (Ambev), sendo o último cargo de Vice-Presidente, seguido do mesmo cargo no Dr. Consulta, em 2018. Em 2019, assumiu o cargo de Diretor Executivo do Grupo Walmart, onde passou pela transição para Grupo Big Brasil, até a aquisição do Grupo Big pelo Atacadão S.A. em 2022. Marcelo assumiu o cargo de Diretor de Transformação no Grupo Carrefour, cumulado ao cargo de Diretor Executivo de RH e, em julho de 2025, foi eleita membro do Conselho de Administração do Atacadão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/07/2025	14/07/2028	Conselho de Administração (Efetivo)		14/07/2025	Sim	14/07/2025

Condenações:

Tina da Candanaaãa	Description de Condenses
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Não esteve sujeito, na República Federativa do Brasil, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Nome MARCO APARECIDO DE **CPF**: 068.212.018-97 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis Administrador de Data de 30/01/1970

OLIVEIRA são: Empresas Nascimento:

> Marco Aparecido de Oliveira é membro de nossa Diretoria desde 19 de novembro de 2014. Tem um mestrado no INSPER (uma das principais escolas de negócios do Brasil). Marco Aparecido de Oliveira iniciou sua carreira no Carrefour em 1996 como analista, depois como Líder de Setor, Gerente de Setor, Diretor de Preços, Diretor Financeiro. Em dezembro

de 2014 foi nomeado Diretor Financeiro do Atacadão e, em 09 de maio de 2019, foi nomeado Diretor Vice-Presidente de Operações - Atacadão. Em 06 de agosto de 2021 foi eleito

Diretor Presidente da unidade de negócios Atacadão.

Órgãos da Administração:

Experiência Profissional:

Órgão da Data da Prazo do mandato Cargo eletivo ocupado Foi eleito pelo Data de início do Detalhar o cargo Data de posse Administração Eleição controlador primeiro mandato exercido

Diretoria 07/02/2023 07/02/2026 **Outros Diretores** Diretor Presidente -07/02/2023 06/08/2021

Atacadão

Condenações:

Tipo de Condenação Descrição da Condenação

N/A Não esteve sujeita na República Federativa do Brasil, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do

Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha

suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Nome NELCINA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA TROPARDI

CPF: 158.075.798-79

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil **Profis** Advogada **são:**

Data de Nascimento: 12/03/1973

Experiência Profissional:

Advogada pela Universidade de São Paulo e com MBAs pela Fundação Dom Cabral e Kellogg Scholl of Management, Nelcina possui um histórico de liderança de departamentos jurídicos de grandes empresas como Pirelli, Unilever e Diageo. Foi Vice-Presidente de sustentabilidade e assuntos corporativos da Heineken entre 2017 e 2021, e membro do Conselho Superior do CONAR – Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária por 9 anos, até 2025. Foi também Vice-Presidente Jurídico, Relações Governamentais, Sustentabilidade e Compliance da Dasa e Presidente da Diretoria Nacional da ABA – Associação Brasileira de Anunciantes. Nelcina integrou o Grupo Carrefour Brasil em março de 2025 como Diretora Executiva Jurídica, Sustentabilidade e Assuntos Corporativos e, em julho de 2025, foi eleita membro do Conselho de Administração do Atacadão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	27/08/2025	14/07/2028	Presidente do Conselho de Administração		28/08/2025	Sim	28/08/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Não esteve sujeita na República Federativa do Brasil, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Nome PABLO HECTOR LORENZO CPF: 006.218.037-15 Passaporte: AAI177821 Nacionalidade: Argentina Profis Administrador são: Data de 12/07/1973 Nascimento:

Experiência Profissional:

Pablo Hector Lorenzo possui graduação em contabilidade e master em finanças pela ESSEC Business School. Está no Grupo Carrefour há mais de vinte anos, tendo ocupado posições no departamento de finanças do Carrefour França e na diretoria de Controle de Gestão no Carrefour Espanha. Estava no Carrefour Argentina desde 2008, com passagens pela Operação de Express, pela Diretoria Executiva, pela Diretoria de Hipermercados, pela Diretoria de Projetos Estratégicos e pela Diretoria do modelo Maxi. Antes de ser eleito como Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil, ocupava a posição de Diretor da Companhia e Diretor Presidente do Carrefour Argentina.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/07/2025	07/02/2026	Diretor Presidente / Superintendente		14/07/2025		14/07/2025
Conselho de Administração	14/07/2025	14/07/2028	Conselho de Administração (Efetivo)		14/07/2025	Sim	14/07/2025
Diretoria	27/08/2025	07/02/2026	Diretor de Relações com Investidores		28/08/2025		28/08/2025

Condenações:

Tipo de Condenação Descrição da Condenação

N/A

Não esteve sujeita na República Federativa do Brasil, nos últimos 5 (cinco) anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de 14 de julho de 2025 que aprovou a extinção dos Comitês de Assessoramento da Companhia.

PÁGINA: 155 de 292

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas aos administradores da Companhia, controladas e acionistas controladores.

PÁGINA: 156 de 292

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2024			
Administrador do Emissor			
MATTHIEU DOMINIQUE MARIE MALIGE	712.152.911-40	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
Matthieu Dominique Marie Malige é também Diretor Financeiro Superintendente do Grupo Carrefour	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
Alexandre Pierre Alain Bompard		Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	15DE12707	Estrangeiro(a) - França	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
Alexandre Bompard é também Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração do Carrefour SA e preside a fundação Carrefour	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

IdentificaçãoCPF/CNPJpessoa relacionadaCargo/FunçãoPassaporteNacionalidadeAdministrador do EmissorJÉRÔME ALEXIS LOUIS NANTYSubordinaçãoMembro do Conselho de Administração, do Comitê de Talentos, Cultura e Integração e membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais25FC58632Estrangeiro(a) - FrançaPessoa RelacionadaCARREFOUR S.A.05.720.151/0001-38Jérôme Alexis Louis Nanty também é Diretor Executivo de Recursos Humanos e AtivosN/ABrasileiro(a) - Brasil	Tipo de pessoa relacionada Controlador Direto
Administrador do Emissor JÉRÔME ALEXIS LOUIS NANTY Membro do Conselho de Administração, do Comitê de Talentos, Cultura e Integração e membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais Pessoa Relacionada CARREFOUR S.A. Jérôme Alexis Louis Nanty também é Diretor Executivo de Recursos Humanos e Ativos N/A Subordinação Estrangeiro(a) - França 05.720.151/0001-38 N/A Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, do Comitê de Talentos, Cultura e Integração e membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais Pessoa Relacionada CARREFOUR S.A. Jérôme Alexis Louis Nanty também é Diretor Executivo de Recursos Humanos e Ativos N/A Estrangeiro(a) - França 05.720.151/0001-38 N/A Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais Pessoa Relacionada CARREFOUR S.A. 05.720.151/0001-38 Jérôme Alexis Louis Nanty também é Diretor Executivo de Recursos Humanos e Ativos N/A Brasileiro(a) - Brasil	
CARREFOUR S.A. Jérôme Alexis Louis Nanty também é Diretor Executivo de Recursos Humanos e Ativos N/A Brasileiro(a) - Brasil	
Jérôme Alexis Louis Nanty também é Diretor Executivo de Recursos Humanos e Ativos N/A Brasileiro(a) - Brasil	
do Grupo Carrefour e da França	
<u>Observação</u>	
Administrador do Emissor	
Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, Diretora Executiva de E-commerce, 23AF77433 Estrangeiro(a) - França Transformação Digital e Dados membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	
Pessoa Relacionada	
CARREFOUR S.A. 05.720.151/0001-38	
Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot é Diretora Executiva Espanha para o Grupo Carrefour N/A Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>	
Administrador do Emissor	0
Laurent Charles René Vallée Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria Estatutária e 19DC64122 Estrangeiro(a) - França do Comitê de Talentos, Cultura e Integração	
Pessoa Relacionada	
CARREFOUR S.A. 05.720.151/0001-38	
Laurent Charles René Vallée é Secretário Geral e Diretor Presidente Norte Europeu. N/A Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>	

		Tipo de relação do Administrador com a	
Identificação	CPF/CNPJ	pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
CLÁUDIA FILIPA HENRIQUES DE ALMEIDA E SILVA MATOS SEQUEIRA		Subordinação	Controlador Direto
Membro Independente do Conselho de Administração e membro independente do Comitê de Auditoria Estatutário	CD213369	Estrangeiro(a) - Portugal	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
Cláudia Filipa Henriques de Almeida e Silva Matos Sequeira é membro independente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Auditoria e do Comitê CSR, todos do Carrefour S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
STÉPHANE SAMUEL MAQUAIRE	900.046.978-39	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil, membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
Stéphane Samuel Maquaire é Diretor Executivo América Latina do Grupo Carrefour S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			
CARINE KRAUS		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	21EA48874	Estrangeiro(a) - França	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
Carine Kraus é "Executive Director of Engagement" para o Grupo Carrefour	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Administrador do Emissor			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
FLÁVIA BUARQUE DE ALMEIDA	149.008.838-59	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, Presidente do Comitê de Talentos, Cultura e Integração e membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
Flávia Buarque de Almeida é membro do Conselho de Administração do Carrefour S.A. e membro do Comitê de Governança do Conselho de Administração do Carrefour S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2023

		Emissor

MATTHIEU DOMINIQUE MARIE MALIGE 712.152.911-40 Subordinação Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário N/A Brasileiro(a) - Brasil

e membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais

Pessoa Relacionada

CARREFOUR S.A. 05.720.151/0001-38

N/A N/A Brasileiro(a) - Brasil

<u>Observação</u>

Matthieu Dominique Marie Malige é também Diretor Executivo de Finanças e Gestão do Carrefour S.A.

		Tipo de relação do Administrador com a	1
Identificação	CPF/CNPJ	pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
Jérome Alexis Louis Nanty		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, do Comitê de Talentos, Cultura e Integração e do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	25FC58632	Estrangeiro(a) - França	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Jérome Alexis Louis Nanty também é Diretor Executivo de Recursos Humanos e Ativos	do Carrefour S.A.		
<u>Administrador do Emissor</u> STÉPHANE SAMUEL MAQUAIRE	000 046 079 20	Cubardinação	Cantraladar Dirata
	900.046.978-39	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil, Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
Diretor Presidente - Grupo Carrefour Brasil	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Dbservação</u>			
Stéphane Samuel Maquaire é Diretor Executivo América Latina do Carrefour S.A			
Administrador do Emissor			
Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia e Projetos Fransformacionais	23AF77433	Estrangeiro(a) - França	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Dbservação		(-)	
Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot é Diretora Executiva do Carrefour Espanha e membro	do Comitê Executivo do	Carrefour S A	

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
Laurent Charles René Vallée		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Talentos, Cultura e Integração	19DC64122	Estrangeiro(a) - França	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Laurent Charles René Vallée é Secretário Geral e Diretor Presidente Norte Europeu.			
Administrator de Parisson			
<u>Administrador do Emissor</u> Alexandre Pierre Alain Bompard		Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	15DE12707	Estrangeiro(a) - França	Controlador Direto
Pessoa Relacionada	13DL 12707	Estrangeno(a) - França	
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
	IN/A	Diasileilo(a) - Diasil	
<u>Observação</u> Alexandre Bompard é também Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Adminis [.]	tração e membro do Con	nitâ de Estratágia do Grupo Carrefour	
Alexandre Bompard e também Diretor Fresidente e Fresidente do Conselho de Adminis	iração e membro do Con	ille de Estrategia do Grupo Carreloui	
Administrador do Emissor			
Claudia Filipa Henriques de Almeida e Silva Matos Sequeira		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria Estatutário	CD213369	Estrangeiro(a) - Portugal	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Claudia Filipa Henriques de Almeida e Silva Matos Sequeira É membro independente d	o Conselho de Administra	ação, membro do Comitê de Auditoria e do C	omitê CSR, todos do Carrefour S.
Administrador do Emissor			
CARINE KRAUS		Subordinação	Controlador Direto

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade		
Membro do Conselho de Administração	21EA48874	Estrangeiro(a) - França		
Pessoa Relacionada				
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38			
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
Carine Kraus é "Executive Director of Engagement" para o Grupo Carrefour				
Administrador do Emissor				
FLÁVIA BUARQUE DE ALMEIDA	149.008.838-59	Subordinação	Controlador Direto	
Membro do Conselho de Administração, Presidente do Comitê de Talentos, Cultura e Integração e membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
Pessoa Relacionada				
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38			
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil		
<u>Observação</u>				
Flávia Buarque de Almeida é membro do Conselho de Administração do Carrefour S.A. e membro do Comitê de Governança do Conselho de Administração do Carrefour S.A.				

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

Alexandre Pierre Alain Bompard Subordinação Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração 15DE12707 Estrangeiro(a) - França

Pessoa Relacionada

CARREFOUR S.A. 05.720.151/0001-38

N/A Brasileiro(a) - Brasil

<u>Observação</u>

Alexandre Bompard é também Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia do Grupo Carrefour

dentificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
Claudia Filipa Henriques de Almeida e Silva Matos Sequeira		Subordinação	Controlador Direto
Membro Independente do Conselho de Administração e membro independente do Comitê de Auditoria Estatutário	CD213369	Estrangeiro(a) - Portugal	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Claudia Filipa Henriques de Almeida e Silva Matos Sequeira É membro independente do	Conselho de Administra	ação, membro do Comitê de Auditoria e do C	omitê CSR, todos do Carrefour S.
Administrados do Emisoas			
Administrador do Emissor MATTHIEU DOMINIQUE MARIE MALIGE	712.152.911-40	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário		Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
e membro do Consenio de Administração, Coordenador do Confile de Additoria Estatutario.	CD213309	Diasileilo(a) - Diasil	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Matthieu Dominique Marie Malige é também Diretor Financeiro Superintendente do Grupo	Carrefour		
Administrador do Emissor JÉRÔME ALEXIS LOUIS NANTY		Subordinação	Controlador Direto
	25FC58632	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, do Comitê de Talentos, Cultura e Integração e do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	25FC56632	Estrangeiro(a) - França	
essoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Dbservação		• •	
lérôme Alexis Louis Nanty também é Diretor Executivo de Recursos Humanos e Ativos d	o Grupo Carrefour e da	Franca	

		Tipo de relação do Administrador com a	
Identificação	CPF/CNPJ	pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	23AF77433	Estrangeiro(a) - França	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot é Diretora Executiva de E Commerce, Dados e Transfo	ormação Digital do Grup	oo Carrefour.	
Administrador do Emissor			
Laurent Charles René Vallée		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria Estatutária e do Comitê de Talentos, Cultura e Integração	19DC64122	Estrangeiro(a) - França	2.000
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Laurent Charles René Vallée é Secretário Geral e Diretor Presidente Norte Europeu.			
Administrador do Emissor			
STÉPHANE SAMUEL MAQUAIRE	900.046.978-39	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil, membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Stéphane Samuel Maquaire é Diretor Executivo América Latina do Grupo Carrefour S.A.			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
CARINE KRAUS		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	21EA48874	Estrangeiro(a) - França	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Carine Kraus é "Executive Director of Engagement" para o Grupo Carrefour			
Administrador do Emissor			
FLÁVIA BUARQUE DE ALMEIDA	149.008.838-59	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, Presidente do Comitê de Talentos, Cultura e Integração e membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
CARREFOUR S.A.	05.720.151/0001-38		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Flávia Buarque de Almeida é membro do Conselho de Administração do Carrefour S.A. e membro do Comitê de Governança do Conselho de Administração do Carrefour S.A.			

PÁGINA: 166 de 292

7.7 Acordos/seguros de administradores

Acordos, inclusive Apólices de Seguros, para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas pelos Administradores.

Atualmente, somos cobertos por apólices de seguro D&O (Directors & Officers Liability Insurance), com cobertura de até R\$100 milhões, incluindo a cobertura no âmbito de mercado de capitais, com as Seguradoras FAIRFAX e KOVR das quais nossos administradores se beneficiam de uma cobertura de seguro por responsabilidade de gestão. As apólices tem vigência de 1 (um) ano com previsão de renovação anual. O objetivo do seguro é o de indenizar os administradores em caso de condenações decorrentes de atos ou fatos que ocorreram como parte do desempenho das suas funções, exceto nos casos de dolo.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 14 de abril de 2020, foi aprovada a alteração do artigo 18 do estatuto social da Companhia para possibilitar a celebração de contratos de indenidade entre a Companhia aberta e seus administradores, membros de comitês e outros beneficiários. Tal aprovação foi realizada em linha com os entendimentos manifestados pela CVM no Parecer Orientação nº 38, de 25 de setembro de 2018.

Em linha com as diretrizes estabelecidas pela Autarquia, a nova redação proposta para o referido dispositivo prevê (i) determinadas excludentes da obrigação do pagamento de indenização pela Companhia, caso sejam verificados padrões de conduta ilegal dos respectivos beneficiários; e (ii) que a Companhia e os respectivos beneficiários deverão celebrar um contrato de indenidade padrão, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

As hipóteses em que não indenizaremos os Beneficiários estão descritas no próprio Estatuto Social (artigo 18, §1°), disponível para consulta nos seguintes endereços:

√ Site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos" e, por fim, "Estatuto Social" ou diretamente por meio do link https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/9113a266-4533-beca-e236-fc10083c74ec?origin=1;

√ Site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (gov.br/cvm).

PÁGINA: 167 de 292

7.8 Outras informações relevantes

Práticas da Companhia em relação às Assembleias (últimos 3 anos)

Assembleia Geral	<u>Data</u>	<u>Segunda</u> <u>Convocação</u>	Quórum de instalação
AGOE	13/04/2021	Não	91,51% para a AGO 92,16% para a AGE
AGE	22/12/2021	Não	87,55%
AGOE	26/04/2022	Não	93,38% para a AGO e 92,21% para a AGE
AGE	19/05/2022	Não	87,97%
AGE	07/07/2022	Não	88,78%
AGE	01/03/2023	Não	84,84%
AGOE	13/04/2023	Não	88,46% para a AGO e 88,38% para a AGE
AGOE	16/04/2024	Não	93,48% para a AGO e 93,64% para a AGE
AGE	25/04/2025	Não	93,45% total de votos e 79,94% free float
AGOE	29/04/2025	Não	81,83% para a AGO e 82,67% para a AGE

Práticas da Companhia em relação reuniões do Conselho de Administração.

Nos termos do art. 20, § 1º, de nosso Estatuto Social, as convocações para as reuniões do Conselho de Administração devem ser enviadas a cada membro do Conselho de Administração com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência da reunião e com ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião, de forma que os conselheiros possam analisar as matérias antes das reuniões.

PÁGINA: 168 de 292

8.1 Política ou prática de remuneração (a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

> Em 19 de maio de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Remuneração da Administração, revisada em 21 de agosto de 2023, sem alterações, aplicável aos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários e não estatutários e Comitês Estatutários ("Política de Remuneração"), disponível para consulta nos seguintes endereços:

- Site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos" e, por fim, "Política Remuneração" ou diretamente meio https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/d3c25e39-f747-40b7-bc94-811ecfb99bec?origin=1; e
- Site da Comissão de Valores Mobiliários CVM (gov.br/cvm).

A política visa alinhar a remuneração dos administradores da Companhia com o interesse dos acionistas em ter uma companhia com rentabilidade sustentável, maximizar o desempenho sustentável, atrair e reter os melhores talentos e pôr em prática um projeto de remuneração claro e transparente.

A Companhia visa remunerar adequadamente as competências e responsabilidades de seus profissionais, por meio de práticas de remuneração destinadas a desenvolver valores individuais e coletivos. As práticas de remuneração visam alinhar os objetivos da Companhia com a produtividade e eficiência de seus Administradores e equipe de colaboradores, mantendo sua competitividade no mercado em que atuam.

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com a lei aplicável.

- Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:
- os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração anual global dos administradores da Companhia deve ser determinada pela Assembleia Geral de acionistas. Cabe ao Conselho de Administração em ata de reunião privada, em conformidade com a Política de Remuneração, definir (i) a remuneração individual, os benefícios e outros incentivos dos Diretores Estatutários; e (ii) estabelecer a remuneração individual e os benefícios dos membros do Conselho de Administração.

critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é definida pelo Conselho de Administração, dentro do valor máximo aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral, em conformidade com as condições gerais do mercado.

A fixação da remuneração individual da Diretoria (estatutária e não estatutária) é baseada no cargo e nas responsabilidades desempenhadas por cada Diretor, bem como em sua experiência individual, inclusive considerando o resultado do processo de avaliação realizado anualmente dos Diretores. Em tal definição, a Companhia analisa o saldo de remuneração (total da remuneração, incluindo a fixa e variável), bem como a remuneração adotada no mercado.

A fim de estabelecer a remuneração dos Diretores Estatutários e Diretores não estatutários, a Companhia realiza pesquisas de mercado periódicas para avaliar se os critérios e condições relativos à remuneração que oferece são satisfatórios e se eles a possibilitam reter os profissionais. Essas pesquisas são realizadas com consultores, especializados e reconhecidos, contratados pela

PÁGINA: 169 de 292

- 8.1 Política cun prática adelisamo para especial companhias do setor varejista. A Companhia participa anualmente de pesquisas salariais conduzidas pela Willis Towers Watson (WTW) com o objetivo de manutenção dos patamares de competitividade interna dos públicos administrativos. Além disso, pesquisas salariais conduzidas pela Mercer e Korn & Ferry são utilizadas visando o mercado competitivo do Banco Carrefour e Operações de Lojas, respectivamente.
 - (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor
 - O Conselho de Administração é responsável pela preparação, implementação e revisão da Política de Remuneração.
 - (c) Composição da remuneração, indicando:
 - (i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:
 - seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Conselho de Administração: A atual remuneração do Conselho de Administração é composta apenas por uma remuneração fixa (remuneração-base), paga mensalmente, doze vezes ao ano. exclusivamente aos membros independentes do Conselho de Administração. Em 2024, essa remuneração foi exclusiva aos membros independentes do Conselho de Administração, visando remunerá-los serviços prestados em conformidade com as condições gerais do mercado.

Os membros do Conselho de Administração que pertençam ao quadro de executivos da controladora não recebem nenhuma remuneração adicional à sua remuneração como executivos. Os demais membros do Conselho de Administração poderão ter o direito a receber remuneração, a exclusivo critério do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária: A atual remuneração dos Diretores Estatutários da Companhia é composta por:

- Remuneração fixa anual: salário-base, pago mensalmente, treze vezes ao ano (mais um adicional de férias de um terço do salário mensal), com o objetivo de remunerar os serviços prestados, em conformidade com as condições gerais do mercado, visando definir níveis adequados para os cargos e respectivas responsabilidades de cada Diretor Estatutário desempenhadas na Companhia.
- Pacote de benefícios: plano médico e odontológico, seguro de vida, plano de previdência, refeições, carro executivo (verba), desconto em produtos nas lojas da Companhia, com o objetivo de oferecer um pacote de benefícios atrativo e adequado às condições gerais do mercado. Para aqueles que trabalham como expatriados, o pacote de benefícios inclui benefícios adicionais, tais como subsídios de moradia, subsídios escolares para filhos, subsídios para viagens etc. Os benefícios adicionais oferecidos também estão alinhados com as práticas de mercado;
- Remuneração variável: plano de incentivo de curto prazo anual, com o objetivo de alinhar os interesses dos Diretores Estatutários aos dos acionistas da Companhia, considerando uma combinação de metas corporativas, empresariais e individuais. Esse plano se baseia na Legislação sobre Participação nos Lucros ou Resultados Lei nº 10.101, datada de 19 de dezembro de 2000. A remuneração variável deve ser direcionada, principalmente, pela capacidade financeira e pela estratégia da Companhia; e
- Incentivo de longo prazo: busca reforçar o compromisso com as estratégias corporativas da Companhia e têm por objetivo reter os melhores executivos selecionados por meio da oferta de um pacote de remuneração competitivo, adicionando uma remuneração de longo prazo aos incentivos de curto prazo, de acordo com as práticas do mercado brasileiro. Esse incentivo de longo prazo é aplicável a alguns executivos selecionados e engloba um plano de opções de compra de ações e entrega de ações restritas e um plano de outorga de opção de compra e matching de ações, descritos detalhadamente no item 8.4:
 - Um plano de opções de compra de ações e entrega de ações restritas, aprovado na assembleia geral realizada em 26 de junho de 2017 e alterado em assembleia

8.1 Política ou prática de remuneração

PÁGINA: 171 de 292

- 8.1 Política ou prática de transmaração cionistas realizada em 14 de abril de 2020 (quando passou a ser nomeado como Plano de Incentivo de Longo Prazo) e em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de novembro de 2023, consistindo em programas de outorgas anuais, a serem aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme descrito no item 8.4 abaixo;
 - Um Plano de Outorga de Opção de Compra e Matching de ações, aprovado na assembleia geral realizada em 01 de março de 2023, conforme descrito no item 8.4 abaixo; e
 - O Um Incentivo de Longo Prazo aprovado em 2022 atrelado a ganhos de sinergia decorrentes da integração com o Grupo Big. Este incentivo foi atribuído a executivos que ocupavam posições- chave na ocasião, e prevê o pagamento de um bônus de I ongo prazo mediante captura de ganhos no período que vai de 2023 a 2025. Os valores correspondentes ao Incentivo de Longo Prazo estão considerados no regime de competência de 2023, 2024 e 2025. A antecipação do Incentivo aconteceu em abril de 2024 com base nos resultados alcançados até dezembro de 2023 e que habilitaram tal antecipação. A liquidação total no caso de cumprimento dos resultados previstos até dezembro de 2025 acontecerá em 2026.

Diretores não estatutários: A remuneração dos Diretores não estatutários é composta por:

- Remuneração fixa: salário-base, pago mensalmente, até treze vezes ao ano (podendo ter mais um adicional de férias de um terço do salário mensal), alinhado com as práticas de mercado. O salário-base visa a remunerar os serviços prestados, em conformidade com as condições gerais do mercado, visando definir níveis adequados para os cargos e respectivas responsabilidades;
- Pacote de benefícios: plano médico e odontológico, seguro de vida, plano de previdência, refeições, carro executivo (podendo ser verba ou alugado) e desconto em produtos das lojas da Companhia. O objetivo é oferecer um pacote de benefícios atrativo, adequado às condições gerais do mercado. Para aqueles que trabalham co mo expatriados, o pacote de benefícios pode também incluir benefícios adicionais, tais como subsídios de moradia, subsídios escolares para filhos, subsídios para viagens etc.; estes benefícios oferecidos também estão alinhados com as práticas de mercado;
- Remuneração variável plano de incentivo de curto prazo anual, com o objetivo de alinhar os interesses dos Diretores não estatutários dos acionistas da Companhia, considerando uma combinação de metas corporativas, empresariais e individuais. Esse plano se baseia na Legislação sobre Participação nos Lucros ou Resultados Lei nº 10.101, datada de 19 de dezembro de 2000. A finalidade da remuneração variável é alinhar as ações dos Diretores não estatutários aos objetivos estratégicos da Companhia, refletindo a lucratividade e a situação financeira da Companhia;
- Para alguns Diretores não estatutários selecionados, incentivo de longo prazo, com base na outorga de ações restritas ou de opções de compra de ações da Companhia. O incentivo de longo prazo busca reforçar o compromisso dos Diretores não estatutários às estratégias corporativas da Companhia e têm por objetivo reter os melhores executivos selecionados por meio da oferta de um pacote de remuneração competitivo, adicionando uma remuneração de longo prazo aos incentivos de curto prazo, de acordo com as práticas do mercado brasileiro. Esse incentivo de longo prazo é aplicável a alguns executivos selecionados e engloba um plano de opções de compra de ações e ações restritas, conforme descritos acima e sempre aprovados pelo Conselho de Administração. Os Diretores não estatutários também participam do Plano de Outorga de Opção de Compra e Matching de ações, melhor descrito no item 8.4 abaixo; e
- Para alguns Diretores não estatutários selecionados, um Incentivo de Longo Prazo aprovado em 2022 atrelado a ganhos de sinergia decorrente da integração com o Grupo Big. Este incentivo foi atribuído a executivos que ocupavam posições-chave na ocasião, e prevê o pagamento de um bônus de longo prazo mediante captura de ganhos no período que vai de 2023 a 2025.
- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

PÁGINA: 172 de 292

8.1 Política ou prática de remuneração

As porcentagens médias de cada componente da remuneração em 2024, 2023, 2022 são demonstradas nas tabelas a seguir:

2024	Salário	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração de curto prazo (participação nos lucros)	Remuneração variável de longo prazo	Total
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Diretores Estatutários	35,59%	0,00%	11,99%	19,39%	33,03%	100%
Diretores não estatutários	51%	0%	3%	26%	20%	100%
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

2023	Salário	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração de curto prazo (participação nos lucros)	Remuneração variável de longo prazo	Total
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Diretores Estatutários	36,39%	0,00%	11,42%	27,99%	24,19%	100%
Diretores não estatutários	51%	0%	3%	26%	20%	100%
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

2022	Salário	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração de curto prazo (participação nos lucros)	Remuneração variável de longo prazo	Total
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100%
Diretores Estatutários e Diretores não estatutários	40,55%	0,00%	7,66%	38,05%	13,74%	100%
Diretores não estatutários	57%	0%	2%	30%	11%	100%
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

sua metodologia de cálculo e de reajuste

Quanto à remuneração fixa, usualmente, a tabela salarial é ajustada de acordo com as variações do mercado a fim de manter a competitividade. A remuneração fixa pode ser revisada anualmente, de forma individual e de acordo com o ciclo de análise de desempenho e orçamento

PÁGINA: 173 de 292

8.1 Política ou pratica de remuneração

O incentivo de curto prazo para os Diretores Estatutários e Diretores não estatutários está vinculado a um conjunto de metas, conforme estabelecidas pelo Conselho de Administração e Diretores Estatutários, respectivamente. O cálculo do montante a ser pago se baseia em indicadores que consideram um conjunto de objetivos corporativos, comerciais e individuais.

Assim como para o estabelecimento da remuneração dos Diretores Estatutários e Diretores não estatutários, a Companhia, também para a realização de reajustes, realiza pesquisas de mercado periódicas para avaliar se os critérios e condições relativos à remuneração que oferece são satisfatórios e se eles a possibilitam reter os profissionais. Para mais informações, vide item 8.1, (c)

(i) deste Formulário de Referência. Essas pesquisas são realizadas com consultores, especializados e reconhecidos, contratados pela Companhia, analisando os grandes grupos econômicos que operam no Brasil, em especial companhias do setor varejista.

• principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Com relação ao incentivo de curto prazo, os principais indicadores de desempenho que a Companhia leva em consideração para determinar os montantes são: (i) avaliações de desempenho individual, com base em um conjunto de indicadores individuais e fatores adequados para as atribuições de cada cargo (ex. hierarquia do cargo); e (ii) os principais indicadores coletivos de desempenho.

Em relação aos indicadores ASG, a Companhia reafirma seu compromisso com a responsabilidade corporativa e social demonstrando seu comprometimento com os princípios de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ASG), traduzidas em indicadores de % de Mulheres em cargos de Liderança, % de Negros em cargos de Liderança e % de Pessoas com Deficiências. Esses indicadores têm um impacto direto na estrutura de remuneração variável de curto prazo, influenciando o montante total da participação nos lucros a ser pago não só a nossos Diretores Estatutários, mas também à toda a liderança da Companhia elegível a tal remuneração, alinhando os objetivos estratégicos da empresa com práticas de gestão sustentável.

Ao estabelecer a remuneração fixa ou os benefícios, a Companhia leva em consideração o grau de responsabilidade envolvido no cargo, as qualificações e as experiências de cada indivíduo no exercício de sua função.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

As atuais práticas de remuneração adotadas pela Companhia destinam-se a manter o equilíbrio entre os componentes de remuneração de curto, médio e longo prazos, além de garantir o alinhamento com os objetivos corporativos da Companhia, enquanto mantendo competitividade no mercado e a capacidade de atrair e reter seus executivos e principais colaboradores, bem como remunerá-los de acordo com as responsabilidades atribuídas a seus cargos e em linha com seu desempenho individual e visão de longo prazo.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os únicos membros do Conselho de Administração que receberam remuneração fixa foram os conselheiros independentes.

Os membros do Conselho de Administração (não independentes) e os membros dos Comitês Estatutários não receberam nenhuma remuneração nos anos de 2024, 2023 e 2022.

Na hipótese de haver remuneração dos membros do Conselho de Administração, tal remuneração estará abrangida pela remuneração global aprovada em Assembleia Geral de acionistas, cabendo ao Conselho de Administração, a seu critério, estabelecer a remuneração individual e os benefícios dos membros do Conselho de Administração.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Com exceção da remuneração descrita nos parágrafos abaixo e indicada no item 8.19 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui remuneração de membros de sua

PÁGINA: 174 de 292

8.1 Política ou pratica de remuneração

O Grupo Carrefour outorgou em fevereiro de 2021, fevereiro de 2022 e fevereiro de 2023 planos de outorga de ações restritas com cláusula de performance para seus executivos em uma escala global, sendo contemplados na outorga do referido benefício determinados executivos da Companhia, dentre eles Diretores Estatutários ("Plano de Performance Shares Global").

O Plano de Performance Shares foi outorgado pelo Grupo Carrefour para executivos chave ao grupo em todos os países de atuação. O propósito do Plano de Performance Shares é reter determinados executivos instrumentais que apoiarão o Grupo Carrefour na consecução dos objetivos de médio e longo prazo e obter um maior alinhamento dos interesses desses executivos com os interesses dos acionistas do Grupo Carrefour na França. Um selecionado grupo de Diretores, inclusive de subsidiárias da Companhia, nomeados pelo Grupo Carrefour, são participantes desse plano.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Exceto a conclusão do IPO, que deu início aos períodos em que as opções se tornaram exercíveis no âmbito do plano de opções de compra de ações da Companhia, não há remuneração ou benefício vinculado a qualquer evento societário ou qualquer operação de fusões ou aquisições envolvendo a Companhia, tal como a alienação do controle acionário ou a realização de parcerias estratégicas.

PÁGINA: 175 de 292

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais						
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total		
Nº total de membros	13,00	5,00	3,00	21,00		
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	3,00	11,00		
Esclarecimento						
Remuneração fixa anual						
Salário ou pró-labore	2.160.000,00	13.378.109,33	864.000,00	16.402.109,33		
Benefícios direto e indireto	0,00	4.212.239,11	0,00	4.212.239,11		
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros	0,00	2.675.621,87	0,00	2.675.621,87		
Descrição de outras remunerações fixas		INSS				
Remuneração variável						
Bônus	0,00	1.599.616,30	0,00	1.599.616,30		
Participação de resultados	0,00	13.947.231,26	0,00	13.947.231,26		
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00		
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		
Descrição de outras remunerações variáveis						
Pós-emprego	0,00	434.312,99	0,00	434.312,99		
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	15.279.869,14	0,00	15.279.869,14		
Observação	Número de membros calculado cf. Ofício Circular Anual 2025 CVM/SEP	Número de membros calculado cf. Ofício Circular Anual 2025 CVM/SEP	Número de membros calculado cf. Ofício Circular Anual 2025 CVM/SEP			
Total da remuneração	2.160.000,00	51.527.000,00	864.000,00	54.551.000,00		

PÁGINA: 176 de 292

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais						
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total		
Nº total de membros	13,00	5,00	3,00	21,00		
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	3,00	11,00		
Esclarecimento						
Remuneração fixa anual						
Salário ou pró-labore	2.160.000,00	11.491.262,75	645.676,20	14.296.938,95		
Benefícios direto e indireto	0,00	4.212.239,11	0,00	4.212.239,11		
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros	0,00	2.298.252,55	0,00	2.298.252,55		
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	INSS	n/a			
Remuneração variável						
Bônus	0,00	1.599.616,30	0,00	1.599.616,30		
Participação de resultados	0,00	5.914.682,09	0,00	5.914.682,09		
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00		
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a			
Pós-emprego	0,00	434.102,76	0,00	434.102,76		
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	12.800.860,24	0,00	12.800.860,24		
Observação	Número de membros calculado cf. Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP	Número de membros calculado cf. Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. A Companhia concedeu aos membros da Diretoria um Incentivo de Longo Prazo, na forma de participação nos resultados, aprovado em 2022 e com parte do pagamento realizado ao longo do exercício social de 2024, atrelado a ganhos de sinergia decorrentes da integração com o Grupo Big. Não há alterações no valor total da remuneração prevista e realizada para a Diretoria em 2024, uma vez que o valor, agora discriminado na linha "Bônus", já era considerado na linha "Participação de resultados" deste item 8.2	Número de membros calculado cf. Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP			
Total da remuneração	2.160.000,00	38.751.015,80	645.676,20	41.556.692,00		

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	
Nº total de membros	13,00	4,25	3,00	20,25	
N° de membros remunerados	3,00	4,25	3,00	10,25	
Esclarecimento					
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	2.160.000,00	10.734.234,35	555.281,53	13.449.515,88	
Benefícios direto e indireto	0,00	3.599.547,17	0,00	3.599.547,17	
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	1.926.846,87	0,00	1.926.846,87	
Descrição de outras remunerações fixas	n.a.	FGTS	n/a		
Remuneração variável					
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00	
Participação de resultados	0,00	9.740.539,45	0,00	9.740.539,45	
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	
Descrição de outras remunerações variáveis	n.a.	n.a.	n/a		
Pós-emprego	0,00	374.652,76	0,00	374.652,76	
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	8.418.368,28	0,00	8.418.368,28	
Observação	Número de membros calculado cf. Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP	Número de membros calculado cf. Oficio Circular Anual 2024 CVM/SEP	Número de membros calculado cf. Oficio Circular Anual 2024 CVM/SEP		
Total da remuneração	2.160.000,00	34.794.188,88	555.281,53	37.509.470,41	

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,00	4,00		17,00
N° de membros remunerados	3,00	4,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	820.000,00	8.282.636,06		9.102.636,06
Benefícios direto e indireto	0,00	2.234.034,53		2.234.034,53
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	1.074.478,83		1.074.478,83
Descrição de outras remunerações fixas	n.a.	FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	3.800.238,56		3.800.238,56
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n.a.	n.a.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.983.311,14		3.983.311,14
Observação	Número de membros calculado cf. Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP	Número de membros calculado cf. Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP		
Total da remuneração	820.000,00	19.374.699,12		20.194.699,12

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	13,00	5,00	3,00	21,00
N° de membros remunerados	3,00	5,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÓ	Ònus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO	NO RESULTADO			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	13947231,27	0,00	13.947.231,27
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7748461,81	0,00	7.748.461,81
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	13,00	5,00	3,00	21,00
N° de membros remunerados	3,00	5,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÓ	วิทบร			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO	NO RESULTADO			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	14488572,15	0,00	14.488.572,15
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	8049206,75	0,00	8.049.206,75
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	5914682,09	0,00	5.914.682,09

Exercício Social: 31/12/2023

Exercise doctal. 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	13,00	4,25	3,00	20,25
N° de membros remunerados	3,00	4,25	3,00	10,25
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÓ	ÒNUS			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO	NO RESULTADO			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3632587,55	0,00	3.632.587,55
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	13077315,18	0,00	13.077.315,18
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7265175,10	0,00	7.265.175,10
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	6390936,07	0,00	6.390.936,07

PÁGINA: 180 de 292

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	13,00	4,00		17,00
N° de membros remunerados	3,00	4,00		7,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO E	SÔNUS			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO	O NO RESULTADO			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	4586106,55		4.586.106,55
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	16445183,59		16.445.183,59
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9136213,11		9.136.213,11
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

PÁGINA: 181 de 292

(a) termos e condições gerais

A Companhia possui 1 plano de opções de compra de ações e entrega de ações restritas ("**Plano de Incentivo de Longo Prazo**") e 1 plano de outorga de opção de compra e matching de ações ("**Plano de Opção de Compra e Matching**"), sendo eles:

O Plano de Incentivo de Longo Prazo consiste em outorgas anuais que podem ser opções de compras de ações ou ações restritas. O propósito do referido plano é reter determinados executivos instrumentais que apoiarão a Companhia na consecução dos objetivos de médio e longo prazo e obter um maior alinhamento dos interesses desses executivos com os interesses dos acionistas. Os Diretores Estatutários e Diretores não estatutários, nomeados pelo Conselho de Administração, bem como os das subsidiárias, estão aptos a participar desse plano.

O Conselho de Administração da Companhia tem amplos poderes para organizar e administrar o Plano de Incentivo de Longo Prazo, de acordo com seus respectivos termos, e tem o direito de, a qualquer momento: (i) alterar ou encerrar o Plano de Incentivo de Longo Prazo; e/ou (ii) estabelecer as regras aplicáveis a situações não tratadas no Plano de Incentivo de Longo Prazo, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do respectivo beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao respectivo plano. O Conselho de Administração poderá ainda (i) decidir pela outorga de opções e/ou de ações restritas aos respectivos beneficiários; e/ou (ii) estabelecer metas de performance mínimas pessoais e/ou corporativas para outorga das opções e/ou ações restritas.

As decisões do Conselho de Administração com relação as deliberações relacionadas ao Plano de Incentivo de Longo Prazo são vinculantes à Companhia e aos respectivos beneficiários.

Os termos e condições específicos do Plano de Incentivo de Longo Prazo são estabelecidos em um contrato individual celebrado entre a Companhia e os respectivos beneficiários.

O Plano de Opção de Compra e Matching consiste na oportunidade de investir parte de sua remuneração global (que, para os fins do plano, inclui o PPR) na aquisição de opções, sendo que cada opção atribui a seu titular o direito de adquirir 1 ação ordinária de emissão da Companhia ("**Opção**"), sendo que a cada 1 ação ordinária adquirida através do exercício de uma Opção, a Companhia concederá ao participante 1 ação ordinária adicional, sujeito à verificação dos termos do plano, do respectivo programa e contrato.

O Plano de Opção de Compra e Matching tem como objetivo: (i) estimular a expansão da Companhia, o alcance e superação de metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos de longo prazo que visem a um maior alinhamento dos interesses da administração e empregados da Companhia com os do grupo em que está inserida, seus acionistas e demais stakeholders; (ii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos, condições e formas previstos no plano, considerando o mercado competitivo em que a Companhia está inserida; e (iii) incentivar a participação de todos os colaboradores da Companhia em seus resultados por meio do compartilhamento da geração de valor e dos riscos dos negócios sociais.

O Conselho de Administração tem pleno poder e autoridade para tomar todas as medidas necessárias à administração do Plano de Opção de Compra e Matching, inclusive no que se refere à sua interpretação e aplicação, devendo, dentre outras atribuições descritas na cláusula 3.4 do Plano de Opção de Compra e Matching: (i) decidir quanto às datas de outorga das opções e o volume a ser outorgado; (ii) implementar, a seu exclusivo critério, respeitado o disposto no plano, a definição: (a) dos Participantes; (b) da forma de pagamento do preço de exercício; (c) dos termos, condições precedentes e procedimentos para alienação das ações adquiridas através do plano, incluindo, mas não se limitando,

PÁGINA: 182 de 292

a períodos de restrição para alienação das ações adquiridas mediante o exercício das opções; e (d) outros termos, condições e procedimentos que o Conselho de Administração julgar aplicável e que não contrariem as disposições do plano; e (iii) aprovar e aditar os programas de outorga de opção de compra de ações e o contrato de compra e venda de opção de compra de ações e outras avenças a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos participantes, especialmente no que se refere às condições para a aquisição do direito ao exercício das opções.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Incentivo de Longo Prazo, acima definido, foi aprovado pelos acionistas em 26 de junho de 2017 (quando ainda mantinha o nome de como "Plano de Opção de Compra de Ações Regular"), e alterado em assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 14 de abril de 2020 (data em que passou a ser nomeado como Plano de Incentivo de Longo Prazo) e em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de novembro de 2023.

O Plano de Opção de Compra e Matching foi aprovado pelos acionistas em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de março de 2023.

(c) número máximo de ações abrangidas

Vide item "d" abaixo.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Embora a outorga de ações restritas outorgadas sob o Plano de Incentivo de Longo Prazo não implique diluição societária relevante, o Plano de Incentivo de Longo Prazo estará limitado a uma Diluição Societária Referencial máxima de até 2,5% do capital social da Companhia na data de outorga de opções ou ações restritas.

A "Diluição Societária Referencial" corresponde ao percentual obtido pela divisão da quantidade máxima de ações abrangidas pelas opções e ações restritas, na data de outorga de opções ou ações restritas (já exercíveis ou ainda não exercíveis), pela soma dessa quantidade com a quantidade total de ações de emissão da Companhia antes da aprovação do plano, multiplicando o quociente obtido por 100.

O número máximo de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra e Matching não pode exceder o correspondente a 30.000.000 do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano de Opção de Compra e Matching, o que representa no máximo 1,43% do capital social da Companhia na referida data, em bases totalmente diluídas.

(e) condições de aquisição de ações

Os beneficiários do Plano de Incentivo de Longo Prazo terão o direito de exercer suas opções e/ou ações restritas outorgadas mediante a verificação das seguintes condições precedentes: (a) decorrência do respectivo período para que as opções e/ou ações restritas se tornem exercíveis, conforme indicados no item "j" abaixo; (b) vigência do contrato de trabalho ou do mandato do respectivo beneficiário, no momento em que as opções e/ou ações restritas se tornem exercíveis, exceto nos casos em que o contrato de trabalho ou mandato tenha sido encerrado para que o beneficiário seja transferido para o exterior para assumir cargo em sociedade do grupo da Companhia e, cumulativamente; e (c) atingimento das condições de performance aprovadas pelo Conselho de Administração no momento da outorga.

Os beneficiários do Plano de Opção de Compra e Matching, independente dos requisitos específicos previstos em cada programa de outorga de opção de compra e matching de ações aprovado, somente adquirirão o direito de exercer as opções outorgadas se observadas, cumulativamente, as seguintes condições: (a) decorrência do período para que as opções e/ou ações restritas se tornem exercíveis,

PÁGINA: 183 de 292

conforme indicados no item "j" abaixo; (b) estar empregado pela Companhia no primeiro dia útil do início do Período de Reserva (conforme definido no plano); e (c) estar empregado pela Companhia no último dia útil do período de exercício. Com a ressalva de que outras condições específicas de aquisição poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração e previstas em cada programa.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Para o Plano de Incentivo de Longo Prazo:

- (i) no caso das opções, o preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração e será baseado na média do preço de negociação das ações da Companhia na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, em período a ser determinado pelo Conselho de Administração no momento da outorga das opções e/ou ações restritas, que considerará no máximo 30 pregões anteriores à data da outorga da opção; e
- (ii) no caso das ações restritas, a Companhia fará a liquidação do exercício mediante transferência de suas ações em tesouraria para o beneficiário ou poderá, a exclusivo critério do Conselho de Administração, promover a liquidação das ações restritas em dinheiro, ou mediante a entrega de R\$ 0,01 em dinheiro e uma opção por ação restrita, conforme detalhado no item (h) abaixo.

Para o Plano de Opção de Compra e Matching, o preço de exercício das opções serem outorgadas aos participantes, será fixado de acordo com a média dos preços, ponderada pelo volume de negociação, das ações de emissão da Companhia no fechamento dos últimos 05 (cinco) pregões que antecederam a data da emissão das ações da Companhia objeto das opções, com a aplicação de desconto de 15% (quinze por cento).

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Os critérios de fixação do prazo para exercício das opções e/ou ações restritas outorgadas no Plano de Incentivo de Longo Prazo e no Plano de Opção de Compra e Matching são os seguintes:

1. Plano de Incentivo de Longo Prazo

No que se refere ao Plano de Incentivo de Longo Prazo, as opções e/ou ações restritas outorgadas se tornarão exercíveis após o cumprimento cumulativo: (i) do prazo de carência de 36 meses após a data de outorga definida pelo Conselho de Administração; e (ii) da eventual meta de performance que vier a ser fixada pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, os beneficiários somente adquirirão o direito de exercer as opções e/ou as ações restritas caso o contrato de trabalho ou mandato do beneficiário com a Companhia esteja vigente no momento do *vesting*, observadas as condições do Plano de Incentivo de Longo Prazo.

Os beneficiários terão direito a exercer as opções que se tornaram exercíveis como descrito acima, dentro de um prazo de seis anos a contar da data de cada outorga de opção concedida pelo Conselho de Administração. As ações restritas serão transferidas para os beneficiários automaticamente após o período do *vesting* de 3 anos mediante verificação das condições mencionadas acima pelo Conselho de Administração ou, alternativamente, a Companhia promoverá automaticamente a liquidação do benefício, conforme detalhado no item (h) abaixo.

2. Plano de Opção de Compra e Matching

As opções poderão ser exercidas durante o período compreendido entre o recebimento da respectiva carta de outorga e o prazo de desistência previsto no programa.

(h) forma de liquidação

PÁGINA: 184 de 292

Uma vez que o respectivo beneficiário exerça suas opções sob o Plano de Incentivo de Longo Prazo, as ações decorrentes de tal exercício serão emitidas pela Companhia, por meio de um aumento de capital, ou a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, transferir ações mantidas em tesouraria, observadas as regras previstas no Plano de Incentivo de Longo Prazo.

Uma vez cumpridas as condições previstas pelos beneficiários no Plano de Incentivo de Longo Prazo, a Companhia fará a liquidação automática do exercício mediante transferência de ações existentes em tesouraria. Caso esteja impossibilitada de utilizar ações em tesouraria, a Companhia poderá, a exclusivo critério do Conselho de Administração, promover a liquidação do benefício das ações restritas em dinheiro ou mediante a entrega de R\$ 0,01 em dinheiro e uma opção por ação restrita, a qual será exercida e liquidada automaticamente, ao preço de exercício das opções de R\$ 0,01 por opção, a ser pago pelo beneficiário mediante compensação com o crédito de R\$ 0,01 por ação restrita detido contra a Companhia.

Uma vez exercidas as opções no Plano de Opção de Compra e Matching, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado; ou (b) alienar ações mantidas em tesouraria, observada a regulação expedida pela CVM.

(i) restrições à transferência das ações

Para o Plano de Incentivo de Longo Prazo, as ações adquiridas em conformidade com o exercício das opções e/ou ações restritas outorgadas no âmbito do plano de remuneração baseado em ações podem ser negociadas por seus titulares mediante a execução do procedimento operacional e respectivo pagamento, sem quaisquer restrições que não os compromissos de lockup que possam ter sido celebrados pelos Diretores Estatutários e Diretores não estatutários e as restrições previstas na Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

No âmbito do Plano de Opção de Compra e Matching, as ações da Companhia resultantes do exercício das Opções somente poderão ser transferidas, direta ou indiretamente, após o período de 1 ano contado da data de transferência das ações para o participante.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração pode, a qualquer momento: (i) alterar ou encerrar o Plano de Incentivo de Longo Prazo; e ou (ii) estabelecer as regras aplicáveis a situações não tratadas no Plano de Incentivo de Longo Prazo, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidos em quaisquer contratos relacionados ao Plano de Incentivo de Longo Prazo. O Conselho de Administração poderá ainda (i) decidir pela outorga de opções e/ou de ações restritas aos respectivos beneficiários; e/ou (ii) estabelecer metas de performance mínimas pessoais e/ou corporativas para outorga das opções e/ou ações restritas.

Com relação ao Plano de Opção de Compra e Matching, o plano poderá ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia ou se as opções outorgadas no âmbito no âmbito do plano resultem em uma emissão ou entrega de ações representando no máximo 1,43% do capital social da Companhia na data de aprovação do plano. Ainda, o Conselho de Administração estabelecerá em cada programa as regras aplicáveis aos casos de desligamento do participante por demissão, com ou sem justa causa, rescisão contratual por mútuo acordo entre a Companhia e o participante, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

PÁGINA: 185 de 292

Os efeitos da saída dos beneficiários nos direitos previstos no Plano de Incentivo de Longo Prazo, de acordo com os seus respectivos termos e condições, são os seguintes:

1. Saída em decorrência de rescisão de contrato de trabalho por justa causa ou rescisão voluntária

Em caso de rescisão do contrato de trabalho ou de término de mandato do beneficiário por justa causa ou por qualquer razão análoga, ou por demissão voluntária, todas as opções e/ou ações restritas do beneficiário serão perdidas sem direito à indenização, independentemente de ter tais opções e/ou ações restritas terem se tornado exercíveis ou não.

2. Saída em decorrência de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa ou por aposentadoria

Em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa ou aposentadoria do beneficiário, aplicam-se as seguintes disposições:

- a) quaisquer opções e/ou ações restritas que não tiverem se tornado exercíveis poderão ser exercidas exclusivamente na proporção do período de vesting decorrido até o término do contrato de trabalho;
- b) as opções e/ou ações restritas que não foram exercidas, seja por não terem sido incluídas no cálculo do item (a) acima ou por encerramento do período de exercício indicado no mesmo item (a) serão perdidas sem direito à indenização;
- c) as opções e/ou ações restritas que já tiverem se tornado exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 30 dias a contar da data do término do mandato ou a rescisão do contrato de trabalho do beneficiário, ou, ainda, até o final do período de exercício das opções e/ou ações restritas, o que ocorrer primeiro; e
- d) para o Plano de Incentivo de Longo Prazo, as opções e/ou ações restritas que se tornarem exercíveis somente poderão ser exercidas após o fim do período de *vesting*.

3. Em caso de expatriação para trabalhar no Carrefour S.A. ou qualquer de suas subsidiárias, aplicamse as seguintes disposições:

- a) quaisquer opções e/ou ações restritas que não tiverem se tornado exercíveis poderão ser exercidas exclusivamente na proporção do período compreendido entre o início do período em que se tornariam exercíveis e a expatriação;
- b) as opções e/ou ações restritas que não foram exercidas, seja por não terem sido incluídas no cálculo do item (a) acima ou por encerramento do período de exercício indicado no mesmo item (a) serão perdidas sem direito à indenização; e
- c) as opções e/ou ações restritas que já tiverem se tornado exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 30 dias a contar da data da expatriação do beneficiário, ou, ainda, até o final do período de exercício das opções, o que ocorrer primeiro.

4. Morte e invalidez permanente do beneficiário

Caso o beneficiário venha a falecer ou se torne permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia, os direitos decorrentes de todas as opções e/ou ações restritas estender-se-ão ao espólio, herdeiros e sucessores do beneficiário, ou ao curador, conforme o caso. Caso o Vesting das opções não tenha ainda ocorrido, este será antecipado e as opções poderão ser exercidas por um prazo de até 60 meses, contados da data do falecimento ou do evento que causar a invalidez. As opções e/ou ações restritas não exercidas durante este período ficarão extintas sem direito a indenização.

Para o Plano de Opção de Compra e Matching, o Conselho de Administração estabelecerá em cada Programa as regras aplicáveis aos casos de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, rescisão contratual por mútuo acordo entre a Companhia e o Participante, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento. Nos termos do Plano de

PÁGINA: 186 de 292

Opção de Compra e Matching aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 1º de março de 2023, salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, na hipótese de término do contrato de trabalho ou do mandato do participante por justa causa ou razão equiparada, ou por demissão voluntária por parte do próprio participante, caducarão sem indenização todas as opções do participante ainda não exercidas. Por fim, em caso de falecimento ou invalidez permanente do participante, o período de *lock-up* será acelerado.

PÁGINA: 187 de 292

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	13,00	4,25		17,25
N° de membros remunerados	3,00	4,25		7,25
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento				
PREÇO	MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DI	CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS	DE OPÇÕES	
Em aberto no início do exercício social	0,00	21,98		21,98
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	13,00	4,00		17,00
N° de membros remunerados	3,00	4,00		7,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000		0,00
Esclarecimento				
PREÇO	MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DI	E CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS	DE OPÇÕES	
Em aberto no início do exercício social	0,00	21,98		21,98
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00

PÁGINA: 188 de 292

8.6 Outorga de opções de compra de ações

No âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo não houve outorgas anuais de opções nos exercícios sociais de 2024, 2023 e 2022.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a outorga de 3.978.055 opções de compra de ações no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo, no valor de R\$ 21,98 por ação, com prazo de carência (*vesting*) em 36 meses da referida data (26 de setembro de 2022), sendo que, em 2024, todos os beneficiários do referido plano que tiveram direito a referida outorga renunciaram aos seus respectivos direitos de exercício de 100% das opções outorgadas.

No âmbito do Plano de Opção de Compra e *Matching*, houve outorga anual de opções no exercício social de 2023 para os Diretores Estatutários da Companhia:

Plano de Opção de Compra e Matching (2023)

Outorga de Opções de Compra de Ações - Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,25
Nº de membros remunerados	4,25
Data de outorga	30 de Março de 2023
Quantidade de opções outorgadas	9.658
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	15 de Maio de 2023
Prazo máximo para exercício das opções	15 de Maio de 2023
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	15 de Maio de 2024
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 9,71
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	93.779,18

PÁGINA: 189 de 292

8.7 Opções em aberto

Não existem opções em aberto da Diretoria Estatutária ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A Companhia ressalta novamente que, nos termos de sua Política de Remuneração, o Conselho de Administração faz jus apenas à remuneração anual fixa, não tendo sido estabelecida qualquer outra remuneração para este órgão.

PÁGINA: 190 de 292

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Plano de Opção de Compra e Matching

Opções Exercidas – Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,25
Nº de membros remunerados	2,00
Nº de ações	9.658*
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 9,71
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 9,71
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	93.779,18

*O número total de ações entregues em razão das opções exercidas, no âmbito do Plano de Opção de Compra e *Matching*, também considera as *ações matching* entregues aos beneficiários que exerceram as respectivas opções de compra na proporção 1:1. O número total de ações entregues, no âmbito Plano de Opção de Compra e *Matching*, considerando as opções exercidas e as *ações matching* entregues é de 19.316.

A Companhia ressalta que, nos termos de sua Política de Remuneração, o Conselho de Administração faz jus apenas à remuneração anual fixa, não tendo sido estabelecida qualquer outra remuneração.

Também não há registro de opções exercidas pelos membros da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais de 2024 e 2022. Assim, a Companhia não apresentará as tabelas referentes a tais exercícios.

PÁGINA: 191 de 292

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

A Companhia não realizou outorgas de ações restritas em 2022 e, portanto, não há ações restritas reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As tabelas abaixo apresentam as informações sobre a remuneração baseada em ações, sob a forma de ações restritas a serem entregues aos Diretores Estatutários da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, 2024 e a previsão para o exercício social corrente (2025):

Remuneração Baseada em Ações Sob a Forma de Ações a serem entregues – Previsão para o Exercício Social corrente (31/12/2025)	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,012%

Remuneração Baseada em Ações Sob a Forma de Ações a serem entregues – Exercício Social encerrado em 31/12/2024	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	1
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,03%

Remuneração Baseada em Ações Sob a Forma de Ações a serem entregues – Exercício Social encerrado em 31/12/2023 Diretoria Estatutária				
Nº total de membros	4,25			
Nº de membros remunerados	1			
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,02%			

PÁGINA: 192 de 292

8.10 Outorga de ações

As tabelas abaixo apresentam as informações sobre cada outorga de ações restritas realizadas aos Diretores Estatutários da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais (2024, 2023 e 2022) e previstas para o exercício social corrente (2025):

Plano de Incentivo de Longo Prazo

Outorga de Ações Restritas - Previsão para o Exercício Social corrente (31/12/2025)	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	5
Data de outorga	01/05/2025
Quantidade de ações outorgadas	741.924
Prazo máximo para entrega das ações	01/05/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A

Outorga de Ações Restritas – Exercício Social encerrado em 31/12/2024	cerrado em Diretoria Estatutária			
Nº total de membros	5			
Nº de membros remunerados	5			
Data de outorga	07/05/2024			
Quantidade de ações outorgadas	506.455			
Prazo máximo para entrega das ações	07/05/2027			
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A			
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 11,28			
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 5.712.812			

Outorga de Ações Restritas – Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,25
Nº de membros remunerados	4
Data de outorga	01/06/2023
Quantidade de ações outorgadas	369.875
Prazo máximo para entrega das ações	01/09/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A

8.10 Outorga de ações

Outorga de Ações Restritas – Exercício Social encerrado em 31/12/2023	Diretoria Estatutária	
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 14,38	
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 5.318.803	

Outorga de Ações Restritas – Exercício Social encerrado em 31/12/2022	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	4		
Nº de membros remunerados	4		
Data de outorga	05/05/2022		
Quantidade de ações outorgadas	254.000		
Prazo máximo para entrega das ações	05/08/2025		
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A		
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 13,10		
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 3.327.400		

PÁGINA: 194 de 292

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		5,00	
N° de membros remunerados		1,00	
N° de ações		71.737	
Preço médio ponderado de aquisição		0,01	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		9,11	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		-652.806,70	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		4,25	
N° de membros remunerados		1,00	
N° de ações		36.989	
Preço médio ponderado de aquisição		0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		14,68	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		-542.998,52	
Esclarecimento			

PÁGINA: 195 de 292

8.12 Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação do Plano de Incentivo de Longo Prazo e do Plano de Opção de Compra de Ações e Matching

O preço das opções de compra é determinado utilizando-se o método binomial, que estabelece um preço justo, considerando a expectativa de dividendos, volatilidade, as taxas de juros livres de risco e o vencimento.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco do Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano de Incentivo de Longo Prazo

Outorga de ações 2022:

- i. preço de exercício da opção: Não aplicável;
- ii. valor justo da ação (R\$): R\$ 13,10; e
- iii. período de exercício das opções: transferência automática após o vesting.

Outorga de ações 2023:

- preço de exercício da opção: Não aplicável;
- ii. valor justo da ação (R\$): R\$ 14,38; e
- iii. período de exercício das opções: transferência automática após o vesting.

Outorga de ações 2024:

- preço de exercício da opção: Não aplicável;
- ii. valor justo da ação (R\$): R\$ 11,28;e
- iii. período de exercício das opções: transferência automática após o vesting.

Plano de Opção de Compra de Ações

O cálculo do valor justo das opções na data da outorga depende de fatores ainda não conhecidos, como o valor de mercado das ações da Companhia no momento de cada outorga.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado do Plano de Incentivo de Longo Prazo e do Plano de Opção de Compra e Matching.

Considerando-se as regras aprovadas pelo Conselho de Administração e o modelo binomial, nenhum efeito esperado em termos de despesas acumuladas foi incluído no modelo financeiro.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada do Plano de Incentivo de Longo Prazo e do Plano de Opção de Compra e Matching.

As outorgas realizadas no âmbito dos planos vigentes da Companhia consideraram a volatilidade esperada calculada de acordo com as premissas de um modelo binomial, dada a sua experiência global com planos de opção similares em situações similares.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo do Plano de Incentivo de Longo Prazo e do Plano de Opção de Compra e Matching.

Todos os critérios e premissas relevantes utilizados na mensuração do valor justo das opções foram indicados nos itens acima.

PÁGINA: 196 de 292

8.13 Participações detidas por órgão

Órgão	Ações Ordinárias de emissão do Atacadão S.A.	Ações Ordinárias de emissão do Carrefour S.A.
Conselho de Administração	154.175.612	63.594.147
Diretoria Estatutária	300.000	0
Conselho Fiscal	100	0

PÁGINA: 197 de 292

8.14 Planos de previdência

Não aplicável, uma vez que não há planos de previdência da Companhia conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

Apenas um dos Diretores Estatutários da Companhia é beneficiado por um plano de previdência vigente atualmente na CCI, subsidiária integral da Companhia, conforme informações constantes na tabela abaixo:

Plano de Previdência em Vigor						
Conselho de Diretoria Estatutária Administração						
Nº total de membros	N/A	5				
Nº de membros remunerados	N/A	2				
Nome do Plano	-	-				
Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	0				
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	0				
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 2.855.427,1				
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R\$ 231.061,11				
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A				

PÁGINA: 198 de 292

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	5,00	4,25	4,00	13,00	13,00	13.00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,25	4,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	14.876.730,03	14.372.669,50	6.819.698,41	720.000,00	720.000,00	290.000,00	272.877,36	185.094,00
Valor da menor remuneraçãoReal	2.902.010,26	2.737.396,02	4.348.712,31	720.000,00	720.000,00	240.000,00	272.877,36	185.094,00
Valor médio da remuneraçãoReal	7.750.203,16	8.186.868,97	4.321.458,29	720.000,00	720.000,00	265.000,00	272.877,36	185.094,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária					
	Observação	Esclarecimento				
31/12/2024	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.					
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.					
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.					

	Conselho de Administração						
	Observação	Esclarecimento					
31/12/2024	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 6 meses.						
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 6 meses.						
31/12/2022	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 6 meses.						

	Conselho Fiscal				
	Observação Esclarecimento				
31/12/2024	O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado no exercício social de 2024.				
31/12/2023	O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado no exercício social de 2023.				

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

A Companhia não adota uma política específica e não possui arranjos contratuais ou outros instrumentos que contemplem mecanismos de remuneração ou indenização para a rescisão ou aposentadoria de administradores em caso de demissão ou aposentadoria, salvo se houver qualquer indenização decorrente de acordo sindical. A Companhia dispõe de apólice de seguros de responsabilidade civil para Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração que oferece, além de proteção financeira e tranquilidade para executar suas tarefas diárias, cobertura relacionada à demissão, considerando prazo complementar de 72 meses para Demissões Voluntárias e Segurados Aposentados.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não foi reconhecida nenhuma remuneração nos resultados da Companhia relativa a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 2024, 2023 e 2022, e não há previsão para o exercício social corrente.

8.18 Remuneração - Outras funções

Nenhum montante foi reconhecido no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários e membros do Conselho Fiscal, sob qualquer circunstância ou por qualquer motivo que não seja pelo cargo que ocupam.

PÁGINA: 203 de 292

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

O Grupo Carrefour implementou, em fevereiro de 2019, o Plano de Performance Global, o qual contempla determinados executivos da Companhia, dentro eles Diretores Estatutários.

A relação dos valores pagos pelos controladores da Companhia em razão do Plano de Performance Global pode ser verificada nas tabelas abaixo referentes aos anos de 2024, 2023, 2022 e as previstas para o exercício social corrente (2025):

Previsão para o Exercício Social Corrente 2025							
Conselho de Diretoria Conselho Total Administração Estatutária Fiscal							
Controladores diretos e indiretos	-	5.978.505,00	-	5.978.505,00			
Controladas da Companhia	-	-	-	-			
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-			

Exercício Social 2024							
Conselho de Diretoria Conselho . Administração Estatutária Fiscal							
Controladores diretos e indiretos	-	5.467.859,05	-	5.467.859,05			
Controladas da Companhia	-	-	-	-			
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-			

Exercício Social 2023							
	Conselho de Administração	Total					
Controladores diretos e indiretos	-	2.571.117,78	-	2.571.117,78			
Controladas da Companhia	-	-	-	-			
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-			

Exercício Social 2022								
	Conselho de Diretoria Conselho Administração Estatutária Fiscal							
Controladores diretos e indiretos	-	2.346.534,60	-	2.346.534,60				
Controladas da Companhia	-	-	-	-				

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Exercício Social 2022						
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total		
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-		

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem divulgadas sob esse item 8.20.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859			
Razão Social			Tipo Auditor	CPF/CNPJ
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA			Juridica	49.928.567/0001-11
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço		
		26/04/2021		01/01/2021

Descrição dos serviços prestados

Os auditores Independentes prestaram os seguintes serviços: (i) auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e revisão de nossas informações intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024; (ii) garantia limitada para o Relatório de Sustentabilidade 2024; e (iii) implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 – BACEN GAAP (IFRS 9).

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

A remuneração dos auditores independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 11.325.000,00, compostos por: R\$10.903.000,00 referente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão de nossas informações financeiras trimestrais (serviço (i) descrito acima), R\$ 155.000,00 referente ao compromisso de garantia limitada para o Relatório de Sustentabilidade 2024 (serviço (ii) descrito acima) e R \$267.000,00 referente a implementação da resolução CMN nº 4.966/21 – BACEN GAAP (IFRS 9) (serviço (iii) descrito acima).

Justificativa da substituição

Não aplicável, considerando que não houve substituição dos auditores independentes.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não aplicável, considerando que não houve substituição dos auditores independentes.

PÁGINA: 208 de 292

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A fim de evitar a existência de conflito de interesses na contratação do auditor independente, nos casos não relacionados à prestação de serviços de auditoria externa, a Companhia observa regras aplicáveis ao Grupo Carrefour para a contratação de serviços extra- auditoria, que envolvem (i) a pré-aprovação da contratação de determinados serviços pelo departamento financeiro em contratações de menor valor; e (ii) a vedação de contratação de: (a) serviços que envolvam qualquer participação na gestão ou tomada de decisão da Companhia; (b) escrituração e preparação de registros contábeis ou demonstrações financeiras; e

(c) desenvolvimento e implementação de procedimentos de controle interno ou de gerenciamento de riscos relacionados à elaboração ou controle de informações financeiras ou ao desenvolvimento e implementação de sistemas de TI financeiros.

A Companhia reforça que seus auditores independentes não prestaram serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria.

PÁGINA: 209 de 292

9.4 Outras informações relevantes

Não há nenhuma outra informação relevante que não tenha sido informada nos itens anteriores da seção 9 deste Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	6054	8238	0	0	0
Não-liderança	58175	54348	0	0	0
TOTAL = 126.815	64229	62586	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	182	6279	1714	6038	63	0	16
Não-liderança	1524	42302	15786	52179	616	0	116
TOTAL = 126.815	1706	48581	17500	58217	679	0	132

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	2937	9971	1384
Não-liderança	50022	49220	13281
TOTAL = 126.815	52959	59191	14665

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	137	14155	0
Não-liderança	5496	107027	0
TOTAL = 126.815	5633	121182	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	484	2332	1021	8527	1928	0
Não-liderança	5761	25873	9612	55729	15548	0
TOTAL = 126.815	6245	28205	10633	64256	17476	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	3014	3231	0	0	0
Nordeste	13285	14920	0	0	0
Centro-Oeste	5631	5002	0	0	0
Sudeste	32756	31500	0	0	0
Sul	9543	7933	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 126.815	64229	62586	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	95	1069	589	4417	74	0	1
Nordeste	446	6695	4818	16065	155	0	26
Centro-Oeste	219	2769	1315	6228	95	0	7
Sudeste	788	27222	8673	27232	263	0	78
Sul	158	10826	2105	4275	92	0	20
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 126.815	1706	48581	17500	58217	679	0	132

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	3289	2687	269
Nordeste	12623	13429	2153
Centro-Oeste	5337	4155	1141
Sudeste	24658	31352	8246
Sul	7052	7568	2856
Exterior	0	0	0
TOTAL = 126.815	52959	59191	14665

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	6054	8238	0	0	0
Não-liderança	58175	54348	0	0	0
TOTAL = 126.815	64229	62586	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	182	6279	1714	6038	63	0	16
Não-liderança	1524	42302	15786	52179	616	0	116
TOTAL = 126.815	1706	48581	17500	58217	679	0	132

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	2937	9971	1384
Não-liderança	50022	49220	13281
TOTAL = 126.815	52959	59191	14665

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com deficiência	Pessoas sem deficiência	Prefere não responder
Liderança	137	14155	0
Não-liderança	5496	107027	0
TOTAL =126.815	5633	121182	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	484	2332	1021	8527	1928	0
Não-liderança	5761	25873	9612	55729	15548	0
TOTAL = 126.815	6245	28205	10633	64256	17476	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferenãor esponder
Norte	3014	3231	0	0	0
Nordeste	13285	14920	0	0	0
Centro-Oeste	5631	5002	0	0	0
Sudeste	32756	31500	0	0	0
Sul	9543	7933	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 126.815	64229	62586	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	95	1069	589	4417	74	0	1
Nordeste	446	6695	4818	16065	155	0	26
Centro-Oeste	219	2769	1315	6228	95	0	7
Sudeste	788	27222	8673	27232	263	0	78
Sul	158	10826	2105	4275	92	0	20
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 126.815	1706	48581	17500	58217	679	0	132

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	3289	2687	269
Nordeste	12623	13429	2153

10.1 Descrição dos recursos humanos

Centro-Oeste	5337	4155	1141
Sudeste	24658	31352	8246
Sul	7052	7568	2856
Exterior	0	0	0
TOTAL = 126.815	52959	59191	14665

10.1 Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade,que,dentro de cada nível hierárquico do da Companhia, abranjam: (v) outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia apresentou o número consolidado de empregados, incluindo os colaboradores das suas controladas, com sua localização geográfica e os indicadores de diversidade (identidade autodeclarada de gênero; identidade autodeclarada de cor ou raça; faixa etária; e pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável). Os indicadores de diversidade que a Companhia entende relevantes já foram reportados nos quadros anteriores do item 10.1."a".

(b) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Informamos abaixo o número de terceirizados da Companhia e suas controladas, por grupo de atividades desempenhadas na Companhia e por localização geográfica, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Atividade	Em 31 de dezembro de 2024						
Alividade	NORTE	NORDESTE CENTRO OESTE		SUDESTE	SUL		
Manutenção	-	-	-	4	-		
Limpeza	379	1626	742	3721	1148		
Segurança	136	493	202	1124	312		
Recepção / Portaria	58	194	53	375	37		
Total	573	2313	997	5220	1497		

(c) Índice de rotatividade

O índice de rotatividade médio mensal da Companhia e de suas controladas, de forma consolidada foi de 62,97% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

10.2 Alterações relevantes

A mudança no número total de colaboradores, com redução de 133.940 em 31 de dezembro de 2023 para 126.815 em 31 de dezembro de 2024 são parte da estratégia da Companhia de: (1) desinvestimento de parte dos ativos do Varejo, comunicado ao mercado por meio do Fatos Relevantes de 3 de dezembro de 2024 e 5 de dezembro de 2023; (2) otimização das operações da matriz, com redução de redundâncias geradas pela fusão das operações com o Grupo BIG; e (3) foco na redução de despesas realizado ao longo de 2024 e divulgado pela Companhia nas últimas divulgações de resultado. As medidas também impactaram aos índices de rotatividade da Companhia quando comparado ao ano anterior.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração dos empregados da Companhia é estabelecida de acordo com as práticas de mercado – buscamos oferecer uma remuneração competitiva para atrair e reter talentos que nos ajudam a alcançar nossos objetivos de curto, médio e longo prazo. Considerando nosso modelo de negócios, reter profissionais qualificados e experientes é essencial para nosso crescimento, sendo assim nossa estratégia de remuneração deve incluir mecanismos que os incentivem a continuar conosco por muito tempo, equilibrando seu desenvolvimento e crescimento com os nossos resultados e o valor agregado para os acionistas.

Nossa estratégia de remuneração procura equilibrar remuneração fixa (na forma do salário-base) com remuneração de curto e médio prazo (na forma de participação nos lucros) e incentivos de longo prazo (na forma de opções de ação e/ou ações restritas). Com isso, nosso objetivo é dar aos empregados os incentivos para alcançarem ou superarem suas metas anuais, vinculadas ao nosso programa de participação nos lucros, além de tomar medidas de longo prazo para agregar valor para a Companhia.

São concedidos ajustes aos colaboradores por mérito e promoção, de modo a reconhecer e recompensar o desempenho dos funcionários e o progresso profissional, e sempre com base nas avaliações de desempenho individuais periódicas. Para cargos de não-liderança, a remuneração fixa é baseada em faixas salariais definidas por nível de cargo, garantindo equidade interna e para cargos de liderança, a remuneração é determinada com base em referências internas, pesquisas de mercado e experiência profissional.

(b) Política de benefícios

Com relação aos benefícios, o intuito de nossa política é ser competitiva, com componentes alinhados com práticas de mercado, como cobertura médica e odontológica, plano de pensão, seguro de vida, reembolsos para creches, vale-transporte, refeições e desconto em mercadorias em nossas lojas.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados nãoadministradores

Para informações sobre planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores vide o disposto no item 8.4 deste Formulário de Referência.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações				
14.876.730,03	30.281,07	491,29				
Esclarecimento						

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Companhia tem participação ativa nas negociações coletivas das regiões em que atua, conduzidas de forma responsável cumprindo totalmente às cláusulas definidas nas Convenções e/ou Acordos Coletivos de Trabalho.

A Companhia mantem um relacionamento amigável e respeitoso com os membros dos sindicatos, Federações, Confederações e Centrais Sindicais a que estão vinculadas as suas operações.

A Companhia anualmente participa das negociações de renovação das Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, com os diversos sindicatos que representam nossos empregados.

As Convenções Coletivas de Trabalho ou os Acordos Coletivos de Trabalho têm, em geral, o prazo de vigência de 1 (um)(um) ano, podendo chegar a 2 (dois) anos, conforme previsto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Os sindicatos aos quais os empregados da Companhia estão vinculados são de forma majoritária do ramo de gêneros alimentícios, mas temos ainda sindicatos de Postos de Combustíveis, Drogarias e Banco, sendo atualmente 281 sindicatos laborais e 208 patronais, localizados em todos os Estados do Brasil.

As Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, tem como objetivo do sindicato melhorar as condições previstas na legislação ou na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e nesse sentido, dispõe de clausulas e condições relacionadas a:

- 1) Indice de reajuste salarial;
- 2) Pisos da categoria profissional;
- 3) Adicionais de Horas Extras; e
- 4) Condições para o trabalho em Feriados.

Por fim, a Companhia também informa que durante os 3 últimos exercícios sociais não sofreu com greves ou paralisações, em razão da disponibilidade para o relacionamento e diálogo social mantido com todas as instituições sindicais do Brasil.

10.5 Outras informações relevantes

Não há nenhuma outra informação relevante que não tenha sido informada nos itens anteriores da seção 10 deste Formulário de Referência.

PÁGINA: 220 de 292

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia possui uma Política de Gestão de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses ("Política de Transações com Partes Relacionadas"), aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em reunião realizada em 19 de maio de 2017.

O objetivo principal da Política de Transações com Partes Relacionadas é: (i) guiar as condutas dos Conselheiros e Diretores da Companhia e de suas controladas, bem como dar maior transparência aos acionistas e ao mercado em geral, no que se refere a transações envolvendo partes relacionadas; e (ii) garantir que tais transações estejam alinhadas com os interesses da Companhia, assegurando, de maneira geral, um tratamento comutativo em tais transações. A política é aplicável a todos os Conselheiros e Diretores da Companhia, bem como aos de suas controladas.

A Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser encontrada nos seguintes endereços:

✓ Website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/), clicando em "Governança Corporativa", "Estatutos, Políticas e Códigos" e, por fim, "Política de Transações com Partes Relacionadas" ou diretamente por meio do link

https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/32539bbc-7be4-42e1-a485-98a052dc3a81/estatutos-politicas-e-codigos/6a3f80c6f3a30caf9654d772c79b545474480501653946a2c2f071f6542b1427/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf; e

✓ Website da CVM (gov.br/cvm).

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados	
Atacadão e Banco CSF	15/09/2016	825.000.000,00	194.477.000,00	100%	Maio/2032		
Relação com o emissor	Controlada.						
Objeto contrato	serviços financ a prazo do cor	ceiros nas redes de loja d	a Companhia. Os ativos na transação com uma co	intangíveis outorgados p introlada indireta, o valor	ela Companhia serão e é reconhecido na Com	lusivo de explorar produtos e explorados pelo Banco CSF durante npanhia apenas no limite da	
Garantia e seguros	Não aplicáveis	3.					
Rescisão ou extinção	partes estiver	Haverá rescisão na hipótese de (i) inadimplemento relevante de qualquer obrigação prevista no contrato, não sanada em 60 dias; (ii) se uma das partes estiver sujeita a recuperação judicial ou extrajudicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial; e (iii) qualquer evento de força maior que impeça o Banco CSF, por um período superior a 180 dias, de fornecer serviços financeiros.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de ex	cclusividade para uso da r	marca.				
Posição contratual do emissor	Devedor						

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Atacadão e Banco CSF	01/11/2016	134.202.000,00	24.894.000,00	100%	Indeterminado	
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	promoção e a do Cartão Ata exercício socia	presentação dos produtos cadão e outras atividades	e serviços do Banco CS nas lojas. O valor descrit zembro de 2024. Os valo	F, e para o atendimento o no item "montante env res cobrados pela Comp	de clientes, bem como re olvido" está relacionado anhia do Banco CSF são	ojas da Companhia para a epasse dos custos operacionais aos valores envolvidos no o baseados na quantidade de nciados nos adesivos de
Garantia e seguros	Não aplicáveis	S.				
Rescisão ou extinção	Não aplicável.					
Natureza e razão para a operação	Aluguel de es	oaço nas lojas / Repasse	de custos operacionais			
Posição contratual do emissor	Devedor					

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Atacadão e Banco CSF S.A.	01/11/2016	46.136.000,00	33.561.000,00	100%	Indeterminado	
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	cartão "Cartão envolvido" esta em percentual	Atacadão", pagamento d á relacionado aos valores	le faturas, processamento envolvidos no exercício 34%, aplicado sobre as fa	o de relatórios, propostas social encerrado em 31 d	s e coleta de dados. O v de dezembro de 2024. O	ntes de suas lojas, adesão ao alor descrito no item "montante os valores cobrados são baseados como um valor fixo de R\$
Garantia e seguros	Não aplicáveis	S.				
Rescisão ou extinção	ou obrigação d (iii) rescisão in	do contrato, não sanada p nediata, sem notificação ju alência, liquidação judicial	ela parte responsável, a udicial ou extrajudicial, a	oós notificação por escrit qualquer momento, se u	o, com comprovante de ma das partes estiver si	rante de qualquer termo, condição recebimento, pela outra parte; e ujeita a recuperação judicial ou u a qualquer outra forma de
Natureza e razão para a operação	Prestação de s	serviços.				
Posição contratual do emissor	Devedor					

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Atacadão e Carrefour Finance	01/04/2023	8.200.000.000,00	8.643.364.000,00	100%	21/04/2026	10,25% aa -11,10% aa
Relação com o emissor	Entidades sob	controle comum.				
Objeto contrato	Ano. Em 07 de Finance celeb (i) Linha de cre vencimento er (ii) Linha de cr	e abril de 2024, conforme rou aditamentos de contra édito de R\$ 1.900 milhões n 17 de maio de 2025, de	divulgado em eventos s atos intercompany de linl s (válida até 17/05/2025) 14,25% a.a. para 10,25	ubsequentes das informa nas de créditos passando as Partes acordaram aj % a.a.; e	ações financeiras de 31 o os contratos da seguin ustar a taxa de juros do	a.a com vencimentos de até um de março de 2025, o Carrefour te forma: contrato em questão, que tem contrato em questão, que passará
Garantia e seguros	Não aplicáveis	3				
Rescisão ou extinção	O evento de mudança de controle da Companhia é considerado como hipótese de vencimento antecipado dos desembolso em aberto, e do cancelamento da linha de crédito prevista no Contrato.					
Natureza e razão para a operação	Empréstimo n	a modalidade revolving cr	edit facility.			
Posição contratual do emissor	Devedor					

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados		
Atacadão e Carrefour S.A.	21/03/2016	79.364.000,00	73.790.000,00	100%	Indeterminado			
Relação com o emissor	Acionista cont	rolador (Carrefour S.A.)						
Objeto contrato	Carrefour S.A fornece para a Companhia, serviços de manutenção, operação e apoio com relação a aplicativos de tecnologia de informação referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 202							
Garantia e seguros	Não aplicáveis	S.						
Rescisão ou extinção	Se qualquer uma das partes entrar em falência, recuperação judicial ou outro procedimento de reestruturação de dívida, ou liquidação judicial ou extrajudicial. Se qualquer uma das partes já não pertencer ao mesmo grupo econômico da outra parte, ou, se por qualquer motivo, qualquer parte não controlar, for controlada por, ou estiver sob controle comum com a outra parte. O contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência.							
Natureza e razão para a operação	Prestação de s	serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor							

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados		
Atacadão e Carrefour Systèmes D'information	22/04/2014	21.870.000,00	37.403.000,00	100%	Indeterminado			
Relação com o emissor	Entidades sob	controle comum (Carrefo	our S.A.)					
Objeto contrato	Carrefour Systèmes d'Information fornece para a Companhia serviços de manutenção, operação e apoio com relação a aplicativos de tecnologia de informação referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 202							
Garantia e seguros	Não aplicáveis	5.						
Rescisão ou extinção	Se qualquer uma das partes entrar em falência, recuperação judicial ou outro procedimento de reestruturação de dívida, ou liquidação judicial ou extrajudicial. Se qualquer uma das partes já não pertencer ao mesmo grupo econômico da outra parte, ou, se por qualquer motivo, qualquer parte não controlar, for controlada por, ou estiver sob controle comum com a outra parte. O contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência.							
Natureza e razão para a operação	Prestação de	serviços.						
Posição contratual do emissor	Devedor							

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados			
Atacadão e Carrefour World Trade	01/01/2015	279.916.000,00	166.492.000,00	100%	Indeterminado.				
Relação com o emissor	Entidades sob	controle comum.							
Objeto contrato	condições e c objetivando a	ompromissos de metas e geração de sinergias para	atingimentos varáveis es a as companhias do grup	tabelecidos em acordos o Carrefour ao adotar um	internacionais negociado na estratégia harmonizad	om base na verificação de os pela CWT com fornecedores, la na seleção de fornecedores. O o em 31 de dezembro de 202			
Garantia e seguros	Não aplicáveis	Não aplicáveis.							
Rescisão ou extinção	(i) inadimplemento de quaisquer obrigações não sanadas dentro de um mês a contar da notificação da outra parte; (ii) o contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência, à outra parte; e (iii) a exclusivo critério da Carrefour World Trade, no caso de mudança direta ou indireta do controle da Companhia, caso o adquirente do controle da Companhia seja, diretamente ou indiretamente, um concorrente das companhias do Grupo Carrefour e do Grupo Carrefour Brasil.								
Natureza e razão para a operação	Benefícios co	nerciais de acordos interr	nacionais realizado pela p	oarte relacionada.					
Posição contratual do emissor	Credor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados			
Atacadão e Cotabest	13/03/2020	15.000.000,00	25.808.000,00	100%	6 anos.				
Relação com o emissor	Controlada								
Objeto contrato		Contrato de mútuo a ser integralmente utilizado para financiamento das atividades da controlada, nos termos dos Planos de Negócios e Orçamentos Anuais aprovados pelo Conselho de Administração da controlador							
Garantia e seguros	Não aplicáveis	5.							
Rescisão ou extinção	As obrigações cumprimento.	assumidas no contrato t	êm caráter irrevogável e	e irretratável, obrigando as	s partes e seus eventua	ais sucessores, ao seu integral			
Natureza e razão para a operação	Não aplicável.								
Posição contratual do emissor	Credor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados				
Atacadão e Unlimitail	01/01/2024	6.745.000,00	2.979.000,00	100%	Indeterminado					
Relação com o emissor	Entidades sob	Entidades sob controle comum.								
Objeto contrato	Unlimitail Publicidade fornece para a Companhia e para o Atacadão serviços de publicidade e mídia do varejo ("Serviços") aos fornecedores que, por questões operacionais, ainda permanecem vinculados diretamente ao Grupo Carrefour Brasil por meio da relação de compra e venda de mercadorias para revenda prevista no ANCF. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 202									
Garantia e seguros	Não aplicável.									
Rescisão ou extinção	Não aplicável.									
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços.									
Posição contratual do emissor	Devedor									

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração 	Taxa de juros cobrados			
Bompreço Bahia e Carrefour S.A.	30/11/2022	22.060.000,00	2.870.000,00	100%	Indeterminado				
Relação com o emissor	Acionista cont	rolador.							
Objeto contrato	consumidor e	Carrefour S.A fornece para o Bompreço Bahia, serviços referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores variáveis envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024							
Garantia e seguros	Não aplicáveis	S.							
Rescisão ou extinção	Se qualquer uma das partes entrar em falência, recuperação judicial ou outro procedimento de reestruturação de dívida, ou liquidação judicial ou extrajudicial. Se qualquer uma das partes já não pertencer ao mesmo grupo econômico da outra parte, ou, se por qualquer motivo, qualquer parte não controlar, for controlada por, ou estiver sob controle comum com a outra parte. O contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência.								
Natureza e razão para a operação	Prestação de	serviços.							
Posição contratual do emissor	Devedor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados				
Bompreço Nordeste e Carrefour Import S.A.	30/01/2023	50.203.000,00	1.141.000,00	100%	Indeterminado					
Relação com o emissor	Entidades sob	Entidades sob controle comum.								
Objeto contrato	atuam no ramo condições de r	Carrefour Import S.A.S. adquire bens de fornecedores externos e revende para as entidades do Grupo Carrefour e Grupo Carrefour Brasil que atuam no ramo de varejo, sendo a CCI uma delas. Não há nenhum contrato formal assinado, os preços de compra são determinados sob condições de mercado para todas as transações. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Várias ordens de compra ao longo do ano								
Garantia e seguros	Não aplicáveis									
Rescisão ou extinção	Não aplicável									
Natureza e razão para a operação	Fornecimento	de mercadorias.								
Posição contratual do emissor	Devedor									

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados		
Bompreço Nordeste e Carrefour S.A.	30/11/2022	22.060.000,00	5.599.000,00	100%	Indeterminado			
Relação com o emissor	Acionista cont	rolador.						
Objeto contrato	Carrefour S.A fornece para o Bompreço Nordeste, serviços referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores variáveis envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024							
Garantia e seguros	Não aplicáveis	S.						
Rescisão ou extinção	Se qualquer uma das partes entrar em falência, recuperação judicial ou outro procedimento de reestruturação de dívida, ou liquidação judicial ou extrajudicial. Se qualquer uma das partes já não pertencer ao mesmo grupo econômico da outra parte, ou, se por qualquer motivo, qualquer parte não controlar, for controlada por, ou estiver sob controle comum com a outra parte. O contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência.							
Natureza e razão para a operação	Prestação de	serviços.						
Posição contratual do emissor	Devedor							

Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados		
30/06/2004	1.770.000,00	2.243.000,00	100%	Indeterminado			
Entidades sob	controle comum						
Carrefour Argentina adquire bens de fornecedores externos e revende para as entidades do Grupo Carrefour e Grupo Carrefour Brasil que atuam no ramo de varejo, sendo o CCI uma delas. Não há nenhum contrato formal assinado, os preços de compra são determinados sob condições de mercado para todas as transações. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores variáveis envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Várias ordens de compra ao longo do ano							
Não aplicável.							
(i) inadimplemento de quaisquer obrigações não sanadas dentro de um mês a contar da notificação da outra parte; (ii) o contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência, à outra parte; e (iii) a exclusivo critério da Carrefour Argentina, no caso de mudança direta ou indireta do controle da Companhia, caso o adquirente do controle da Companhia seja, diretamente ou indiretamente, um concorrente das companhias do Grupo Carrefour e do Grupo Carrefour Brasil.							
Benefícios cor	mercias em acordos interr	nacionais realizados pela	parte relacionada				
Credor							
	transação 30/06/2004 Entidades sob Carrefour Arge no ramo de va mercado para social encerra Não aplicável. (i) inadimplem rescindido por Carrefour Arge diretamente o Benefícios cor	transação Real 30/06/2004 1.770.000,00 Entidades sob controle comum Carrefour Argentina adquire bens de for no ramo de varejo, sendo o CCI uma de mercado para todas as transações. O v social encerrado em 31 de dezembro de Não aplicável. (i) inadimplemento de quaisquer obrigaç rescindido por qualquer das partes med Carrefour Argentina, no caso de mudan diretamente ou indiretamente, um conce Benefícios comercias em acordos interr	transação Real 30/06/2004 1.770.000,00 2.243.000,00 Entidades sob controle comum Carrefour Argentina adquire bens de fornecedores externos e re no ramo de varejo, sendo o CCI uma delas. Não há nenhum cor mercado para todas as transações. O valor descrito no item "mo social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Várias ordens de Não aplicável. (i) inadimplemento de quaisquer obrigações não sanadas dentro rescindido por qualquer das partes mediante notificação prévia, Carrefour Argentina, no caso de mudança direta ou indireta do c diretamente ou indiretamente, um concorrente das companhias Benefícios comercias em acordos internacionais realizados pela	transação Real 30/06/2004 1.770.000,00 2.243.000,00 100% Entidades sob controle comum Carrefour Argentina adquire bens de fornecedores externos e revende para as entidades no ramo de varejo, sendo o CCI uma delas. Não há nenhum contrato formal assinado, os mercado para todas as transações. O valor descrito no item "montante envolvido" está re social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Várias ordens de compra ao longo do ano Não aplicável. (i) inadimplemento de quaisquer obrigações não sanadas dentro de um mês a contar da rescindido por qualquer das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias o Carrefour Argentina, no caso de mudança direta ou indireta do controle da Companhia, c diretamente ou indiretamente, um concorrente das companhias do Grupo Carrefour e do Benefícios comercias em acordos internacionais realizados pela parte relacionada	30/06/2004 1.770.000,00 2.243.000,00 100% Indeterminado Entidades sob controle comum Carrefour Argentina adquire bens de fornecedores externos e revende para as entidades do Grupo Carrefour e Grupo ramo de varejo, sendo o CCI uma delas. Não há nenhum contrato formal assinado, os preços de compra são o mercado para todas as transações. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores va social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Várias ordens de compra ao longo do ano Não aplicável. (i) inadimplemento de quaisquer obrigações não sanadas dentro de um mês a contar da notificação da outra parte rescindido por qualquer das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência, à outra Carrefour Argentina, no caso de mudança direta ou indireta do controle da Companhia, caso o adquirente do cont diretamente ou indiretamente, um concorrente das companhias do Grupo Carrefour e do Grupo Carrefour Brasil. Benefícios comercias em acordos internacionais realizados pela parte relacionada		

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados			
CCI e Carrefour Import S.A.	30/06/2004	373.342.000,00	100.218.000,00	100%	Indeterminado				
Relação com o emissor	Entidades sob	Entidades sob controle comum.							
Objeto contrato	atuam no ram condições de	Carrefour Import S.A.S. adquire bens de fornecedores externos e revende para as entidades do Grupo Carrefour e Grupo Carrefour Brasil que atuam no ramo de varejo, sendo a CCI uma delas. Não há nenhum contrato formal assinado, os preços de compra são determinados sob condições de mercado para todas as transações. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Várias ordens de compra ao longo do ano							
Garantia e seguros	Não aplicáveis	S.							
Rescisão ou extinção	Não aplicável.								
Natureza e razão para a operação	Fornecimento	de mercadorias.							
Posição contratual do emissor	Devedor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados				
CCI e Carrefour Management	01/01/2013	399.000,00	6.380.000,00	100%	Indeterminado					
Relação com o emissor	Controlada									
Objeto contrato	operações de	Repasse de despesa de pessoal e despesas diversas, pagas pela Folha local aos Expatriados, que prestam serviços diretamente ligados as operações de Intercompany no Brasil, alocados na área comercial, vale ressaltar que os valores são variáveis pois incluem valores de bonificações e pagamento baseado em ações.								
Garantia e seguros	Não aplicávei	S.								
Rescisão ou extinção	Não aplicável									
Natureza e razão para a operação	Despesa de p	essoal								
Posição contratual do emissor	Credor									

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados			
CCI e Carrefour Marchandises Internationales	01/01/2018	11.696.000,00	9.936.000,00	100%	Indeterminado				
Relação com o emissor	Entidades sob o	lades sob controle comum.							
Objeto contrato	de serviços, a n	/alor de repasse de custos referente ao pagamento para Carrefour Merchandises Internationales, empresa do Grupo responsável por prestação de serviços, a nível global, relacionados às atividades operacionais e de expansão. Valor mensalizado de acordo com Budget divulgado pelo Grupo, e liquidado com base na emissão das Invoices							
Garantia e seguros	Não aplicáveis.								
Rescisão ou extinção	Não aplicável.								
Natureza e razão para a operação	Prestação de se	erviços							
Posição contratual do emissor	Devedor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados			
CCI e Carrefour S.A.	01/01/2015	64.497.000,00	85.390.000,00	100%	Indeterminado.				
Relação com o emissor	Acionista cont	Acionista controlador.							
Objeto contrato	inteligência de	Carrefour S.A fornece para a Companhia e para a CCI serviços de referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" é variável e está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024							
Garantia e seguros	Não aplicáveis	Não aplicáveis							
Rescisão ou extinção	extrajudicial. S não controlar,	Se qualquer uma das parte	es já não pertencer ao me iver sob controle comum	esmo grupo econômico o com a outra parte. O cor	la outra parte, ou, se poi	dívida, ou liquidação judicial ou r qualquer motivo, qualquer parte lido por qualquer uma das partes			
Natureza e razão para a operação	Prestação de	serviços							
Posição contratual do emissor	Devedor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados		
CCI e Carrefour Systèmes D'information	22/04/2014	47.612.000,00	45.769.000,00	100%	Indeterminado			
Relação com o emissor	Entidades sob	dades sob controle comum.						
Objeto contrato	tecnologia de i	rrefour Systèmes d'Information fornece para a Companhia e para a CCI serviços de manutenção, operação e apoio com relação a aplicativos de informação referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O or descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 202						
Garantia e seguros	Não aplicável.							
Rescisão ou extinção	extrajudicial. S não controlar,	e qualquer uma das parte for controlada por, ou esti	s já não pertencer ao mes	smo grupo econômico da om a outra parte. O con	outra parte, ou, se por	dívida, ou liquidação judicial ou qualquer motivo, qualquer parte do por qualquer uma das partes		
Natureza e razão para a operação	Prestação de s	serviços.						
Posição contratual do emissor	Devedor							

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados			
CCI e Unlimitail	01/01/2024	9.405.000,00	9.405.000,00	100%	Indeterminado.				
Relação com o emissor	Entidades sob	Entidades sob controle comum.							
Objeto contrato	por questões o mercadorias p	Unlimitail Publicidade fornece para a Companhia e para o Atacadão serviços de publicidade e mídia do varejo ("Serviços") aos fornecedores que, por questões operacionais, ainda permanecem vinculados diretamente ao Grupo Carrefour Brasil por meio da relação de compra e venda de mercadorias para revenda prevista no ANCF. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 202							
Garantia e seguros	Não aplicável.								
Rescisão ou extinção	Não aplicável.								
Natureza e razão para a operação	Prestação de	serviços.							
Posição contratual do emissor	Devedor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados			
WMB e Carrefour S.A.	30/11/2022	22.060.000,00	31.572.000,00	100%	Indeterminado				
Relação com o emissor	Acionista cont	Acionista controlador.							
Objeto contrato	e e-commerce	Carrefour S.A fornece para a WMB, serviços referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores variáveis envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024							
Garantia e seguros	Não aplicáveis	5.							
Rescisão ou extinção	extrajudicial. S não controlar,	se qualquer uma das parte	es já não pertencer ao m iver sob controle comum	esmo grupo econômico o com a outra parte. O cor	la outra parte, ou, se po	dívida, ou liquidação judicial ou r qualquer motivo, qualquer parte lido por qualquer uma das partes			
Natureza e razão para a operação	Prestação de	serviços.							
Posição contratual do emissor	Devedor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados			
WMB e Carrefour Systèmes D'information	30/11/2022	5.254.000,00	28.554.000,00	100%	Indeterminado				
Relação com o emissor	Entidades sob	ades sob controle comum.							
Objeto contrato	informação ref	rrefour Systèmes d'Information fornece para a WMB serviços de manutenção, operação e apoio com relação a aplicativos de tecnologia de ormação referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito item "montante envolvido" está relacionado aos valores variáveis envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024							
Garantia e seguros	Não aplicáveis	ão aplicáveis.							
Rescisão ou extinção	extrajudicial. S não controlar,	e qualquer uma das parte for controlada por, ou esti	es já não pertencer ao mes	mo grupo econômico da o om a outra parte. O contra	outra parte, ou, se por qu	ida, ou liquidação judicial ou alquer motivo, qualquer parte por qualquer uma das partes			
Natureza e razão para a operação	Prestação de s	serviços.							
Posição contratual do emissor	Devedor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados			
WMB e Unlimitail	01/01/2024	3.121.000,00	3.121.000,00	100%	Indeterminado				
Relação com o emissor	Entidades sob	Entidades sob controle comum.							
Objeto contrato	questões oper mercadorias p	Unlimitail Publicidade fornece para a Companhia e para a WMB serviços de publicidade e mídia do varejo ("Serviços") aos fornecedores que, por questões operacionais, ainda permanecem vinculados diretamente ao Grupo Carrefour Brasil por meio da relação de compra e venda de mercadorias para revenda prevista no ANCF. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024							
Garantia e seguros	Não aplicável								
Rescisão ou extinção	Não aplicável								
Natureza e razão para a operação	Prestação de	serviços.							
Posição contratual do emissor	Devedor								

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados			
WMS e Carrefour S.A.	30/11/2022	22.060.000,00	71.465.000,00	100%	Indeterminado				
Relação com o emissor	Acionista cont	Acionista controlador.							
Objeto contrato	e e-commerce	Carrefour S.A fornece para a WMS, serviços referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores variáveis envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024							
Garantia e seguros	Não aplicáveis	S.							
Rescisão ou extinção	extrajudicial. S não controlar,	Se qualquer uma das parte	es já não pertencer ao me iver sob controle comum	esmo grupo econômico o com a outra parte. O cor	a outra parte, ou, se po	dívida, ou liquidação judicial ou r qualquer motivo, qualquer parte dido por qualquer uma das partes			
Natureza e razão para a operação	Prestação de	serviços.							
Posição contratual do emissor	Devedor								

11.2 l<u>tens 'n.' e 'o.'</u>

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	juros cobrados		
Atacadão e Banco CSF	15/09/2016	R\$ 825.000.000,00	R\$ 194.477.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000		
Objeto contrato		de explorar produtos e s Companhia serão explor controlada indireta, o va							
Medidas tomadas par conflitos de interesse		de conflito de interesses e fornecimento de detall possuem um impedimen Há penalidades em ca determinadas pelo Co anteriormente à aprovaç	A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação, possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Com relação às transações celebradas anteriormente à aprovação de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, todas foram realizadas de acordo com nosso Estatuto						
Demonstração do car comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	A Companhia e suas su observam as condições p com partes Relacionada melhorar a sua perform técnica, obrigações con comutatividade dos term Ainda, a transação foi firi indicadas acima, tais co pagamento compensató com outras operações su	praticadas pelo merca as vigente. As prática ance, sempre levan- tratuais e financeiras nos e condições acoro mada por escrito, con omo, eventual garant rio avaliado de acord	ado, e as submetem à a as em tal momento e do em consideração o s, compatíveis com as dados. n especificação de suas ia, pagamentos de taxa o com o caráter da trar	provação de ac as transações s critérios de práticas de m s principais cara as, obtenções d asação e sua co	cordo com a Polític são conduzidas c melhor preço, praz nercado, garantind acterísticas e condi de licenças, entre o	a de Transação om objetivo de zo, capacidade o as bases de ições, além das outras, sendo o		

11.2 ltens 'n.' e 'o.'

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	juros cobrados
Atacadão e Banco CSF	01/11/2016	R\$ 134.202.000,00	R\$ 24.894.000,00	100%	Não aplicável.	Não	0,000000
Objeto contrato		Valor refere-se a montant da Companhia para a pro- clientes, bem como repo descrito no item "montant dezembro de 2024. Os se quadrados de cada loja u adesivos de publicidade.	romoção e apresenta asse dos custos ope te envolvido" está rela valores cobrados pel utilizados para publici	ção dos produtos e se racionais do Cartão A acionado aos valores e a Companhia do Banc	rviços do Band tacadão e out nvolvidos no ex o CSF são bas	co CSF, e para o a ras atividades nas tercício social ence seados na quantio	atendimento de s lojas. O valor errado em 31 de lade de metros
Medidas tomadas par conflitos de interesse	A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na tra						
Demonstração do cará comutativo das condiç pagamento compensa	ões pactuadas ou o	A Companhia e suas su	bsidiárias, quando ce praticadas pelo merca as vigente. As prática ance, sempre levand tratuais e financeiras os e condições acord mada por escrito, com omo, eventual garanti rio avaliado de acord	elebrando contratos ou ado, e as submete à ap as em tal momento e a do em consideração o s, compatíveis com as dados. n especificação de suas a, pagamentos de taxa o com o caráter da tran	erovação de ac as transações s critérios de r práticas de m s principais cara as, obtenções c asação e sua co	cordo com a Político são conduzidas o melhor preço, pra nercado, garantino acterísticas e condide licenças, entre	a de Transação com objetivo de zo, capacidade lo as bases de ições, além das outras, sendo o

11.2 ltens 'n.' e 'o.'

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	juros cobrados			
Atacadão e Banco CSF S.A.	01/11/2016	R\$ 46.136.000,00	R\$ 33.561.000,00	100%	Não aplicável.	Não	0,000000			
Objeto contrato		O Banco CSF contrata a Companhia para oferecer serviços bancários, como correspondente bancário, para clientes de suas lojas, adesão ao cartão "Cartão Atacadão", pagamento de faturas, processamento de relatórios, propostas e coleta de dados. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Os valores cobrados são baseados em percentual, variando de 0,30% a 0,34%, aplicado sobre as faturas pagas pelos clientes do Banco CSF, bem como um valor fixo de R\$ 28.440,00 por cada posto de atendimento.								
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação, possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia.								
Demonstração do car comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	A Companhia e suas subsidiárias, quando celebrando contratos ou estabelecendo uma relação comercial, sempre observam as condições praticadas pelo mercado, e as submetem à aprovação de acordo com a Política de Transação com partes Relacionadas vigente. As práticas em tal momento e as transações são conduzidas com objetivo de melhorar a sua performance, sempre levando em consideração os critérios de melhor preço, prazo, capacidade técnica, obrigações contratuais e financeiras, compatíveis com as práticas de mercado, garantindo as bases de comutatividade dos termos e condições acordados. Ainda, a transação foi firmada por escrito, com especificação de suas principais características e condições, além das indicadas acima, tais como, eventual garantia, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, sendo o pagamento compensatório avaliado de acordo com o caráter da transação e sua comparação, no que aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.								

11.2 l<u>tens 'n.' e 'o.'</u>

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	juros cobrados		
Atacadão e Carrefour Finance	01/04/2023	R\$ 8.200.000.000,00	R\$ 8.643.364.000,00	100%	Não aplicável.	Sim	14,25 a 14,95 a.a		
Objeto contrato		Contrato de empréstimo, no montante de R\$ 8,2 bilhões. As taxas de juros do empréstimo são de 14,25 a 14,95 a.a com vencimentos de até um ano. Em 07 de abril de 2024, conforme divulgado em eventos subsequentes das informações financeiras de 31 de março de 2025, o Carrefour Finance celebrou aditamentos de contratos intercompany de linhas de créditos passando os contratos da seguinte forma (i) Linha de crédito de R\$ 1.900 milhões (válida até 17/05/2025): as Partes acordaram ajustar a taxa de juros do contrato em questão, que tem vencimento em 17 de maio de 2025, de 14,25% a.a. para 10,25% a.a.; e (ii) Linha de crédito de R\$ 6.300 milhões (válida até 21/04/2026): as Partes acordaram ajustar a taxa de juros do contrato em questão, que passará de 14,95% a.a. para 11,10% a.a.							
Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação, possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia.							
Demonstração do cara comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	Seguindo as boas práticas de governança e acompanhamento de mercado, a Companhia fez cotações no mercado de capitais e de crédito local, bem como no mercado externo para captação de novos recursos financeiros, encontrando a melhor cotação junto à Coligada Carrefour Finance na França. Neste contexto, assegurando a competitividade do custo de financiamento das emissões recentes e visando assegurar os bons níveis de liquidez, foi contratada linha de crédito firme (compromissada), no montante de R\$ 8,2 bilhões, com a Carrefour Finance. A contratação dessa linha de crédito foi submetida ao nosso Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.							

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados	
Atacadão e Carrefour S.A.	21/03/2016	R\$ 79.364.000,00	R\$ 73.790.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000	
Objeto contrato		tecnologia de informação consumidor e e-commerc	rrefour S.A fornece para a Companhia, serviços de manutenção, operação e apoio com relação a aplicativos de nologia de informaçãoreferentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de asumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no ercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024					
Medidas tomadas para conflitos de interesses		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerd de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinada pelo Conselho de Administração da Companhia. Com relação às transações celebradas anteriormente à aprovação de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, todas foram realizadas de acordo com nosso Estatuto Social e com as práticas estabelecidas em lei.						
Demonstração do cara comutativo das condid o pagamento compens	ções pactuadas ou	A Companhia e suas sub observam as condições p com partes Relacionadas melhorar a sua performa técnica, obrigações conticomutatividade dos termo Ainda, a transação foi firm indicadas acima, tais com pagamento compensatóri com outras operações se	osidiárias, quando ce raticadas pelo merca s vigente. As prática ance, sempre levand ratuais e financeiras os e condições acord nada por escrito, com mo, eventual garanti io avaliado de acordo	elebrando contratos ou endo, e as submetem à apr as em tal momento e as do em consideração os s, compatíveis com as p lados. n especificação de suas p a, pagamentos de taxas o com o caráter da trans	rovação de ad s transações critérios de m oráticas de m orincipais cara , obtenções d ação e sua co	cordo com a Política são conduzidas co melhor preço, praz nercado, garantindo acterísticas e condi de licenças, entre c	a de Transação om objetivo de co, capacidade o as bases de ções, além das outras, sendo o	

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Atacadão e Carrefour Systèmes D'information	22/04/2014	R\$ 21.870.000,00	R\$ 37.403.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Objeto contrato		Carrefour Systèmes d'Information fornece para a Companhia serviços de manutenção, operação e apoio com relação a aplicativos de tecnologia de informação referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionad aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.					
Medidas tomadas par conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerc de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinada pelo Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, nossos Conselheiros ratificaram, por unanimidado de votos, incluindo os votos afirmativos de nossos Conselheiros Independentes, o Contrato de Compartilhamento de Custos e Contrato de Prestação de Serviços com Carrefour Systèmes D'information.					
Demonstração do car comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	A Companhia e suas sub observam as condições p com partes Relacionadas melhorar a sua performa técnica, obrigações conticomutatividade dos termo Ainda, a transação foi firmindicadas acima, tais compagamento compensatóricom outras operações se	osidiárias, quando ce raticadas pelo merca s vigente. As prática ance, sempre levand ratuais e financeiras os e condições acord nada por escrito, com mo, eventual garanti io avaliado de acordo	elebrando contratos ou en do, e as submetem à apriles em tal momento e as do em consideração os es, compatíveis com as plados. In especificação de suas plados de suas plados de suas plados de com o caráter da transito com o caráter da transito.	estabelecendo rovação de ac s transações critérios de r oráticas de m orincipais cara , obtenções cação e sua co	o uma relação com cordo com a Política são conduzidas comelhor preço, praz tercado, garantindo acterísticas e condi de licenças, entre como de licenças de lic	a de Transação om objetivo de co, capacidade o as bases de cões, além das outras, sendo o

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	juros cobrados	
Atacadão e Carrefour World Trade	01/01/2015	R\$ 279.916.000,00	R\$ 166.492.000,00	100%	Não aplicável.	Não	0,000000	
Objeto contrato		base na verificação de co com fornecedores, objeti estratégia harmonizada r	ondições e comprom vando a geração de na seleção de fornec	ncipalmente aos benefícios comerciais remetidos pela CWT para a Companhia, com es e compromissos estabelecidos em acordos internacionais negociados pela CWT a geração de sinergias para as companhias do grupo Carrefour ao adotar uma ção de fornecedores. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado cício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.				
Medidas tomadas para conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação, possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinada pelo Conselho de Administração da Companhia.						
Demonstração do cara comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	A Companhia e suas sul observam as condições p com partes Relacionada melhorar a sua performa técnica, obrigações cont comutatividade dos termo Ainda, a transação foi firmindicadas acima, tais co pagamento compensatór com outras operações se	oraticadas pelo mercos vigente. As prática ance, sempre levand tratuais e financeiras os e condições acord nada por escrito, com mo, eventual garanti io avaliado de acord	ado, e as submete à aprosas em tal momento e as do em consideração os s, compatíveis com as p dados. n especificação de suas p a, pagamentos de taxas o com o caráter da trans	ovação de acos transações critérios de roráticas de moráticas cara, obtenções dação e sua co	ordo com a Política são conduzidas co melhor preço, praz nercado, garantindo acterísticas e condi de licenças, entre c	a de Transação om objetivo de co, capacidade o as bases de ções, além das outras, sendo o	

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Atacadão e Cotabest	13/03/2020	R\$ 15.000.000,00	R\$ 25.808.000,00	100%	6 anos	Sim	0,000000
Objeto contrato		Contrato de mútuo a ser Planos de Negócios e Or	•	•			
Medidas tomadas par conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências aco de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transa					
comutativo das condi	Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou pagamento compensatório adequado pagamento compensatório adequado de melhorar a sua performance, sempre levando em consideração os critérios de melhorar processor de comutatividade dos termos e condições acordados. A Companhia e suas subsidiárias, quando celebrando contratos ou estabelecendo uma relação cor observam as condições praticadas pelo mercado, e as submetem à aprovação de acordo com a Portica de melhorar a sua performance, sempre levando em consideração os critérios de melhor processor de comutatividade dos termos e condições acordados. Ainda, a transação foi firmada por escrito, com especificação de suas principais características e cor indicadas acima, tais como, eventual garantia, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre pagamento compensatório avaliado de acordo com o caráter da transação e sua comparação, no quando celebrando contratos ou estabelecendo uma relação cor observam as condições praticadas pelo mercado, e as submetem à aprovação de acordo com a Portica de melhor processor de melh					acordo com a Políficações são condurios de melhor precas de mercado, gacterísticas e condide licenças, entre d	tica de izidas com ço, prazo, parantindo as ições, além das putras, sendo o

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados	
Bompreço Nordeste e Carrefour Import S.A.	30/01/2023	R\$ 50.203.000,00	R\$ 1.141.000,00	100%	Indetermin ado	[•]	0,000000	
Objeto contrato		Carrefour Import S.A.S. adquire bens de fornecedores externos e revende para as entidades do Grupo Carrefour Brasil que atuam no ramo de varejo, sendo a CCI uma delas. Os preços de compra são determinados sob condições de mercado para todas as transações. O valor descrito no item "montante envol está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Várias o de compra ao longo do ano. A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências						
Medidas tomadas para conflitos de interesses		possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinado						
comutativo das condi	pelo Conselho de Administração da Companhia. A Companhia e suas subsidiárias, quando celebrando contratos ou estabelecendo uma relação co observam as condições praticadas pelo mercado, e as submetem à aprovação de acordo com a formamento compensatório adequado Transação com partes Relacionadas vigente. As práticas em tal momento e as transações são con objetivo de melhorar a sua performance, sempre levando em consideração os critérios de melhor capacidade técnica, obrigações contratuais e financeiras, compatíveis com as práticas de mercado bases de comutatividade dos termos e condições acordados. Ainda, a transação foi firmada por escrito, com especificação de suas principais características e con indicadas acima, tais como, eventual garantia, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, em pagamento compensatório avaliado de acordo com o caráter da transação e sua comparação, no com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.					acordo com a Políficações são condu rios de melhor pre- cas de mercado, g acterísticas e cond de licenças, entre d	zidas com ço, prazo, arantindo as ções, além das outras, sendo o	

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	juros cobrados	
WMB e Carrefour Import S.A.	30/11/2022	R\$ 22.060.000,00	R\$ 31.572.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000	
Objeto contrato		Carrefour S.A fornece para negócios, inteligência de cor aos valores variáveis envolv	nsumidor e e-comme	erce. O valor descrito no	o item "monta	ante envolvido" es	-	
Medidas tomadas pa conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinada pelo Conselho de Administração da Companhia.						
Demonstração do ca comutativo das cond o pagamento compe	lições pactuadas ou	A Companhia e suas subsico observam as condições praticom partes Relacionadas vimelhorar a sua performancitécnica, obrigações contraticomutatividade dos termos e Ainda, a transação foi firmadindicadas acima, tais como, Especificamente com relaçã contratos formais celebrados todas as operações.	cadas pelo mercado igente. As práticas o e, sempre levando uais e financeiras, o e condições acordad a por escrito, com es eventual garantia, po o a compras recorre	, e as submetem à apro em tal momento e as t em consideração os co ompatíveis com as pra os. specificação de suas pri agamentos de taxas, ob ntes de produtos com p	vação de aco transações so ritérios de me áticas de me ncipais caraco otenções de lo partes relacio	rdo com a Política ão conduzidas co elhor preço, praz rcado, garantindo terísticas e condiç icenças, entre out nadas, apesar de	de Transação m objetivo de o, capacidade as bases de cões, além das ras. existirem	

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	juros cobrados
WMS e Carrefour S.A.	30/11/2022	R\$ 22.060.000,00	R\$ 71.465.000,00	100%	Indetermin ado.		0,000000
Objeto contrato		Carrefour S.A fornece par de negócios, inteligência o relacionado aos valores v	de consumidor e e-	commerce. O valor de	escrito no ite	em "montante er	nvolvido" está
Medidas tomadas par conflitos de interesse		A Companhia conta com um de conflito de interesses reai e fornecimento de detalhes possuem um impedimento de Há penalidades em caso de pelo Conselho de Administra	s ou potenciais, regra e explicações sobre e exercer qualquer i descumprimento de	ando a obrigação de rep os termos e condições nfluência no processo o tais regras, com aplicaç	orte informar s da transaçã le aprovação	ndo o envolviment io. Os envolvidos	o na transação na transação,
Demonstração do ca comutativo das cond o pagamento compe	ições pactuadas ou	A Companhia e suas subsicobservam as condições praticom partes Relacionadas verificamentos as un performance técnica, obrigações contrate comutatividade dos termos e Ainda, a transação foi firmade indicadas acima, tais como, Especificamente com relação contratos formais celebrados todas as operações.	cadas pelo mercado igente. As práticas o e, sempre levando uais e financeiras, o e condições acordad a por escrito, com es eventual garantia, po o a compras recorre	, e as submetem à apro- em tal momento e as t em consideração os cr compatíveis com as prá os. specificação de suas pri agamentos de taxas, ob ntes de produtos com p	vação de aco ransações sa ritérios de me áticas de me ncipais carac otenções de li partes relacion	rdo com a Política ão conduzidas co elhor preço, praz rcado, garantindo terísticas e condiç icenças, entre ou nadas, apesar de	de Transação om objetivo de o, capacidade o as bases de cões, além das tras.

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados		
Bompreço Nordeste e Carrefour S.A.	30/11/2022	R\$ 22.060.000,00	R\$ 5.599.000,00	100%	Indetermin ado.		0,000000		
Objeto contrato		mercadoria, inteligência d							
Medidas tomadas par conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação, possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia.							
Demonstração do car comutativo das cond o pagamento comper	ições pactuadas ou	A Companhia e suas subsido observam as condições praticom partes Relacionadas vimelhorar a sua performance técnica, obrigações contratucomutatividade dos termos e Ainda, a transação foi firmadindicadas acima, tais como, Especificamente com relação contratos formais celebrados todas as operações.	cadas pelo mercado gente. As práticas e, sempre levando uais e financeiras, ce condições acordada por escrito, com es eventual garantia, po a compras recorre	en, e as submetem à aprovem tal momento e as treem consideração os creompatíveis com as prácos. Especificação de suas priragamentos de taxas, ob ntes de produtos com p	vação de aco ransações sa itérios de me ticas de me ncipais carac tenções de li artes relacion	rdo com a Política ăo conduzidas co elhor preço, prazo rcado, garantindo terísticas e condiç icenças, entre out nadas, apesar de	de Transação m objetivo de o, capacidade as bases de oes, além das ras.		

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados	
Bompreço Bahia e Carrefour S.A.	30/11/2022	R\$ 22.060.000,00	R\$ 2.870.000,00	100%	Indetermin ado.		0,000000	
Objeto contrato		Carrefour S.A fornece para inteligência de negócios, envolvido" está relaciona dezembro de 2024	inteligência de co	nsumidor e e-comme	rce. O valo	r descrito no ite	m "montante	
Medidas tomadas par conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acero de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinado pelo Conselho de Administração da Companhia.						
Demonstração do car comutativo das cond o pagamento comper	ições pactuadas ou	A Companhia e suas subsido observam as condições praticom partes Relacionadas vimelhorar a sua performance técnica, obrigações contratu comutatividade dos termos e Ainda, a transação foi firmadi indicadas acima, tais como, e Especificamente com relação contratos formais celebrados todas as operações.	cadas pelo mercado gente. As práticas e, sempre levando lais e financeiras, ce condições acordada por escrito, com es eventual garantia, po a compras recorre	en, e as submetem à aprovem tal momento e as tem consideração os crompatíveis com as prácos. Especificação de suas prinagamentos de taxas, ob ntes de produtos com p	vação de aco ransações sá itérios de me aticas de me ncipais carac otenções de li artes relacion	rdo com a Política ão conduzidas co elhor preço, praz- rcado, garantindo terísticas e condiç icenças, entre out nadas, apesar de	de Transação om objetivo de o, capacidade o as bases de cões, além das cras.	

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	juros cobrados
WMB e Carrefour Systèmes D'information	30/11/2022	R\$ 5.254.000,00	R\$ 28.554.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Objeto contrato		Carrefour Systèmes d'In- aplicativos de tecnologia inteligência de consumido variáveis envolvidos no e	de informação refere or e e-commerce. O v	entes a aplicações de a valor descrito no item "m	limentos, mero ontante envol	cadoria, inteligênc	ia de negócios,
Medidas tomadas par conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, nossos Conselheiros ratificaram, por unanimidade de votos, incluindo os votos afirmativos de nossos Conselheiros Independentes, o Contrato de Compartilhamento de Custos e Contrato de Prestação de Serviços com Carrefour Systèmes D'information.					
Demonstração do car comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	A Companhia e suas sul observam as condições p com partes Relacionada melhorar a sua performa técnica, obrigações cont comutatividade dos terma Ainda, a transação foi firrindicadas acima, tais co pagamento compensatór com outras operações se	praticadas pelo merca s vigente. As prática ance, sempre levand tratuais e financeiras os e condições acord mada por escrito, com mo, eventual garanti rio avaliado de acord	ado, e as submetem à ap as em tal momento e a do em consideração os s, compatíveis com as lados. n especificação de suas a, pagamentos de taxas o com o caráter da trans	orovação de ao s transações critérios de o práticas de m principais cara s, obtenções o sação e sua co	cordo com a Polític são conduzidas o melhor preço, pra nercado, garantino acterísticas e cond de licenças, entre	ca de Transação com objetivo de zo, capacidade lo as bases de lições, além das outras, sendo o

11.2 l<mark>tens 'n.' e 'o.'</mark>

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	juros cobrados
CCI e Carrefour Argentina	30/06/2004	R\$ 1.770.000,00	R\$ 2.243.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Objeto contrato		Carrefour Argentina adque Carrefour Brasil que atua preços de compra são de "montante envolvido" esta de dezembro de 2024. V	im no ramo de varejo eterminados sob con á relacionado aos va	o, sendo o CCI uma delas dições de mercado para lores variáveis envolvido	s. Não há nen i todas as trai	hum contrato form nsações. O valor d	al assinado, os escrito no item
Medidas tomadas par conflitos de interesse		de dezembro de 2024. Várias ordens de compra ao longo do ano. A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerd de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinado pelo Conselho de Administração da Companhia.					
Demonstração do car comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	A Companhia e suas sul observam as condições p com partes Relacionada melhorar a sua performa técnica, obrigações cont comutatividade dos termo Ainda, a transação foi firmindicadas acima, tais co pagamento compensatór com outras operações se	oraticadas pelo merca s vigente. As prática ance, sempre levand tratuais e financeiras os e condições acord nada por escrito, com mo, eventual garanti rio avaliado de acord	ado, e as submetem à api as em tal momento e as do em consideração os s, compatíveis com as p lados. n especificação de suas p a, pagamentos de taxas o com o caráter da trans	rovação de ac s transações critérios de ro práticas de m principais cara , obtenções c ação e sua co	cordo com a Política são conduzidas co melhor preço, praz tercado, garantindo acterísticas e condi- le licenças, entre o	a de Transação om objetivo de co, capacidade o as bases de ções, além das outras, sendo o

I <u>tens 'n.' e 'o.'</u>								
Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados	
CCI e Carrefour Import S.A.	30/06/2004	R\$ 373.342.000,00	R\$ 100.218.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000	
Objeto contrato		Carrefour Import S.A. adquire bens de fornecedores externos e revende para as entidades do Grupo Carrefour e Grupo Carrefour Brasil que atuam no ramo de varejo, sendo a CCI uma delas. Não há nenhum contrato formal assinado, os preços de compra são determinados sob condições de mercado para todas as transações. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Várias ordens de compra ao longo do ano.						
Medidas tomadas par conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação, possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia.						
Demonstração do car comutativo das cond o pagamento comper	ições pactuadas ou	A Companhia e suas subsidio observam as condições praticio com partes Relacionadas viçimelhorar a sua performance técnica, obrigações contratucomutatividade dos termos e Ainda, a transação foi firmada indicadas acima, tais como, e Especificamente com relação contratos formais celebrados todas as operações.	cadas pelo mercado gente. As práticas o e, sempre levando ais e financeiras, o condições acordada por escrito, com eseventual garantia, po a compras recorre	, e as submetem à aprovem tal momento e as trem consideração os criompatíveis com as práos. Expecificação de suas prinagamentos de taxas, ob ntes de produtos com paragamentos com paragamentos de suas prinagamentos com paragamentos com paragame	ração de aco ransações sa itérios de me ticas de me ncipais carac tenções de l artes relacio	ordo com a Política ão conduzidas co elhor preço, prazo rcado, garantindo terísticas e condiç icenças, entre out nadas, apesar de	de Transação m objetivo de o, capacidade as bases de ões, além das ras. existirem	

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CCI e Carrefour Management	01/01/2013	R\$ 399.000,00	R\$ 638.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Objeto contrato	Repasse de despesa de pessoal e despesas diversas, pagas pela Folha local aos Expatriados, que prestam s diretamente ligados as operações de Intercompany no Brasil, alocados na área comercial, vale ressaltar valores são variáveis pois incluem valores de bonificações e pagamento baseado em ações						
Medidas tomadas para conflitos de interesses		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerd de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação, possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia					to na transação na transação,
Demonstração do cara comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	Comutatividade dos termos e condicoes acordados				a de Transação om objetivo de co, capacidade o as bases de cões, além das outras, sendo o	

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	juros cobrados
CCI e Carrefour Marchandises Internationales	01/01/2018	R\$ 11.696.000,00	R\$ 9.936.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Objeto contrato Valor de repasse de custos referente ao pagamento para Carrefour Merchandises Internationales, empre Grupo responsável por prestação de serviços, a nível global, relacionados às atividades operacionais e de expansão. Valor mensalizado de acordo com Budget divulgado pelo Grupo, e liquidado com base na emis					is e de		
Medidas tomadas par de interesses	a tratar dos conflitos	A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providência acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento r transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos r transação, possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia.					nvolvimento na s envolvidos na
Demonstração do car comutativo das cond pagamento compens	ições pactuadas ou o	A Companhia e suas sub observam as condições p com partes Relacionada melhorar a sua performa técnica, obrigações cont comutatividade dos term Ainda, a transação foi fir das indicadas acima, ta sendo o pagamento com aplicável, com outras operatorios posservamento de sua sendo o pagamento com aplicável, com outras operatorios partes suas conservamentos de suas conse	praticadas pelo merca la vigente. As prática ance, sempre levano tratuais e financeiras os e condições acor mada por escrito, co is como, eventual g apensatório avaliado	ado, e as submete à ap as em tal momento e a do em consideração os s, compatíveis com as dados. em especificação de su arantia, pagamentos o de acordo com o carát	rovação de ac as transações a critérios de r práticas de m as principais de le taxas, obtel er da transaçã	ordo com a Político são conduzidas comelhor preço, pra- nercado, garantino características e co nções de licenças no e sua comparaç	a de Transação om objetivo de zo, capacidade lo as bases de ondições, além s, entre outras,

11.2 l<mark>tens 'n.' e 'o.'</mark>

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CCI e Carrefour S.A.	01/01/2015	R\$ 64.497.000,00	R\$ 85.390.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Objeto contrato	Carrefour S.A fornece para a CCI serviços de referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está rela aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.						-
Medidas tomadas par conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação, possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia.					to na transação na transação,
Demonstração do car comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	A Companhia e suas subsidiárias, quando celebrando contratos ou estabelecendo uma relação comercial, semprobservam as condições praticadas pelo mercado, e as submetem à aprovação de acordo com a Política de Transação com partes Relacionadas vigente. As práticas em tal momento e as transações são conduzidas com objetivo de melhorar a sua performance, sempre levando em consideração os critérios de melhor preço, prazo, capacidad técnica, obrigações contratuais e financeiras, compatíveis com as práticas de mercado, garantindo as bases de				a de Transação om objetivo de zo, capacidade o as bases de cções, além das outras, sendo o	

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CCI e Carrefour Systèmes D'information	22/04/2014	R\$ 47.612.000,00	R\$ 45.769.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Objeto contrato	Carrefour Systèmes d'Information fornece para a CCI serviços de manutenção, operação e apoio com relac aplicativos de tecnologia de informação referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de n inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado a valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.						de negócios,
Medidas tomadas par conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Adicionalmente, nossos Conselheiros ratificaram, por unanimidade de votos, incluindo os votos afirmativos de nossos Conselheiros Independentes, o Contrato de Compartilhamento de					to na transação s na transação, n determinadas or unanimidade
Demonstração do car comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	tecnica, obrigações contratuais e financeiras, compatíveis com as praticas de mercado, garantindo as bases de comutatividade dos termos e condições acordados					a de Transação om objetivo de co, capacidade o as bases de cões, além das outras, sendo o

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
WMB e Unlimitail	01/01/2024	R\$3.121.000,00	R\$3.121.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Objeto contrato	Unlimitail Publicidade fornece para a Companhia e para a WMB serviços de publicidade e mídia do vare ("Serviços") aos fornecedores que, por questões operacionais, ainda permanecem vinculados diretame Carrefour Brasil por meio da relação de compra e venda de mercadorias para revenda prevista no ANC descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social ence de dezembro de 2024					nente ao Grupo ICF. O valor	
Medidas tomadas par conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerc de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinada pelo Conselho de Administração da Companhia. Com relação às transações celebradas anteriormente à aprovação de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, todas foram realizadas de acordo com nosso Estatuto Social e com as práticas estabelecidas em lei.				to na transação s na transação, m determinadas te à aprovação	
Demonstração do car comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	observam as condições p com partes Relacionada melhorar a sua performa técnica, obrigações cont comutatividade dos termo Ainda, a transação foi firm indicadas acima, tais co pagamento compensatór	osidiárias, quando celebra praticadas pelo mercado, e s vigente. As práticas em ance, sempre levando en tratuais e financeiras, cor os e condições acordados nada por escrito, com espe mo, eventual garantia, pa io avaliado de acordo com emelhantes praticadas pelo	e as submetem à ap n tal momento e as n consideração os mpatíveis com as p n. ecificação de suas p gamentos de taxas n o caráter da trans	rovação de ad s transações critérios de ro práticas de m principais cara , obtenções d ação e sua co	cordo com a Polític são conduzidas c melhor preço, praz nercado, garantind acterísticas e condi de licenças, entre c	a de Transação om objetivo de zo, capacidade o as bases de ições, além das outras, sendo o

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Atacadão e Unlimitail	01/01/2024	R\$6.745.000,00	R\$2.979.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Objeto contrato		("Serviços") aos forneced Carrefour Brasil por meio	nece para a Companhia e ores que, por questões op da relação de compra e v te envolvido" está relacion	peracionais, ainda p venda de mercadori	permanecem las para rever	vinculados diretam nda prevista no AN	ente ao Grupo CF. O valor
Medidas tomadas para conflitos de interesses		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerc de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinada pelo Conselho de Administração da Companhia. Com relação às transações celebradas anteriormente à aprovação de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, todas foram realizadas de acordo com nosso Estatuto Social e com as práticas estabelecidas em lei.				to na transação na transação, n determinadas te à aprovação	
Demonstração do cara comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou	observam as condições p com partes Relacionadas melhorar a sua performa técnica, obrigações conti comutatividade dos termo Ainda, a transação foi firm indicadas acima, tais con pagamento compensatóri	osidiárias, quando celebra raticadas pelo mercado, e s vigente. As práticas em ance, sempre levando em ratuais e financeiras, con os e condições acordados nada por escrito, com espemo, eventual garantia, paçio avaliado de acordo com melhantes praticadas pelo	as submetem à api n tal momento e as n consideração os npatíveis com as p ecificação de suas p gamentos de taxas n o caráter da trans	rovação de ac s transações critérios de r práticas de m principais cara , obtenções d ação e sua co	cordo com a Política são conduzidas co melhor preço, praz tercado, garantindo acterísticas e condi le licenças, entre c	a de Transação om objetivo de co, capacidade o as bases de cções, além das outras, sendo o

Partes relacionadas	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo	Taxa de juros
		(R\$)				de dívida	cobrados
CCI e Unlimitail	01/01/2024	R\$9.405.000,00	R\$9.405.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
Objeto contrato Unlimitail Publicidade fornece para a Companhia e para o CCI serviços de publicidade e mídia do v aos fornecedores que, por questões operacionais, ainda permanecem vinculados diretamente ao G Brasil por meio da relação de compra e venda de mercadorias para revenda prevista no ANCF. O v item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado en de 2024				liretamente ao Gru _l ta no ANCF. O valo	po Carrefour or descrito no		
Medidas tomadas para conflitos de interesse		A Companhia conta com uma Política de Transação com Partes Relacionadas, para estabelecer providências acerd de conflito de interesses reais ou potenciais, regrando a obrigação de reporte informando o envolvimento na transação e fornecimento de detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação. Os envolvidos na transação possuem um impedimento de exercer qualquer influência no processo de aprovação. Há penalidades em caso de descumprimento de tais regras, com aplicação de ações corretivas a serem determinada pelo Conselho de Administração da Companhia. Com relação às transações celebradas anteriormente à aprovação de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, todas foram realizadas de acordo com nosso Estatuto Social e com as práticas estabelecidas em lei.					o na transação na transação, n determinadas e à aprovação
Demonstração do cara comutativo das condi o pagamento compen	ções pactuadas ou		raticadas pelo mercado, e s vigente. As práticas em ince, sempre levando em ratuais e financeiras, comos e condições acordados nada por escrito, com espemo, eventual garantia, pago avaliado de acordo com	as submetem à api tal momento e as consideração os npatíveis com as p cificação de suas p gamentos de taxas o caráter da transa	rovação de ac s transações critérios de ro práticas de m principais cara s obtenções d ação e sua co	cordo com a Política são conduzidas co melhor preço, praz tercado, garantindo acterísticas e condid le licenças, entre o	a de Transação om objetivo de co, capacidade o as bases de ções, além das utras, sendo o

11.3 Outras informações relevantes

Para definir as transações com partes relacionadas a serem reportadas nesse Formulário de Referência, a Companhia se baseou nos critérios de materialidade definidos no anexo F da Resolução CVM 80.

Com relação ao acordo de licenciamento, por meio do qual o Carrefour S.A. concede à CCI o direito de utilizar as marcas com o nome Carrefour nos segmentos de Varejo e de Soluções Financeiras, tal contrato de licenciamento não se aplica às marcas "Atacadão", que são de nossa propriedade. Mencionado contrato de licenciamento com o Carrefour S.A. prevê que o valor dos *royalties* pelo uso das marcas "*Carrefour*" descrito acima deverá ser calculado mediante a aplicação de um percentual que varia de 0% a 0,125% (dependendo da margem do EBIT ajustado atingida pelo CCI) das vendas líquidas do segmento de Varejo (excluindo postos de combustível), deduzido de um valor equivalente a 8% dos custos de publicidade incorridos no Brasil para o desenvolvimento das marcas "*Carrefour*".

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emition	Capital Emitido				
Data da autorização ou ap	rovação	Prazo de integralização	Valor do capital			
25/04/2025			17.304.241.526,26			
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações			
2.109.056.711		0	2.109.056.711			

Tipo Capital	Capital Integ	Capital Integralizado				
Data da autorização ou ap	rovação	Prazo de integralização	Valor do capital			
25/04/2025			17.304.241.526,26			
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações			
2.109.056.711		0	2.109.056.711			

Tipo Capital	Capital Subs	Capital Subscrito				
Data da autorização ou ap	rovação	Prazo de integralização	Valor do capital			
25/04/2025			17.304.241.526,26			
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações			
2.109.056.711		0	2.109.056.711			

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, uma vez que a Companhia é brasileira.

Valor mobiliário Debêntures

Identificação do valor

mobiliário

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três)

séries – 3ª emi

18/11/2019 Data de emissão Data de vencimento 18/06/2026

Quantidade 1.000.000

Valor nominal global

R\$

1.000.000.000,00

Saldo Devedor em Aberto 202.775.477,40

Restrição a circulação Não Conversibilidade Não Possibilidade resgate Sim

Hipótese e cálculo do valor de

resgate

Podemos resgatar antecipadamente as Debêntures, desde que sejam resgatadas em sua totalidade (todas as Séries) na mesma data ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), sem necessidade de anuência prévia dos Debenturistas. Nesta situação, estes receberão:(i) no caso das Primeira Série, o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento do resgate antecipado Facultativo Total; e (b) dos Encargos Moratórios devidos até a data do resgate, sem acréscimo de prêmio; (ii) no caso da Segunda Série, o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, acrescido (a) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) dos Encargos Moratórios devidos até a data do resgate; e (c) (A) de prêmio flat, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, correspondente a 0,05% se o resgate acontecer até 19 de novembro de 2020 (exclusive); ou (B) sem prêmio, se o resgate acontecer após 19 de novembro de 2020 (inclusive); e (iii) no caso da Terceira Série, o Valor Nominal Unitário ou seu saldo acrescido (a) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) dos Encargos Moratórios devidos até a data do resgate; e (c) de prêmio flat, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior. conforme o caso, até a data do pagamento, correspondente a (A) 0.15%, se o resgate acontecer até 19 de novembro de 2020 (exclusive); ou (B) 0,10%, se o resgate acontecer entre 19 de novembro de 2020 (inclusive) e 18 de novembro de 2021 (exclusive); ou (C) 0,05%, se o resgate acontecer entre 18 de novembro de 2021 (inclusive) e 17 de novembro de 2022 (exclusive); ou (D) sem prêmio, se o resgate acontecer após 17 de novembro de 2022. Adicionalmente, podemos realizar uma oferta de resgate antecipado total das Debêntures, mediante comunicação escrita a cada Debenturista, assegurada a igualdade de condições a todos, sem que haja necessidade de aceitação dos Debenturistas. Caso ocorra uma oferta de resgate antecipado, o valor de resgate será correspondente ao Valor Nominal Unitário ou saldo da(s) respectiva(s) Série(s), acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data programada para o resgate antecipado.

Características dos valores mobiliários de dívida

São hipóteses de vencimento automático:

i) inadimplemento, pela Emissora, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 3 Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento; (ii) (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência da Emissora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não elidido no prazo legal; ou (d) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Emissora; (iii) propositura, pela Emissora e/ou pela Carrefour Comércio e Indústria Ltda., de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora e/ou pela CCI, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (iv)declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira (conforme definido na escritura) da Emissora e/ou da CCI não decorrente das Debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a R\$100.000.000,00 ou o valor equivalente em outras moedas; (v) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela CCI, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer Dívida Financeira, exceto as obrigações decorrentes das Debêntures, não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00 ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos em até 2 Dias Úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Emissora e/ou a CCI com o respectivo credor (desde que comprovado pela Emissora e/ou pela CCI ao Agente Fiduciário) ou (b) decisão judicial ou arbitral, dentre outras, conforme previsto na Escritura de Emissão.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Outras características relevantes

As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10%, no mínimo, das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da respectiva série em Circulação, conforme o caso.

As Debêntures serão emitidas em 3 (três) Séries, sendo (i) R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Primeira Série; e (ii) R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Segunda Série; e (iii) R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Terceira Série. As Debêntures de cada série terão o vencimento conforme indicado acima.

Valor mobiliário

Identificação do valor

mobiliário

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três)

séries – 4ª emi

Debêntures

Data de emissão

12/08/2022

Data de vencimento

13/08/2027

Quantidade

1.500.000

Valor nominal global

R\$

1.500.000.000,00

Saldo Devedor em Aberto

1.563.589.541,13

Restrição a circulação

Não

Conversibilidade

Não

Possibilidade resgate

Sim

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Resgate Antecipado Obrigatório Total

A Emissora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, incluindo todas as Séries, sem necessidade de qualquer anuência prévia dos Debenturistas, caso a Emissora se torne sociedade anônima de capital fechado, nos termos da legislação aplicável, em até 3 (três) Dias Úteis a contar da data em que a Emissora se tornou sociedade anônima de capital fechado ("Resgate Antecipado Obrigatório da Primeira Série", "Resgate Antecipado Obrigatório da Segunda Série" e Resgate Antecipado Obrigatório da Terceira Série", e, em conjunto, o "Resgate Antecipado Obrigatório").

Não será permitido o resgate parcial das Debêntures de qualquer uma das Séries. O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser precedido de comunicação prévia endereçada pela Emissora (i) aos Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s), individualmente, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, sendo que a escolha do modo de notificação aos Debenturistas ficará a critério da Emissora, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data do Resgate Antecipado Obrigatório ("Comunicado de Resgate Antecipado Obrigatório").

O Comunicado de Resgate Antecipado Obrigatório deverá conter no mínimo as seguintes informações: (i) a efetiva data do Resgate Antecipado Obrigatório e o local da realização e pagamento aos Debenturistas da respectiva Série; (ii) a informação do Valor do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido na escritura) por Série; (iii) o procedimento de resgate; e (iv) quaisquer outras informações que a Emissora entenda necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório.

Resgate Antecipado Facultativo

A Emissora poderá, para as Debêntures da Primeira Série, a partir de 15 de agosto de 2024 (exclusive), para as Debêntures da Segunda Série, a partir de 15 de agosto de 2025 (exclusive) e para as Debêntures da Terceira Série, a partir de 15 de agosto de 2025 (exclusive), a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, sem necessidade de anuência prévia dos Debenturistas, conforme o caso, desde que a totalidade das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, seja resgatada antecipadamente na mesma data ("Resgate Antecipado Facultativo Total da Primeira Série", "Resgate Antecipado Facultativo Total da Terceira Série", e, em conjunto, o "Resgate Antecipado Facultativo Total").

Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures de qualquer uma das Séries.

O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser precedido de comunicação prévia endereçada pela Emissora (i) aos Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s), individualmente, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, sendo que a escolha do modo de notificação aos Debenturistas ficará a critério da Emissora, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data do Resgate Antecipado Facultativo Total da respectiva Série ("Comunicado de Resgate Antecipado Facultativo Total")

Características dos valores mobiliários de dívida

São hipóteses de vencimento automático:

(i) inadimplemento, pela Emissora, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento; (ii) (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência da Emissora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo legal; ou (d) liquidação ou dissolução da Emissora; (iii) extinção da Emissora, exceto se decorrente de uma das hipóteses de Reorganizações Societárias Permitidas, conforme aplicável; (iv) propositura, pela Emissora e/ou pela Carrefour Comércio e Indústria Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.543.915/0001-81 ("CCI"), de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora e/ou pela CCI, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (v) declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira (conforme abaixo definido) da Emissora e/ou da CCI não decorrente das Debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) ("Valor Mínimo") ou o valor equivalente em outras moedas; (vi) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela CCI, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer Dívida Financeira, exceto as obrigações decorrentes das Debêntures, não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor Mínimo ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Emissora e/ou a CCI com o respectivo credor (desde que comprovado pela Emissora e/ou pela CCI à Securitizadora) ou (b) decisão judicial ou arbitral; (vii) transformação da forma societária da Emissora de sociedade por acões para qualquer outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Acões; (viii) caso a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão, exceto se tais eventos decorrerem de uma das Reorganizações Societárias Permitidas; (ix) não cumprimento, pela Emissora e/ou pela CCI, de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou de qualquer sentença arbitral definitiva, de natureza condenatória contra a Emissora e/ou a CCI, em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor Mínimo ou valor equivalente em outras moedas; (x) não destinação pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 da escritura e/ou da forma prevista pela Resolução CVM 60;

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Outras características relevantes

As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pela Emissora e pela própria debenturista.

As Debêntures foram emitidas em 3 (três) séries, sendo: 467.225 (quatrocentos e sessenta e sete mil e duzentos e vinte e cinco) debêntures da primeira sériee;188.355 (cento e oitenta e oito mil e trezentos e cinquenta e cínco) debêntures da segunda série; e (iii)844.420(oitocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e vinte) debêntures da terceira série.

Debêntures emitidas no âmbito de uma securitização.

Valor mobiliário Debêntures

Identificação do valor

mobiliário

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries – 5ª emi

Data de emissão

15/05/2023

Data de vencimento

15/05/2028

Quantidade

750.000

750.000.000,00

Valor nominal global

D¢

Saldo Devedor em Aberto 943.373.419,87

Restrição a circulaçãoNãoConversibilidadeNãoPossibilidade resgateSim

Hipótese e cálculo do valor de

resgate

A Emissora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, incluindo todas as Séries, sem necessidade de qualquer anuência prévia da Debenturista, caso a Emissora se torne sociedade anônima de capital fechado, nos termos da legislação aplicável, em até 3 (três) Dias Úteis a contar da data em que a Emissora se tornou sociedade anônima de capital fechado ("Resgate Antecipado Obrigatório da Primeira Série", "Resgate Antecipado Obrigatório da Segunda Série" e Resgate Antecipado Obrigatório da Terceira Série", e, em conjunto, o "Resgate Antecipado Obrigatório Total").

Não será permitido o resgate parcial das Debêntures de qualquer uma das Séries. O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser precedido de comunicação prévia endereçada pela Emissora (i) aos Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s), individualmente, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, sendo que a escolha do modo de notificação aos Debenturistas ficará a critério da Emissora, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data do Resgate Antecipado Obrigatório ("Comunicado de Resgate Antecipado Obrigatório Total").

O Comunicado de Resgate Antecipado Obrigatório deverá conter no mínimo as seguintes informações: (i) a efetiva data do Resgate Antecipado Obrigatório e o local da realização e pagamento aos Debenturistas da respectiva Série; (ii) a informação do Valor do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido na escritura) por Série; (iii) o procedimento de resgate; e (iv) quaisquer outras informações que a Emissora entenda necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório Total.

Resgate Antecipado Facultativo

Resgate Antecipado Facultativo Total - A Emissora poderá, para as Debêntures da Primeira Série, a partir de 15 de novembro de 2024 (exclusive), para as Debêntures da Segunda Série, a partir de 15 de maio de 2025 (exclusive) e para as Debêntures da Terceira Série, a partir de 15 de maio de 2026 (exclusive), a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, sem necessidade de anuência prévia dos Debenturistas, conforme o caso, desde que a totalidade das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, seja resgatada antecipadamente na mesma data ("Resgate Antecipado Facultativo Total da Primeira Série", "Resgate Antecipado Facultativo Total da Segunda Série" e Resgate Antecipado Facultativo Total da Terceira Série", e, em conjunto, o "Resgate Antecipado Facultativo Total"). Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures de qualquer uma das Séries.

O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser precedido de comunicação prévia endereçada pela Emissora (i) aos Debenturistas da(s) respectiva(s) Série(s), individualmente, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, sendo que a escolha do modo de notificação aos Debenturistas ficará a critério da Emissora, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data do Resgate Antecipado Facultativo Total da respectiva Série ("Comunicado de Resgate Antecipado Facultativo Total")

Características dos valores mobiliários de dívida

São hipóteses de vencimento automático:

- (i) inadimplemento, pela Emissora, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (ii) (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência da Emissora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo legal; ou (d) liquidação ou dissolução da Emissora;
- (iii) extinção da Emissora, exceto se decorrente de uma das hipóteses de Reorganizações Societárias Permitidas, conforme aplicável;
- (iv) propositura, pela Emissora e/ou pela Carrefour Comércio e Indústria Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o nº 45.543.915/0001-81 ("CCI"), de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora e/ou pela CCI, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou tentativa de obtenção de tutela de urgência cautelar nos termos da lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, independente do seu deferimento pelo juiz competente:
- (v) declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira (conforme definido na escritura) da Emissora e/ou da CCI não decorrente das Debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) ("Valor Mínimo") ou o valor equivalente em outras moedas; (vi) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela CCI, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer Dívida Financeira, exceto as obrigações decorrentes das Debêntures, não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor Mínimo ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Emissora e/ou a CCI com o respectivo credor (desde que comprovado pela Emissora e/ou pela CCI à Securitizadora) ou (b) decisão judicial ou arbitral;
- (vii) transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) caso a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão, exceto se tais eventos decorrerem de uma das Reorganizações Societárias Permitidas; (ix) não cumprimento, pela Emissora e/ou pela CCI, de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou de qualquer sentença arbitral definitiva, de natureza condenatória contra a Emissora e/ou a CCI, em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor Mínimo ou valor equivalente em outras moedas;
- (x) não destinação pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 da escritura e/ou da forma prevista pela Resolução CVM 60;

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pela Emissora e pela própria debenturista

Outras características relevantes

Valor mobiliário

Serão emitidas até 750.000 debêntures em até três séries. Debêntures emitidas no âmbito de uma securitização.

Identificação do valor
mobiliárioDebêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (séries)
séries – 6ª eData de emissão02/01/2024Data do vencimento11/01/2027

Debêntures

 Data de vencimento
 11/01/2027

 Quantidade
 1.500.000

Valor nominal global

1.500.000.000,00

Saldo Devedor em Aberto

1.585.311.871,85

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre (i) Investidores Profissionais; (ii) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "a", da Resolução CVM 160, após 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta, e (iii) investidores em geral, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "b", da Resolução CVM 160, após 1 (um) ano da data de

encerramento da Oferta.

Conversibilidade

Não

Possibilidade resgate

Sim

Hipótese e cálculo do valor de

resgate

Resgate Antecipado Facultativo: Após um período de 6 (seis) meses contados da Data de Emissão (ou seja, a partir de 02 de julho de 2024) ("Período de Emissão"), inclusive, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento,

independentemente de autorização dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, podendo ser apenas da totalidade de determinada Série ou da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado parcial das Debêntures), com o seu subsequente cancelamento ("Resgate Antecipado Facultativo"),

pagando (a) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das

Debêntures, conforme o caso acrescido de (b) Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis a partir da Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento, e (d) um prêmio equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis remanescentes entre a Data de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) e a Data de Vencimento, das Debêntures da Respectiva Série objeto do Resgate Antecipado Facultativo calculada de acordo com a

fórmula descrita na Escritura de Emissão.

Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, podendo ser apenas da totalidade de determinada Série ou da totalidade das Debêntures (sendo vedada a realização de oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures), com o consequente cancelamento das referidas Debêntures, que deverá ser dirigida a todos os Debenturistas, sem distinção, garantindo igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitarem a oferta de resgate antecipado, realizada nos termos e condições dispostos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor devido com relação a cada uma das Debêntures indicadas por seu respectivos titulares que aderiram à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, pelo menos, (a) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido de (b) Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis a partir da Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento; e (c) se for o caso, o prêmio de resgate indicado no Aviso da Oferta de Resgate Antecipado, que, se existir, não poderá ser negativo.

PÁGINA: 277 de 292

Características dos valores mobiliários de dívida

São hipóteses de vencimento automático: (i) inadimplemento, pela Companhia, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento; (ii) (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência da Companhia independentemente do deferimento do respectivo pedido; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo legal; ou (d) liquidação ou dissolução da Companhia; (iii) extinção da Companhia, exceto se decorrente de uma das hipóteses de Reorganizações Societárias Permitidas (conforme abaixo definido), conforme aplicável;(iv) propositura, pela Companhia e/ou pela Carrefour Comércio e Indústria Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.543.915/0001-81 ("CCI"), de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou pela CCI, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação, ou tentativa de obtenção de tutela de urgência nos termos referidos no §12º do artigo 6º ou nos termos referidos no §1º do artigo 20-B, ambos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; (v) declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira (conforme abaixo definido) da Companhia e/ou da CCI não decorrente das Debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) ("Valor Mínimo") ou o valor equivalente em outras moedas; (vi)inadimplemento, pela Companhia e/ou pela CCI, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer Dívida Financeira, exceto as obrigações decorrentes das Debêntures, não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor Mínimo ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou a CCI com o respectivo credor (desde que comprovado pela Companhia e/ou pela CCI ao Agente Fiduciário); ou (b) decisão judicial ou arbitral; (vi) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações; (vii) caso a Companhia transfira, prometa transferir, ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, exceto se tais eventos decorrerem de uma das Reorganizações Societárias Permitidas; (viii) não cumprimento, pela Companhia e/ou pela CCI, de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou de qualquer sentença arbitral definitiva, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou a CCI, em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor Mínimo ou valor equivalente em outras moedas; e (ix) não destinação pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 3.5 da Escritura de Emissão.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Companhia, pelo Agente Fiduciário, pela CVM ou por Debenturistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, observados os quóruns específicos previstos em outras seções da Escritura de Emissão, dependerão de aprovação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis de titulares de Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação ou qualquer convocação subsequente, as aprovações, reprovações e/ou propostas de alterações e de renúncias, qualquer alteração na Cláusula 9 da Escritura de Émissão e subcláusulas e/ou em qualquer quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previsto na Escritura de Emissão ou em qualquer documento da Oferta, inclusive qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures da respectiva Série; (ii) nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios da respectiva Série; (iii) datas de amortização das Debêntures da respectiva Série; (iv) nas disposições referentes ao Resgate Antecipado Facultativo; (v) da redação e/ou exclusão das hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado; (vi) no parâmetro de cálculo dos Juros Remuneratórios ou a taxa final dos Juros Remuneratórios da respectiva Série; ou (vii) nos quóruns de deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

Outras características relevantes

Não aplicável.

......

Valor mobiliário Debêntures

Identificação do valor

mobiliário

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 5 (cinco)

séries, - 7ª e

Data de emissão

15/01/2024 13/01/2031

Data de vencimento

Quantidade

1.000.000

Valor nominal global

₹\$

1.000.000.000,00

Saldo Devedor em Aberto

1.054.096.034,99

Restrição a circulação

Não

Conversibilidade

Não

Possibilidade resgate

Sim

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Resgate Antecipado Obrigatório Total: a Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, incluindo todas as séries, sem necessidade de qualquer anuência prévia da Securitizadora, caso a Companhia se torne sociedade anônima de capital fechado, nos termos da legislação aplicável, em até 3 (três) Dias Úteis a contar da data em que a Companhia se tornou sociedade anônima de capital fechado ("Resgate Antecipado Obrigatório Total da Primeira Série", "Resgate Antecipado Obrigatório Total da Segunda Série" e Resgate Antecipado Obrigatório Total da Terceira Série", e, em conjunto, o "Resgate Antecipado Obrigatório Total"). Não será permitido o resgate parcial das Debêntures de qualquer uma das séries. A operacionalização do Resgate Antecipado Obrigatório Total será realizada conforme disposto na Escritura de Emissão. A título de Resgate Antecipado Obrigatório Total, a Debenturista da respectiva Série fará jus ao recebimento: (i) no caso das Debêntures da Primeira Série, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório Total da Primeira Série; (b) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do resgate; e (c) de prêmio incidente somente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observada a fórmula descrita na Escritura de Emissão ("Valor do Resgate Antecipado Obrigatório Total da Primeira Série"); (ii) no caso das Debêntures da Segunda Série, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, calculados pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Obrigatório Total da Segunda Série; (b) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do resgate; e (c) de prêmio incidente somente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, observada a fórmula descrita na Escritura de Emissão ("Valor do Resgate Antecipado Obrigatório Total da Segunda Série"); (iii) no caso das Debêntures da Terceira Série será realizado o pagamento do valor indicado nos itens (i) ou (ii) abaixo, dos dois o maior: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios da Terceira Série calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); e (b) dos Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) valor presente da soma dos valores remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, e da Remu

Características dos valores mobiliários de dívida

Vencimento Antecipado: sujeito ao disposto na Escritura de Emissão, a Securitizadora deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures na verificação da ocorrência de determinados eventos, conforme previstos na Escritura de Emissão, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor da totalidade das Debêntures, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização da respectiva série ou desde a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia com relação às Debêntures nos termos da Escritura de Emissão ("Evento de Vencimento Antecipado").

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários A assembleia geralde debenturista poderá ser convocada pela Companhia ou pela própria debenturista.

Cada debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de debenturista, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão, serão tomadas em primeira convocação, por titulares de debêntures que representem, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das debêntures em circulação, ou em segunda convocação, por titulares de debêntures que representem a maioria dos presentes. Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geralde debenturista dependerão de aprovação da debenturista, observado que, as disposições do termo de securitização e o que vier a ser deliberado pelos titulares de CRA deverão ser por ela observados ao proferir seu voto nas assembleias gerais de debenturista.

Sem prejuízo do disposto na Escritura de Emissão, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das debêntures da respectiva série; (ii) nas datas de pagamento das remunerações da respectiva série; (iii) datas de amortização das debêntures da respectiva série; (iv) nas disposições referentes ao resgate antecipado facultativo total por evento tributário; (v) da redação e/ou exclusão das hipóteses de eventos de vencimento antecipado; (vi) no parâmetro de cálculo das remunerações ou a taxa final das remunerações da respectiva série; ou (vii) nos quóruns de deliberação da assembleia geralde debenturistas, em primeira ou em segunda convocação, deverá ser aprovada por titulares de debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação ou das debêntures em circulação da respectiva série.

Quaisquer outras modificações das condições das debêntures, além daquelas listadas acima, ou a não adoção de qualquer medida prevista em lei ou na Escritura de Emissão, que vise à defesa dos direitos e interesses da debenturista, deverá ser aprovada por titulares de debêntures que representem a maioria absoluta das debêntures em circulação ou das debêntures em circulação da respectiva série.

Outras características relevantes

A Emissão foi destinada à formação dos direitos creditórios do agronegócio que constituíram lastro para os certificados de recebíveis do agronegócio objeto da 87ª (octogésima sétima) emissão da True Securitizadora S.A.

Valor mobiliário

Identificação do valor

mobiliário

Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em séria

única - 8a emissão

Debêntures

 Data de emissão
 12/12/2024

 Data de vencimento
 12/12/2027

 Quantidade
 1.500.000

Valor nominal global

1.500.000.000,00

Saldo Devedor em Aberto

1.507.920.317,39

Restrição a circulação

Sim

Descrição da restrição

As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre (i) Investidores Profissionais; (ii) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 86, inciso I, alínea "a", da Resolução CVM 160, após 3 (três) meses da data de encerramento da Oferta, e (iii) investidores em geral, nos termos do artigo 86, inciso I, alínea "b", da Resolução CVM 160, após 6 (seis) meses da data de

encerramento da Oferta.

Conversibilidade Não
Possibilidade resgate Sim

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Resgate Antecipado Facultativo: a Companhia poderá, a partir de 12 de junho de 2025 (inclusive), a seu exclusivo critério e a qualquer momento, independentemente de autorização dos Debenturistas, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), pagando (a) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido de (b) Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis a partir da Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento, e (c) um prêmio equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis remanescentes entre a Data de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) e a Data de Vencimento, das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo calculada de acordo com a fórmula determinada na Escritura de Emissão.

Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada a realização de oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures), com o consequente cancelamento das referidas Debêntures, que deverá ser dirigida a todos os Debenturistas, sem distinção, garantindo igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitarem a oferta de resgate antecipado, realizada nos termos e condições previstos na Escritura de Emissão, conforme a seguir ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor devido com relação a cada uma das Debêntures indicadas por seu respectivos titulares que aderiram à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente a, pelo menos, (a) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido de (b) Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis a partir da Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento; e (c) se for o caso, o prêmio de resgate indicado no Aviso da Oferta de Resgate Antecipado, que, se existir, não poderá ser negativo.

Características dos valores mobiliários de dívida

São hipóteses de vencimento automático: (i) inadimplemento, pela Companhia, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento; (ii) (a) decretação de falência da Companhia; (b) pedido de autofalência da Companhia independentemente do deferimento do respectivo pedido; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo legal; ou (d) liquidação ou dissolução da Companhia; (iii) extinção da Companhia, exceto se decorrente de uma das hipóteses de Reorganizações Societárias Permitidas (conforme abaixo definido), conforme aplicável;(iv) propositura, pela Companhia e/ou pela Carrefour Comércio e Indústria Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.543.915/0001-81 ("CCI"), de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou pela CCI, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação, ou tentativa de obtenção de tutela de urgência nos termos referidos no §12º do artigo 6º ou nos termos referidos no §1º do artigo 20-B, ambos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; (v) declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira (conforme abaixo definido) da Companhia e/ou da CCI não decorrente das Debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) ("Valor Mínimo") ou o valor equivalente em outras moedas; (vi) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela CCI, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer Dívida Financeira, exceto as obrigações decorrentes das Debêntures, não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor Mínimo ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou a CCI com o respectivo credor (desde que comprovado pela Companhia e/ou pela CCI ao Agente Fiduciário); ou (b) decisão judicial ou arbitral; (vi) transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações; (vii) caso a Companhia transfira, prometa transferir, ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, exceto se tais eventos decorrerem de uma das Reorganizações Societárias Permitidas; (viii) não cumprimento, pela Companhia e/ou pela CCI, de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou de qualquer sentença arbitral definitiva, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou a CCI, em valor individual ou agregado igual ou superior ao Valor Mínimo ou valor equivalente em outras moedas; e (ix) não destinação pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 3.5 da Escritura de Emissão.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Companhia, pelo Agente Fiduciário, pela CVM ou por Debenturistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, observados os quóruns específicos previstos em outras seções da Escritura de Emissão, dependerão de aprovação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis de titulares de Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação ou qualquer convocação subsequente, as aprovações, reprovações e/ou propostas de alterações e de renúncias, qualquer alteração na presente Cláusula 9 e subcláusulas e/ou em qualquer quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previsto nesta Escritura da Emissão ou em qualquer documento da Oferta, inclusive qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios; (iii) datas de amortização das Debêntures; (iv) nas disposições referentes ao Resgate Antecipado Facultativo; (v) da redação e/ou exclusão das hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado; (vi) no parâmetro de cálculo dos Juros Remuneratórios ou a taxa final dos Juros Remuneratórios; ou (vii) nos quóruns de deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais	
Debêntures	0	2	25	3

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Desde a consumação da Transação, conforme descrito no item 1.12. deste Formulário de Referência, as ações ordinárias de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas no ambiente da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Adicionalmente, as debêntures descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência foram devidamente depositadas para fins de (i) distribuição no mercado primário, por intermédio do Módulo de Distribuição de Ativos – MDA, plataforma administrada e operacionalizada pela B3, sendo a correspondente liquidação financeira realizada por meio da própria B3; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do sistema CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, igualmente administrado e operacionalizado pela B3, sendo as operações secundárias objeto de liquidação financeira e custódia eletrônica no ambiente da B3.

PÁGINA: 285 de 292

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável à Companhia, visto que não possuímos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

PÁGINA: 287 de 292

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (três) Séries

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 3ª Emissão de Debêntures serão destinados para alongamento do perfil de dívida, reforço de capital de giro da Companhia e gestão ordinária de seus negócios na forma prevista em seu objeto social.

4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (três) Séries, para Colocação Privada

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 4ª Emissão de Debêntures serão destinados integral e exclusivamente na aquisição de produtos agropecuários *in natura*, no âmbito de relações comerciais mantidas pela Companhia com produtores rurais.

5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (três) Séries, para Colocação Privada

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 5ª Emissão de Debêntures serão destinados integral e exclusivamente na aquisição de produtos agropecuários *in natura*, no âmbito de relações comerciais mantidas pela Companhia com produtores rurais.

6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, em rito de Registro Automático

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 6ª Emissão de Debêntures serão destinados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez, com o alongamento do perfil de dívida da Companhia e/ou suas controladas (inclusive por meio de liquidação de dívidas em geral).

7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 5 (cinco) Séries, para Colocação Privada

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 7ª Emissão de Debêntures serão destinados integral e exclusivamente, pela Companhia e/ou através de suas Controladas em que aplicar recursos obtidos com a emissão de Debêntures, na aquisição de produtos agropecuários *in natura*, no âmbito de relações comerciais mantidas pela Companhia e/ou suas Controladas com produtores rurais.

8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, em rito de Registro Automático

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da 8ª Emissão de Debêntures serão destinados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez, com o alongamento do perfil de dívida da Companhia e/ou suas controladas (inclusive por meio de liquidação de dívidas em geral).

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da distribuição

Não houve qualquer desvio entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos da oferta das Debêntures informadas acima.

c. As razões para tais desvios, se aplicável:

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer desvio.

PÁGINA: 288 de 292

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Stéphane Samuel Maquaire	Diretor Presidente	Alterado	
Eric Alexandre Alencar	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	

DECLARAÇÃO

13.1 Declaração do diretor para presistente em 13 do formulário de referência

Stéphane Samuel Maquaire, francês, casado, administrador, portador do RNM nº F421605N, inscrito no CPF/MF sob o nº 900.046.978-39, com endereço comercial na Avenida Tucunaré, nº 125, Tamboré, Barueri, CEP 06460-020, na qualidade de Diretor Presidente Grupo Carrefour Brasil do Atacadão S.A., sociedade anônima, com sede na Avenida Morvan Dias de Figueiredo 6169, Vila Maria, São Paulo/SP, CEP 02170-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.315.333/0001-09 ("Companhia"), vem, nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"), declarar que: (i) reviu o Formulário de Referência ("Formulário"); (ii) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

Stéphane Samuel Maquaire

DocuSigned by:

7188BF4DB65F4BB

Diretor Presidente Grupo Carrefour Brasil

DECLARAÇÃO

13.1 Declaração do diretarde resassões mon investido de Referência

Eric Alexandre Alencar, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 26370576, inscrito no CPF/MF sob o nº 285.232.758-94, com endereço comercial na Avenida Tucunaré, nº 125, Tamboré, Barueri, CEP 06460-020, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores do Atacadão S.A., sociedade anônima, com sede na Avenida Morvan Dias de Figueiredo 6169, Vila Maria, São Paulo/SP, CEP 02170-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.315.333/0001-09 ("Companhia"), vem, nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"), declarar que: (i) reviu o Formulário de Referência da Companhia ("Formulário"); (ii) todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.



Eric Alexandre Alencar

Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.